

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO: O LUGAR DO ARQUIVO PÚBLICO
MUNICIPAL EM UM POLO DE INOVAÇÃO**

FERNANDA PAROLO DE MATTOS NOGUEIRA

São Carlos

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO: O LUGAR DO ARQUIVO PÚBLICO
MUNICIPAL EM UM POLO DE INOVAÇÃO**

FERNANDA PAROLO DE MATTOS NOGUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Área de concentração: Conhecimento, Tecnologia e Inovação.

Linha de pesquisa: Conhecimento e Informação para Inovação

Orientadora: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

São Carlos

2021

FERNANDA PAROLO DE MATTOS NOGUEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO: O LUGAR DO ARQUIVO PÚBLICO
MUNICIPAL EM UM POLO DE INOVAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Área de concentração: Conhecimento e Informação para Inovação

Linha de pesquisa: Conhecimento e Informação para Inovação

Orientadora: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dra. Paula Regina Dal' Evedove
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Cristina Vieira de Freitas
Universidade de Coimbra (UC)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fernanda Parolo de Mattos Nogueira, realizada em 18/05/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (UFSCar)

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Cristina Vieira de Freitas (UC)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha família, pelo amor, fraternidade e amizade. Por todo o apoio e confiança que depositam diariamente em mim, incentivando-me a sempre ser uma pessoa melhor e a seguir os meus sonhos. Agradeço a minha mãe, Vera, ao meu pai, Marcelo, por me guiarem em um caminho de generosidade e confiança. Obrigada aos dois pelo amor, educação e valores que me dão todos os dias, por se tornarem um exemplo de coragem e sabedoria e pelas conversas tão sábias e sensíveis. Agradeço às minhas irmãs, Marcela e Isabela e à minha sobrinha querida, Laura, pelo carinho, afeto e força que me dão. Obrigada pelo companheirismo e parceria, por serem a minha paz e luz.

Agradeço à Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso, minha orientadora, a qual admiro e levo como um exemplo de mulher, mãe, professora e pesquisadora. Obrigada pela amizade e parceria, por todo o aprendizado e inspiração que me tem oferecido desde meu primeiro ano de graduação até agora. Agradeço pelas oportunidades de pesquisa, ensino e extensão, por me guiar nas práticas científicas de modo tão leve, instigante e empolgante. Obrigada por confiar em mim, pela presença e cumplicidade, que tornaram esse período de mestrado tão enriquecedor e proveitoso. A você, querida professora, deixo minha admiração e carinho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade que me foi dada para realizar esse curso de mestrado *stricto-sensu*. Obrigada a toda a equipe do programa pela atenção e consideração, e as professoras e professores por todo o aprendizado, reflexões e desafios teóricos proporcionados pelas aulas, tão essenciais para minha formação. Agradeço ainda à Pró-Reitoria de Pós-Graduação pela atenção e simpatia no atendimento.

Agradeço a minha banca de mestrado, Profas. Dras. Maria Cristina Vieira de Freitas e Paula Regina Dal'Evedove, pelas valiosas contribuições, olhares e inspirações, ajudando-me a dar prosseguimento a pesquisa. Obrigada, Profa. Maria Cristina por aceitar compor a banca de uma dissertação tão distante geograficamente, mas tão próxima intelectualmente. À Profa. Paula agradeço a rica vivência durante a graduação e pelas oportunidades que me foram proporcionadas.

Agradeço aos colegas de turma, pela dinâmica saudável que criamos de companheirismo e ajuda mútua. Cada momento, conversa e risadas ficarão comigo como recordação e espero que tenham sempre muita paz e sucesso. As demais amigas e amigos de fora do programa eu deixo meu sensível obrigada pelo apoio, confiança e carinho.

Agradeço a equipe da Fundação Pró-Memória de São Carlos e especialmente a documentalista Aline Ulrich, pela atenção em fornecer as informações e encaminhamentos para a busca dos documentos sobre a fundação e o arquivo.

Por último, meus sinceros agradecimentos ao órgão de fomento, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio concedido para o desenvolvimento da presente dissertação.

Minha gratidão a todas e todos aqueles que me acompanharam nessa jornada, pelo apoio, risadas e momentos de apoio emocional perante esse momento tão triste de pandemia. Obrigada pelas vivências, aprendizados, contribuições e inspirações.

“O conhecimento une cada um consigo mesmo e todos com todos”

- José Saramago

RESUMO

Considera-se a cidade como um movimento de urbanização e globalização, sendo a primeira instância social do indivíduo e não obstante do processo de inovação. Portanto, ao contemplar o nível local é possível observar o global, identificando os elementos e os atores que compõem a sociedade, configurada atualmente como um Meio Técnico-Científico-Informacional, na perspectiva de Milton Santos. Assumindo que arquivo público municipal é um agente estratégico nessa composição e para o desenvolvimento de *smart cities* (cidades inteligentes), as políticas públicas de informação vêm para atuarem no fortalecimento do papel dessa instituição. Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi analisar em que medida a “não construção” dessas políticas públicas no Brasil impacta o arquivo e, identificar os atores envolvidos nesse processo. Como objetivos específicos, pretendeu-se verificar a ocorrência dessas políticas no Arquivo Público Histórico da cidade de São Carlos, município este considerado um polo de inovação e com potencial para se tornar uma cidade inteligente e humana. A pesquisa se faz no escopo da Ciência da Informação, em um movimento interdisciplinar, de articulação de conceitos oriundos da Arquivologia, Ciências Sociais, Gestão Pública, Política, Computação, entre outros campos do saber. Metodologicamente, configura-se como exploratória e descritiva, com base em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando para a análise de dados, parcialmente a Análise de Conteúdo e a Análise Hermenêutica-Dialética. Realizou-se um Estudo de Caso parcial no Arquivo Público Municipal, presente na Fundação Pró-Memória de São Carlos, utilizando como fonte de evidências para a coleta de dados: documentos e registros em arquivo. Como base teórica-argumentativa, recorreu-se a Teoria Ator-Rede, considerando que estabelece que os diversos atores humanos e não humanos se conectam em rede, influenciando o comportamento e configuração uns dos outros. Assim, as políticas públicas de informação estão envoltas pela presença desses atores e suscetíveis às suas ações, o que define a sua criação, implementação e consolidação. Os resultados revelam que a nível municipal é ainda mais aparente a “não construção” de políticas públicas de informação que se expressa na ausência e não institucionalização de arquivos públicos municipais. Identificou-se ainda que as instituições de informação e cultura não são devidamente incorporadas na discussão acerca de inovação e cidades inteligentes, tanto em âmbito acadêmico quanto profissional. Como conclusão aponta-se para a necessidade de se potencializar a rede de atores que estão envoltos na construção de políticas públicas de informação, como poder público, iniciativa privada, organizações, instituições, cidadãos e cidadãos, outras políticas públicas, destacando o arquivo nessa conjuntura, como agente de informação, gestão pública, cidadania, memória e inovação.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Informação. Arquivo Público Municipal. Inovação. Cidades Inteligentes e Humanas. Meio Técnico-Científico-Informacional. Teoria Ator-Rede.

ABSTRACT

The city is considered a movement of urbanization and globalization, being the first social instance of the individual and notwithstanding the innovation process. Therefore, when contemplating the local level, it is possible to observe the global, identifying the elements and actors that make up society, which is currently configured as the Technical-Scientific-Informational Milieu from the perspective of Milton Santos. Assuming that the Municipal Public Archive is a strategic agent in this composition and for the development of smart cities, Public Policies of Information come to act in strengthening the role of this institution. In this sense, the objective of the present research was to analyze to what extent the “non-construction” of these public policies in Brazil impacts the Archive and, to identify the actors involved in this process. As specific objectives, it was intended to verify the occurrence of these politiques in the historical public archive of the São Carlos city, considered a pole of innovation and with the potential to become a smart city. The research is done in the scope of Information Science, in an interdisciplinary movement to articulate concepts from Archivology, Social Sciences, Public Management, Politics, Computing, among others. Methodologically, it is configured as exploratory and descriptive, based on bibliographic and documentary research, partially using Content Analysis and Hermeneutic-Dialectic Analysis for data analysis. A partial Case Study was carried out at the Municipal Public Archives present at the Fundação Pró-Memória de São Carlos, using documents and records as a source of evidence for data collection. As a theoretical-argumentative basis, the Actor-Network Theory was used considering that it establishes that the different human and non-human actors connect in a network, influencing each other's behavior and configuration. Thus, public information policies are surrounded by the presence of these actors and susceptible to their actions, which defines their creation, implementation and consolidation. The results reveal that at the municipal level the “non-construction” of public information policies that is expressed in the absence and non-institutionalization of municipal public archives is even more apparent. It was also identified that the institutions of information and culture are not properly incorporated into the discussion about innovation and smart cities, both in academic and professional spheres. As a conclusion, it is pointed out the need to enhance the network of actors who are involved in the construction of public information policies, such as public power, private initiative, organizations, institutions, citizens, other public policies, highlighting the Archive at this juncture, as information agent, public management, citizenship, memory and innovation.

Keywords: Public Policies of Information. Municipal Public Archive. Innovation. Smart and Human Cities. Technical-Scientific-Informational Milieu. Actor-Network Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Características fundamentais da Cidade Inteligente	65
Figura 2 - Indicadores de cidades inteligentes	66
Figura 3 - Arquivos que compõem o SINAR	165
Figura 4 - Brasão da cidade de São Carlos	180
Figura 5 - Bandeira da cidade de São Carlos	180
Figura 6 - Campanha “São Carlos: Capital da Tecnologia”	192
Figura 7 - Estação Ferroviária ANO 1930	207
Figura 8 - Estação Ferroviária 2019 (atual FPMSC)	207
Figura 9 - 25 anos da FPMSC	209
Figura 10 - Gráfico de atendimentos dos anos de 2015 a 2019	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas da pesquisa	22
Quadro 2 - Competências do CONARQ	159
Quadro 3 - Princípios da LAI	170
Quadro 4 - Metas do Plano Setorial de Arquivos	176
Quadro 5 - Formação administrativa de São Carlos	182
Quadro 6 - Organização político administrativa de São Carlos	198
Quadro 7 - Programas, Ações e Metas da FPMSC 2018-2019	210
Quadro 8 - Ações da FPMSC	211
Quadro 9 - Atividades da FPMSC de 2008 a 2019	212
Quadro 10 - Atividades destacadas do Arquivo Público Municipal	225
Quadro 11 - Aquisições e Doações recebidas pelo Arquivo	226
Quadro 12 - Responsabilidades da FPMSC	230
Quadro 13 - Competências do Setor de Gestão Documental	231
Quadro 14 - Decreto de regulamentação da LAI em São Carlos	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Posição de São Carlos no Ranking Connected Smart Cities

200

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	17
1.2 METODOLOGIA	18
2 MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA	27
3 TEORIA ATOR-REDE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	39
4 INOVAÇÃO E CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS.....	57
4.1 CIDADES INTELIGENTES	59
4.1.1 Modelos e abordagens	60
4.2 INOVAÇÃO	89
5 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ARQUIVOLOGIA E ARQUIVOS.....	94
5.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	97
5.2 ARQUIVOLOGIA E ARQUIVÍSTICA	99
5.2.1 Arquivamento comunitário	110
5.3 ARQUIVOS	114
5.3.1 Arquivo Público	120
5.3.2 Arquivos Públicos Municipais.....	126
6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO: IMPORTÂNCIA E DIÁLOGO	134
6.1 POLÍTICA PÚBLICA.....	134
6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO	139
6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS.....	146
6.4 OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO.....	150
6.5 PANORAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INFORMAÇÃO, ARQUIVO E CULTURA	155
7 SÃO CARLOS: POLO DE INOVAÇÃO.....	178
7.1 SÃO CARLOS: UMA CIDADE INTELIGENTE?.....	199
7.2 ESTUDO DE CASO NO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	204
7.2.1 Fundação Pró-memória de São Carlos.....	205
7.2.2 Ações da Fundação Pró-memória de São Carlos.....	209
7.2.3 Arquivo Público e Histórico (APH-FPMSC)	224
7.3 Relação de Políticas Públicas de Informação com o Arquivo de São Carlos.....	229

8 SÍNTESE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	236
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248

1 INTRODUÇÃO

Sociedade da informação e do conhecimento, sociedade pós-industrial, quarta revolução industrial, revolução tecnológica, são termos que tentam descrever e caracterizar o momento atual. Santos (1994) assume que estamos vivendo um Meio Técnico-Científico-Informacional possibilitado pelo processo de globalização, que como o nome mesmo sugere há a convergência entre técnica, ciência e informação; e González de Gómez (2002) nos dá pistas de como entender o momento atual, com a ideia de Regime de Informação, que seria o modo informacional dominante em uma sociedade, relacionando política, informação e poder. Dentre as diferentes nomenclaturas e abordagens, observou-se um ponto em comum: a informação está no centro das discussões, apresentando-se como o principal capital econômico e social, insumo para geração de inovação. A inovação é além de uma ideia nova, a implementação desta trazendo desenvolvimento local e global e para isso necessita de ideias e criatividade, não obstante de capital humano. Tendo isso em vista, admite-se que a cidade é a primeira instância social do indivíduo, onde mora, estuda, trabalha, se relaciona, vive e, portanto, é igualmente a primeira instância do processo de inovação, que começa a nível local, seja na empresa, na universidade, no indivíduo e pode se expandir a nível global. Por isso, na presente pesquisa repousa-se o interesse acerca da inovação que advém em primeiro momento do município para o município, na resolução de problemas e melhoria na qualidade de vida local.

Vários são os fluxos pertinentes a uma cidade: pessoas, carros, produtos, serviços, ideias, sentimentos, dados, informações e conhecimentos e é justamente o fluxo informacional que se destaca nesta pesquisa. Nesse sentido, admite-se o arquivo público municipal como importante ator nesse fluxo, para a disseminação da informação e geração de conhecimento e de inovação. Equipamento de informação-poder, atua na gestão pública no que compete à tomada de decisão e transparência administrativa, no exercício da cidadania, na salvaguarda da memória e história, no processo de inovação, articulando poder público, iniciativa privada, organizações e sociedade civil que juntos formam a sociedade. Defende-se que pode ser ainda mais forte e inclusivo se aderir a um arquivamento de base comunitária, representando mais plenamente os diversos grupos sociais.

Visando assegurar o papel dessa instituição, as políticas públicas de informação são valiosas ferramentas para a sua consolidação e para o direito da cidadã e do cidadão ao acesso à informação e para o exercício da cidadania. No entanto, identificou-se como lacuna a “não

construção” de políticas públicas de informação no Brasil, apesar dos aparatos legais existentes para sua proteção (JARDIM, 2008).

Admite-se que políticas públicas são suscetíveis a influência da ação ou não ação de diversos atores, que atuam em rede nos processos de criação, implementação, execução, consolidação e avaliação destas. Essa configuração é demonstrada nesta pesquisa através da Teoria de Ator-Rede (LATOUR, 2012), um método analítico que relaciona, a partir do princípio da simetria, os atores humanos e não humanos, em que o ator é definido a partir do papel que desempenha. Os atores, conectados em rede, formam, o que Latour (2012) intitula de cadeia sociotécnica, estabelecendo relações, interferindo e influenciando o comportamento e configuração uns dos outros.

Discorrer sobre um objeto bem antigo (arquivo) que pode ser potencializado por um instrumento político-social (política pública de informação) para o desenvolvimento de cidades mais inteligentes e humanas confere algum caráter inovador, um novo olhar tão importante para a discussão do progresso e evolução da sociedade. Esse argumento é embasado nos estudos de Caldas (2009; 2018) que articula Ciência da Informação, unidades culturais, arquivos e *smart cities* (cidades inteligentes) no contexto europeu, comprovando a relevância dos arquivos no desenvolvimento das cidades. O conceito de cidade inteligente surge como uma alternativa inovadora para se pensar e repensar as cidades, com o objetivo de solucionar os problemas urbanos, ambientais, econômicos e sociais. Na presente pesquisa pretende-se apresentar o conceito de cidade inteligente, este ainda recente, que varia de acordo com o campo do saber e do objetivo, possuindo uma forte abordagem tecnológica. Não obstante e colocando em destaque o fator humano, o conceito evoluiu de um modelo tecnológico para o de cidade inteligente e humana.

Parte-se do pressuposto de que o arquivo é um equipamento estratégico e que oferece subsídios para a tomada de decisão na administração pública, atuando diretamente no desenvolvimento municipal. Portanto, uma cidade que não se desenvolve informacionalmente, com um arquivo devidamente institucionalizado, não se transforma em uma cidade mais inteligente, humana e inovadora.

Identificando que a nível municipal a “não construção” das políticas públicas é ainda mais aparente, realizou-se um estudo na cidade de São Carlos, conhecida como a “Capital Nacional da Tecnologia” e com grande vocação para inovação. Apesar dessa configuração, não dispõe ainda de uma efetiva política pública arquivística, fato esse observado a partir da institucionalização recente (2019) do seu arquivo público municipal, expressando assim a não

construção de políticas públicas de informação, depois de tanto tempo da formulação da Lei de Arquivos (1991) que torna obrigatória a criação e institucionalização de arquivos públicos municipais nas cidades brasileiras. Aponta-se para a necessidade de se pensar o arquivo como equipamento promissor de desenvolvimento desse município em mais inteligente e humano. Pretendeu-se analisar como se configuram e estruturam essas políticas públicas de informação em transversalidade com outras políticas públicas na cidade de São Carlos por meio do Estudo de Caso (YIN, 2001), que desenvolvido de modo parcial no Arquivo Público Municipal presente no escopo da Fundação Pró-Memória de São Carlos (FPMSC), instituição tal veementemente interessada e articulada com as questões de salvaguarda da memória e história da cidade. Reconhece-se que a FPMSC tem realizado esforços significativos para a consolidação das políticas públicas de informação, para o fortalecimento do arquivo municipal e para a melhoria do cenário arquivístico são-carlense.

A elaboração da pesquisa se justifica pelo fato de visar oferecer um panorama acerca das políticas públicas de informação que se relacionam ao arquivo público municipal, tendo em vista que são ferramentas de potencialização dessa instituição como instrumento de inovação e desenvolvimento de cidades inteligentes e humanas. Desse modo, busca-se reforçar que a efetiva construção de políticas públicas de informação pode otimizar o papel do arquivo em um pólo de inovação, como a cidade de São Carlos.

Sinaliza-se que este trabalho reside no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (PPGCI UFSCar), cujo objetivo é fomentar e fortalecer a Ciência da Informação como um campo de “produção de conhecimentos e métodos para a inovação, considerando sua perspectiva social e integralizadora”. (PPGCI UFSCAR, [201-]). De modo específico, insere-se na linha de pesquisa 1 “Conhecimento e Informação para Inovação”, o que justifica a escolha do tema de pesquisa, proporcionado por um espaço interdisciplinar que incorpora a temática de inovação. A intenção de se estudar a cidade de São Carlos se estabelece devido a sua característica acadêmica e científica, tecnológica e de inovação. E ainda, por expressar a importância de se partir do micro para o macro, partindo do pressuposto de que o “global” é constituído de vários e distintos “locais”, que definem a configuração do primeiro.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar em que medida a “não construção” de políticas públicas de informação compromete o papel do arquivo público municipal em um polo de inovação, identificando os atores envolvidos nesse processo.

Como objetivos específicos pretendeu-se:

1. Investigar, no escopo da Ciência da Informação, qual o espaço dedicado aos estudos acerca do diálogo entre políticas públicas de informação, arquivos, inovação e cidades inteligentes.
2. Investigar a evolução do conceito de *smart city* (cidade inteligente) para cidade inteligente e humana, no campo acadêmico e profissional, visando identificar a presença da temática do arquivo e demais unidades culturais nessa discussão.
3. Evidenciar a importância do estudo acerca do nível local a fim de observar o global, uma vez que a cidade é a primeira instância social, política e econômica e, portanto, do processo de inovação.
4. Demonstrar através da revisão de literatura e do estudo de caso em que nível a “não construção” de políticas públicas de informação municipais resultam na ausência e não institucionalização de arquivos públicos municipais, prejudicando essa instituição enquanto agente municipal de inovação.
5. Reconhecer os agentes envolvidos na construção de políticas públicas de informação, utilizando a Teoria de Ator-Rede para compreender sua relação e influência. Pretendeu-se evidenciar o arquivo como agente de inovação e desenvolvimento de cidades mais inteligentes e humanas
6. Desenvolver um Estudo de Caso parcial no Arquivo Público Municipal de São Carlos com a pretensão de realizar um diagnóstico e identificar a ocorrência de políticas públicas que potencialmente contribuem para o processo de inovação a nível local e no desenvolvimento desta para uma cidade inteligente e humana. Pretendeu-se ainda destacar a importância da transversalidade entre as políticas públicas de informação com as demais políticas públicas.

1.2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos supracitados, recorreu-se a caminhos metodológicos determinantes, que são expostos nesta seção da Introdução, considerando que a metodologia é um instrumento de pesquisa que demonstra as etapas da pesquisa. Portanto, apresentá-la previamente ao referencial teórico é uma forma de proporcionar à leitora e ao leitor, cruzar as etapas da pesquisa com o desenvolvimento desta. Essa visão não fragmentada e sim holística é percebida não só na decisão de apresentar a metodologia inicialmente, mas também em toda a pesquisa e suas seções.

O fazer científico envolve diversas ideias, ações, técnicas, métodos, atores, sendo um processo de busca da verdade, de resolver um problema da sociedade. Traz a visão da pesquisadora e/ou pesquisador, não sendo totalmente neutra e, portanto, seu objeto de análise deve ser visto sob a ótica do contexto. Defende-se então que a atividade científica preze pelo fator humano, tendo em vista a ciência é feita para e por ele, considerando, portanto, a “humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído”. (MINAYO, 2002, p. 13). Minayo (2002) indica que a ciência deve ultrapassar o senso comum através do método científico, sendo que este permite a reconstrução da realidade social, colocando-a como objeto do conhecimento, passível de ser investigado nos termos científicos. Reitera que a atividade científica eficaz se estabelece não pelo simples questionamento sobre tudo, e sim quando esta faz um recorte da realidade, observando-o e “a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade”. (MINAYO, 2009, p. 17). Para o entendimento do objeto científico há, além do ato de construir, também o de reconstruir, sendo esse segundo possível por meio “de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico”. (MINAYO, 2009, p. 34).

Desse modo, para então a prática científica ser bem-sucedida, é necessário que a metodologia empregada esteja de acordo com os objetivos do trabalho, considerando a articulação entre o teórico e o empírico, entre o racional e o criativo. Nas palavras de Minayo (2002, p. 16), a qual compactua-se, a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Tendo isso em vista, a presente pesquisa configura-se como de caráter exploratório e descritivo, tendo em vista que esse tipo de pesquisa permite uma maior familiaridade entre a pesquisadora e/ou o pesquisador e o tema, possuindo abordagem qualitativa. Exploratória, pois seu planejamento se dá de modo flexível, considerando um rol variado de aspectos pertinentes ao fato estudado, e descritiva, porque ao observar e descrever,

faz-se um movimento de apresentar as características do fato estudado, relacionando-os e possibilitando uma nova visão acerca do assunto (GIL, 2002).

A abordagem qualitativa vem para guiar em direção ao entendimento do objeto de pesquisa em relação a seu contexto, vínculo com a realidade e historicidade. Trabalha, segundo Minayo (2002, p. 21) com o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, sendo, segundo a autora, importante trabalhar com a complexidade inerente aos objetos de pesquisa que devem ser tratados de acordo com seu contexto e singularidade. A pesquisa qualitativa pode ser, segundo a Minayo (2002), em três etapas: fase exploratória; trabalho de campo; e análise e tratamento documental. A primeira etapa, de fase exploratória consiste na elaboração do projeto de pesquisa, incluindo formulação dos objetivos e pressupostos, decisão dos materiais e métodos, etc.; a segunda etapa, de trabalho de campo, traz a construção teórica e a atividade empírica, em que se “realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipótese e de construção de teoria”. (MINAYO, 2002, p. 26); a terceira etapa, de análise e tratamento do material empírico e documental, basicamente se relaciona aos procedimentos de tratamento dos dados, articulando com a teoria, e pode ser dividido em três tipos: ordenação dos dados; classificação dos dados; e análise propriamente dita. Nessa pesquisa foram realizadas as três etapas, sendo que no trabalho de campo, usou-se a técnica de observação com base em fonte documental. Vale esclarecer que o trabalho de campo, junto com a teoria, ajuda no entendimento do objeto e nos caminhos da pesquisa.

O trabalho de campo permite a **aproximação do pesquisador da realidade** sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma **interação com os “atores”** que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social (MINAYO, 2009, p. 61, grifo nosso).

Considerando o exposto acerca de como se configura a metodologia na prática científica, segue uma breve descrição dos métodos e materiais empregados na elaboração do presente estudo. Foi desenvolvido em três etapas: Etapa 1) Pesquisa exploratória com base em pesquisa bibliográfica em literatura nacional e internacional; Etapa 2) Pesquisa exploratória com base em pesquisa documental; e Etapa 3) Estudo de caso parcial, com base em pesquisa documental. Como método analítico fez-se uso parcialmente da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), Análise Hermenêutica-Dialética (MINAYO, 2002) e Estudo de Caso (YIN, 2001), que são brevemente apresentadas a seguir visando justificar o seu uso nesta pesquisa.

Para a análise dos dados da primeira e segunda etapas, de busca bibliográfica e documental, respectivamente, utilizou-se, em um primeiro momento, a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), a fim de identificar textos, autores e documentos acerca da temática estudada. Segundo Bardin (1977, p. 38), “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdo das mensagens”. É uma técnica de pesquisa que vem sendo comumente utilizada nas pesquisas de cunho qualitativo, em virtude do rigor científico e da profundidade das pesquisas. Ainda, segundo Bardin (1977), consiste em trabalhar com os dados, visando identificar o que existe e está sendo abordado sobre determinado tema. Possui três etapas fundamentais: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, com a compreensão e interpretação. Feito isso, em um segundo momento, de análise dessas duas etapas, recorreu-se a Análise Hermenêutica-Dialética (MINAYO, 2002) - uma proposta qualitativa de análise dos dados - com a intenção de interpretar e compreender os textos selecionados (hermenêutica), e realizar um movimento de aproximação e contradição de ideias presentes nesses textos (dialética), que subsidiou o processo de compreensão do tema, criação de argumentos e geração de conhecimento.

A hermenêutica é uma técnica de interpretação que trata das questões que envolvem o ser humano e os processos e produtos decorrentes da sua ação, como os textos. Admite-se que na hermenêutica não apenas a interpretação e compreensão são importantes, mas também o registro, aspectos esses que desencadeiam a ordenação do pensamento. A dialética, por sua vez, suscita a noção de oposição, contradição de ideias e teorias levando ao surgimento de outras e novas ideias, significando “caminho entre as ideias”. Entende-se que essa contradição não se limita ao pensamento, mas está presente na própria realidade e por isso se expressa através das ideias. A dialética assume que os conceitos são voláteis pois expressam uma realidade que está em constante movimentação, por isso a necessidade de se olhar de vários pontos de vista e assim criar um novo, que pode refutar o anterior, afirmar ou complementá-lo. E é nesse jogo, unindo hermenêutica e dialética em um mesmo time que se esperou criar as linhas de pensamento que dão base para essa pesquisa, tendo em vista que:

Enquanto a hermenêutica penetra no seu tempo e através da compreensão procura atingir o sentido do texto, a crítica dialética se dirige contra seu tempo. Ela enfatiza a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura do sentido. A hermenêutica destaca a mediação, o acordo e a unidade do sentido (MINAYO, 1992, p. 227).

Dessa forma, a autora sugere que hermenêutica e dialética se associem, complementando uma à outra, o que proporciona a criação do método analítico intitulado hermenêutica-dialética. O uso desse método se justifica pela necessidade de colocar em evidência a práxis, união dialética entre teoria e prática. O método, segundo Minayo (2002) propicia ter uma visão crítica em relação aos dados, respeitando a sua configuração histórica e espacial, ou seja, o contexto, para assim analisar esses dados advindos da atividade empírica, sendo que “Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida”. (MINAYO, 2002, p. 77). Esse método apresenta que o primeiro nível de interpretação é o das determinações fundamentais, em que são definidas as determinações (contexto sócio-histórico) e a partir delas são formuladas as categorias gerais. O segundo nível de interpretação, baseia-se no encontro que se realiza com os fatos surgidos na investigação. Esse nível é, ao mesmo tempo, ponto de partida e ponto de chegada da análise”. (MINAYO, 2002, p. 78).

Para a operacionalização desse método, Minayo (2002) apresenta os seguintes passos: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise final. A ordenação dos dados configura-se como o mapeamento dos dados advindos do trabalho de campo; na classificação dos dados são definidas categorias, com base no que se assume relevante nos textos, criando-se assim “o conjunto ou os conjuntos das informações presentes na comunicação”. (MINAYO, 2002, p. 78); e a análise final vem para articular os dados e os referenciais teóricos, relacionando e conectando-os, a fim de responder às questões colocadas na pesquisa com base nos objetivos, promovendo assim “relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática”. (MINAYO, 2002, p. 79).

Destaca-se o método de triangulação de dados e teorias apresentado por Minayo (2002) para a prática científica, indo em direção de garantir uma pluralidade de visões sobre um objeto a fim de revelar um resultado mais próximo da realidade. Seria, pois, a triangulação, segundo Gomes et al. (2005) a etapa seguinte, posterior a de coleta e categorização de dados, momento em que se chega a uma síntese dialética. Para os autores, a etapa de triangulação é marcada por três aspectos: comparação de teorias; análise dos textos considerando o contexto histórico-espacial; e avaliação comparativa entre a teoria base do estudo com os dados empíricos. Dessa forma enxerga-se que se faz um movimento hermenêutico-dialético na análise, o que proporciona um aprimoramento da pesquisa, da atividade científica.

Na terceira etapa, foram analisados os dados pertinentes ao estudo de caso, seguindo as orientações previstas na metodologia, com embasamento da teoria de estudo de caso de Yin

(2001). O autor define estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que visa compreender os fenômenos sociais abrangendo o processo completo de planejamento, abordagens específicas à coleta de dados, e a análise de dados, sendo que “a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. [...] permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. (YIN, 2001, p. 21). Entende-se que, segundo as ideias de Yin (2001), o estudo de caso não é meramente uma estratégia de coleta de dados, e sim uma estratégia de pesquisa abrangente (YIN, 2001), que permite, portanto, se olhar a realidade de uma óptica mais ampla e plural.

Dentre as tipologias de estudo de caso que o autor (2001) indica (exploratórios/causais ou descritivos), o presente estudo de caso parcial se configura como exploratório e descritivo. Baseando-se no que Yin (2001) define, é exploratório pois, com o elencar dos elementos, é possível diagnosticar um caso com perspectivas de generalização. Esse modelo contribui, portanto, para o esclarecimento de uma situação em que as informações são poucas ou escassas. Descritivo, porque se faz uma descrição do caso usado para exemplificação, possibilitando olhar para os fenômenos no seu escopo real, dentro do seu contexto real. Yin (2001) apresenta que a coleta de dados pode vir de seis fontes distintas: Documentos; Registros em arquivo; Entrevistas; Observação Direta; Observação Participante; Artefatos Físicos. O autor, indica ainda que a análise dos dados do estudo de caso, deve seguir três princípios (YIN, 2001): a) utilizar várias fontes de evidência; b) criar um banco de dados para o estudo de caso; c) manter o encadeamento de evidências.

Tendo apresentado uma breve explanação teórica dos métodos usados, seguem detalhadamente descritas as etapas para melhor apresentação dos métodos e materiais que foram utilizados na produção desta pesquisa. Os dados de todas as etapas foram sistematizados em planilhas utilizando-se a ferramenta Excel 2010. O Quadro 1 ilustra os movimentos metodológicos realizados no decorrer da pesquisa.

Quadro 1 - Etapas da pesquisa

Etapa	Forma de análise
Etapa 1) Pesquisa exploratória com embasamento bibliográfico em bases de dados	
1a) Busca utilizando palavras-chaves selecionadas.	ANÁLISE DE CONTEÚDO (BARDIN)
1b) Título e resumo (leitura, categorias, seleção).	

1c) Leitura completa dos artigos (seleção).	
1d) Identificação de autores, teorias e textos e busca de outros autores pelas referências.	ANÁLISE HERMENÊUTICA-DIALÉTICA (MINAYO)
1e) Leitura e categorização dos textos oriundos desse desdobramento.	
1f) Elaboração do texto, com a aproximação e contraposição de autores e ideias. Interpretação e criação da base argumentativa.	
Etapa 2) Pesquisa exploratória com embasamento documental	
2a) Busca nos sites e no Google (filtro rigoroso).	ANÁLISE DE CONTEÚDO (BARDIN)
2b) Seleção dos documentos e informações, categorização.	
2c) Leitura e identificação de ideias e fatos.	ANÁLISE HERMENÊUTICA-DIALÉTICA (MINAYO)
2d) Elaboração do texto utilizando os documentos selecionados.	
Etapa 3) Estudo de caso parcial (usando fonte documental para observação)	
3a) Busca e seleção dos documentos.	ESTUDO DE CASO (YIN) TRIANGULAÇÃO (MINAYO)
3b) Observação e Diagnóstico (com uso de fonte documental).	
3c) Atravessamento entre os resultados da pesquisa prática com a teoria. Considerações críticas (Triangulação).	

Fonte: elaborado pela autora.

Etapa 1)

A etapa 1) configura-se como uma pesquisa exploratória, com base em pesquisa bibliográfica em literatura nacional e internacional. Para subsidiar essa etapa, foi utilizada como ferramenta, a consulta de artigos e demais documentos disponíveis em bases de dados: Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, *Library & Information Science Abstracts* (LISA), Base de dados do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB), justamente pela influência e relevância que possuem no

meio científico-acadêmico. Realizou-se essa etapa da seguinte maneira: A) Busca de artigos e demais textos, utilizando palavras-chave a fim de identificar o estado da arte sobre os conceitos e a temática; B) Primeira seleção dos documentos, colocando-os em categorias, selecionando aqueles identificados como pertinentes a partir do título; C) Após essa primeira seleção, foi feita a leitura de resumos e palavras-chave, visando filtrar os artigos/textos; D) Depois de identificados os artigos considerados como pertinentes, iniciou-se uma leitura minuciosa e cuidadosa a fim de ir criando uma linha de pensamento e argumentação; E) Identificação de outros autores e teorias a partir da leitura na fase “D” e incorporação destes na revisão de literatura. Em suma, da fase “A” até “D” realizou-se uma Análise de Conteúdo. Com a fase “D” e “E” foi feito um movimento hermenêutico-dialético, aproximando e/ou contrapondo teorias e autores, a fim de criar uma base argumentativa e teórica para a pesquisa. Utilizou-se palavras-chave selecionadas e suas respectivas versões no inglês, espanhol e francês, dependendo do conceito requerido. Foram recuperados artigos nos assuntos: Ciência da Informação; Arquivologia; Arquivo; Arquivo Público Municipal; Arquivo Comunitário; Cidade Inteligente; Cidade Inteligente e Humana; Inovação; Gestão da Inovação; Polo de Inovação; Políticas Públicas de Informação; Políticas Públicas Arquivísticas; São Carlos; Fundação Pró-Memória, entre outras. Com a etapa 1) foi possível realizar a revisão de literatura, para atender aos propósitos desta pesquisa. Estes auxiliaram no processo de esclarecimento de ideias, aprofundamento de conceitos, descoberta e reformulação de ideias e pressupostos. Essa etapa apresenta uma característica qualitativa, tendo em vista que, a partir dos artigos recuperados com a busca, selecionou-se apenas aqueles que atendessem ao propósito da pesquisa. Esse movimento foi essencial para adentrar nas etapas posteriores, uma vez que a revisão de literatura foi desenvolvida.

Etapa 2)

A etapa 2) é uma pesquisa exploratória com embasamento em pesquisa documental, utilizando a consulta em sites e documentos como: relatórios, leis, decretos, conteúdo de sites, informações constantes no Diário Oficial, entre outros. Essa etapa seguiu a seguinte dinâmica: a) Busca dos documentos, acessando sites específicos e quando não suficiente se expandiu a busca para o Google. O uso dessa plataforma demandou um olhar meticuloso e atento para o filtro dos resultados, devido a sua característica abrangente; b) Leitura dos documentos, visando

identificar pontos pertinentes à pesquisa, e que foram ajudando na elaboração do texto. c) Nessa fase se somou o conteúdo documental ao de revisão de literatura como uma forma de complementação e de atribuição de um caráter mais empírico. No entanto, indica-se que esse movimento tornou necessário que se tivesse em mente, olhar os documentos no seu contexto institucional e social para reduzir qualquer tipo de ruído ou equívoco interpretativo. Assim, tanto na busca nos sites quanto no Google, utilizou-se palavras-chave escolhidas de acordo com os objetivos da pesquisa. Essa etapa igualmente possui característica qualitativa, pois houve a leitura integral dos documentos selecionando apenas aqueles que agregassem valor à pesquisa.

Etapa 3)

A etapa 3) é um estudo de caso¹ no Arquivo Histórico Municipal da Fundação Pró-Memória de São Carlos, entendido como o Arquivo Público Municipal da cidade. No entanto, foi feito um estudo de caso parcial, baseado em fonte documental, como prevê Yin (2001), utilizando informações de domínio público. O roteiro de aplicação seguiu os seguintes procedimentos para a coleta de dados: I) fontes de evidências: documentos, registros em arquivo; II) banco de dados para reunião das evidências; III) encadeamento de evidências, relacionando às proposições (YIN, 2001). O período de coleta dos dados foi de julho de 2020 a março de 2021. Com isso, por meio de um diagnóstico feito com base em fonte documental pública, ansiou-se obter informações prévias sobre como o arquivo funciona e a influência da presença ou ausência de políticas públicas de informação. Assim, pretendeu-se identificar a sua pertinência com a questão da inovação e da sua configuração enquanto potencial *smart city* ou cidade inteligente e humana.

Apresentada a Introdução - seção 1) - que visa demonstrar brevemente o que foi abordado no decorrer da pesquisa, parte-se agora para o desenvolvimento das seções, em que pretendeu-se conhecer e aprofundar-se na temática proposta, divididas da seguinte maneira: a seção 2) apresenta o conceito de Meio Técnico-Científico-Informacional e Globalização

¹ A realização desta pesquisa foi impactada pela pandemia pela Covid-19, uma vez que não foi possível comparecer presencialmente ao Arquivo Público Municipal de São Carlos e as demais unidades de cultura e informação do município para a coleta de dados e acesso aos documentos físicos. Prezou-se por respeitar as medidas de isolamento social e garantir a não contaminação da autora e demais envolvidos, prezando pela vida e bem-estar de todas e todos. Adaptou-se a pesquisa para que fosse possível coletar dados de modo remoto e seguro, no entanto deparou-se com a dificuldade de acesso às informações que apenas constam em documentos físicos na FPMSC e demais centros de informação.

Solidária de Milton Santos, a fim de identificar o poder da informação na sociedade atual; a seção 3) apresenta a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, usada como base teórica-argumentativa na presente pesquisa; a Seção 4) discorre acerca da relação entre Inovação, *Smart Cities* e Cidades Inteligentes e Humanas; a seção 5) articula Ciência da Informação, Arquivologia e arquivos, perpassando pelo arquivo público, arquivo público municipal e arquivos comunitários; a seção 6) aborda o tema principal desta pesquisa, que são as políticas públicas de informação e o diálogo com a temática arquivística; a seção 7) mostra o estudo realizado acerca da cidade de São Carlos, apresentando-a como um polo de inovação, e ademais apresenta o estudo de caso no Arquivo Público Municipal presente na Fundação Pró-Memória de São Carlos; a seção 8) apresenta os resultados e a discussão realizada e por último, a seção 9) traz as Considerações Finais da presente dissertação.

2 MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Para discorrer acerca da sociedade atual, é plausível trazer o conceito de Meio Técnico-Científico-Informacional, meio este o qual estamos vivenciando, em que há a convergência entre informação, poder e sociedade. Milton Santos (1994) apresenta esse conceito relacionando-o ao espaço geográfico e ao processo de globalização. O geógrafo, em seus estudos, assume uma postura interdisciplinar, dialogando com diversas áreas do conhecimento, fato esse que inspirou a presente dissertação na decisão de trazê-lo como embasamento teórico, uma vez que, igualmente assume-se uma postura interdisciplinar nesta pesquisa.

Se hoje “achamos” que vivemos em uma sociedade da informação e do conhecimento, em que todos possuem as mesmas oportunidades de informação e aprendizado, bem, é uma ilusão. Vivemos mesmo uma sociedade, como apontou-se anteriormente, em que a informação é o novo insumo para o desenvolvimento das cidades e da sociedade. Mas antes de adentrar nesses pormenores, deve-se ler essa seção e essa pesquisa, considerando a seguinte reflexão: o desenvolvimento proporcionado pelo avanço das técnicas, da informação, da globalização não é para todos de modo igual. E nesse caso, as instituições de informação e cultura podem ir na contramão do movimento hegemônico aperfeiçoado pela globalização. Essas reflexões são inspiradas pela leitura das obras de Milton Santos, em que especialmente nesta pesquisa, recorre-se para adentrar em sua geografia crítica, denunciando a tirania da informação e do dinheiro e sugerindo que façamos uma outra globalização, pautada no valor da solidariedade. Cabe muito bem para as críticas e caminhos que vislumbrou-se assumir nesta pesquisa e enquanto estudiosas da Ciência da Informação. Recorrer à noção de Meio Técnico-Científico-Informacional e Globalização Solidária é de especial interesse desta pesquisa pois assume-se que a força das políticas públicas de informação está na articulação solidária entre técnica, ciência e informação.

De modo original e inovador, Santos (2000) discorre acerca do espaço e das transformações deste ao longo do tempo, associando-o a evolução das técnicas, sendo este “um conjunto indissociável de sistema de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não”. (SANTOS, 2000, p. 23). Para o autor, o espaço geográfico é misto, sendo um híbrido entre social e físico, entre um sistema de objetos e um sistema de ações. Classifica o meio geográfico a partir de três etapas, considerando os períodos pelos quais a sociedade passou ao longo do tempo. Segundo Santos (1994) vivíamos em um meio natural, depois

passamos para um meio técnico e na atualidade vivemos o Meio Técnico-Científico-Informacional. A partir da observação dessas três etapas, podemos ter uma noção acerca das relações natureza-sociedade.

O meio natural, segundo Santos (1994), é aquele cuja atividade humana estava em harmonia com a natureza, ou seja, o uso da natureza não causava grandes transformações a esta - ainda. Havia técnicas menos sofisticadas, como a agricultura e pecuária, que “respeitavam” os limites da natureza. Respeitavam com aspas, pois naquele momento inicial de desenvolvimento das técnicas, o ser humano não obtinha o conhecimento necessário para a sofisticação da técnica e portanto, não havia uma grande agressão a natureza. Isso ocorre com a evolução das técnicas, que não acompanhadas de uma consciência coletiva e ambiental, favoreceu o cenário atual de técnicas sofisticadas por um lado e degradação do meio ambiente de outro. Nesse período de meio natural, a interferência humana era sobretudo local. Nas palavras de Santos (1994, p. 70) “O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo”. O meio técnico, segundo Santos (1994) corresponde ao período de emergência da mecanização, com a invenção e uso das máquinas para as atividades humanas. Introduziu-se objetos e sistemas que inseriram novas tecnologias no setor produtivo. Não é à toa que esse período inclui a Primeira e Segunda Revoluções Industriais. O meio técnico caracterizava-se por ser um espaço natural e artificial, em que houve a sobreposição ou mesmo substituição dos objetos naturais por objetos técnicos. Esse segundo momento da história do meio geográfico acarretou o advento de um atual meio, intitulado por Milton Santos (1994), de Meio Técnico-Científico-Informacional, em que basicamente uniu-se técnica, ciência e informação.

O Meio Técnico-Científico-Informacional (SANTOS, 1994) é portanto, a representação da atual etapa, em que estão presentes o sistema capitalista de produção e transformação do espaço, "no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica". (SANTOS, 1994, p. 70). É pertinente à Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Científica Informacional, ocorrida em meados de 1970, após o término da Segunda Guerra Mundial. Como sinalizou-se, esse meio caracterizava-se pela convergência entre técnica, ciência e informação, guiadas principalmente pelo mercado, consolidando, portanto, o que conhecemos hoje como Globalização. Santos (1994) indica que

esse atual meio geográfico estabelece uma indissociabilidade entre ciência, tecnologia e informação, que juntas acabam por formar a base da sociedade atual.

O meio geográfico em via de constituição (ou de reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico informacional. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização. (SANTOS, 1994, p. 24).

O Meio Técnico-Científico-Informacional, segundo Santos (1994), é composto de Tecnoesfera e Psicoesfera, sendo a primeira “o resultado da crescente artificialização do meio ambiente” (SANTOS, 1994, p. 14), o que o autor chama de mundo dos objetos e a segunda “o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS, 1994, p. 14), que segundo Santos seria o mundo das ações. Assim, podemos entender, que a Tecnoesfera remete a um viés técnico, dependente da ciência e da tecnologia e a Psicoesfera, vinculada a produção de sentido para as ações. Desse modo, os objetos e lugares são elementos híbridos, uma vez que pertencem a ambas as esferas. “O meio geográfico, que já foi "meio natural" e "meio técnico" é, hoje, tendencialmente, um "meio técnico-científico". Esse meio técnico-científico é muito mais presente como psicoesfera que como tecnoesfera”. (SANTOS, 1994, p. 14).

Milton Santos faz uma explanação entre técnica e objeto, uma vez que este último é usado para a prática da técnica, salientando que a difusão de ambas ocorre de modo desigual. As técnicas mudam e não obstante o mundo muda também. Economia, Indústria, Cultura e Sociedade são transformadas ao longo do tempo, de acordo com as técnicas, que se fazem presentes com intensidades diferentes. Nas palavras de Santos (1994), a técnica não se apresenta isoladamente, e sim configurada em sistemas técnicos. Desse modo, cada povo e cada época elaboram e utilizam de diferentes técnicas, o que acaba por caracterizá-los, mas não completamente, sendo que na atual configuração político-econômica, reduz-se cada vez mais os sistemas técnicos, devido a um movimento homogeneizante, cenário este em que ciência e tecnologia vêm a favor do aperfeiçoamento das técnicas e não dos indivíduos.

Se as técnicas possuem poder transformador, é através dos objetos que se concretizam. Falar de uma requer falar da outra. Milton Santos (1994), acerca dos objetos, afirma que são mais eficazes quando se adaptam as ações pretendidas. Se há um espaço hegemônico, com

técnicas hegemônicas, é porque também “as ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos”. (SANTOS, 1994, p. 25). Os objetos não são apenas artefatos técnicos, carregam informação, discurso e são providos de intencionalidade. De acordo com Santos (1994) são fabricados para serem “a fábrica de ação” e possuem um discurso em sua funcionalidade. “É o discurso do uso, mas também, o da sedução” (SANTOS, 1994, p. 51), discurso esse que provoca desarmonias.

Santos (1994) ao abordar as redes no contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional e da pós-modernidade aponta que nesse cenário, elas se tornam absolutas, e que podem ser tanto globais como locais.

As redes são vetores de modernidade e também de entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos atores hegemônicos na escala planetária. Locais, essas mesmas redes são portadoras de desordem. A informação especializada e específica que elas transmitem serve à afirmação local dos atores hegemônicos. (SANTOS, 1994, p. 28).

Assim, entende-se que as redes não estão livres da lógica de poder que se vive na sociedade. Estas são importantes para a manutenção do atual sistema capitalista, uma vez que facilitam a circulação da informação, mas de uma outra perspectiva, acabam por, ao invés de incluir, excluir. Incluem, porque aproximam diferentes indivíduos e objetos em prol de um mesmo objetivo, e excluem porque homogeneizam as pessoas e os lugares. Há, portanto, a necessidade de se estabelecer uma relação em rede que permita o agrupamento de diferentes e que não reforce a estrutura hegemônica e homogênea de poder.

Pois bem, se vivemos um Meio Técnico-Científico-Informacional, podemos perceber que técnica, ciência e informação são basilares na construção desse meio. Não obstante, assim como fez Santos, podemos olhar de modo crítico, refletindo se técnica, ciência e informação estão sendo usadas a favor da humanidade ou para subsidiar a hegemonia das grandes empresas e da classe dominante. Acerca dessa problemática, Santos (2000) explica que se vive uma “Tiranía do dinheiro e da informação”, analisando a influência que a informação e o dinheiro possuem de modo veemente na nossa vida. Acaba por ser tirânico pois concentra o capital e o poder, não preocupando-se com quem vai afetar, apenas instaurando necessidades a serem suprimidas por 1: Dinheiro e 2: Informação.

Tiranía do dinheiro e tiranía da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do

comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise. (SANTOS, 2000, p. 17).

Desse modo, informação e dinheiro são os agentes basilares para a manutenção de novas hierarquias e polarizações, influenciando a forma de vida e caráter das pessoas. Fornece um meio plausível para a competitividade feroz e para o consumo pelo consumo, que são “a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instalam”. (SANTOS, 2000, p. 19).

Tendo em vista que vivemos um sistema capitalista que não é apenas capitalista e sim um capitalismo voraz, em que o consumo se tornou a nova moda permanente, não temos mais cidadãos e sim consumidores (SANTOS, 2000). Soma-se a isso o fato da globalização também não ser apenas uma globalização e sim uma “Globalização Perversa”, em que sem querer - ou por querer - acaba por padronizar, subtraindo as identidades culturais, monopolizando as informações e os pensamentos, tornando-nos cada vez mais consumidores, uma vez que se antecipa tudo o que “queremos” consumir. Esta pesquisa não é, bem como Milton Santos, contra a globalização, e sim contra o modelo atual capitalista e de Globalização Perversa. Frente a um mundo globalizado, Santos (2000) sinaliza que com a mundialização financeira, aumentam-se as dívidas externas, a concentração geográfica dos capitais, que são alguns dos exemplos econômicos.

Pois bem, essa evolução para o Meio Técnico-Científico-Informacional proporcionou que um processo de globalização se instalasse. Esta remete a integração econômica e cultural, compreendida como a mundialização da difusão de técnicas e objetos, em que a informação é o principal insumo e peça para seu funcionamento, assim “a globalização representa a materialização de um paradigma que toma corpo a partir do momento em que um novo insumo assume papel de “fator-chave” no desenvolvimento das forças produtivas: a informação”. (FREIRE, 2006, p. 58). No entanto, não nos deixemos iludir, da mesma forma em que a globalização acarreta transformações positivas, estas não são de modo heterogêneo e atendem a uma homogeneização e hegemonia de uma determinada parcela da sociedade já acostumada a diversos privilégios. A história nos mostra que o desenvolvimento das técnicas, restritas a alguns lugares, acarretou o avanço de desigualdades e da dependência entre localidades.

Nas palavras de Santos (2000, p. 5) “A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em sistema mundo de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos”. Acaba por caracterizar-se pela generalização e universalização, seja da economia, seja dos objetos e por conseguinte, também da cultura.

Ressalta-se que não está sendo contestada nesta seção, a troca de figurinhas pelas diferentes culturas, o que se vê como potencialmente positivo e necessário, o que se contesta é a homogeneização da economia e cultura.

A técnica, por sua vez, vive seu ápice no contexto da globalização, em que o foco é a produção de bens, aumentando a produção e diminuindo o espaço de produção e por conseguinte, os empregos. Isso poderia muito bem ser solucionado, se toda essa evolução fosse acompanhada de responsabilidade social, de defesa dos trabalhadores e substituição de empregos, para que os indivíduos não fiquem abandonados. Grandes empresas, com as melhores técnicas, se tornam privilegiadas, compram outras empresas e diminuem a concorrência, então o fenômeno do monopólio aparece triunfante. Países com essas grandes empresas privilegiadas, tornam-se privilegiadas e triunfantes também. Mas e o resto de nós? Bom, lidamos com as consequências ambientais, sociais e culturais derivadas desse processo.

Admitindo-se que o processo de globalização acaba por suprimir as identidades e singularidades, mesmo de modo não intencional, Santos (1994) coloca no local, no lugar, a força para anular os efeitos negativos da globalização. Para o autor, "o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas". (SANTOS, 1994, p. 13). O autor trabalha com o conceito de Globalização como fábula. Fábula, sabemos, é conhecida como uma história curta e fantasiosa, ou melhor dizendo, recorrendo ao Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa ([201-?]) é uma "Narrativa imaginária, ficção artificiosa; narrativa ou conjunto de narrativas de idealização mitológica; mito". Desse modo, segundo Santos (1994), a globalização prega um rol de fabulações que nos são apresentadas de modo real e otimista, como a ideia de aldeia global, de integração econômica, etc., fabulações estas que na verdade não são reais, só servem para controlar-nos.

Para tentar melhorar essa situação social/econômica/cultural, Santos (2000) aponta para uma alternativa: uma Globalização Solidária, que seria um modelo de globalização que respeite o indivíduo e a coletividade, embasando-se na solidariedade e cidadania. Em primeiro momento, há a necessidade de se distinguir o consumidor do cidadão (SANTOS, 2000), algo potencialmente importante, uma vez que a sociedade atual é cada vez mais consumidora e menos cidadã. Santos não era contra a Globalização e sim favorável a uma nova globalização, como sinalizou-se anteriormente, pautada na solidariedade.

Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias

reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização" (SANTOS, 2002, p. 80).

O momento técnico-científico-informacional que estamos vivendo, espaço este que carrega, segundo o autor, racionalidades e contra racionalidades, em que obviamente essa segunda está no âmbito da parte excluída, das minorias. "Os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços de mandar, os outros são os espaços de obedecer". (SANTOS, 1994, p. 53). Dessa forma, as cidades acabam por serem espaços de choque e revolta, uma vez que muitas das imposições globalizadas e capitalistas não são aceitas pela população. O cidadão, pois, exercendo plenamente a sua cidadania é a chave para a transformação do cenário de globalização perversa para a solidária. Mas o que seria esse ator, segundo Milton Santos? "O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo". (SANTOS, 1987, p. 41). Concorde-se, nesta pesquisa, com essa visão de Globalização Solidária, do cidadão como cidadão e não apenas consumidor. Posto isso, cabe trazer o lugar em que estão as cidadãs e os cidadãos: as cidades.

À cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia das intencionalidades do novo modo de produzir, criada, na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia. (SANTOS, 1994, p. 37).

Cidades e meio urbano, uma condição hoje indissociável, tendo em vista que as cidades são um movimento de urbanização e globalização. Começemos com um apontamento de Santos (1994, p. 34): "O urbano é frequentemente abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno". A cidade se constrói e reconstrói a partir do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar, "Há de um lado as formas criadas e, de outro, as formas criadoras, aquelas que após construídas, como se levantam e se impõem, como aquilo que o passado nos herda e implica uma submissão do presente". (SANTOS, 1994, p. 35). Quando Milton Santos (1994) explora a cidade, assume que a sua força reside não nos fortes, mas nos fracos, com o seu tempo lento.

Se velocidade é força, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o fraco, enquanto os ricos empanturrados e as gordas classes médias seriam os fortes". Porém, na grande cidade atual a força é dos "lentos", pois não comungam com as imagens, frequentemente pré fabricadas, que são distantes da realidade e assim acabam por descobrir as fabulações. (SANTOS, 1994, p. 41).

Assim, pode-se entender que as fabulações da globalização são descobertas por aqueles que não são inseridos no mundo de privilégios. “Ubiquidade, aldeia global, instantaneidade são, para o homem comum, apenas uma fábula. Para o homem comum, o Mundo, mundo concreto, imediato, é a Cidade, sobretudo a Metrópole. Nessas condições, será a Cidade uma Nação?”. (SANTOS, 2000, p. 40). Reforçando o poder do local para mudanças com impactos globais, acredita-se que a ideia da construção de baixo para cima, ou seja, do povo para os governantes é a luz no fim do túnel. Curiosamente, nesta pesquisa, todas as seções frisaram essa relevância e nota-se que é uma visão comum neste século. Defende-se que esse momento paradigmático o qual estamos vivendo esteja repleto de ideias pautadas nos valores de cidadania e solidariedade.

Acredita-se que a ideia de globalização unificou as coisas, mas não uniu as pessoas, e sobre isso, Santos (1994) indica que não nos tornamos unidos e sim uniformizados. Por isso o foco no local é importante, esse valor do local que pode impactar o global, mas não deve ser comandado por ele.

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar (SANTOS, 1996, p. 271).

De modo interessante, Santos (1994) aborda a relação entre ciência e as universidades, considerando-as como um dos espaços de produção de conhecimento decisivos para o avanço da sociedade. No entanto, na lógica capitalista, a universidade cada vez mais vem sendo usada como mais um dos instrumentos de mercado, lucro e manutenção dos grupos de poder. Dessa forma, a universidade como um espaço de reflexão, ciência e cultura também está ameaçada. Atualmente, vivemos um momento delicado na ciência como um todo, em que alguns governos desacreditam da ciência. Um exemplo do caso brasileiro é acerca dos cursos da área de Humanidades que convivem com a falta de recursos e com o descrédito da sua função científica. É outra forma de controlar-nos e manter o poder, uma vez que se reduz a capacidade de reflexão e de mobilização para as causas sociais.

Num mundo em que o papel das tecnociências se torna avassalador, um duplo movimento tende a se instalar. De um lado, as disciplinas incumbidas de encontrar soluções técnicas, as reclamadas soluções práticas, recebem prestígio de empresários, políticos e administradores e desse modo obtêm recursos abundantes para exercer seu trabalho. [...] De outro lado, o prestígio gerado pelo processo de racionalização perversa da Universidade é o melhor passaporte para os postos de comando. Desse modo, um

grave obstáculo a que se instale um processo de reflexão consequente é o contraste crescente, na Universidade, entre os seus grandes momentos e esse cotidiano tornado miserável pela ameaça já em marcha de uma gestão técnica e racionalizadora, que leva ao assassinato da criatividade e da originalidade. (SANTOS, 1994, p. 9)

Considerando esse cenário, é imprescindível pensarmos em formas de construir saberes em prol do desenvolvimento da sociedade como um todo e não apenas de uma parcela historicamente dominante, e para tanto, atuar no fortalecimento do papel social da universidade, de modo mais criativo e humano. Na atual configuração, ameaçado pelos ideais neoliberais, o Estado também perde força e começa a trabalhar em prol de manter a classe dominante forte. De acordo com o documentário “Milton Santos - Por uma outra globalização”, elaborado por Caliban (2004) Santos indica que uma problemática do Brasil é que, enquanto a classe pobre quer direitos, a classe média quer privilégios, e, portanto, não há uma consonância na luta, com o consequente enfraquecimento da cidadania. O geógrafo coloca no pobre a esperança de transformação social e do espaço, uma vez que este se entenda como um indivíduo que sofre violências diárias. Por isso que sim, que se coloquem mais pobres na universidade e nos espaços de produção do conhecimento, mas que haja educação para que esses reflitam e tentem mudar as estruturas sociais que os violentam e não entrem na lógica corrupta de poder. Há aí um desafio que apenas a educação nos salvaria. Estamos fazendo isto? Estamos sim, há na educação, na democratização da informação, na devida construção de políticas públicas, no fortalecimento das instituições de informação e cultura, na valorização da ciência, um caminho virtuoso para se transformar as estruturas sociais atuais.

Dessa forma, a informação pode ser usada em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas e não como uma forma de vigilância, controle e venda. Seria então hoje, a sociedade da informação uma expansão e concretização da democracia ou uma espécie de feudalismo contemporâneo? É a partir dessa indagação que Ataíde (1997) parte ao discorrer acerca do lado perverso da globalização no âmbito da sociedade da informação, oferecendo-nos uma visão sobre os primeiros resultados dos efeitos da globalização no Brasil. Em seus estudos, Ataíde (1997, p. 3) conclui que

O acesso à informação poderia ser mais democratizado com o emprego de uma política de subsídios para a aquisição de equipamentos e conexão à Internet por parte de instituições como bibliotecas, escolas e centros comunitários, que facilitariam o uso do serviço da Internet àquelas pessoas que não podem pagar para ter acesso às informações que julgam importantes para o seu conhecimento.

Milton Santos (CALIBAN, 2004) argumenta que, atualmente, a ciência e a técnica estão à mercê do mercado. Assim, se mostra potencialmente positivo que as e os cientistas ultrapassem cada vez mais essa barreira e façam ciência em prol da totalidade da população, como por exemplo, no momento atual de pandemia pela Covid-19, em que a comunidade científica se une e se esforça para garantir que a comunidade tenha saúde e informação de qualidade, apesar das dificuldades políticas e de saúde que se apresentam. Considera-se que a universidade é um dos espaços de pensamento, de ruptura, de esperança, capaz de expandir o conhecimento.

Freire (2006), por sua vez, diz que é justamente a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação embasando as políticas de inclusão social que possibilitará às populações mais vulneráveis economicamente participar da sociedade da informação. A relação entre Globalização e Identidade Cultural é abordada pela autora, quando aproxima o acesso à informação e a identidade cultural no escopo do local e do global.

a informação como força de transformação, a responsabilidade social da ciência da informação e a sua relação intrínseca com a tecnologia da informação – se manifestam na proposta de desenvolvimento de competências para produção e comunicação digital da informação, contribuindo para dotar os participantes de elementos de mediação entre a cultura local e a cultura global. (FREIRE, 2006, p. 58).

Aproveitando o gancho dado para discutir as novas tecnologias e o ambiente digital, aborda-se agora as ponderações realizadas por Pimenta (2016) ao discorrer acerca das rugosidades, conceito igualmente de Milton Santos (2006) utilizando-o como elemento teórico norteador para analisar os espaços informacionais na web. Rugosidade, seria aquilo “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos”. (SANTOS, 2006, p. 92 apud PIMENTA, 2016, p. 78). Colocando as tecnologias de informação e comunicação em um degrau alto, Pimenta (2016) indica que estas possibilitaram a redefinição das práticas cotidianas oriundas do mundo real, para o mundo virtual. Tornando-se produto do atual sistema capitalista e globalizado perversamente, o ambiente virtual e as novas tecnologias digitais seguem, portanto, um mesmo cenário político, não conseguindo serem totalmente "neutras". Esses objetos técnicos tão vívidos, portanto, não são tão conectores e democráticos assim, como sugere Pimenta (2016, p. 87) “Conectados a que? A quem? E como? A artificialidade desses objetos técnicos nos permite viver em uma configuração de mundo cada vez mais naturalizada e naturalizante”. Assim

As rugosidades presentes no ciberespaço, no território da internet, apesar de todos os novos recursos tecnológicos atuais e que de fato criam e mantêm este novo espaço, ainda contribuem fortemente para o “tom” das relações sociais, políticas e econômicas ali instauradas no espaço virtual. (PIMENTA, 2016, p. 79).

Postos os conceitos e argumentos pertinentes ao Meio técnico-científico-informacional e Globalização Solidária, indica-se que essa pesquisa talvez trabalhe com teorias consideradas como utópicas por alguns, mas que neste caso, expressam a esperança e anseio por um mundo melhor e mais justo. Para tanto, um primeiro movimento para a mudança é a postura crítica, acompanhada de inteligência e sensatez. Santos (1994, p. 41) aponta que “a análise tem que preceder a crítica, para que esta possa ser eficaz e para que se possa elaborar um discurso eficaz”. Se o movimento de crítica não vier precedido da análise, então se torna tendenciosa, não fundamentada e repleta de preconceitos. Santos (1994) indica que se crítica e análise não estiverem de mãos dadas, possibilitarão apenas a mobilização, no entanto, não haverá a construção. Nessa pesquisa, pretendeu-se assumir uma postura analítica crítica, visando oferecer de modo humilde e sensível, uma contribuição à Ciência da Informação e à sociedade como um todo.

Uma vez que se estuda as cidades e anseia-se que todos possam se desenvolver de modo inteligente e humano, é necessário recair sobre os efeitos advindos da globalização e pensar em uma lógica de pensamento que seja saudável, solidária e generosa. Uma outra globalização talvez nos ajudasse nisso. Essa outra globalização, vai se estabelecer com a mistura dos povos, com a consciência dos pobres de sua situação de precariedade e de manipulação pelas classes dominantes e com o espírito de solidariedade. Quando o Estado não estiver mais em função de obedecer a um mercado e sim ao povo. É isso o que devemos buscar, que política e mercado sejam feitos em prol do povo, para a melhoria da qualidade de vida e não como uma forma de hegemonia, controle das massas e de manutenção do poder.

Os arquivos, enquanto espaços da comunidade, podem ajudar a construir um mundo em que tecnologia e informação tragam oportunidades e desenvolvimento para todas e todos e não apenas aquela parcela privilegiada historicamente da sociedade. Podem auxiliar na problemática da confusão dos espíritos dos indivíduos a que se refere Santos (2000). Temos forças para construir uma sociedade da informação inclusiva e democrática, através de arquivos de fato comunitários, de uma premissa de baixo para cima na construção das cidades e de uma outra globalização, não mais perversa, mas solidária! Faremos isso atuando na democratização da informação e da educação, na devida consolidação das políticas públicas de informação, na

incorporação de arquivos de base comunitária, na salvaguarda da memória de todos os grupos sociais, no repouso ao processo de inovação, que seja também inclusivo e com nossos esforços em diminuir a desigualdade digital e social. E faremos isso considerando que a sociedade da informação e do conhecimento está envolta de diversos e variados atores humanos e não humanos, que articulados em rede possuem a capacidade de desestruturar e estruturar. Com isso em mente, segue-se com essa pesquisa, trazendo para o corpo deste tecido argumentativo, a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour.

3 TEORIA ATOR-REDE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Conforme sinalizado na Introdução, utiliza-se como embasamento teórico-argumentativo nesta pesquisa, o método analítico “*Actor Network Theory - ANT*” ou em português “Teoria Ator-Rede - TAR”, que traz sociedade, ator e rede, relacionando atores humanos e não humanos (sistemas, objetos, organizações, instituições, relações sociais), em que o ator é definido a partir do papel que desempenha. Os atores, conectados em rede, estabelecem relações, interferindo e influenciando o comportamento e configuração uns dos outros (LATOURET, 2012). A escolha por utilizar essa base teórica-argumentativa para a dissertação se dá pelo fato de admitir-se que na construção de políticas públicas de informação estão inseridos diversos atores que se relacionam em rede formando uma cadeia sóciotécnica, em que a ação ou não ação de cada ator interfere de algum modo na configuração social.

Antes de iniciar a explanação acerca da TAR, indica-se que conforme aponta Latour (2012), trata-se de um método analítico e não uma teoria. Esse é um dos exemplos do modo peculiar e criativo de fazer ciência que Latour apresenta, como a sua escrita com um grande uso de metáforas, a linguagem que desobedece a pompa da escrita científica, o que se percebe como positivo tendo em vista que o entendimento acerca da ciência deveria ser acessível para toda a população e não apenas para os poucos pares. Para abordar a ANT nesta pesquisa utiliza-se o termo TAR, que é sua nomenclatura em português. Outro ponto plausível de indicar à leitora e ao leitor é que não foi a pretensão desta dissertação aprofundar-se nos caminhos da Sociologia e da TAR, detalhando-a. Recorre-se a esse método, de modo mais superficial, porém atento. Em pesquisas futuras tem-se a pretensão de, com mais tempo e conhecimento, explorar mais profundamente o mundo da TAR.

Como mencionado no texto até então exposto, as ciências passam por momentos e paradigmas são identificados. O desenvolvimento e mudança de paradigmas é potencialmente positivo para o avanço das ciências, uma vez que são revistos argumentos, e em um processo de reflexão e inovação são postas novas visões e perspectivas. Kuhn, em 1977, já nos indicava que a ciência é um “quebra cabeça” e os paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (KUHN, 1977, p. 13). Ciências, bem como a sociedade, assistem a essas trocas de paradigmas. Vale lembrar que esta pesquisa não entende um período melhor que o outro, mas sim como diferentes e admite-se que são parte de um processo evolutivo e inovador. Dessa forma, a passagem da modernidade,

iniciada no século XX para a pós-modernidade, vigorando a partir da década de 1980, faz parte desse movimento. Não obstante, a Sociologia passou por transformações, o que ocasionou a elaboração de uma sociologia da associação, a Teoria Ator-Rede - TAR, contestando e refletindo acerca do social, da Sociologia e sociedade modernas.

Apresenta-se uma breve contextualização do período histórico, para que saibamos o porquê dessa teoria ser vista de forma tão empolgante e polêmica. Admite-se que o pensamento moderno, apesar das importantes contribuições, como tudo na vida, não é perfeito. A modernidade é marcada pela Revolução Industrial, relacionada ao forte desenvolvimento do capitalismo. Foco na razão, no humano, nos fatos e em uma única verdade. Ao contrário, o pensamento pós-humanista, aparece como uma alternativa de se encarar o fator humano, tão central na visão moderna, “que defende que precisamos ir além da ideia de unicidade dos sujeitos (humanos) e acolha um mundo material também pela interferência de outros agentes (não humanos)”. (SILVA, 2017, p. 9). Silva (2017) indica que o pensamento pós-humano se distancia das compreensões de cunho simplista, dualista e polarizado, em que se coloca bem vs mal, verdadeiro vs falso, humano e não humano, entre outros exemplos. Dessa forma, na modernidade há uma dissociação rígida entre natureza e sociedade, que é justamente o ponto que a Latour com a TAR vai criticar, apresentando-se como um pensador relativista.

Curiosamente², de alguma forma, apesar de reconhecer e valorizar o clássico, algo sempre me puxou para o encanto do contemporâneo, desse movimento de ideias novas, dessa liberdade de fazer uso do clássico e pensar o novo. Acredito que essa liberdade de misturar, dialogar, fundir, de usar um pouco do clássico e um pouco do novo é muito enriquecedora. Essa liberdade de movimento, de pensamento, de viver, sempre me cativou, direcionando-se ainda nova para a dança contemporânea e mais tarde para a Ciência da Informação. Agora vejo que foi esse espírito que me aproximou dessa ciência tão livre, inter, multi e transdisciplinar, que me possibilita viajar pelas diversas áreas do saber, respeitando-as e integrando-as. A leitora e o leitor devem estar pensando: por que está a trazer essa breve história? E devemos responder que é para justificar o porquê que esse método analítico nos cativou tanto, para justificar o porquê do seu uso nesta pesquisa. Como diz um grande amigo “o mestrado é um caminho a ser percorrido e não tão somente um texto”. Ou seja, esse período não é apenas para a materialização das ideias em um texto a ser lido pelos pares, é uma vivência, um momento de

² Esse parágrafo foge ao estilo de escrita acadêmica assumido nesta pesquisa, por tratar-se de uma reflexão de cunho pessoal que engloba tanto a mestranda quanto sua orientadora, por isso o uso da primeira pessoa do singular e da segunda pessoa do plural. Considerou-se pertinente colocá-lo no texto desta seção por ser uma explicação sobre a escolha da Teoria Ator-rede como base teórica argumentativa nesta dissertação.

aprendizado e autoconhecimento, assim que a escolha por usar cada conceito, teoria e método é também um posicionamento. Com isso em mente, conclui-se este breve momento de devaneio, assumindo que a escolha por usar Latour e a TAR é decorrente de um caminho percorrido durante o mestrado, em que, através das experiências acadêmicas e pessoais, apresentou-se essa teoria, que diz muito sobre a intenção de integração, diálogo e inovação assumidas por nós nesta pesquisa. Se, conforme Latour, o texto é o laboratório do cientista social, nesta pesquisa não deixamos a desejar. A forma de expressar-me e de traduzir meus conhecimentos é através do texto, um ator-rede que funciona nesta pesquisa como um meio de tradução das ideias para a leitora e o leitor.

Voltando ao objetivo da seção, que é explicar o que vem a ser a TAR, essa alternativa para se pensar o social e os atores humanos e não humanos, que relacionando-se formam a sociedade, ou como diria Latour, redes sociotécnicas. Esse método vai contra a visão antropocêntrica de que apenas o ser humano age e influencia o que chamamos de sociedade. Originou-se no campo dos Estudos Científicos, na década de 80, com a contribuição dos estudiosos do Centro da Sociologia e da Inovação (CSI), um laboratório da Escola Nacional Superior de Minas de Paris, na França, dentre eles: Michel Callon, Madelaine Akrich, John Law e Bruno Latour, entre outros. Recorre-se a Latour e mais especificamente à obra “Reagregando o Social: uma introdução à Teoria Ator-Rede” (2012), como forma de compreender previamente a TAR. Esse método dedicou-se a compreender a Ciência, Tecnologia e Sociedade sob um viés de construção social sujeita a ação ou não ação de diversos atores, humanos e não humanos. Os estudiosos da TAR defendem que “o conhecimento é um produto social, e não algo produzido através da operação de um método científico privilegiado” (LAW, 2006, p. 2), e que todo e qualquer fenômeno social pode ser analisado sob a ótica da TAR.

Em seus primeiros estudos, Latour critica o pensamento moderno de rígida separação entre natureza e sociedade, indicando que na realidade nunca fomos modernos, sendo uma de suas obras mais conhecidas o livro “Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica” (1979). Aborda criticamente o fazer científico, assumindo que este é influenciado por fatores internos e externos e que deveria considerar uma visão holística e associativa dos elementos envolvidos nela. “Latour dedica-se a conectar e desdobrar o que ele chamou de os três repertórios críticos do nosso mundo: a desconstrução, a naturalização e a socialização; os discursos, os fatos e o poder”. (GONZALES; BAUM, 2013, p. 146). Começa nesse período uma crítica que vai desencadear a TAR. Segundo Araújo (2009) esses estudiosos consideram a

prática científica em rede e buscam um maior entendimento da complexidade desse processo, que deve seguir seus atores em seus contextos de produção.

A Antropologia das Ciências de Latour concentra-se em **problematizar** a ideia da existência de uma **rígida separação entre natureza e sociedade**, tecnologia e sociedade, da dicotomia entre sujeito e objeto e ainda de uma relação de domínio dos homens sobre as coisas do mundo, ideias ditadas pela **modernidade**, que na realidade, segundo o autor, são ideias que nunca vingaram. (ARAÚJO, 2009, p. 302, grifo nosso).

Assim, entende-se que a natureza e sociedade são um movimento de mediações, não configuradas como fenômenos estáveis e pré-condicionados, por isso a necessidade de observar os diversos atores como simétricos, dessa forma “A Teoria do Ator-Rede possibilita tangenciar a dicotomia sociedade/natureza, pois parte do princípio de que o mundo social e o mundo natural devem ser tratados de forma simétrica, pela composição de redes sociotécnicas”. (DORIGON; BONAMIGO, 2019, p. 137). Com isso, pode-se dizer que as ideias de Latour e os estudiosos da TAR nos abrem para novas perspectivas, inovadoras e ousadas para se pensar a sociedade, agora de modo mais inter, multi e transdisciplinar. Iniciou-se com o objetivo de explicar os fatos científicos e foi se expandindo para outras temáticas de pesquisa, atualmente sendo usada em diversas áreas, dentre elas, a Ciência da Informação.

Latour ao longo de seus estudos utilizou e utiliza ainda de metáforas com um recurso para expressar suas ideias. A expressão *Actor-Network-Theory* - ANT - é uma delas. “Ant” significa “Formiga” em inglês e igualmente a esta, a TAR trata de seguir e rastrear as trilhas e caminhos, assim “o estudioso da ANT tem de arrastar-se como uma formiga, carregando seu pesado equipamento para estabelecer até o mais insignificante dos vínculos”. (LATOURE, 2012, p. 47). E mais, bem como uma formiga, o estudioso da TAR é míope, viciado em trabalho e farejador de trilhas. Outra curiosidade acerca da TAR é o que representa o hífen (-) da expressão ator-rede, que vem para denotar a inseparabilidade entre ator e rede, uma vez que um ator é composto de uma rede e ao mesmo tempo compõe uma outra rede. Vem no sentido de descrever esse movimento circulatório, ao invés de caracterizar seus elementos. “O ator-rede é aquilo que é induzido a agir por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem”. (LATOURE, 2012, p. 312). Somos simultaneamente atores e redes, por isso a expressão ator-rede, com hífen.

Com um vocabulário próprio, a TAR apresenta conceitos importantes para o entendimento desta, que são abordados nesta pesquisa, a fim de melhor criar uma linha de ideias que subsidiem a discussão deste trabalho. O ator, segundo Latour (2012, p. 75) é “aquilo que

muitos outros levam a agir” e “não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que o enxameiam em sua direção”. Ainda segundo Latour, em mais uma de suas metáforas, afirma que “Empregar a palavra "ator" significa que jamais fica claro quem ou que está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator, no palco, nunca está sozinho ao atuar”. (LATOUR, 2012, p. 75). Podem ser humanos ou não humanos, isto é, pessoas, objetos, organizações e instituições, animais, tecnologia, discursos, falas, textos, entre outros. O ator possui a qualidade de agência, de produzir efeito na rede, ou seja, “a agência ou agenciamento diz respeito aos objetos deixarem de ser apenas artefatos e participarem das ações nas interações cotidianas [...] é toda ação que um humano e/ou não humano faz a outro”. (SILVA, 2017, p. 14). Os objetos deixam de ser passivos e assumem um papel de influenciadores na ação de outros atores. Nesta pesquisa parte-se da premissa de que as relações são mediadas por objetos, o que desencadeia a necessidade de estudá-los. Quando a gente age, outras coisas agem com a gente! Essa teoria coloca os atores não humanos como centrais juntamente com os humanos, salientando a conexão em rede.

insiste que agentes sociais não estão nunca localizados em corpos e somente em corpos, mas que ao contrário, **um ator é uma rede de certos padrões de relações heterogêneas, ou um efeito produzido por uma tal rede**. O argumento é que pensar, agir, escrever, amar, ganhar dinheiro – todos atributos que nós normalmente atribuímos aos seres humanos, são produzidos em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro e como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede (LAW, 2006, p. 5, grifo nosso).

A rede representa os “nós” entre os atores, ou seja, a relação e conexão entre eles. Para Latour (1994, p. 12), “as redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso, coletivas como a sociedade”. Latour (2012) apresenta que a rede na TAR é pertinente à circulação e alianças estabelecidas entre os atores, como um rizoma, ascendendo por todas as partes em constante transformação. É a partir das redes que são constituídas conexões entre os atores, uma conexão que transporta e traduz, portanto nesse cenário a rede se consolida como um “espaço de troca e disseminação da informação, dando um novo foco as redes sociais de informação, onde os sujeitos se desenvolvem e as relações com o tempo e o espaço se transformam e se expandem”. (SAMPAIO; LOUREIRO, 2019, p. 55).

Assim, estudar a rede é na realidade estudar as conexões, os fluxos, os movimentos feitos pelos atores. Seguir essa construção pode ser feita a partir de três princípios metodológicos, propostos por Callon, Law e Rip (1986): 1) “Agnosticismo”, em que não deve ser privilegiado nenhum ponto de vista, repousando-se sobre a identidade do ator; 2) “Simetria generalizada”, propondo que todos os pontos da rede devem ser explicados nos mesmos termos;

3) “Seguir os atores”, observando como eles se movimentam e constroem seus mundos, a fim de estabilizar a rede.

Latour (2012) nos convida a refletir acerca do que chamamos de “social” e dessa forma o que entendemos por “sociedade”. Para fomentar essa reflexão, Latour explora uma Sociologia alternativa que não assume a dualidade e assimetria entre humanos e objetos/coisas, a TAR, redefinindo as noções de sociedade, ciência, natureza e política. A sociedade pode ser entendida a partir da associação entre os atores, e o social como um movimento de reassociação e agregação, por isso é conhecida como Sociologia da Associação. Gonzales e Baum (2013, p. 156) reforçam que a noção de sociedade é “muito mais do que vínculos sociais, é uma composição de associações sempre se constituindo através de convocações, mobilizações, cadastramentos e translações de inúmeras entidades se debatendo para associar-se”.

Segundo Latour (2012) a noção de sociedade é substituída pela de redes sociotécnicas, em que se estabelece relações entre os atores humanos ligando-os aos meios técnicos para atingir determinado objetivo, como a comunicação por exemplo, mediada por tecnologia. “Trata-se também de que quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas através de objetos. [...] O argumento é que essas várias redes participam do social. Elas o moldam”. (LAW, 2006, p. 3). Cadeias sociotécnicas moldam e transformam nosso campo de ação. Objetos não são algo inerte, sem influência, pelo contrário, possuem papel essencial em uma estrutura de ação que determina o modo como vamos agir ou não, por isso é importante colocá-los lado a lado com os atores humanos e não em detrimento deles. Law (2006) admite a radicalidade do argumento que coloca pessoas, máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas, etc. como atores na rede. “Na verdade, o argumento é que nós não teríamos uma sociedade, de modo algum, se não fosse pela heterogeneidade das redes do social”. (LAW, 2006, p. 3).

Com isso, a noção de redes sociotécnicas afirma a associação e interconexão de humanos e objetos/coisas, integrando não só o mundo dos atores, mas também das técnicas, tratando-se de “coletivos híbridos, em uma estrutura não linear, um ambiente propício de produção e disseminação de conhecimento, formando desenhos, arranjos e vínculos sociais”. (SILVA, 2017, p. 7). Com isso, o ser humano é apenas mais um dos nós da rede, bem como os atores não humanos, que interligados vão dando suporte e força para os demais fios. Entende-se que a rede é, portanto, composta de fluxos, propiciando um ambiente de intercâmbio com diversas e múltiplas entradas e saídas. Dessa forma, os atores humanos e não humanos, de modo horizontal, se relacionam, produzindo e sendo produzidos, uma vez que cada ator influencia o

outro em algum nível. Segundo Sampaio e Loureiro (2019, p. 49) a rede “pode ser desdobrada por meio dos objetos que ainda não encontraram seu lugar, estabilizando-se, ou, que simplesmente não possuem lugar nessa divisão tradicional, os híbridos”.

Concorda-se com esse argumento e ressalta-se que apesar de se assumir nesta pesquisa que os objetos/coisas são atores bem como os seres humanos, não se retira desses últimos as características que os tornam essencialmente humanos. Continua-se a se pensar de modo ético, com respeito aos indivíduos. Assumir que objetos e coisas também agem não é colocá-los acima dos humanos, não se enganem. Na realidade, têm-se uma visão simétrica desses atores humanos e não humanos. Vamos olhá-los como tais? Um exemplo é a comunicação que atualmente é potencialmente mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, mas que obviamente não se limita a ela. No caso da presente pesquisa, arquivo, universidades, empresas, Estado, tecnologias, TIC, políticas públicas, informação, cidadãos e cidadãs são atores que se relacionam quando falamos da construção de políticas públicas de informação e desenvolvimento de cidades inteligentes e humanas. Esses dois últimos, políticas públicas e informação, não são objetos físicos, mas atribui-se aqui, um sentido de objeto abstrato nessa relação em rede devido às suas influências. Continuando, na TAR há atores, processos e uma cadeia que os envolve, sendo que quando consegue-se criar uma rede sociotécnica que permite a comunicação, envolvendo todos esses atores então chegamos em um momento ideal. A relação estabelecida entre os atores é o fator que permite a redefinição dos campos de ação e a criação e recriação de nossa realidade.

Latour (2000) acerca da tradução, indica que se refere tanto ao seu significado linguístico como geométrico, o primeiro pertinente a transposição de uma língua para outra e o segundo pertinente a transposição de um lugar para outro. A tradução seria então a interpretação oferecida por aqueles que constroem os fatos, para com seus interesses e os das outras pessoas envolvidas. Latour (2012) apresenta que o processo de tradução perpassa por quatro momentos: problematização, interesse, envolvimento e mobilidade dos aliados, sendo que “a palavra tradução assume agora um significado de algo especializado: uma relação que não transporta casualidade, mas induz dois mediadores à coexistência”. (LATOUR, 2012, p. 160).

Desse modo, há que se considerar que a união dos atores é embasada em interesses comuns, e a tradução ocorre quando um ator traduz o interesse dos demais atores, deslocando-o e com isso envolvendo todos na construção da rede. Kien (2009) sinaliza que Latour oferece, com o processo de tradução, uma forma de entender as relações de poder.

A natureza é poderosa? É uma arma ou um carro, ou o presidente dos Estados Unidos? O dinheiro torna as pessoas poderosas? Latour afirmou que, ao trabalhar com um modelo de poder como tradução, poder é o efeito do desempenho e não algo em posse do performer (ator). O efeito (ou seja, potência) é produzido pela associação de entidades. O poder envolve um paradoxo: ter poder significa ter potencial não utilizado (ou seja, nada), enquanto usar poder significa que outras pessoas ou algum objeto estão atuando em seu benefício. **Poder é a realização de atos por outros, ou o potencial de ter outros agindo por si mesmo.** Assim, um modelo de tradução do poder rejeita o poder objetificante. Em vez disso, a teoria da tradução considera objetos e símbolos conceituais objetivados como fetichizados e reificado como recipientes de poder, significando poder em si mesmo. (KIEN, 2009, p. 4, tradução nossa, grifo nosso).

Outro conceito que na obra de Latour podemos destacar é de “Simetria”, que basicamente consiste em observar e tratar os atores não humanos de modo simétrico aos humanos. Admite-se a impossibilidade de se avaliar igualmente os atores não humanos dos seres humanos, uma vez que estes últimos possuem características próprias dos humanos, como a emoção e razão, todavia há como avaliá-los simetricamente. Reforçando o argumento anterior, a TAR é um método analítico que observa a ação dos atores e não deve ser confundida como uma ideologia de valorização do objeto em detrimento do humano. Latour (2012, p. 114). faz uma ressalva: “A ANT não é - repito: não é - a criação de uma absurda ‘simetria entre humanos e não humanos’. Obter simetria, para nós, significa não impor *a priori* uma assimetria espúria entre ação humana intencional e o mundo material das relações causais”. A partir do princípio da simetria, que os diversos discursos são tratados de modo democrático, Sampaio e Loureiro (2019, p. 52) afirmam que “Materiais heterogêneos são abordados como atores que se relacionam, constituem alianças e associações que derivam em redes de interação”. Pode-se entender, portanto, que tradução, simetria e heterogeneidade são conceitos fundamentais para a TAR.

Para observar esses atores é necessária a humildade de apenas segui-los para descrevê-los e não tentar explicá-los ou modificá-los. Latour (2012) aponta que se um ator descrito requer que seja explicado, então não foi descrito corretamente. “Descrevam, escrevam, descrevam, escrevam!” já diria Latour (2012, p. 216). A tarefa de definir e ordenar o social é dos próprios atores: “É como se disséssemos aos atores: Não vamos tentar disciplinar vocês, deixaremos que se atenham a seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o modo como os estabeleceram”. (LATOUR, 2012, p. 44). Há uma passagem do livro “Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-rede”, que apresenta um diálogo entre o professor Latour (P) e um aluno de doutorado (A) em dúvida se a TAR cabe ao seu projeto de pesquisa.

A: Mas então o que ela pode fazer por mim?

P: O melhor que ela pode fazer por você é dizer algo como: "Quando seus informantes misturarem informação, hardware, psicologia e política numa frase, não a divida em pedacinhos isolados; tente acompanhar a sequência dos elementos que pareceriam totalmente incomensuráveis caso você adotasse o procedimento normal ". Isso é tudo. A ANT não pode lhe dizer positivamente o que seja a sequência, (LATOUR, 2012, p. 206).

Em outro trecho:

A: Discordaria da necessidade, para elas, de explicar os dados que acumulam? E o senhor ainda se considera um cientista social e um objetivista!

P: Só o que sustento é que, se sua descrição precisa de uma explicação não é uma boa descrição. Apenas as descrições ruins precisam ser explicadas. É tudo muito simples, na verdade. O que se entende, quase sempre, por "explicação social"? O acréscimo de outro ator que transmitirá aos já descritos a energia necessária para agir. Mas se você tiver de acrescentar algum, então a rede não está completa. E os atores já reunidos não possuem energia suficiente para agir, não são "atores", e sim meros intermediários, bobos, fantoches. (LATOUR, 2012, p. 213).

A TAR não trabalha com certezas e sim com incertezas, não trabalha com estabilidade e sim instabilidade, uma vez que vivemos uma sociedade em constante movimento, mutação e transformação. Portanto aquele que se dedica a estudá-la e utilizá-la em seu estudo deve estar ciente de que a viagem será lenta e árdua, que os movimentos serão constantemente interrompidos por aquilo que Latour chama de cinco fontes de incerteza. O autor afirma que “No mundo que a ANT tenta percorrer, nenhum deslocamento parece possível sem traslados caros e cansativos”. (LATOUR, 2012, p. 47).

Na primeira fonte - “Não há grupos, apenas formação de grupos”, Latour (2012) indica que grupos não existem, o que existe é um movimento de agregação de elementos heterogêneos configurando uma formação de grupos, cujo interesse é nas variadas associações que vão sendo estabelecidas. Essa performance e os meios utilizados para sua estabilização são, portanto, o objeto de interesse social. Assim, se quisermos observar o grupo, teremos que rastrear as pistas deixadas por ele nesse processo. A segunda fonte de incerteza - “a ação é assumida”, diz que o ator não é uma fonte de ação e sim alvo de um conjunto de entidades. Não há uma força maior que faça os atores agirem, e a rede só existe por causa do movimento de debate em controvérsias e ações das entidades. Nessa fonte de incerteza vê-se a ação como algo não transparente. “A ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos”. (LATOUR, 2012, p. 72). Por sua vez, a terceira fonte de incerteza - “os objetos também agem”, discorre acerca dos objetos que estão conectados na

rede heterogênea, estes entendidos como atores humanos e não humanos. Aqui assume-se que não são só os humanos que agem, mas os objetos/coisas também.

Para os sociólogos de associações, o que é novo não é a multiplicidade de objetos mobilizados por um curso de ação ao longo do caminho - ninguém jamais negou que eles existam aos milhares. Novo é o fato de os objetos surgirem de súbito não apenas como atores completos, mas também como aquilo que explica a paisagem variegada pela qual começamos, os poderes supremos da sociedade, as notórias assimetrias, o rude exercício do poder. (LATOUR, 2012, p. 109).

A quarta fonte de incerteza - “Questão de fato vs Questão de interesse”, traz à discussão o conceito de construtivismo, que para Latour (2012) equivale a um aumento do realismo. “Um mundo natural feito de questões de fato não parece exatamente a mesma coisa que um mundo constituído por questões de interesse, e por isso não pode ser usado com tanta facilidade como imagem da ordem social ‘simbólica-humana-intencional’”. (LATOUR, 2012, p. 168). Por último, a quinta fonte de incerteza - “Escrever relatos de risco” - representa o momento da materialização em um relato escrito dessas questões da Sociologia da associação, em que se traz para “o primeiro plano o próprio ato de compor relatos”. (LATOUR, 2012, p. 180). O texto, por exemplo, se torna um ator e mediador, convocando todas as entidades que são mobilizadas na rede. Como já sinalizado no início desta seção, segundo Latour o texto é o laboratório do cientista social, tecendo redes de atores e estabelecendo relações com outras transações.

Mas não somente desses conceitos a TAR se encarrega de estudar, cruzar, relacionar e inovar. Aproximando mais diretamente ao escopo da Ciência da Informação, aborda-se a relação entre informação, materialidade e poder. Sampaio e Loureiro (2019) afirmam que a informação opera como reguladora da vida cotidiana. Se este é o novo insumo da sociedade, sua materialização é de essencial observação. Para Latour (2012), o trabalho do cientista é a produção de imagens, que é a tradução das experiências científicas para uma forma de representação física, o que ele chama de “inscrições”. A TAR considera que os enunciados traduzem e representam, por isso a importância da sua inscrição no mundo físico, sendo que a circulação dessas inscrições, portanto, permite que a informação se materialize. Se o conhecimento é um produto social, aparecendo sempre em uma manifestação material, como uma fala, artigo, etc., então a sua organização e ordenação podem ser alvo de reflexões de ciências que encabeçam essa temática, como o nosso caso, a Arquivologia e a Ciência da Informação? Sim, podem, devem e são bem-vindas.

Kien (2009), ao abordar a temática de materialidade da informação faz um movimento de aproximá-la da TAR e discorre acerca da cultura material. Segundo o autor, o “desempenho

da escrita faz conceito em material - na materialidade do processo, se não mais na materialidade da impressão. O ato de ler é o segundo momento material da escrita”. (KIEN, 2009, p. 6, tradução nossa). Sabe-se que o registro em um material confere maior durabilidade para a informação, não exatamente a torna verdadeira, mas a preserva por maior tempo, auxiliando na salvaguarda da memória. Quando objetos/coisas são usados para nos comunicarmos e nos relacionarmos, a cultura material se evidencia. Não pense a leitora e o leitor que se defende uma cultura de acumulação desenfreada de materiais com sentimento capitalista. Não, ressalta-se que a materialidade da informação é importante para salvaguardar as ideias, pensamentos e fatos, por isso o viés de memória atrelada a instituição arquivo é defendido e evidenciado nesta pesquisa. Dito isso, retoma-se as ideias de Kien (2009, p. 6, tradução nossa), que indica que a TAR se configura “como um método de mapear como uma tecnologia / artefato / objeto material participa da vida cotidiana”. De acordo com o autor, é impossível separar materialidade de cultura, sendo a cultura material importante na nossa sociedade porque a fizemos assim. A TAR vem, portanto, para estudar esse processo, fornecendo uma contribuição metodológica de análise, em que “Superar o dualismo é apenas uma das contribuições úteis da ANT para entendimentos não hierárquicos de vida cotidiana, vendo a cultura como performance e efeitos das performances”. (KIEN, 2009, p. 16, tradução nossa)

Law (2006) afirma que o conhecimento assume uma forma material:

O “conhecimento”, portanto, é corporificado em várias formas materiais. Mas de onde ele vem? A resposta da teoria ator-rede é que ele é o produto final de muito trabalho no qual elementos heterogêneos – tubos de ensaio, reagentes, organismos, mãos habilidosas, microscópios eletrônicos, monitores de radiação, outros cientistas, artigos, terminais de computador, e tudo o mais – os quais gostariam de ir-se embora por suas próprias contas, são justapostos numa rede que supera suas resistências. Em resumo, **o conhecimento é uma questão material, mas é também uma questão de organizar e ordenar esses materiais.** (LAW, 2006, p. 2, grifo nosso).

Para Law (2006) a TAR assume que a estrutura social não se configura como um nome e sim como um verbo - um processo, algo incerto, de superar resistências. Dessa forma o autor explica que nenhuma ordem social é independente, finalizada e autônoma, não havendo, portanto, uma única e insubstituível “ordem social, com um único centro, ou um conjunto único de relações estáveis. Ao contrário, há ordens, no plural. E, obviamente, há resistências”. (LAW, 2006, p. 6). Frisa que não se trata de uma teoria pluralista e sim uma teoria que reconhece que os “efeitos de poder são gerados numa forma relacional e distribuída, e que nada está nunca completo”. (LAW, 2006, p. 6). Com isso, ainda segundo o autor, a luta pelo ordenamento é central na TAR, em que se dedica à exploração do processo de tradução.

Assim, "tradução" é um verbo que implica transformação e a possibilidade de equivalência, a possibilidade que uma coisa (por exemplo, um ator) possa representar outra (por exemplo, uma rede). Isto é o núcleo da abordagem ator-rede: um interesse por como atores e organizações mobilizam, justapõem e mantêm unidos os elementos que os constituem. (LAW, 2006, p. 6).

Segundo Law (2006), essa teoria dá formas de superar a resistência, são elas relacionadas a: 1) Materialização e durabilidade, que assume que alguns materiais são mais duráveis que outros e, portanto, mantêm seus padrões relacionais por um período maior. “Conseqüentemente, uma rede relativamente estável é aquela incorporada e performada por uma faixa de materiais duráveis”. (LAW, 2006, p. 7). Nesse caso o ordenamento é no tempo. Por sua vez, o ordenamento no espaço é pertinente a 2) Mobilidade, ou seja, as formas de agir à distância, que enfatiza que centros e periferias são efeitos e não condições. Segundo Latour (2012), para a rede se manter estável a materialidade é fator estratégico, mas para que o objeto não perca poder na rede é necessária a durabilidade, sendo que “Vigilância e controle produzem os efeitos de centros e periferias, enquanto as traduções criam móveis imutáveis”. (KIEN, 2009, p. 387). A 3) Tradução é abordada assumindo “centros de tradução como efeitos relacionais e exploram as condições e os materiais que geram esses efeitos e superam as resistências que os dissolveriam”. (LAW, 2006, p. 8). E por último o 4) Ordenamento, em que o autor enfatiza que apesar do escopo ser local, há estratégias de tradução gerais que coexistem e interagem, uma vez que nenhum ordenamento chega nunca a se completar.

Law (2006) acerca da TAR afirma que é uma sociologia da tradução, tratando da mecânica do poder. Aborda a metáfora da rede heterogênea, a consolidação da rede e seu ordenamento, apresentando algumas formas que o ordenamento da rede gera efeitos como hierarquia e poder.

Ela sugere que deveríamos analisar os poderosos exatamente da mesma forma que quaisquer outros. Isto não significa negar que os marajás deste mundo são poderosos. Eles certamente o são. Mas significa sugerir que eles, sociologicamente, não são diferentes em espécie dos miseráveis. (LAW, 2006, p. 1).

Bom, uma vez que poderosos e miseráveis são atores-redes, pode-se analisá-los sob o viés da simetria. Desse modo, como existem formações de grupos que detém mais poder é necessário observá-los e descrevê-los para tentar entender como isso se formou e quais atores e redes foram se estabelecendo para em seguida refletir e propor um novo olhar. “E se eles são maiores, então deveríamos estar estudando como isso veio a acontecer – em outras palavras,

como tamanho, poder e organização são gerados”. (LAW, 2006, p. 1). Essa teoria vem, portanto, para mostrar que se pode olhar as relações, o poder de uma outra perspectiva.

Assim é que **a teoria ator-rede analisa e desmistifica**. Ela desmistifica o poder e o poderoso. Ela diz que, em última análise, não há diferença em espécie, não há grande divisão alguma entre o poderoso e o miserável. Mas em seguida ela diz que não há coisa tal como última análise. E uma vez que não há última análise, na prática há diferenças reais entre os poderosos e os miseráveis, diferenças nos métodos e materiais que eles empregam para se produzirem e reproduzirem. **Nossa tarefa é estudar esses materiais e métodos, para entender como eles se realizam, e notar que poderia, e frequentemente deveria, ser de outra maneira.** (LAW, 2006, p. 10, grifo nosso).

E é dessa outra maneira que se pretende olhar a sociedade, a cidade de São Carlos, a construção de políticas públicas, a informação, as cidades e estados, o papel dos indivíduos e das instituições, trazendo um viés de continuidade e não de segregação, de diálogo, de trabalho em equipe, de atores-rede.

Acerca da abordagem de Global e Local, Latour (2012) indica que para tornar as associações novamente rastreáveis devem ser realizados três movimentos: o primeiro é “Localizando o Global”; o segundo é “Redistribuindo o Local”; e o terceiro é com "Conectores". Há, no entanto, que se ficar em um nível plano, para visualizar as conexões que são abertas entre os espaços global e local, sem pular de um para outro, vendo-os em seus contextos e estruturas e dividindo-os por seus supostos tamanhos. Assim que “navegar nesse espaço achatado é que, quando passamos a focalizar melhor aquilo que circula, conseguimos perceber muitas outras entidades cujo deslocamento mal era visível antes”. (LATOUR, 2012, p. 295). O primeiro movimento - Localizando o Global - sugere que nenhum lugar é maior que outro, mas sim que se beneficia de conexões mais amplas e seguras. Portanto, não há um global que em tamanho é maior que o local e a TAR aparece com a visão de conexão e não de desconexão. Destaca que “Não é que não haja hierarquia, altos e baixos, fendas, vales profundos, cumes. Apenas, se você quiser ir de um lugar a outro, terá de pagar o preço total da relação, conexão, deslocamento e informação”. (LATOUR, 2012, p. 256). Globalizar perversamente, portanto, como vimos anteriormente com Milton Santos, é tirar dos locais a sua força e identidade. Há a necessidade de se localizar o global como um espaço local e vice-versa.

Se você está em dúvida, tente, como um exercício, localizar os lugares, os teatros, os palcos onde a “globalização” está sendo pintada. Você logo perceberá que, a despeito de tanto estardalhaço, a globalização circula por trilhos minúsculos, resultantes de alguma forma glorificada de provincialismo. (LATOUR, 2012, p. 275).

O segundo movimento - Redistribuindo o Local - vem com o questionamento de “de que modo o próprio local é gerado? Agora não é o global que será localizado, o local é que deverá ser reconduzido e redistribuído”. (LATOURE, 2012, p. 279). Para esse autor, nenhum lugar é predominante o suficiente para ser global e nem suficientemente autônomo para se considerar local. Reconhecendo isso, argumenta-se que esses dois espaços não diferem mais em forma e tamanho, apenas na direção das entidades circulantes, que podem ser rastreáveis. E nesse sentido destaca-se, a partir das ideias de Latour, que as Tecnologias de Informação e Comunicação possibilitam rastrear as associações de uma forma antes impensada, tornando visível o que antes nos aparecia apenas virtualmente. (LATOURE, 2012).

Bom, se o primeiro movimento colocava o global em espaços minúsculos, o segundo movimento “transformava cada lugar no ponto de chegada provisório de outros locais distribuídos pelo tempo e espaço, com cada um se tornando o resultado da ação a distância de outro agente”. (LATOURE, 2012, p. 315). Assim, os dois executados de modo assíduo, acarretam um terceiro movimento em que Latour vai explorar os “Conectores”, passível de um nível alto de abstração.

O terceiro movimento - Conectores- vai tratar dos elementos que ligam, induzem a associação em múltiplas conexões entre local e global. Nesse cenário, atores humanos e não humanos vão agir criando relações entre esses pontos. Latour sinaliza que os locais, nesse momento transformados em atores-redes, movem-se para o segundo plano, e as conexões avançam para o primeiro plano.

Chegou a hora da Formiga ir buscar seu prêmio. O que acontece quando praticamos os dois gestos, localizar o global e distribuir o local juntos? Toda vez que uma conexão deve ser estabelecida, um novo tubo condutor deve ser instalado e um novo tipo de entidade deve viajar por ele. Aquilo que circula, por assim dizer "dentro" do tubo é o próprio ato de atribuir uma dimensão a alguma coisa. Sempre que um lugar intenta agir em outro, precisa atravessar um meio, transportando alguma coisa durante todo o percurso; para continuar agindo, precisa preservar algum tipo de conexão mais ou menos durável. (LATOURE, 2012, p. 316).

Finalizada a explanação acerca da TAR, agora apresenta-se esse método de modo mais específico na articulação entre Ciência da Informação, inovação e Arquivologia. Conforme explicitou-se anteriormente, a TAR envolve uma gama de elementos, relacionando-se também à informação e às unidades de informação, como laboratórios, relacionando centros e periferias. Latour (2012) explica que a informação é esse espaço entre o centro e a periferia, “apresenta a informação como uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia e o segundo que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circule um

veículo, de caráter material, a inscrição”. (ARAÚJO, 2009, p. 304). Considerando essa premissa, pode-se entender que as bibliotecas, arquivos e demais centros de informação se encarregam dessa informação e de sua materialização. Latour (2000, p. 21) considera a biblioteca como um

nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos. Ela curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de espetáculo provisório, de dispatcher, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente.

Araújo (2009, p. 304) reforça o aspecto informacional no escopo da TAR, indicando que “Conceitos e noções apresentados na obra são ricas fontes de reflexão no campo da CI, seja pelo papel das bibliotecas ou pela discussão sobre a materialidade da informação”. E é nesse ponto que se anseia adentrar quando se discorre sobre a TAR no âmbito da Ciência da Informação e Arquivologia. Uma vez que essa abordagem sociológica coloca em evidência a informação como transformação, estabelece-se, nesta pesquisa, um ponto de vista da Ciência da Informação e Arquivologia no que compete ao uso da TAR nesses campos do saber. Nesse sentido, Araújo (2009) ao realizar um estudo analisando a incidência das citações acerca do filósofo Latour, nos oferece um panorama de estudos que demonstram a influência deste na Ciência da Informação. Araújo (2009) ao analisar uma gama de artigos constantes em periódicos brasileiros na área de Ciência da Informação, constatou que prevalecem estudos que abordam aspectos históricos, epistemológicos e interdisciplinares do campo. É importante esse movimento de revisão, pois “a construção do conhecimento se dá sobre uma base ampla e sólida de saberes herdada de gerações passadas para que seja verificada, discutida, revisada ou ampliada”. (ARAÚJO, 2009, p. 300). O autor sinaliza que

A constatação de que a maioria dos trabalhos que citam o autor na CI tenha sido desenvolvida dentro da temática “Aspectos teóricos e gerais da ciência da informação” que abrange estudos que envolvem a discussão histórica, epistemológica e interdisciplinar do campo, revela que o autor marca presença em discussões que norteiam o fazer científico no campo. A presença de González de Gómez e Wersig pode contribuir com esse quadro como estudiosos e teóricos da CI. (ARAÚJO, 2009, p. 313)

Repousando sobre esse estudo de Araújo, destaca-se a temática de “Legislação, políticas públicas de informação e de cultura” sinalizada por Araújo (2009), eixo este em que se notou um grande uso da TAR, o que, a esta pesquisa é interessante, devido a similaridade dos temas, que cruzam informação, cultura e poder. Por sua vez, Sampaio e Loureiro (2019) abordam a

TAR de um viés da informação e memória, analisando o fenômeno da informação como um elemento que constitui a memória social. Com essa abordagem sociológica, a

noção de memória amplia-se expressivamente, tendo em vista as transformações e comportamentos dos sujeitos compreendidos enquanto seres sociais imersos em um cenário sociocultural constituído de elementos heterogêneos e plurais, sejam eles elementos humanos e não humanos, como propõe noção de “rede” tal como proposta “Teoria Ator-Rede”. (SAMPAIO; LOUREIRO, 2019, p. 48).

Assim, segundo os autores, a memória é um produto abundante de informações, que é constantemente construído e inventado a partir das relações dentro dos coletivos sociais. Dessa forma, a memória está sempre em processo de ressignificação e transformação, afetada pela ação de atores humanos e não humanos em um ambiente cada vez mais permeado por informações. Assim, estabelece-se uma relação direta entre informação, memória social e atores, geradores de significações. Tem-se, portanto, uma “compreensão sociologizante que nos permite relacionar agentes, máquinas, organizações em uma relação de interação no interior da conjunção memória social/informação”. (SAMPAIO; LOUREIRO, 2019, p. 59).

Atribuindo para a Ciência da Informação um desafio, ao incorporar a análise de outros atores sociais que não apenas humanos, entende-se que ela é capaz de dar conta desse recado. Indo a esse encontro, Sampaio e Loureiro (2019) nos apresentam que a TAR oferece um novo olhar para estudarmos a construção social da memória, uma vez que “desloca o foco estável das relações sociais, para o instável”. (SAMPAIO; LOUREIRO, 2019, p. 59). Desse modo, segundo os autores, a ideia tradicional positivista acerca da inter-relação entre memória e informação dão lugar para um olhar inovador que admite a memória como um “refazer” e não apenas um “relembrar”. Esse espírito livre que nos invade os pensamentos se mostra interessante tanto para a Ciência da Informação como para as demais áreas da ciência bem como à sociedade em geral.

Não diretamente na linha da Ciência da Informação, mas trazendo a inovação como elemento central, Dorigon e Bonamigo (2019) articulam TAR, Ciência da Informação e Inovação. Vale lembrar que a presente pesquisa se faz no âmbito de um programa de pós-graduação com enfoque em inovação, o que justifica trazer artigos e teóricos que versam sobre essa temática. Acerca da TAR, os autores indicam que “possibilita tangenciar a dicotomia sociedade/natureza, pois parte do princípio de que o mundo social e o mundo natural devem ser tratados de forma simétrica, pela composição de redes sociotécnicas”. (DORIGON; BONAMIGO, 2019, p. 137).

Ao destacar o fator inovação, podemos nos aproximar da TAR, uma vez que é conhecida como “Sociologia da ciência e da inovação” e com um caráter ousado e inovador, fortalecendo-

se nos meios acadêmicos e científicos de variadas áreas, como humanas, exatas e biológicas”. (DORIGON; BONAMIGO, 2019). Indicam que ao utilizar a TAR como referencial de pesquisa é necessário “acompanhar a construção da rede, seguindo os atores e acompanhando os bastidores dos projetos para podermos captar toda a dinâmica da rede”. (DORIGON; BONAMIGO, 2019, p. 152).

Ao explorar o conceito de híbrido ou quase objetos, os autores argumentam que não se pode analisá-lo fora das redes sociotécnicas, pois este só faz sentido quando analisamos os elementos que compõem a rede, caso contrário torna-se um conceito incompreensível. Ainda sobre as redes sociotécnicas, os referidos autores afirmam que a ideia de redes sociotécnicas proporcionou uma “visão muito mais dinâmica do que a Construção Social da Ciência e da Tecnologia ao nos permitir observar como os diferentes grupos sociais mobilizam híbridos em torno dos seus interesses para envolver outros grupos sociais”. (DORIGON; BONAMIGO, 2019, p. 151).

Seguir os atores e vê-los no escopo de uma rede sociotécnica admitindo que cada ator é um ator-rede nos possibilita expandir nossas ideias e noções do que é, ou melhor dizendo, se transforma todos os dias, a sociedade. Assim que,

A TAR, ao tangenciar a dicotomia social/técnico e rejeitar tanto o determinismo técnico como o social, tornou mais visível a heterogeneidade presente em uma rede, composta por humanos e não-humanos, evidenciou as misturas entre ciência e política, a força da tecnologia em uma controvérsia científica e as disputas de poder que ocorrem entre os atores, mediadas pelos híbridos. (DORIGON; BONAMIGO, 2019, p. 151).

Tanto Araújo quanto Dorigon e Bonamigo trabalham com seus objetos de pesquisa, articulando-os com a TAR, o que demonstra o caráter interdisciplinar e aberto da Ciência da Informação. No que compete especificamente ao espaço arquivístico, Silva (2017) apresenta um estudo relacionando o arquivo a TAR. Segundo a autora, a instituição arquivística está envolta por um ambiente híbrido de objetos/coisas que “ocupam fisicamente e compartilham socialmente nossas vidas” (SILVA, 2017, p. 7), o que justifica recair os estudos acerca desses atores não humanos. Silva (2017) faz uso desse método analítico para delinear uma perspectiva sobre a ontologia desses objetos/coisas, contestar a visão antropocêntrica e homogênea do mundo e dessa forma contribuir para o avanço da Arquivologia.

Olhar para os atores não humanos e reconhecer que constituem o social bem como os atores humanos é de potencial importância uma vez que estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Silva (2017) indica que observar a ação desses atores é essencial para os estudos atuais em Arquivologia, envolto pelo pensamento da pós-modernidade. Assim que a TAR

“contribuiu de forma atraente no mapeamento das redes que articulam humanos e não humanos nos arquivos, oxigenando de forma bastante audaciosa as pesquisas arquivísticas, ocasionando insights interessantes para os estudos dessa área”. (SILVA, 2017, p. 7).

Silva (2017) utiliza do conceito de associações para explicar o agenciamento entre humanos e não humanos no arquivo, indicando que esse ambiente é híbrido de objetos/coisas, que são importantes atores na produção do conhecimento, seja individual ou coletivo. A autora traz como exemplos a Tabela de temporalidade e o Quadro de arranjo dos arquivos permanentes, em que nos dois, há um agenciamento que envolve dinâmicas e interações profissionais e ainda, a ação e interação entre os diversos atores.

Os objetos/coisas estabilizam e conservam relações sociais à medida que são utilizados e reconhecidos pelos humanos e também pelas conexões que estabelecem. Nessa perspectiva as ideias da ANT na arquivologia podem ajudar a abrir novas concepções, pelas quais o fazer arquivístico é realizado, pois esses abrangem formas diferentes, em diferentes redes, e com efeitos diferentes. Ademais, é mais uma possibilidade, de como construir uma metodologia que permita apreender e a observar a participação de humanos e não humanos em seus contextos de atuação. (SILVA, 2017, p. 18).

Exposta a explanação acerca da TAR e sua relação com a Ciência da Informação e Arquivologia, reitera-se que nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que a ação ou não ação de qualquer um dos atores, interfere substancialmente na construção de uma política pública de informação e no desenvolvimento da cidade para uma configuração de *smart city* ou ainda, de cidade inteligente e humana.

4 INOVAÇÃO E CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS

Nessa pesquisa, admite-se a cidade como primeira instância social do indivíduo, onde mora, trabalha, estuda, vota, se diverte, se relaciona, exerce a sua cidadania, onde vive. A cidade funciona como um centro de política, economia, cidadania, interação, bem como de conflitos, de luta social, de problemas ambientais e sociais. Portanto, repousar os olhares sobre a cidade é com a intenção de apresentar a importância de se estudar o micro para compreender o macro, o local para o global, a parte para o todo. Trabalhar no âmbito micro (cidade) pode ajudar a observar padrões em nível macro (HARRISON; DONNELLY, 2011) e assim possibilitar que uma ação, uma iniciativa inteligente local possa vir a ter um impacto global. “Nesse caso, uma inteligência em rede global emerge de conhecimentos, habilidades e competências locais distribuídos por muitas organizações localizadas na aglomeração”. (KOMNINOS, 2009, p. 346, tradução nossa).

A partir dessa explanação, coloca-se a cidade em duas metáforas para tentar ilustrar a importância atribuída a esta e não obstante aos estudos desta. A primeira metáfora vem para ilustrar as partes que compõem o mundo. Visualiza-se o mundo como uma matrioska (boneca russa), em que todas as partes estão umas dentro das outras, em constante relacionamento. Matrioska é um brinquedo tradicional da Rússia e simboliza o afeto e desejo de vida longa e feliz. Constituída de uma série de bonecas que se encontram no interior umas das outras, sendo que sua sofisticação reside na complexidade dos motivos pintados (BIBLIOTECA CENTRAL UFSC, 1999) que se relacionam e podem inclusive contar uma história. Assim é a matrioska da vida real, formada de casas, bairros, cidades, Estados, Países e o Mundo. No caso o mundo é a última boneca, a externa, que guarda todas as outras, que deve cuidar delas. Não obstante as cidades (bonecas de dentro) devem cuidar de si para poderem cuidar umas das outras e garantir que haja algo dentro do mundo (boneca externa). Isso exprime de modo significativo o que se quer ilustrar: a cidade com responsabilidade social e cuidado para com as outras partes que compõem o mundo. Cuidar do mundo é antes de tudo cuidar de si, da sua cidade, pensar no meio ambiente e na sociedade como uma família.

Uma segunda metáfora é para ilustrar a cidade como um organismo vivo, em constante crescimento e para tanto traz-se a contribuição da 5ª Lei de Ranganathan. Nessa lei o pensador aponta que a biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 1931), ou seja, está em constante transformação, mutação e crescimento, requerendo que esta esteja preparada para viver mudanças e se adaptar às novas configurações sociais inerentes ao desenvolvimento

da sociedade com o passar dos anos. Não há espaço para estagnação, ou a biblioteca se desenvolve, cresce e se adapta ou perecerá. A partir do princípio da vida, da transformação, da mudança e adaptação, a cidade igualmente é um organismo vivo, em constante transformação, composta de atores diversos e fluxos: pessoas, carros, tecnologias, culturas, dados, informações e conhecimentos, opiniões, sentimentos. Há que considerar todas as vertentes cívicas para o entendimento da cidade como um organismo em constante expansão e adaptação.

Posto isso, admite-se ainda, a cidade como um movimento de urbanização e globalização. Sabe-se que as cidades e seus moradores encaram diariamente um rol de desafios e problemas. Grande parte dessas dificuldades são oriundas do crescimento populacional assistido por um processo desordenado de urbanização. É positivo olhar a urbanização, pois significa que mais pessoas estão tendo a oportunidade de ir para a cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho, educação e qualidade de vida. No entanto, à medida que as cidades crescem, a demanda por serviços também cresce. Há a necessidade de garantir emprego, habitação, infraestrutura, atendimento médico, transporte, educação, cultura e lazer, etc. para todos. Esse aumento populacional nas cidades é um fenômeno que continuará a acontecer. De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA), em 2019 eram 7,7 bilhões de habitantes, em 2030 há a previsão para que esse número seja de 8,5 bilhões em 2030 e 9,7 bilhões em 2050 (UN DESA, 2019). Até 2030, as áreas urbanas são projetadas para abrigar 60% de pessoas, sendo que uma em cada três pessoas morará em cidades com pelo menos meio milhão de habitantes. (UN, 2018). Para 2050 a previsão é que 6,7 bilhões de pessoas viverão em cidades, tornando o mundo 70% urbano (UN DESA, 2019).

Urbanização e crescimento andam de mãos dadas e são essenciais para a transformação socioeconômica, no entanto apresentam uma dualidade passível de reflexão, pois também agravam problemas ambientais e sociais, por isso a imprescindibilidade de convidar como aliados, a sustentabilidade, a inclusão social, a cultura, a responsabilidade social. Entende-se que o modelo de cidade atual e de vida em sociedade, com o consumismo e capitalismo, não está mais funcionando pois se tornou insustentável “em muitos aspectos, coloca muitas pessoas em risco, cria custos desnecessários, afeta negativamente o meio ambiente e é intrinsecamente injusto”. (UN HABITAT, 2016, p. 4, tradução nossa). A partir dessa problemática algumas ideias vão surgindo para minimizar os efeitos negativos desse processo, visando serem alternativas para que a cidade seja mais sustentável e humana, unindo fator humano ao tecnológico em prol de uma melhoria da qualidade de vida da sociedade.

4.1 CIDADES INTELIGENTES

Cidade criativa, cidade universitária, cidade verde, cidade digital, cidade viva, muitos são os termos que tentam caracterizar uma cidade de modo a aproveitar as suas forças e reduzir as suas fraquezas. Acredita-se que uma cidade possa ser tudo isso, que possa unir esses aspectos a fim de tentar solucionar os problemas e se desenvolver cada vez mais. Admite-se que essa pretensão possa soar um tanto quanto utópica, porém visualiza-se que a utopia possa trazer ideias inovadoras e inspiradas, possibilitando ações concretas e práticas de busca de um estilo ideal de cidade. No caminho de tornar as cidades mais habitáveis, unindo os aspectos supracitados, surge o conceito de *smart city* (cidade inteligente) que evolui, conforme novas abordagens são feitas.

As globalizações e a urbanização dão às cidades lugar de destaque. As gestões públicas locais percebem a arena internacional e as novas tecnologias como campo de oportunidades para outras soluções e renovação de políticas públicas, assim apostam nos projetos de cidades inteligentes e, posteriormente, cidades inteligentes e humanas (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 27).

O conceito de cidade inteligente, como sinalizado anteriormente, vem para ser uma alternativa de diminuição dos problemas causados pela urbanização não planejada e desenfreada. Vem para ser um modelo de cidade que seja mais habitável, com melhor qualidade de vida, sendo que “As iniciativas de fazer uma cidade inteligente surgiram recentemente como um modelo para mitigar e remediar os problemas urbanos atuais e melhorar as cidades como locais para viver”. (NAM; PARDO, 2011, p. 283, tradução nossa). A discussão de alternativas inteligentes para as cidades é antiga, mas o conceito é recente e por isso passível de confusão, devido a variedade de abordagens, estando em fase de consolidação conceitual. Coloca-se esse ponto pois a abordagem de cidade inteligente depende muito da área e dos objetivos, assim indica-se a importância de se utilizar uma abordagem pertinente à temática proposta. “Não existe um único modelo de enquadramento de cidade inteligente nem uma definição única de cidade inteligente”. (NAM; PARDO, 2011, p. 183, tradução nossa).

Trazer essa temática para o escopo da ciência é permitir a pesquisa de diferentes olhares teóricos e empíricos, da sua consolidação enquanto campo de estudo. A ciência nesse caso, pode auxiliar na formulação de um conceito mais concreto e pragmático, da formulação de estratégias e mecanismos de melhoria das cidades, da qualidade de vida, conferindo a ela mais inteligência. Assim, é necessário trazer essa discussão para o âmbito da academia, da ciência e da formulação de um conceito que una o olhar científico e profissional. Como essa temática é

recente tanto no mundo profissional quanto acadêmico, sinaliza-se para a necessidade de se aprofundar e expandir os estudos, incentivando cada vez mais o estudo acerca desse conceito e dessa ideia de criarmos cidades mais habitáveis, considerando os diferentes aspectos. Desse modo, nesta pesquisa defende-se trazer mais fortemente para a discussão, o papel das unidades culturais e de informação, já que vivemos na sociedade da informação e do conhecimento. Nam e Pardo (2011) indicam que a discussão acerca de cidades inteligentes foi realizada sem a sua devida conceituação, com pouca abordagem do que de fato torna uma cidade inteligente e por isso aponta para a necessidade de se debruçar sobre essa lacuna e conceituar cidade inteligente tanto para seu uso acadêmico quanto profissional.

Antes de adentrar no conceito propriamente dito, é preciso refletir no que reside ser “inteligente”. Nesta pesquisa, enxerga-se que a inteligência de uma cidade não está na quantidade ou sofisticação de suas tecnologias e sim na capacidade da cidade de observar a sua comunidade, identificar os problemas e encontrar uma solução para tais. Acredita-se que as novas tecnologias vêm para serem grandes aliadas das cidades, facilitando a sua postura inteligente. Entende-se que inteligência, no termo tratado aqui, reside em geração e uso de conhecimento para a resolução dos problemas urbanos, ambientais e sociais. A inovação, pensar ideias novas, sejam grandes ou pequenas é, portanto, a alternativa para tornar uma cidade mais inteligente. Ser inteligente é proporcionar abertura, cooperação, união entre o capital intelectual e tecnológico, o desenvolvimento em um primeiro momento micro para influenciar o macro, o que é permitido pela globalização.

4.1.1 Modelos e abordagens

Nesta subseção contextualiza-se a temática de cidades inteligentes, apresentando a evolução do conceito no campo teórico. Percebe-se, a partir da revisão de literatura, três momentos da cidade inteligente: *top-down* (de cima para baixo), *bottom-up* (de baixo para cima) e cidades inteligentes e humanas. Leva-se em consideração a passagem de uma visão mais tecnológica do conceito para uma mais humana, assim que “Os conceitos relativos a espaços inteligentes para as cidades foram-se estabelecendo de forma gradual, primeiramente no contexto empresarial e na área tecnológica, a partir da década de 80, e depois no alcance das esferas políticas”. (CALDAS, 2009, p. 56).

O modelo *top-down* (de cima para baixo) surgiu liderado por grandes empresas de tecnologia, com a ideia de se criar cidades do zero, com alta infraestrutura tecnológica. Projetos estes que normalmente são implantados e gerenciados por essas empresas, sendo a ênfase no uso de tecnologias avançadas para a resolução de problemas. Assim que,

A primeira onda de cidades inteligentes esteve centrada no uso intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Os governos apoiaram-se em grandes empresas de tecnologia (CISCO, IBM, Siemens etc.) e chegou-se a construir cidades do zero – como Songdo, na Coreia do Sul, e Masdar, em Abu Dhabi. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 28).

Esse modelo acabou por colocar maior destaque para as inovações tecnológicas em detrimento do fator humano, sendo que “A dinâmica social urbana e o envolvimento ou contribuição que os cidadãos poderiam dar para as cidades foram deixados em segundo plano”. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 28). O modelo *top-down* acabou por receber muitas críticas pois dificulta a participação do cidadão, centralizando a governança e tomada de decisão. As cidades estavam superequipadas de tecnologia, mas faltava o fator humano, portanto não teve tanta adesão de moradores e algumas cidades não conseguiram nem a metade do que esperavam de habitantes. Isso expressa que um modelo de cidade que não coloca o fator humano como prioridade não consegue avançar. Faltou considerar a comunidade, os vizinhos, as relações humanas já estabelecidas, o sentido de comunidade. Pois uma cidade se desenvolve e cresce, cria relações, fluxos e características, com o tempo, sendo este um processo demorado e a longo prazo. Lojas, empresas, escolas, organizações, instituições, serviços vão se criando de acordo com a necessidade e demanda do cidadão. Criar uma cidade do zero escolhendo quem vive nela, diminui o sentimento de comunidade e aumenta a desigualdade social. Acredita-se que há a urgência de se levar em conta o fator humano antes do tecnológico no que compete à construção das cidades. Acorda-se que as tecnologias são apenas um ponto na discussão acerca das cidades e não devem ser levadas de maneira isolada, como era o modelo *top-down*, pois empiricamente percebe-se que esse modelo não funciona sem o fator humano.

Devido a esses fatores, esse primeiro modelo *top-down* de cidade inteligente não prosperou, todavia acabou por contribuir para o surgimento de um novo modelo, *bottom-up* (de baixo para cima), que une fator tecnológico ao humano, colocando a tecnologia a favor do cidadão. Agora, ao invés de criar uma cidade inteligente do zero, se *smartificam* as cidades, criando-se iniciativas de cidades inteligentes, pautadas no sentimento de inovação. Fator substancial para uma cidade inteligente, a inovação proporciona a ampliação de estratégias

de resolução de problemas ambientais, urbanos e sociais. É com esse olhar *bottom-up* “que emerge uma nova onda de cidades inteligentes que envolve os cidadãos em processos de engajamento e co-criação junto à esfera pública”. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 28).

O modelo *bottom-up*, diferentemente do modelo anterior, possui as próprias cidades como lideranças. Nesse modelo a abordagem é social, focada no cidadão e se desdobra nos aspectos ambientais, políticos, econômicos e culturais. O capital social é o mais valorizado, ao invés do capital tecnológico como no modelo *top-down*. Traz o fator tecnologia aliado ao fator humano, na intenção de melhorar a qualidade de vida da população, assim que “As novas tecnologias são de fato uma alternativa interessante para melhorar a eficiência da gestão pública e engajar as pessoas numa nova forma de governança urbana”. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 28). Com isso, percebe-se a tecnologia como um meio e não como um fim, e desse modo “reforçar permanentemente que o aspecto humano das cidades é mais importante que apenas a utilização de tecnologias de forma descoordenada [...] As tecnologias têm de ser um meio, não um fim, muito embora reconheça-se a sua importância para gerar renda e movimentar a economia”. (RBCIH, 2016, p. 3). Esse modelo coloca o cidadão como parte importante na governança, na tomada de decisão sobre a sua cidade, ou seja, as decisões e ações do Estado são embasadas na demanda do cidadão e por isso deve fomentar a participação cidadã com o uso de tecnologias, em que os cidadãos em diálogo com os gestores públicos municipais possam pensar e decidir acerca do fazer cidade. Na cidade inteligente *bottom-up* se faz uma governança em rede, colocando os diversos atores (prefeitura, cidadãos, empresas, organizações, universidades e instituições de ensino e cultura) em diálogo para o enfrentamento dos desafios urbanos. Reforçando esse argumento “[...] cidades verdadeiramente inteligentes são levadas de baixo para cima com a participação de cidadãos e organizações, enquanto o governo assume o papel de mediador”. (SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012, p. 2, tradução nossa). Assim que “As cidades inteligentes e agora também humanas envolvem os cidadãos no processo decisório como elemento central de estratégias e ações políticas”. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 28).

Tendo apresentado os modelos de cidade inteligente, que perpassou pelo modelo *top-down*, seguiu para o *bottom-up*, até chegar no modelo de cidade inteligente e humana, agora apresenta-se as abordagens do conceito. Associadas a transformações de cunho econômico e social, uma maior qualidade de vida, educação, oportunidades de participação política, econômica e cultural, as cidades inteligentes são embasadas em conhecimento, tecnologia e

com sentimento de inovação. “O conhecimento é a principal importância da economia das cidades inteligentes; por este motivo, a importância é determinada em função da criação de altos índices de investimento no capital humano”. (CALDAS, 2009, p. 58).

Segundo Oliveira e Caldas (2018), são regiões que surgem como comunidades de conhecimentos, reconhecidas como centros de referência de ciência, tecnologia e inovação. Interessa o conhecimento a nível coletivo e não apenas individual, em que se destaca o apoio da comunidade e da política local. Formada por pessoas, instituições, setores de tecnologia, ciência, educação e cultura, organizadas em torno de um objetivo comum: o desenvolvimento municipal, sendo que “os fundamentos dos espaços inteligentes estão baseados em escalas de: conhecimento, qualidade de vida, conectividade em redes, estrutura industrial, equidade social e diversidade urbana”. (CALDAS, 2009, p. 57).

Para Komninou (2002), as cidades inteligentes são territórios com alta capacidade para a inovação e aprendizagem, construídos pela criatividade presente na população. Assume-se que a inovação é fator substancial para guiar o desenvolvimento das cidades inteligentes, sendo que “os polos de inovação, espontâneos ou induzidos, consolidam-se em áreas urbanas “ricamente informadas” – com infraestrutura tecnológica, social, econômica, cultural e científica”. (DUARTE, 2005, p. 130).

Giffinger et al. (2007, p. 10, tradução nossa) aponta que “uma cidade inteligente deve ser vista da ótica de questões como conscientização, transformação, flexibilidade, cooperação, individualidade e coletividade, comportamento estratégico”. Nam e Pardo (2011) apontam a cidade inteligente como uma conexão orgânica entre aspectos humanos, tecnológicos e institucionais. Neirotti et al. (2014) por sua vez traz uma visão mais abrangente da cidade inteligente através de uma “taxonomia de domínios de aplicação pertinentes, a saber: recursos e energia, transporte e mobilidade, edifícios, vida, governo e economia e pessoas”. (NEIROTTI et al., 2014, p. 25, tradução nossa). “Em termos gerais, cidades inteligentes envolvem a criação de novas relações entre tecnologia e sociedade”. (MEIJER; GIL-GARCIA; BOLÍVAR, 2016, p. 4). Para Oliveira e Caldas (2017, p. 33)

O conceito de smart cities ou cidades inteligentes destaca-se por idealizar seu desenvolvimento econômico, social e cultural baseado em aspectos ligados à informação, dados e conhecimento. Para tanto, o investimento em tecnologias, informação e comunicação é tido como prioridade para o Poder Público.

Oliveira (2019) indica que o conceito de cidade inteligente pretende, através do capital humano, desenvolver de modo perspicaz a gestão municipal, em que “A convergência entre

infraestrutura, economia, governo, meio ambiente e capital humano/social constitui as cidades inteligentes. (OLIVEIRA, 2019, p. 16). No que compete à geração de inovação, a união entre capital humano e tecnológico possibilita que esse fenômeno possa ocorrer para alavancar o desenvolvimento local, sendo que a inteligência coletiva deve ser valorizada e incentivada. Rampazzo e Vasconcellos (2019) igualmente fazem uma contribuição acerca do conceito de cidade inteligente, “Os projetos de cidades inteligentes (smart city) são aqueles que encontram nas novas tecnologias uma possibilidade de respostas e soluções sustentáveis aos problemas urbanos”. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 28).

O caminho para que aconteça a transformação em cidades inteligentes se dá a partir de três frentes: infraestrutura tecnológica; infraestrutura de conhecimento e apoio popular, promovido com o entendimento da população sobre esse movimento de municipalidade (RBCIH, 2016). A participação social é de extrema relevância, tendo em vista que no processo de inovação as pessoas criam novas soluções para suas necessidades, sendo assim, a própria comunidade como um “living lab ou laboratórios vivos” (RBCIH, 2016), que podem ser “redes de atores que promovem a inovação centrada no ser humano e envolvem, em geral, atores da academia, do governo, do setor empresarial e da sociedade”. (RBCIH, 2016, p. 6). Uma cidade inteligente não se forma ou se desenvolve sem a interação entre os agentes que formam esse “ecossistema” de inovação.

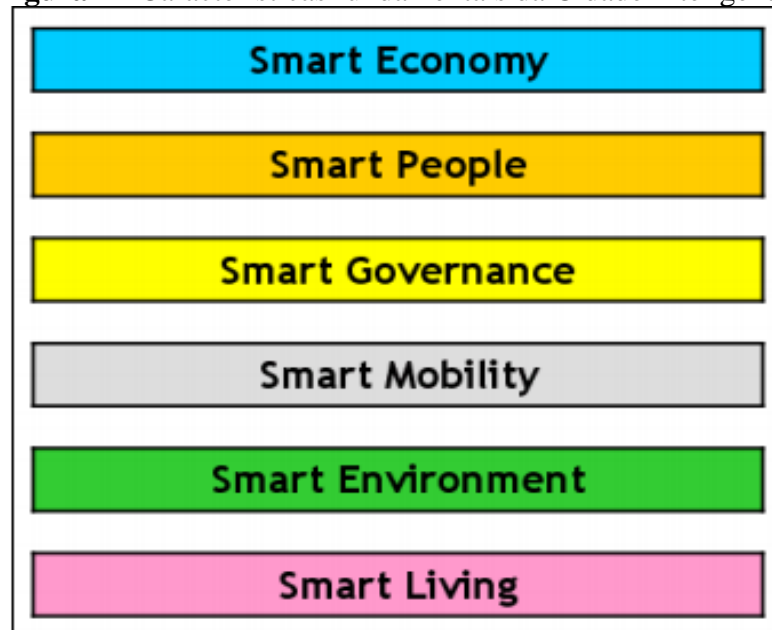
Colocando o fator “Inovação” em destaque, Komninos (2009) aponta a cidade inteligente como um novo paradigma de planejamento, e indica a necessidade de se colocar a cidade inteligente como um ambiente interativo e global de inovação. Para o autor, “estratégias de cidades inteligentes combinam localidade, inovação e sociedade da informação de muitas maneiras diferentes e criativas” (KOMNINOS, 2009, p. 347, tradução nossa) colocando as pessoas e a cooperação como os principais ativos no desenvolvimento das cidades. Assim que

[...] talento e educação que permita que o conhecimento seja transformado em inovação precisa de ambiente de tolerância e experimentação para florescer. [...]. As cidades precisam de um clima de pessoas ainda mais do que eles precisam de um ambiente de negócios. Capital social para cooperação, sociedades abertas e redes sociais livres permitem que as cidades resolvam seus problemas mais inteligentemente. (KOMNINOS, 2009, p. 338, tradução nossa).

Giffinger et al. (2007) aponta que uma cidade inteligente deve ser vista da ótica de questões como conscientização, transformação, flexibilidade, cooperação, individualidade e coletividade e comportamento estratégico. Na direção de proporcionar uma visão mais abrangente do conceito, o autor apresenta seis características fundamentais de uma cidade

inteligente: economia inteligente, pessoas inteligentes, governança inteligente, mobilidade inteligente, meio ambiente inteligente e vida inteligente (GIFFINGER et al., 2007; GIFFINGER; GRUDUN, 2010), conforme ilustrado na Figura 1. Assim, uma cidade inteligente “é uma cidade com bom desempenho em uma maneira prospectiva nestas seis características construídas sobre inteligente combinação de doações e atividades de auto-decisivo, independente e cidadãos conscientes”. (GIFFINGER; et al., 2007, p.11, tradução nossa). Optou-se por utilizar nessa seção, a divisão realizada por Giffinger et al. (2007), dentre tantas outras presentes na literatura sobre o assunto. O referencial teórico estabelecido aqui não expressa a totalidade de abordagens sobre a temática de cidades inteligentes e foi escolhido devido a similaridade de pensamentos entre a pesquisa com as autoras e os autores lidos no decorrer do mestrado.

Figura 1 - Características fundamentais da Cidade Inteligente³



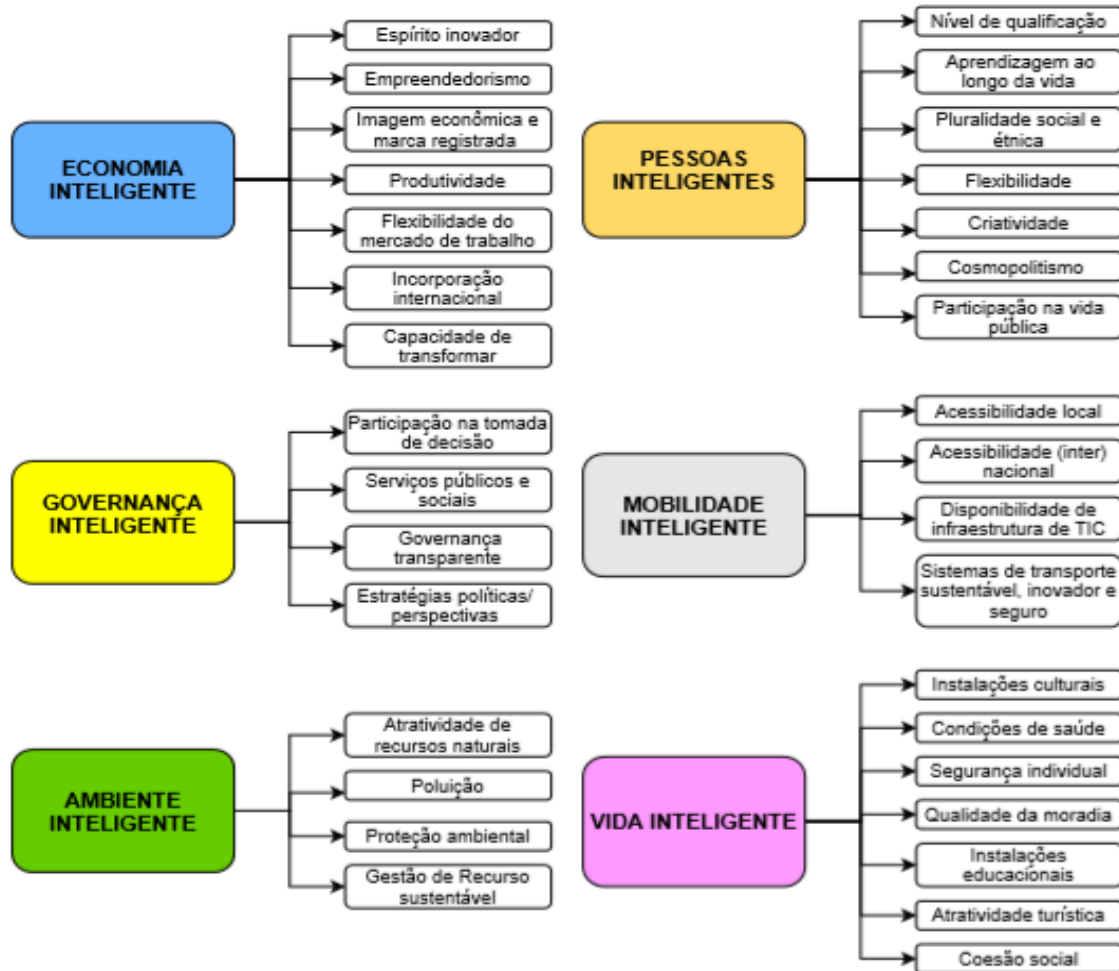
Fonte: Giffinger et al. (2007).

Apona que “A redução contínua de diferenças e barreiras entre nações também torna as cidades mais semelhantes em suas condições prévias”. (GIFFINGER et al., 2007, p. 5, tradução nossa) o que proporciona que as cidades sejam analisadas com maior proximidade. Nesse artigo a pretensão do autor é contribuir para uma nova forma de elaborar a classificação de cidades

³ A Figura 1 pode ser traduzida da seguinte forma: Economia inteligente; Pessoas inteligentes; Governança inteligente; Mobilidade inteligente; Meio ambiente inteligente e Vida inteligente

inteligentes, o que vamos retomar mais profundamente na parte de *ranking*. Essas características se desdobram em 31 indicadores apresentados na Figura 2:

Figura 2 - Indicadores de cidades inteligentes



Fonte: adaptado de Giffinger et al. (2007).

Não obstante, pode-se destacar alguns dos desdobramentos que se visualizam interessantes e pertinentes para a temática da presente pesquisa. Em Economia Inteligente destaca-se “Capacidade de transformar” e “Espírito inovador” pois a inovação acontece com uma ideia nova, com a vontade de transformação. Desse modo, a economia “inclui fatores em torno da competitividade econômica como inovação, empreendedorismo, marcas, produtividade e flexibilidade do mercado de trabalho como bem como a integração no mercado (inter)nacional”. (GIFFINGER et al., 2007, p. 11, tradução nossa).

Em Pessoas Inteligentes, destaca-se a “Participação na vida pública”, trazendo as instituições de informação e cultura, especialmente o arquivo como um agente que propicia a participação cidadã. “Pessoas inteligentes não são apenas descritos pelo nível de qualificação

ou educação dos cidadãos, mas também pela qualidade das interações sociais relacionadas à integração e à vida pública e à abertura em direção ao mundo ‘externo’”. (GIFFINGER et al., 2007, p. 11, tradução nossa). E para assegurar essa participação as políticas públicas de informação em transversalidade com as arquivísticas vêm para facilitar o diálogo entre cidadão e gestão pública, para o acesso à informação e transparência. Políticas em diálogo como o arquivo acabam tornando-se fortes agentes de mudança social e para o desenvolvimento de uma cidade mais inteligente e humana.

Em Governança Inteligente destacam-se os elementos de “Participação na tomada de decisão” e “Governança transparente”, pois a governança inteligente engloba os aspectos de gestão, política, serviços públicos e participação social (GIFFINGER et al., 2007). O arquivo é esse agente que auxilia na tomada de decisão, que cria um canal de diálogo entre cidadão e gestão pública através da informação e, portanto, um instrumento estratégico na gestão pública. No que compete a uma governança mais inteligente, as políticas públicas de informação e de arquivos podem vir a garantir a transparência, e por isso tem que ser de fato construídas senão não vão assumir seus papéis.

Vida Inteligente compreende elementos de qualidade de vida, como a cultura, saúde, habitação, turismo, segurança, entre outros (GIFFINGER et al., 2007). Destacam-se: “Instalações Culturais”, em que se pode colocar as unidades culturais, como arquivos, bibliotecas e museus, na vida de um indivíduo e de uma cidade, importantes para o exercício da cidadania. “Instalações Educacionais” que traz a que atribui à Educação, grande influência para o desenvolvimento inteligente e inovador da cidade, por isso valorizá-la é de substancial importância. “Coesão social”, em que se admite que as políticas públicas de informação como agentes de coesão social. Em Mobilidade inteligente destaca-se “Acessibilidade local e internacional” pois vê-se que as novas tecnologias podem auxiliar no aperfeiçoamento do transporte público por exemplo, dentre outras formas de mobilidade urbana “A acessibilidade local e internacional também são aspectos importantes da mobilidade inteligente, disponibilidade de tecnologias da informação e comunicação e de tecnologias modernas e sistemas de transporte sustentáveis”. (GIFFINGER et al., 2007, p. 10, tradução nossa). Por fim, um meio ambiente inteligente é aquele que se preocupa com a gestão dos recursos naturais, com a minimização da poluição, que protege o meio ambiente, entre outros (GIFFINGER et al., 2007).

Resumindo, visualiza-se, a partir da discussão da Figura 2, que o lugar do arquivo está relacionado ao aspecto de “Governança Inteligente”, “Vida inteligente” e “Pessoas

inteligentes”, apesar de modo indireto relacionar-se às seis características. O arquivo público municipal é um ator fundamental para uma “Governança Inteligente” atuando na tomada de decisão, na prestação de serviços públicos e sociais, na transparência administrativa e estratégico na função política. Complementarmente, relacionado a “Vida inteligente”, o arquivo relaciona-se com informações sobre cultura, saúde, segurança, educação, turismo e coesão social. No que compete a característica de “Pessoas inteligentes” esta unidade é crucial no uso e geração de conhecimento, no processo de aprendizagem ao longo da vida, para a representação da pluralidade social e étnica, para o processo de criatividade e inovação, para o conhecimento da cidade e principalmente para a participação do cidadão na política de sua cidade.

Ressalta-se que a inteligência não consiste apenas no uso de tecnologias, mas em todos esses aspectos, agindo de modo inteligente e integrado, buscando a solução dos problemas ambientais, urbanos e sociais causados pela presença de pessoas no mundo.

Nam e Pardo (2011), por sua vez, articulam três dimensões do conceito a três princípios estratégicos, respectivamente: tecnologia, pessoas e instituições aos princípios de “integração de infra-estruturas e serviços mediados por tecnologia, aprendizagem social para fortalecer a infraestrutura humana e a governança para melhoria institucional e envolvimento do cidadão” (NAM; PARDO, 2011, p. 282, tradução nossa). Segue uma breve descrição das dimensões citadas. De acordo com Nam e Pardo (2011) a dimensão tecnológica diz respeito aos aspectos: digital, internet, TIC, monitoramento por sensores, entre outros, em que a cidade possui capacidade para oferecer serviços governamentais interoperáveis, com conectividade onipresente atuando na transformação dos processos. Ainda conforme os autores, a dimensão humana ressalta a criatividade como um dos fatores essenciais para o desenvolvimento de uma cidade inteligente, o que conseqüentemente assume que pessoas, a educação, a aprendizagem, o conhecimento são relevantes. A dimensão institucional traz a ideia da governança feita pela instituição governamental e comunidade, sendo uma governança comunitária (NAM; PARDO, 2011).

A atuação e diálogo dos diferentes atores é primordial, pois a cooperação é um dos pilares de uma cidade inteligente, sendo que para terem sucesso é importante que haja uma boa governança. O apoio do governo e das políticas de governança é fundamental para o projeto e implementação de iniciativas de cidade inteligente, em que, nas palavras de Nam e Pardo (2011, p. 287, tradução nossa) um “Governo mais inteligente significa colaborando entre departamentos e com as comunidades - para tornar-se mais transparente e responsável, para

gerenciar recursos de forma mais eficaz e dar aos cidadãos acesso a informações sobre decisões que afetam suas vidas”

Complementarmente a essa visão, Neirotti, et al. (2014) trazem seis domínios associados à implantação de cidades inteligentes: recursos naturais; energia; transporte e mobilidade; edifícios; vida; e governo (economia e pessoas). Os autores apresentam quatro grupos de condições contextuais relevantes para se investir nas cidades inteligentes: fatores estruturais, como o tamanho e a densidade demográfica; desenvolvimento econômico; desenvolvimento tecnológico; e políticas favoráveis ao meio ambiente (NEIROTTI et al., 2014). Além desses, os autores apontam que há a necessidade de se olhar para as especificidades de cada cidade, assim que “As chances de uma cidade aumentar seu nível de inteligência também dependem de algumas variáveis específicas de cada país que vão além de sua taxa de desenvolvimento econômico, tecnológico e ambiental”. (NEIROTTI, 2014, p. 30, tradução nossa). Para a incorporação dessas variáveis específicas de cada local, há que ter a presença, atitude e ação das prefeituras para entender a sua comunidade e poder implantar soluções de acordo com as demandas sociais. Para auxiliar os gestores públicos no desenvolvimento mais inteligente da cidade, Neirotti, et al. (2014) salientam a importância de se trazer a discussão de cidades inteligentes para o âmbito acadêmico a fim de que a ciência possa oferecer subsídios, diretrizes, planos e ações para a gestão pública e para uma ação prática de desenvolvimento de *smart city*. “[...] as administrações públicas ainda precisam de apoio para estruturar o conceito de inteligência de uma cidade, para capturar suas implicações, para identificar referências em nível internacional, e encontrar oportunidades de melhoria”. (NEIROTTI et al., 2014, p. 34, tradução nossa).

O contexto da cidade é importante para a elaboração do projeto de cidade inteligente a ser aplicado. Não existe um caminho certo e único para se tornar uma cidade inteligente (MEIJER; GIL-GARCIA; BOLÍVAR, 2016), há que se debruçar sobre o contexto e características da cidade. Assim, cada cidade vai buscar atitudes e iniciativas inteligentes para a resolução de seus problemas e buscar a melhoria da qualidade de vida.

as cidades não podem simplesmente copiar boas práticas, mas devem desenvolver abordagens da própria situação (contingência) e concordar com sua própria organização em termos de estratégias mais amplas, políticas de recursos humanos, políticas de informações e assim por diante (configuração) (MEIJER; GIL-GARCIA; BOLÍVAR, 2016, p. 7, tradução nossa).

Chourabi et al. (2012) consideram oito fatores na discussão sobre iniciativas de cidades inteligentes: (1) Gestão e Organização, (2) Tecnologia, (3) Governança, (4) Política, (5) Pessoas

e Comunidades, (6) Economia, (7) Infraestrutura construída e (8) Recurso natural e Meio Ambiente. Esses fatores são vistos pelos autores como a base para uma estrutura integradora e interdisciplinar para o estudo acerca das iniciativas de cidades inteligentes, promovendo uma visão abrangente do conceito. Nesse sentido, Chourabi, et al. indica que “Uma maneira de conceituar uma cidade inteligente é como um ícone de uma cidade habitável”. (CHOURABI et al., 2012, p. 2289, tradução nossa). Assim, uma cidade habitável utiliza da tecnologia como uma ferramenta facilitadora dos problemas urbanos, ambientais e sociais, assumindo esta como impulsionadora de uma cidade mais inteligente. Os autores destacam o fator “tecnologia” relacionando-o ao desenvolvimento dos outros fatores, sendo essa “como um meta-fator em iniciativas de cidades inteligentes visando a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos”. (CHOURABI et al., 2012, p. 2294, tradução nossa).

A nova inteligência das cidades, reside então na combinação cada vez mais eficaz das redes de telecomunicações digitais (nervos), inteligência onipresente (os cérebros), sensores e etiquetas (os órgãos sensoriais) e software (o conhecimento e competência cognitiva). (CHOURABI et al., 2012, p. 2290, tradução nossa).

Apresentada a noção geral do conceito de *smart city* debruça-se agora para a especificidade das abordagens teóricas acerca desse conceito, a fim de estabelecer uma linha do tempo que demonstre a sua evolução conceitual, partindo de uma visão mais tecnológica para uma mais humana.

1) Abordagem Tecnológica

Nessa pesquisa reconhece-se a relevância do cenário atual, permeado de novas tecnologias, das Tecnologias de Informação e Comunicação, do *Big Data*, da Inteligência artificial, da Internet das Coisas, na configuração da sociedade. Apesar de não haver ainda um consenso acerca do conceito de cidade inteligente, uma coisa é substancial nos estudos: a presença das tecnologias para a melhoria da qualidade de vida

Vive-se em um mundo em que é aparente o uso de tecnologias para diversas atividades, tanto para a facilitação da comunicação quanto para a prestação de serviços, na resolução de problemas, entre outros. Reconhece-se que em um rol de recursos, a tecnologia se mostra importante ferramenta para a melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano, “[...] soluções baseadas em TIC podem ser consideradas como apenas um dos vários recursos de entrada para

projetos e abordagens ao planejamento urbano e à vida que tenham como objetivo melhorar a sustentabilidade econômica, social e ambiental de uma cidade”. (NEIROTTI et al., 2014, p. 25, tradução nossa). Unindo fator tecnológico ao humano, devemos ter a “preocupação permanente de construir uma ponte entre a base tecnológica das cidades inteligentes e os objetivos sociais [...]”. (KOMNINOS, 2009, p. 339, tradução nossa).

Schaffers, Ratti e Komninos (2012) percebem então um conceito multidimensional de cidade inteligente: é um cenário futuro (o que alcançar), mas ainda mais é uma estratégia de desenvolvimento urbano (como alcançá-la). E é nesse segundo ponto (como alcançá-la) que entra a tecnologia, mais especificamente as Tecnologias de Informação e Comunicação como um meio, não um fim. “Isso não deve ser interpretado como desenhar o cenário tecnológico da cidade inteligente. Em vez disso, a cidade inteligente poderia ser sobre como as pessoas são capacitadas, usando tecnologia, para moldar as mudanças urbanas e realizar suas ambições”. (SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012, p. 2, tradução nossa).

Para adentrar no aspecto tecnológico é plausível que façamos uma diferenciação entre a ideia de cidade digital e a de cidade inteligente.

A cidade digital é caracterizada primordialmente pela capacidade de implementação de tecnologias de comunicação, promovendo o acesso amplo a ferramentas, conteúdos e sistemas de gestão, de forma a atender às necessidades do poder público e seus servidores, dos cidadãos e das organizações (Komninos, 2002; Yovanof & Hazapis, 2009). Já a cidade inteligente emerge da cidade digital (WEISS; BERNARDES; CONSONI, 2015, p. 312).

Desse modo, entende-se que uma cidade pode se beneficiar dos aparatos tecnológicos e digitais a fim de melhorar os serviços e processos, porém a presença do fator digital não garante automaticamente a inteligência. Uma cidade inteligente é digital, mas uma cidade digital não necessariamente é inteligente. É plausível que se estabeleça uma relação de parceria entre o componente digital ao social.

As cidades inteligentes são digitais e todos os seus serviços podem ser visualizados e solucionados a partir de qualquer lugar físico, com qualquer tipo de tecnologia móvel e da forma mais econômica. Essa é a componente de conhecimento e inovação essencial no crescimento das cidades e regiões que potencializam a informação (CALDAS, 2009, p. 60).

Assim, as cidades inteligentes vão além de tecnologias e recursos digitais, elas usam as TIC para facilitar a resolução dos problemas da vida urbana, como “o facilitador para criar este novo tipo de ambiente de inovação, que requer o desenvolvimento equilibrado de habilidades

criativas humanas, instituições de inovação, redes de banda larga e espaços virtuais colaborativos para ter sucesso”. (KOMNINOS, 2009, p. 337, tradução nossa). Seguindo a linha tecnológica do conceito de cidades inteligentes, Harrison e Donnelly (2011) partem do ponto de vista que cidades inteligentes permitem uma nova maneira de se instrumentalizar a cidade, para sua observação a partir das informações geradas pelos cidadãos, usadas para subsidiar a sua melhoria. Assim, os autores indicam que

[...] a crescente acessibilidade às informações nos permitirá desenvolver sistemas urbanos modelos capazes de ajudar cidadãos, empresários, organizações cívicas e governos verem mais profundamente como funcionam suas cidades, como as pessoas usam a cidade, como eles sentem isso, onde a cidade enfrenta problemas e que tipos de remediação podem ser aplicado (HARRISON; DONNELLY, 2011, p. 1, tradução nossa).

As cidades são ricos espaços de informação, as pessoas geram e usam informação todo o tempo através de seus celulares e demais equipamentos tecnológicos. Portanto, uma cidade pode utilizar esses dados e informações para a tomada de decisão e resolução de problemas urbanos. Idealmente na *smart city* a tecnologia é usada para tratar o grande volume de dados a fim de subsidiar a tomada de decisão pelos cidadãos e gestores. É aí que entra então a ideia de *big data* e Internet das Coisas.

uma cidade inteligente apoia-se nas TICs, na IoT e na big data para solucionar seus problemas de forma inovadora e sustentável, aumentar seu desempenho e prover uma visão mais detalhada sobre a situação da cidade em tempo real, permitindo também que através dessas tecnologias as pessoas consigam participar da gestão urbana da cidade (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 32).

Schaffers, Ratti e Komninos (2012) abordam o papel dos aplicativos nas cidades, atuando na promoção da melhoria das condições de vida, trabalho e participação do cidadão e ainda apontam a inovação desses aplicativos e a implicação no desenvolvimento da cidade. Para os autores, o conceito de cidade inteligente surgiu com a pretensão de descrever os investimentos em recursos humanos e sociais com a infraestrutura de TIC no sentido de obter crescimento sustentável e maior qualidade de vida, através da gestão de recursos naturais e governo participativo. Assim, entende-se que os dados gerados pelos cidadãos com o uso de aplicativos pela população, são fontes valiosas de entendimento e conhecimento acerca da cidade, podendo ajudar na pontualidade da resolução de problemas. Segundo Schaffers, Ratti e Komninos (2012) a ideia é usar a variedade de dados coletados através de redes, aplicativos e celulares, transformando-os em informações para conhecer a cidade. “Esses conjuntos de

dados, se associados espacial e temporalmente, se tornam fontes inestimáveis de informações sobre a dinâmica da cidade”. (SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012, p. 2, tradução nossa). Os aplicativos são uma realidade atual e os enxergando como resultados e produtos de inovação, os autores trazem a definição “Aplicativos inteligentes são definidos aqui como partes de software (como aplicativos) que capacitam um grupo de atores (cidade, comunidade, cidadãos) para enfrentar os desafios da cidade de maneira mais eficiente e inteligente (inteligente)”. (SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012, p. 3, tradução nossa).

Com isso, Harrison e Donnelly (2011) destacam que um modelo ideal de informação urbana possui como camadas a) Ambiente natural, b) Infraestrutura, c) Recursos, d) Serviços, e) Sistemas Sociais. Essa abordagem é realmente interessante, pois coloca a informação como principal elemento de tomada de decisão e de resolução dos problemas urbanos, com o apoio das TIC. Os autores atribuem esse comportamento ao “tornar visível o invisível”, propiciado por um modelo de cidade (smart city) em que se tem acesso à informação em tempo real de cada cidadão para direcionar suas ações”. (HARRISON; DONNELLY, 2011). Atribuindo a cidade um nível alto de complexidade, os autores explicam que “A cidade como um sistema complexo é, no entanto, uma metáfora valiosa quando ligada à evolução dos sistemas de informação”. (HARRISON; DONNELLY, 2011, p. 7, tradução nossa).

Acerca da discussão sobre a tecnologia nas cidades e na sua contribuição para uma cidade inteligente, reconhece-se a importância das TIC, da internet, do uso de tecnologia em geral para facilitar o dia a dia das pessoas. Com a ideia de *big data* e Internet das Coisas é possível usar os dados para gerar informações que podem ser úteis para a melhoria da cidade. Desse modo, esses elementos compõem uma camada fundamental de cidades inteligentes: a camada digital (SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012). No entanto, aponta-se para o cuidado ao fazer uso desses dados, que deve vir acompanhado de uma postura ética, respeitando a privacidade e liberdade do indivíduo, evitando que haja um controle informacional, de vigiar as pessoas e manipular o que elas consomem e pensam, como apontam Harrison e Donnelly (2011, p. 8, tradução nossa) “Portanto, essa capacidade de tornar o invisível visível tem muitos benefícios, mas também precisa abordar sérios problemas de privacidade e proteção de informações pessoais”.

Para uma cidade prosperar como inteligente deve pensar na inclusão digital e ainda permitir que o analógico se una ao digital e não que um esteja em detrimento do outro. É necessário pensar em uma forma híbrida pois “a banda larga não é suficiente; cidades inteligentes são igualmente sobre instituições de intercâmbio de conhecimentos, habilidades

humanas e inovação”. (KOMNINOS, 2009, p. 339, tradução nossa). Assim, questiona-se o papel da tecnologia para a transformação das cidades em *smart cities*, argumentando que do mesmo modo que facilita a vida das pessoas, igualmente pode ser usada para o controle informacional, aumentando o fosso digital. Reitera-se que a tecnologia sozinha, não é suficiente para dar inteligência para uma cidade.

Posta essa problemática, indica-se que talvez o maior problema advindo da postura tecnológica seja a não inclusão digital, reflexo da desigualdade social. “Ao exigir maior acessibilidade às informações em tempo real através de dispositivos eletrônicos e usando a tributação para envolver investimentos em infraestrutura digital, essas cidades poderiam seguir novos caminhos não intencionais para a divisão social”. (NEIROTTI et al, 2014, p. 34, tradução nossa). Assim, apesar das facilidades e benefícios que as tecnologias e a globalização trazem para as cidades e cidadãos, também reforçam um lado negativo, como reforçam Rampazzo e Vasconcellos (2019, p. 29) ao dizerem que “Este é o lado fragmentador e desigual da globalização, já que não se dissemina de maneira homogênea e igualitária pelo mundo. As cidades em tempos de globalização são caracterizadas por diversos contrastes sociais”. Ter tecnologia e ter acesso a tecnologia não são garantias de que se haja geração de informação rica, não garante a construção de conhecimento e inovação. Isso deve ser repensado, deve ser acompanhado de educação, conscientização, cultura de informação e de inovação. “Formuladores de políticas e planejadores de cidades devem, portanto, levar vulnerabilidade, resiliência, sustentabilidade e inclusão social em consideração nas suas abordagens para construir cidades mais inteligentes”. (NEIROTTI et al., 2014, p. 34, tradução nossa).

Tendo em vista a problemática da desigualdade social, refletida diretamente na desigualdade digital, Partridge (2004) parte de uma perspectiva psicológica aliada a socioeconômica, explorando as barreiras psicológicas que impedem as pessoas de integrar as TIC em suas vidas, se debruçando assim sob a problemática do fosso digital. Parte de uma perspectiva humana, da psicologia para analisar a divisão digital na cidade inteligente, repousando sobre os desafios para a compreensão do fosso digital na sociedade. A autora (2004) indica que o “digital divide”, sendo que fatores do fosso digital estão relacionados à renda, emprego e educação. Nessa pesquisa complementa-se essa visão, colocando elementos adicionais, como cultura, exclusão digital, ética da informação e desigualdade digital na sociedade da informação e do conhecimento. Questiona o porquê que isso ocorre, salientando a necessidade de analisar os fatores que potencializam a desigualdade social no mesmo momento em que se pensa em cidades inteligentes.

A comunidade está sendo rapidamente dividida entre aqueles que estão ricos em informações - os 'ricos' e aqueles que são pobres em informações- os que não têm. Devem ser tomadas medidas para garantir que todos os membros da comunidade tenham acesso e capacidade de utilizar efetivamente tecnologia da informação e comunicação, como a Internet (PARTRIDGE, 2004, p. 3, tradução nossa).

Rampazzo e Vasconcellos (2019) reforçam o argumento anterior, indicando que é importante que se reflita sobre as disparidades sociais que acabam por reforçar a dualidade urbana, expressas por novos tipos de segregação, como a digital. É nesse cenário que entra a importância das instituições de informação, cultura e memória na redução do fosso digital e ainda, no oferecimento de uma informação de qualidade, confiável, uma vez que se vive atualmente o problema das *fakenews*, por exemplo.

Para a cidade se tornar de fato inteligente, há a necessidade de se incluir cada vez mais as pessoas, pois um dos pilares do conceito é justamente a participação e a cooperação. É necessário permitir e alimentar um ambiente de geração e uso de conhecimento, um “ecossistema de inovação” que preze pelo diálogo entre os diversos atores sociais. Assim, a cidade pode funcionar como um “laboratório vivo”, pois nela muitas coisas acontecem e são passíveis de observações e estudos, “sendo uma estratégia de cidade inteligente que atua na promoção de relações e vínculos entre localidade, inovação e TIC na cidade”. (KOMNINOS, 2009, p. 344, tradução nossa). Desse modo,

Através dos LLs, a infraestrutura da cidade é melhorada; políticas públicas são adaptadas a ativos específicos da empresa, clusters das competências são mantidas e avançadas por pesquisa aplicada e experimentos de desenvolvimento, educação e treinamento. O distrito da cidade se torna um 'laboratório vivo' para prototipagem e teste de novas aplicações tecnológicas e novos métodos de geração e promoção da inovação (KOMNINOS, 2009, p. 344, tradução nossa).

O conceito de laboratório vivo está diretamente ligado ao de inovação no que compete ao empoderamento do cidadão e abertura para a participação nas discussões da cidade e na busca de soluções. Assim, pensar na cidade como um laboratório vivo segundo Komninos (2009) é que esta possa aproveitar os aspectos fundamentais da cidade, como aglomeração, infra-estrutura e cooperação, para transferir a pesquisa para o contexto da vida real, proporcionando a participação do cidadão no design da cidade. Assim, a aproximação do cidadão do processo de inovação de produtos e serviços, faz com que a cidade melhore e seja construída para e com o cidadão. O ponto principal é “o papel dos laboratórios vivos com o objetivo de se envolver em práticas de design centradas no usuário, onde os usuários são

incluídos em seus cotidianos como agentes inovadores”. (SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012, p. 4, tradução nossa).

A ideia de laboratório vivo e *crowdsourcing* (sabedoria da multidão) estão inerentemente ligadas principalmente pelos fatores de criatividade, cooperação e inovação. Há, portanto, a necessidade de se unir o aspecto físico e o virtual para a construção mais inovadora de uma cidade. “A vantagem de comunidades físico-virtuais de inovação em comparação com apenas a virtual está mais forte com fatores sociais e institucionais da inovação”. (KOMNINOS, 2009, p. 351, tradução nossa). O *crowdsourcing* vem como uma alternativa de abertura que envolve o cidadão no fazer da cidade, vindo para considerar e valorizar a “sabedoria da multidão” para a geração de inovação. Schuurman, Baccarne e De Marez (apud SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012) indicam que o *crowdsourcing* é a seleção e geração de ideias para subsídio de inovação em ambiente urbanos, e dessa forma muito útil para o desenvolvimento de *smart cities*, devendo ser combinado com outras abordagens que envolvam o cidadão, como os Laboratórios Vivos.

O termo não possui uma tradução literal no português do Brasil, mas seu conceito é o de “colaboração em massa” que nasceu dentro do ciberespaço. A expressão é composta por duas palavras: crowd e sourc(e)ing, que respectivamente representam a “fonte da multidão” – ou seja, crowdsourcing designa uma prática que utiliza da inteligência coletiva para gerar inovação (aberta ou social). (LU; GRACIOSO; AMARAL, 2018, p. 2910).

Assim, visualiza-se que essa prática é interessante por considerar o cidadão no processo de inovação cooperativo, colocando-o como o principal agente de transformação e melhoria da qualidade de vida. É, assim, mais uma maneira inovadora de se olhar, pensar e fazer a cidade, colocando a “sabedoria da multidão” como principal insumo para inovação e transformação social. No entanto, sabemos que “A mudança geralmente é atendida em realidade com enorme resistência dos modelos econômicos e políticos subjacentes às cidades”. (SCHAFFERS; RATTI; KOMNINOS, 2012, p. 4, tradução nossa). Concorde-se com essa condição, e aponte-se que ainda há muitos entraves para a inovação da cidade quando se pensa em envolver mais diretamente o cidadão, principalmente porque falta uma cultura de inovação tanto nas pessoas quanto nos gestores públicos.

Em suma, tecnologia, educação, cultura, informação e inovação formam juntos o ideal de cidade inteligente. Posto isso, parte-se agora para os fatores humanos que são importantes na configuração de uma *smart city* e para sua evolução para uma cidade inteligente e humana.

II) Abordagem Humana

Tendo em vista que as cidades são uma multiplicidade de atores e fluxos, defende-se que haja uma visão sociotécnica e antropocêntrica da cidade inteligente, unindo o fator humano ao tecnológico. A ideia de visão sociotécnica (NAM; PARDO, 2011) defende que o uso “inteligente” suscita transformação e inovação impulsionadas pelas novas tecnologias, não excluindo os demais fatores essenciais para uma cidade. Assim, "Liderar uma iniciativa de cidade inteligente requer uma ampla compreensão das complexidades e interconexões entre fatores sociais e técnicos dos serviços e ambientes físicos na cidade" (NAM; PARDO, 2011, p. 288, tradução nossa).

O olhar sociotécnico permite colocar o cidadão no centro do debate, sendo essa abertura positiva para trazer novos elementos. Com isso destaca-se agora o fator “Educação” na composição e desenvolvimento de uma cidade inteligente, admitida como a base para qualquer transformação, seja ela política, econômica ou social. Winters (2011) atribui à educação superior grande parte do porquê as cidades se desenvolvem como mais inteligentes. Observou que as consideradas cidades inteligentes costumam ser centros de ensino superior e que seu crescimento se dá em parte porque as e os estudantes costumam ficar na cidade após concluir seus estudos e assim há um aumento de mão de obra qualificada e a exigência de melhores serviços. “Este papel, portanto, sugere que grande parte do crescimento populacional de cidades inteligentes nos últimos anos é devido aos estudantes que se mudam para cidades inteligentes para o ensino superior e depois ficam quando a educação está completa”. (WINTERS, 2011, p. 262, tradução nossa). Parte-se da premissa de que a educação e ciência proporcionam mais conhecimento e inovação, por isso cidades com a presença de universidades e institutos de pesquisa acabam por se tornarem cidades mais desenvolvidas.

A hipótese é que, em populações com alto grau de escolaridade, efetivamente existe um crescimento de produtividade – é possível que, ao possuir conhecimentos excedentes, a população produza mais e melhor, pois a produção caminha a par da pesquisa. Portanto, a oferta de produtos ao mercado é melhor, visto que o mercado se torna cada vez mais exigente (CALDAS, 2009, p. 58).

A universidade atua no desenvolvimento da ciência, tecnologia e sociedade e, portanto, é peça fundamental para a transformação do município em uma cidade inteligente e deve comprometer-se a usar seu potencial para diminuir as desigualdades sociais de suas cidades e regiões. Por isso frisa-se a necessidade de as cidades manterem vínculos estreitos com suas instituições de ensino e pesquisa. Entende-se que regiões com alto nível de educação

conseguem de modo mais fácil evoluir para uma *smart city*. “No entanto, o que a experiência tem mostrado é que há projetos de cidades inteligentes e humanas em países de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social” (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 35). Toda cidade, mesmo de pequeno porte, tem potencial de ser inteligente e inovadora, mas para isso precisa investir em educação e ciência, então mesmo que não abriguem essas instituições devem tentar manter contato e firmar parcerias com as universidades mais próximas, a fim de ter profissionais mais qualificados e com sentimento de comunidade.

Caldas (2009) referindo-se a regiões de conhecimento, indica que estas são espaços de criatividade e inovação que enfatizam a utilização de conhecimento na busca de soluções para a comunidade, contribuindo para a difusão de informação dos indivíduos. Esclarece que “Tais regiões têm por objectivo reforçar o papel da ciência como impulsionador do desenvolvimento regional, por meio da qualificação, da inovação e da competitividade das comunidades locais”. (CALDAS, 2009, p. 64). Nesse contexto, coloca-se a educação e ciência como pilares no desenvolvimento mais inteligente de uma cidade e na melhoria da qualidade de vida da população.

Outro elemento que vai de encontro a visão humana de cidade inteligente é a Governança participativa, levando os variados atores, como cidadãos, gestores, organizações, empresas, universidades, instituições de informação e cultura, a trabalharem em conjunto para o desenvolvimento pleno da cidade. A ideia é sair da visão utópica da cidade inteligente buscando sua concretização na realidade, é sair “de um nível universal, prescritivo - talvez até idealista - até o local, descritivo nível prático e pragmático”. (MEIJER; GIL-GARCIA, BOLÍVAR, 2016, p. 7, tradução nossa). Por isso, debruçar-se sob a governança é importante tendo em vista que cada cidade possui uma dinâmica distinta. De acordo com Meijer, Gil-Garcia e Bolívar (2016) há três pontos cruciais que nos ajudam a compreender melhor a cidade inteligente e auxiliam os gestores públicos a criarem estratégias e tomarem decisões: condições contextuais, modelos de governança e avaliação do valor público. Ações e iniciativas precisam estar articuladas entre gestão pública, cidadãos, empresas e organizações, instituições de ensino e pesquisa, de tecnologia, unidades de informação e cultura. Porque todos esses agentes formam o contexto da cidade e, portanto, determinam as necessidades e demandas desta. Uma governança que não inclui seu cidadão não funciona de maneira plena, “há uma necessidade crescente de desenvolver novas maneiras de olhar a cidade do futuro e pensar sobre abordagens estruturadas para fornecer respostas às perguntas diversas e complexas das empresas, cidadãos e governos enfrentam lá”. (MEIJER; GIL-GARCIA; BOLÍVAR, 2016, p. 4, tradução nossa).

Transversalmente, os autores (2015) trazem a temática da Governança em três níveis: multinível, sociotécnica e valor público diversificado. A Governança multinível é pensar a construção da cidade com ações em diferentes níveis, em que a visão da prefeitura deve estar em consonância com as práticas dos bairros. A Governança sociotécnica é pensar a construção da cidade a partir da sinergia entre humano e tecnologia. A Governança inteligente por um valor público diversificado, é se pensar a construção da cidade não de apenas um viés, como a tecnologia ou sustentabilidade ambiental, mas considerando todos os valores públicos. “Gerar valor público dentro de uma estratégia de cidade inteligente pode significar muitas coisas dependendo do contexto específico e do problema a ser resolvido”. (MEIJER; GIL-GARCIA; BOLÍVAR, 2016, p. 7, tradução nossa).

Assim, salienta-se que a gestão pública das cidades deve buscar estar de acordo com as necessidades reais de seus cidadãos, e conforme reforçam Oliveira e Caldas (2017, p. 33) “A gestão no âmbito público das cidades é responsável por avanços na saúde, economia, transporte, educação e política. Portanto, localidades que possuem medidas voltadas para a elaboração de políticas públicas e planos estratégicos de ação demonstram excelência nos serviços prestados à população”, devendo, pois, unir tecnologia e disseminação da informação. E para a atuação na disseminação da informação, destaca-se o papel das instituições de informação e cultura, como por exemplo o arquivo, objeto de estudo da presente pesquisa.

III) Informação e Cultura: o lugar do arquivo

Abordou-se educação e governança, aspectos que se categorizam como uma abordagem humana de cidade inteligente e prepararam o campo para se discorrer acerca de outro aspecto: a cultura. Na literatura acerca do conceito, nota-se uma lacuna temática referente ao aspecto cultural, sobre as instituições de informação e cultura como arquivos, bibliotecas e museus. Confere-se grande preocupação a essa problemática tendo em vista que se visualiza esses espaços como imprescindíveis para o desenvolvimento mais inteligente e humano de uma cidade. Com a evolução do conceito espera-se obter abertura para incorporar substancialmente essa temática no escopo da discussão acerca das cidades inteligentes.

Diferentemente das demais abordagens de cidade inteligente, nessa pesquisa depende-se maior atenção para os fatores de acesso à informação e cultura, como agentes de desenvolvimento municipal e de inovação. Essas instituições são valiosas para o

desenvolvimento mais transparente, efetivo e democrático de uma cidade, levando-a a ser mais inteligente e humana.

Arquivos, bibliotecas e museus, dentre outras instituições de informação, memória e cultura, são relevantes no contexto de uma sociedade tão mesclada entre o físico e o digital, pois ajudam na diminuição do fosso digital e da desigualdade social, por proporcionarem acesso à informação e ao conhecimento. Assim a ideia é fortalecer esses espaços para melhor desenvolverem e adaptarem seus serviços visando a redução mais precisa e efetiva da diferença entre informação rica e informação pobre na sociedade (PARTRIDGE, 2004). Essas unidades de informação e memória são agentes capazes de transformação e inovação, sendo que o conhecimento é a chave para uma sociedade mais justa e equitativa.

Tem-se um cenário atual da sociedade da informação e do conhecimento, da era da economia do conhecimento, em que dados, informação e conhecimento são valorizados como insumos de transformação das cidades. Nesse viés, Oliveira (2019) apresenta o papel das TIC para o desenvolvimento de uma cidade

Para atender as novas concepções de governança participativa e estrutura projetada, o conceito de smart cities ou cidades inteligentes destaca-se por idealizar o desenvolvimento econômico, social e cultural baseado em aspectos ligados à informação, dados e conhecimento e o investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é uma estratégia utilizada pelo poder público para a disseminação de informações e transparência política (OLIVEIRA, 2019, p. 9).

Regiões inteligentes consideram os variados agentes como importantes para o desenvolvimento urbano, sendo que a inteligência da cidade está pautada na cooperação entre esses agentes e as tecnologias como meio de facilitar a busca de soluções para a cidade. “A harmonia desses elementos proporciona uma comunidade rica em diálogos e canais de comunicação, tornando-se cada vez mais justa e igualitária para os seus cidadãos, influenciando diretamente na qualidade de vida nesses locais”. (OLIVEIRA, 2019, p. 17). A autora reforça que a presença de unidades de informação em cidades inteligentes, permite o avanço de pesquisas e estudos acerca do crescimento tecnológico e informacional das cidades. E não obstante, nessa pesquisa, admite-se essa afirmação e salienta-se que as unidades de informação, podem inclusive ajudar na transformação de uma cidade comum para uma cidade inteligente. Neste sentido, as

regiões inteligentes devem possuir centros referenciais de informação, uma vez que estes proporcionam diretrizes e embasamento para a criação de pesquisas e estudos sobre questões ligadas à cidade, administração e desenvolvimento urbano, auxiliando

no alcance eficiente e eficaz de melhores condições de subsistência e desenvolvimento humano e social. (OLIVEIRA, 2019, p. 166).

Acredita-se que essas instituições, se bem geridas e utilizadas, podem agir em prol do desenvolvimento mais inteligente e humano das cidades, colocando-as em um patamar de cidades inteligentes. Tanto para uma *smart city* quanto para uma cidade comum, essas unidades podem ser otimizadas a fim de auxiliarem na resolução dos problemas urbanos. Aliás, uma cidade só é inteligente e humana se valoriza seus espaços de conhecimento. Não obstante, o arquivo é um equipamento estratégico para a gestão pública e para inovação, sendo que se devidamente entendidos “centros de informação poderiam proporcionar uma melhoria nos aspectos ligados ao desenvolvimento das regiões em prol de avançar no caminho das cidades inteligentes”. (OLIVEIRA; CALDAS, 2017, p. 34).

Desse modo, reforça-se o papel do arquivo público municipal como agente de desenvolvimento inteligente e humano de uma cidade, tendo em vista que está no seu escopo garantir a produção e disseminação de uma informação de qualidade, transparente, de salvaguarda da memória e cultura de um povo. Na gestão pública, esses espaços são estratégicos para a tomada de decisão, para a boa governança e para a inovação. Pensando na questão do acesso e uso da informação para a construção mais inteligente das cidades, Oliveira (2019) indica que para o entendimento e planejamento das urbes é de grande valia se pensar em mecanismos de consulta de documentos pertinentes a gestão pública, a estrutura da cidade, aspectos políticos e sociais e é nessa conjuntura que entra o arquivo público municipal, principal instituição de informação pública e memória da cidade. Para Bellotto (2004), além de zelar pelo patrimônio documental, proporcionam os usos científico, social e cultural dos documentos. Nesta pesquisa, reitera-se a necessidade de se pensar nessas unidades como instrumentos estratégicos de governança, participação social e cidadã. Oliveira complementa

As TIC são ferramentas importantes para potencializar o alcance dessas discussões e fundamentais para o desenvolvimento dessas localidades. Isto posto, o arquivo público precisa ter seu papel fundamentado nessa relação, pois ele pode ser a base informativa e documental para essa governança multidirecional e participativa. (OLIVEIRA, 2019, p. 99).

IV) Cidades Inteligentes e Humanas: cidades que planejam e incluem

Rampazzo e Vasconcellos (2019) acreditam que as cidades inteligentes são de fato inteligentes e (quase) humanas. Ainda falta repousar atenção e reforçar esse fator. “As cidades

inteligentes e (agora) humanas retomam a noção de que a cidade é espaço construído para e pelas pessoas. O engajamento social se dá pela democratização da gestão pública”. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 36), com o uso das tecnologias para auxiliar nesse movimento.

Como se discorreu nesta pesquisa, o conceito de cidade inteligente iniciou-se um modelo *top-down* e evoluiu para um modelo *bottom-up* e agora caminha para cidades inteligentes e humanas. Rampazzo e Vasconcellos (2019, p. 36) indicam que uma “nova geração de cidades inteligentes compreendeu o potencial da IoT e da big data para, de maneira inovadora e colaborativa, transformar a forma de participação das pessoas na gestão pública”. Assim, a busca e implantação de soluções precisam ser de modo integrado, envolvendo os diversos atores sociais para gerar inovação, beneficiando a sociedade como um todo, sendo “fundamental a participação das pessoas, e que elas se apropriem das tecnologias para serem os agentes protagonistas de uma cidade transparente, ágil, inteligente e sustentável. Vem daí a palavra Humanas, que deve marcar as Cidades Inteligentes”. (RBCIH, 2016, p. 13). Com pessoas mais engajadas e empoderadas há um processo de co-criação, possibilitado pela articulação dos atores sociais, assim que “Quando o engajamento entre todos os stakeholders relevantes – governo, empresas, cidadãos - está totalmente ativo no que diz respeito à concepção de serviços e desenvolvimento, ocorre o processo de co-criação”. (RAMPAZZO; VASCONCELLOS, 2019, p. 34).

Posto isso, salienta-se a necessidade de se buscar uma maneira prática de tornar as cidades mais inteligentes e humanas, respeitando o seu contexto e considerando o cidadão e sua demanda.

[...] uma cidade tenha sua própria visão de cidade inteligente é necessário focar em três princípios: (1) integração, ou seja, integrar as iniciativas inteligentes com outras já existentes voltadas para o desenvolvimento econômico e para gestão dos serviços públicos; (2) pragmatismo, focar em projetos inteligentes que sejam práticos, alcançáveis e viáveis financeiramente; e (3) participação, isto é, os projetos inteligentes devem buscar parceiros variados, como empresas e a comunidade (RAMPAZZO, VASCONCELLOS, 2019, p. 32).

Defende-se que as cidades tenham seus projetos de cidades inteligentes, agregando o fator humano para se tornarem cidades inteligentes e humanas. Esse projeto deve ser adaptado ao contexto de cada cidade, fazendo uma espécie de estudo de usuários para a identificação dos problemas e demandas sociais, unindo o fator tecnológico para a facilitação das soluções, respeitando os princípios de dignidade e cidadania, e não obstante, reforçando o papel das

unidades de informação e cultura, como o arquivo, buscando conhecimento e inovação, quer seja para práticas pequenas do dia a dia, de serviços e produtos, até mesmo em grande escala.

Seguindo a ideia de maior participação do cidadão na tomada de decisão - e nesse caso defende-se o arquivo com um agente que otimiza a participação, engajamento e empoderamento do cidadão, Saunders e Baeck (2015) trazem a ideia de empoderamento do cidadão com o auxílio das tecnologias digitais, por meio da economia criativa, *crowdsourcing data*, inteligência coletiva e *crowdfunding* (financiamento colaborativo). Nesse cenário, os cidadãos acabam por assumir quatro diferentes tipos de papel, segundo Satish Nambisan e Priya Nambisan (2013): explorador, atuando na identificação dos problemas urbanos e sociais; idealizador, gerando conhecimento e soluções inovadoras para os problemas civis; criador, sendo ativo na idealização, desenvolvimento e aplicação de ideias e soluções; e difusor, disseminando e ajudando os cidadãos para o uso dos serviços públicos. Reitera-se que as pessoas sejam incentivadas a participarem e exerçam de fato a sua cidadania, para que a cidade seja construída para e por elas, pois como sinalizado anteriormente, uma cidade inteligente é composta de pessoas inteligentes, de governança inteligente, de tecnologias inteligentes, de instituições inteligentes.

Para além da inteligência das cidades, Carlos Moreno, pesquisador e professor da Universidade de Sorbonne, na França e estudioso das *smart cities*, apresenta outros conceitos interessantes para se repensar a cidade e o estilo de vida moderno, os quais destacam-se dois nesta pesquisa. O primeiro deles é o conceito de Cidades Vivas (2014), que seria um modelo de cidade que expressa e defende a vivacidade das pessoas, das práticas e das atividades. Segundo o pesquisador, no século que estamos vivendo, de cidades globais é necessário um esforço por parte da sociedade para a criatividade e engajamento transformação das cidades, tornando-as mais vivas e animadas. (MORENO, [201-]).

Em um momento em que nosso mundo está passando por profundas transformações como resultado de grandes mudanças tecnológicas, econômicas, sociais, ambientais e políticas, os espaços urbanos estão cristalizando todos os desafios do nosso desenvolvimento futuro. E ainda - a cidade de amanhã, como a de ontem, deve ser um lugar de encontros, trocas, de vida, uma cidade para as mulheres e homens que a habitam e a tornam viva. (MORENO, [201-]).

O segundo e mais recente é o conceito de Cidade de 15 minutos (2020), visando a diminuição dos efeitos oriundos da urbanização, das mudanças climáticas e da globalização. “Esse conceito consiste em redescobrir a proximidade geográfica e a proximidade familiar. Redescobrir o bairro para que a cidade não seja socialmente segmentada”. (MORENO, 2021).

Seria ter a disposição, produtos e serviços mais próximos, em cada bairro e região, promovendo uma maior conexão e sentimento de pertencimento dos cidadãos, para que se sintam mais resilientes e felizes. Moreno (2021) assume que se vive em cidades muito fragmentadas, em que não se conhece os vizinhos e não se ocupa o espaço urbano. Seguindo uma ideia de descentralização das atividades e serviços comerciais, industriais, administrativos e culturais, o pesquisador sugere que se estas estejam espalhadas por toda a cidade e que sejam acessíveis a pé ou de bicicleta, defendendo um estilo de vida mais saudável e responsável ambientalmente, uma vez que se reduz a emissão de agentes poluentes. Essa ideia intensificou-se no período atual da pandemia pela Covid-19, sendo aplicada pela capital da França, Paris, e inspirando outros governos ao redor do mundo a adotarem esse plano a longo prazo. Acredita-se que no Brasil, com a devida articulação entre poder público, empresas e cidadãos, seria possível aplicar esse modelo de cidade. Dessa forma, para cidades inteligentes, vivas e de 15 minutos é necessário repousar o olhar para o bem-estar de todas e todos os seus cidadãos, criando e construindo políticas públicas para a sua efetivação.

V) Contexto Brasileiro

Retomando a ideia de considerar o contexto para a elaboração e implantação de um projeto de cidade inteligente, apresenta-se o contexto brasileiro. Há a necessidade de se ter um olhar diferente para cada cidade, levando em consideração o contexto, características e particularidades de cada uma. Há que se ter em conta a necessidade de adequação da ideia de cidade inteligente, pois há diferença entre os países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Acerca da América Latina e Caribe, nesta região os municípios diariamente enfrentam disparidades sociais e econômicas preocupantes, o que expressa outras problemáticas e desafios mais profundos, “Além disso, muitas cidades foram mal planejadas durante o período de rápida transição urbana, resultando em expansão urbana, bairros informais e desigualdades urbanas”. (UN HABITAT, 2019, p. 146, tradução nossa).

O Brasil tem um grande desafio, resolver os problemas da agenda do século XX e entrar na agenda do século XXI. Defende-se que o Brasil possa unir as duas agendas, para não ficar de fora do movimento científico e tecnológico mundial, tendo em vista que o Brasil possui muitos talentos e grande potencial para pesquisa e desenvolvimento e usar esse avanço em prol da melhoria da vida dos brasileiros. Não é viável priorizar tecnologia acima de condições

básicas de vida, pois não adianta ter muita tecnologia se ela só vai reforçar a desigualdade social e a cidade ser inteligente apenas para alguns. O desafio é a união de resolver o básico e ao mesmo tempo participar da ciência e tecnologia de ponta, da inovação. O Brasil, portanto, possui problemas históricos a serem resolvidos e as cidades se deparam com “a ampliação de suas responsabilidades em áreas como saúde, educação, mobilidade, habitação e segurança, sem a correspondente transferência dos recursos necessários”. (RBCIH, 2016, p. 4).

Caldas (2009) realizou uma pesquisa sobre as unidades culturais no contexto de cidades inteligentes na Europa, cujo contexto é muito distinto ao brasileiro, sendo que

A Europa representa um cenário particular para este processo, pela sua luta simultânea no caminho da unidade econômica, social e cultural. Isto pode ser percebido pelas oportunidades em termos de financiamento criadas por projectos da União Europeia que têm representado, por um lado, um forte incentivo, impulsionando a adopção de estratégias locais de desenvolvimento tecnológico de maneira integrada no contexto da administração pública (CALDAS, 2009, p. 65).

Por isso, a elaboração de um projeto de cidade inteligente deve levar em consideração o contexto de uma localidade. Mesmo com essa diferença entre Brasil e Europa, o que se pode aproveitar da afirmação de Caldas (2009) é o fato dela apontar que as unidades culturais são de fato importantes agentes de desenvolvimento das urbes. O movimento satisfatório é usar a ideia e exemplos do que deu certo em cidades que já implantaram esse modelo e adaptar para a realidade brasileira.

No Brasil, pode-se destacar como um primeiro elemento que colabora na discussão e implantação de cidades inteligentes, a Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH), como uma organização que busca realizar esse movimento de 1) juntar esses agentes, tanto acadêmico, empresas e gestores públicos e 2) elaborar um conceito brasileiro e adaptado à realidade brasileira de cidade inteligente, que na rede é chamado de cidade inteligente e humana. Entidade sem fins lucrativos, criada em 2013 no âmbito da Frente Nacional de Prefeitos, é uma organização que reúne secretários de desenvolvimento econômico e dirigentes municipais de ciência, tecnologia e inovação das 350 maiores cidades brasileiras. E ainda, professores de universidades públicas federais e estaduais, de institutos federais e setores da iniciativa privada. Seu advento se deu pela necessidade de uma troca maior de informações sobre cidades inteligentes no Brasil e pela definição de um conceito adaptado à realidade brasileira (RBCIH, 2016).

Dessa forma, a rede através do documento “Brasil 2030: cidades inteligentes e humanas” caminha no sentido de construir o conceito brasileiro de cidades inteligentes, e possui

como meta que todas as cidades brasileiras sejam configuradas como cidades inteligentes e humanas até 2030. Oferece diretrizes e caminhos para que seja trabalhada imediatamente nos municípios do Brasil, uma cultura de cooperação e inovação para que possam avançar enquanto cidades inteligentes.

O "Brasil 2030" pretende ser o catalisador do processo de transformação das cidades em cidades inteligentes e humanas, reunindo entidades e instituições públicas e privadas locais que promovam – de maneira compartilhada – o desenvolvimento das cidades como inteligentes e humanas, a começar pela criação dos ecossistemas de inovação, passando pela modelagem de PPPs, pela implantação de living labs, resultando em um ambiente mais saudável, mais sustentável e de melhor qualidade de vida para as pessoas que nele vivem (RBCIH, 2016, p.8).

Tendo em vista que as cidades presenciam constantemente a mudança de gestão, é importante que haja uma agenda única que guie os trabalhos ao longo dos anos, embasado no valor da transparência pública e impedindo ações políticas corruptas. Assim, o cidadão, morador da cidade deve participar da elaboração e proteção dessa agenda, sendo o guardião da agenda a longo prazo, participando, avaliando e cobrando resultados. Nesse sentido, uma forte aliada desse movimento municipal, pode ser a Agenda 2030 da ONU (2015) que prevê comportamentos e ações pensando na cidade: desigualdade social, poluição, desenvolvimento sustentável, proteção dos recursos naturais, inclusão social, violência, entre outros. A compreensão das principais tendências da urbanização que provavelmente se desdobrarão nos próximos anos é crucial para a implementação da Agenda 2030

É claro que continuar no modelo atual de urbanização não é mais uma opção. Cidades e vilas podem desempenhar um papel mais importante na agenda de desenvolvimento sustentável e, para isso, precisam ser melhor compreendidas e integradas no discurso global em mudança sobre desenvolvimento sustentável (UN HABITAT, 2016, p. 25, tradução nossa).

Preza-se por um modelo de cidade que planeja ao invés de cidade planejada, ou seja, uma cidade que se reinventa. Assim, segundo a ONU Habitat (2016) uma cidade que planeja, integra o uso da terra, emprego, educação, infraestrutura, cultura e recursos naturais, em que planejamento suscita um comportamento político de engajamento, inclusão, integração e empoderamento. “Para avançar na Nova Agenda Urbana, cidades e países precisam progredir nas seguintes áreas: capacidade de planejamento, resiliência, regimes regulatórios, exclusão social, informalidade e integração do desenvolvimento econômico ao planejamento”. (UN HABITAT, 2016, p. 139, tradução nossa).

Inovar é o caminho para se quebrar paradigmas, encontrar caminhos alternativos para a solução de problemas, desse modo “As cidades são as plataformas para mudanças globais e locais no século XXI. Paisagens urbanas são os espaços de convergência de economias, culturas, sistemas políticos e ecológicos. [...] Ambientes construídos e ecologias naturais tornaram-se a infraestrutura da sociedade do século XXI, moldando encontros, assimilação, resistência e inovação”. (UN HABITAT, 2016, p. 161, tradução nossa).

Desse modo, abordar a temática das cidades inteligentes no Brasil é também assumir que ela só se constrói em “movimento e envolvimento de pessoas”. (RBCIH, 2016, p. 19). Esses mecanismos, metaforizando a cidade inteligente, pretendem ser um instrumento de aprimoramento que une diversos atores para um objetivo em comum: o desenvolvimento de cidades inteligentes no país. “Há todo um país inteligente e humano à espera de cada cidadão. Começamos pelas cidades”. (RBCIH, 2016, p. 20).

Um segundo elemento que demonstra um esforço do Brasil em mapear e progredir no desenvolvimento de cidades inteligentes é evidenciado pelo *Ranking Connected Smart Cities*, realizado pelo instituto *Urban Systems* e da Sator. O *ranking* envolve diversos atores do setor público e da iniciativa privada, como empresas, instituições de ensino e pesquisa e governos em “uma plataforma que tem por missão encontrar o DNA de inovação e melhorias para cidades mais inteligentes e conectadas umas com as outras, sejam elas pequenas ou megacidades”. (CONNECTED SMART CITIES, [201-]). Tem por objetivo mapear e qualificar as cidades mais inteligentes do Brasil possibilitando assim “uma visão mais clara com relação aos destaques e investimentos necessários nos centros urbanos brasileiros” (CONNECTED SMART CITIES, [201-]) e sua primeira edição data de 2015, portanto demonstra como é nova essa discussão no Brasil.

Considera uma cidade inteligente com base em cinco princípios: integração, inovação, colaboração, transparência e foco nas pessoas (CONNECTED SMART CITIES, 2019). Possui 70 indicadores divididos em 11 eixos temáticos: 1) Mobilidade e acessibilidade; 2) Meio ambiente; 3) Urbanismo; 4) Tecnologia e Inovação; 5) Saúde; 6) Segurança; 7) Educação; 8) Empreendedorismo; 9) Energia; 10) Governança; e 11) Economia. No entanto, entende-se aqui que esse *ranking* oferece um panorama acerca das cidades nos indicadores, todavia não expressa de fato se são cidades inteligentes. Ainda há que unir mais fatores, como cultura, arte, informação, cidadania, que não foram contemplados pelo *ranking* em um eixo específico. Apesar de positivo esse *ranking* para o mapeamento de iniciativas inteligentes nas cidades brasileiras, deve-se ter em mente que não contempla todos os fatores de modo igual, então há

que refletir sobre os objetivos e sugerir novos indicadores. Entende-se que uma cidade que não usa muita tecnologia não é menos inteligente, sendo que nesta pesquisa, visa-se valorizar todo o tipo de inteligência constante nas cidades. Assim que “cidades mais equipadas com sistemas de TIC não são necessariamente cidades melhores e que o número das iniciativas 'inteligentes' lançadas por um município não é um indicador de desempenho da cidade, mas poderia resultar em um resultado intermediário que reflete os esforços feitos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”. (NEIROTTI et al., 2014, p. 25, tradução).

Salienta-se que todos os municípios, sejam de pequeno, médio ou grande porte, podem tornar-se *smart cities* e cidades inteligentes e humanas. No caso brasileiro, destacam-se algumas cidades que apresentam iniciativas e ações que vão de encontro ao modelo de *smart city*, porém ainda não possuímos *smart cities* de fato. Dentre elas, segundo *ranking* da IESE *Business School* (2020) que fez um levantamento de 165 *smart cities* em nível mundial, estão: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Salvador e Belo Horizonte. Em geral, os esforços que as colocam nesse patamar estão relacionados à aplicação de tecnologias para melhoria da mobilidade urbana. No levantamento nacional, realizado pelo *Ranking Connected Smart Cities* (2020) estão classificadas como as dez primeiras cidades mais inteligentes: 1° São Paulo (SP); 2° Florianópolis (SC); 3° Curitiba (PR); 4° Campinas (SP); 5° Vitória (ES); 6° São Caetano do Sul (SP); 7° Santos (SP); 8° Brasília (DF); 9° Porto Alegre (RS); 10° Belo Horizonte (MG). Ressalta-se que essas cidades se destacam por experiências e iniciativas inteligentes para resolução de problemas urbanos, o que as colocam em maior evidência.

Em suma, todo esse movimento de evolução do conceito de *smart city* para o de cidade inteligente e humana é antes de mais um movimento de inovação. Admite-se que este é um dos setores que constantemente continua a crescer, e pode auxiliar os demais a saírem de suas crises. A sociedade hoje depende da criatividade e inovação para seu desenvolvimento inteligente e humano. Pensando nisso, como tornar as cidades mais inteligentes e conseqüentemente tornar o mundo mais inteligente? “O componente de inovação permite que um ambiente seja caracterizado como 'inteligente' de maneira literal e não metafórica”. (KOMNINOS, 2009, p. 352, tradução nossa).

4.2 INOVAÇÃO

Presente em todos os segmentos sociais, a inovação é além de uma ideia nova, a aplicação efetiva desta, buscando um resultado que transforme, recrie e inove. Assim, “envolve a criação de novos projetos, conceitos, formas de fazer as coisas, sua exploração comercial ou aplicação social e a consequente difusão para o restante da economia ou sociedade”. (AUDY, 2017, p. 76). Na atualidade vincula-se ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, na qualidade de vida e bem-estar da população, sendo que “as relações entre ciência, tecnologia e desenvolvimento são interativas, [...] tendo as pessoas como principal força propulsora de um ciclo virtuoso, a pesquisa como base, a inovação como vetor e o desenvolvimento como consequência”. (AUDY, 2017, p.7 5). Maciel e Albagli (2007) indicam que a inovação não se dá apenas pela disponibilidade de recursos e investimento, mas também pelas características sociais, políticas, culturais e institucionais que configuram os espaços de inovação. Indicam que esse processo se dá a partir da apropriação do conhecimento, que só é possível por meio do aprendizado.

A inovação não é simplesmente conceber uma nova ideia, configurando como um processo de desenvolvimento do seu uso prático na sociedade. Segundo Tidd, Bessant e Pavitt (2005) consiste em um processo de, a partir de uma oportunidade gerar uma nova ideia, ou seja, é a exploração de novas ideias, sendo sustentado por alguns pilares, são eles: pessoas, processos, recursos e estratégia e trazem as atividades de direcionamento, planejamento, criatividade e visão empreendedora. Ainda, segundo os autores (2005) existem quatro tipos de inovação: Inovação de produto, referente as mudanças nos produtos/serviços que as organizações oferecem; Inovação de processos, relacionado as mudanças na forma que os produtos/serviços são criados e entregues; Inovação de posição, pertinente as mudanças no contexto dos produtos e serviços; Inovação de paradigma, pertinente as mudanças nos modelos mentais que expressam a organização. Tidd, Bessant e Pavitt (2005, p. 20, tradução nossa) afirmam que a inovação

não ocorre no vácuo, pois está sujeito a uma série de influências internas e externas que moldam o que é possível e o que realmente surge. São três os grupos de fatores contextuais: O contexto estratégico para a inovação; A capacidade inovadora da organização; A conexão entre a organização e os elementos essenciais em seu cenário externo.

Desde os primórdios da civilização o conhecimento se mostra como insumo importante para o desenvolvimento da sociedade. Ciência e Tecnologia alinhadas à demanda social e cultural propiciam um ambiente satisfatório, em que o bem-estar dos indivíduos é privilegiado.

A Inovação nesse meio acontece de maneira natural e decorre da interação entre os agentes de inovação, do ambiente interno e externo de uma organização e do diálogo entre os saberes. Não se pode esquecer de incluir a participação das TIC nesse processo tendo em vista que são meio facilitadores, consistindo em meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar no processo comunicativo, ou seja, objetivando a transmissão de informação. Conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de maneira integrada visando um objetivo em comum, atualmente é muito relacionada a internet, que potencializou um maior desenvolvimento e uso dessas tecnologias. Através dela se torna mais fácil a atuação em rede, o que é bastante positivo para o avanço da inovação em todos os setores da sociedade. Tidd, Bessant e Pavitt (2005, p. 10, tradução nossa) indicam que

algumas das forças mais marcantes que influenciam o cenário competitivo e reescrevem as regras do jogo são: a globalização de mercados e o fornecimento de tecnologia; o surgimento de tecnologias que permitem o modo “virtual” de trabalho; o crescimento da preocupação com a sustentabilidade; o aumento da atividade em rede como modelo de negócio.

Não obstante, a revolução das TIC acaba alterando a configuração da sociedade e, portanto, da inovação e sua gestão. De maneira global, facilita as transações baseadas em informação, reduzindo o tempo de desenvolvimento de novos componentes e tecnologias e propiciando a aproximação entre diversos agentes e conhecimentos. Em relação ao cenário virtual, se destaca pelo advento da internet, que teve seu uso potencializado pelas TIC e assim atua de maneira direta nos processos inovativos. Outro ponto a ser destacado quando se fala do impacto dessas tecnologias é a colaboração via rede pelas organizações, fato esse que potencializa a geração de produtos e serviços inovadores, “por exemplo, participar de redes de inovação pode ajudar as firmas a terem novas ideias e fazerem combinações criativas – mesmo em negócios mais maduros”. (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2005, p. 12, tradução nossa).

No que compete ao compartilhamento do saber, trabalhar em rede promove a inovação, em que há cada vez mais um número maior de iniciativas e estratégias visando o trabalho conjunto para a aprendizagem voltada à inovação, assim “redes de inovação duradouras podem criar a capacidade de sobreviver a grandes ondas de mudança no cenário econômico e tecnológico”. (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2005, p. 13, tradução nossa).

Outro elemento relacionado à inovação é o empreendedorismo. Diretamente ligado a criatividade e inovação, a postura empreendedora possibilita a criação de novas ideias, produtos e serviços. Pode ser empresarial, pertinente ao ambiente corporativo e com geração de lucro; social em que o objetivo principal é um ganho para a sociedade, sem fins lucrativos; e digital,

relacionado ao ambiente *web* e as novas tecnologias. O conceito significa o ato de empreender, resolver um problema ou situação, relacionado com a criação de novos produtos e serviços. Hisrich e Peters (2009) afirmam que é o processo de criar algo diferente com valor agregado, em que se dedica tempo e recursos, versando sobre as oportunidades e assumindo riscos de caráter econômico e social e tendo recompensas e direitos sobre sua obra. Dolabela (2006) afirma ainda que, o empreendedor é responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social, comprometido com a coletividade e com seu meio, e por meio da inovação dinamiza a economia.

A atual sociedade presencia as constantes transformações sociais, advindas da relação das novas tecnologias de informação e comunicação com os indivíduos e ao que interessa a esta pesquisa, com as organizações. Esse novo contexto as instiga a refletirem sobre suas configurações e as estratégias adotadas, para um ambiente de competitividade e de maior colaboração entre as organizações. No que compete ao fenômeno da colaboração entre as organizações, apresenta-se o conceito de redes colaborativas, configurado, segundo Katz et al. (2000), como um processo que consiste em organizar e manter a colaboração de forma eficiente, objetivando o acesso e desenvolvimento de ideias, tecnologias e o compartilhamento de conhecimento entre as organizações, quer sejam institutos, empresas, universidades, dentre outros. “Tanto os obstáculos quanto as oportunidades que as empresas, universidades e demais agentes econômicos vêm enfrentando na atualidade, sugerem a necessidade do estabelecimento de redes de colaboração”. (ALVES; PAIXÃO, 2017a, p. 110). Nesse sentido, redes colaborativas propiciam um ambiente que preza pela máxima de “organização que aprende”. Na atualidade, a colaboração entre organizações, ou seja, a rede colaborativa se apresenta como uma vantagem ao aprimoramento dos processos e produtos, sendo fator de substancial relevância no contexto socioeconômico, marcado pela presença das tecnologias e da inovação. “Assume-se a inovação colaborativa, dessa forma, como uma força catalisadora da propriedade intelectual que vem se destacando enquanto estratégia de peso associada ao desenvolvimento industrial e científico”. (ALVES; PAIXÃO, 2017a, p. 110).

O conceito de redes colaborativas relaciona-se diretamente ao conceito de inovação, emergindo como um princípio catalisador desta, o que leva as organizações a se atentarem para os novos meios de gestão colaborativa do conhecimento. Desse modo, Bush e Tiwana (2005) enfatizam que as redes colaborativas são ambientes formados por organizações e pessoas com autonomia e que não obstante, compartilham e aplicam o conhecimento que possuem, visando a geração de um novo conhecimento e a resolução de um problema. “A ideia é que estas redes

ao cruzarem inovação, e aprendizado, ao ambiente de pessoas dispostas a compartilhar conhecimento, efetiva-se então um processo de fusão do conhecimento”. (ALVES; PAIXÃO, 2017b, p. 464). São veículos sociais capazes de construir novos conhecimentos, a partir da colaboração de variados agentes interligados por uma rede em prol de propósitos e objetivos comuns, proporcionando a cooperação técnica, científica, educacional, cultural e artística.

A implementação dos processos colaborativos tem acelerado nos últimos anos em consequência dos desafios colocados às empresas e as organizações pela rápida alteração das condições sócio-econômicas, bem como pelos novos desenvolvimentos das tecnologias de informação e comunicação. (PITHON; BROCHADO, 2007, p. 1).

As redes colaborativas são redes flexíveis e horizontais, sustentadas por interesses comuns e vontade de colaboração entre os organismos envolvidos, sejam indivíduos, empresas ou organizações em geral. Essa atitude acaba por trazer vantagens aos participantes, uma vez que são potencializados os resultados positivos dessa parceria, como a redução de custos, o aprimoramento de processos e tecnologias e a geração de novos conhecimentos.

Uma cidade inteligente é, antes de mais nada uma organização, em que há atuação de redes colaborativas pensando no desenvolvimento econômico, cultural, social da população. Sabendo que o principal capital é a informação, a gestão da informação e do conhecimento dentro dessa organização (cidade) acontece e é necessária para o desenvolvimento da cidade, buscando assegurar a criatividade, pensamento livre e inovação. A inovação acaba por ser a mola propulsora da sociedade e dessa forma a gestão da inovação vem para desenvolver, implementar, gerenciar e avaliar as condições (ambientais e culturais) que estimulem e permitam a inovação. Desse modo é imprescindível a aplicação de métodos e técnicas visando estruturar os processos, saber identificar barreiras e oportunidades e visualizar como aproveitá-las e entender seus impactos.

Considera-se que a inovação é importante para o desenvolvimento das organizações e da sociedade como um todo, por isso deve ser bem gerida. Nesse sentido, conforme Stefanovitz e Nagano (2009) indicam que a gestão da inovação se configura como o conjunto de processos e atividades baseadas em fundamentos que permitem que a inovação seja contínua. Mostra-se como uma atitude dinâmica que requer acompanhamento, avaliação, redirecionamento constantes, pois envolvem muitas variáveis. Tendo em vista que a inovação é uma ação sistemática e planejada, envolvendo cultura organizacional, processos, ferramentas e equipamentos, inclui todos os níveis da organização e no caso de uma cidade inteligente, o poder público, iniciativa privada e população entram nesse time.

Falar de cidades inteligentes e inovação suscita trazer o componente principal que possibilita todo esse movimento: a informação. Entende-se que repousa na informação o anseio pela prosperidade do conhecimento e a evolução da sociedade, com a organização e acesso efetivo à informação. Ao destacar a informação pode-se trazer à discussão as ciências que se dedicam a estudá-la. Com isso, a seção posterior vai aproximar Ciência da Informação e Arquivologia sob o viés da informação, destacando o arquivo enquanto equipamento de informação-poder.

5 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ARQUIVOLOGIA E ARQUIVOS

Tendo em vista que essa pesquisa se faz no escopo da Ciência da Informação e busca observar o arquivo público municipal, não obstante é necessário adentrar na Arquivologia a fim de compreender a instituição arquivo. Esta seção focou nas proximidades e não nas disparidades entre essas duas áreas, apesar de admitir que cada uma é um campo autônomo do conhecimento. Ao trabalhar com políticas públicas de informação como instrumento de fortalecimento do arquivo, admitindo este como agente de memória e inovação, automaticamente se faz um movimento de entrelaçamento entre as duas áreas. São campos do saber que trabalham a informação como objeto de pesquisa e esse é o ponto proeminente de ligação entre as duas. Se interessam pela criação, organização, disseminação, acesso da informação e a geração de conhecimento a fim de construir uma sociedade mais justa e equitativa. Aproveitou-se, portanto, essa conexão, para levar adiante essa pesquisa.

O conhecimento é, de fato, ponto de transversalidade de diversos campos científicos e o objeto que desperta a curiosidade e atenção de todos os atores sociais. Aponta-se para o valioso movimento de transformação dos dados em informações, destas em conhecimento e deste em sabedoria. Burke (2016), em relação à informação e ao conhecimento aponta que “ambos os termos são úteis, principalmente se fizermos uma distinção entre eles. ‘Estamos afogando em informações’, por vezes escutamos, mas ‘famintos por conhecimento’”. (2016, p. 18). Entende-se que há a necessidade de se repousar acerca do conhecimento como uma forma de desenvolvimento da sociedade e para isso, dados e informações são de substancial importância para essa ação de subsídio. Burke (2016) aponta que há conhecimentos no plural, quer seja puro e aplicado, abstrato e concreto, local e universal, entre outros, que apesar de suas distinções podem coexistir, competir e entrar em conflito, desencadeando conhecimentos dominantes e subjugados. (BURKE, 2016). Assume-se essa realidade na presente pesquisa, reiterando a positividade de coexistência, diálogo e interdisciplinaridade dos conhecimentos e saberes.

Para salientar a importância da aproximação entre essas duas, recorreu-se a mais uma metáfora. As árvores, seres sociais estes caracterizados por viverem em comunidade, pela amizade e união, ajudam-se enviando nutrientes para as outras árvores da mesma espécie, para que não morram, pois sabem que juntas são mais fortes. Comunicam-se, possuem múltiplos galhos que podem ir em várias direções e podem produzir frutos (WOHLLEBEN, 2017). Inspirando-nos nas árvores, poderíamos nos ajudar com o viés da interdisciplinaridade,

deixando florescer ideias e auxiliando a vida de cada uma dessas áreas. Como comunidade científica, podemos criar um ecossistema equilibrado e saudável, de informações e conhecimentos, pois se na floresta cada árvore é valiosa, na ciência, cada área do saber também é valiosa, e na sociedade humana cada indivíduo é igualmente importante. Não temos a destreza de realizar fotossíntese para purificar o ar, mas possuímos a capacidade de gerar e disseminar conhecimentos para tornar saudável a mente humana. Admite-se a Ciência da Informação como uma grande árvore aberta, sendo os seus galhos como ideias, cada um indo por uma direção e todas na direção do sol, da luz! Porque o conhecimento é luz, é esclarecimento, é vida!

Com esse argumento defende-se uma maior aproximação entre a Arquivologia e Ciência da Informação, e para reforçar esse argumento, recorre-se a Fonseca (2004) que sinaliza para a proximidade entre as duas áreas, incentivando a consolidação da sua relação, tanto em âmbito acadêmico como epistemológico, reiterando que “A associação com a CI parece uma característica da evolução da área arquivística no Brasil”. (FONSECA, 2004, p. 160). Concorda-se, portanto, com essa premissa e visualiza-se que são áreas que possuem muitos pontos de convergências que podem ser otimizados em um movimento transversal a fim de ambas evoluírem enquanto ciência, sem perder, contudo, a sua identidade. Silva, Fujita e Dal'Evedove (2009) trazem considerações relevantes sobre o assunto, apresentando que

[...] as sociedades pós-modernas requerem uma nova postura de estudiosos e profissionais da Arquivística e da CI. Por isso é preciso ir além das fronteiras estáticas, de modo que possibilite um ‘novo olhar’ sobre o documento enquanto objeto tangível e intangível, dentro de um contexto social, político e cultural mais amplo, fruto das relações sociais entre os homens no processo de produção e reprodução do conhecimento. Só assim, a Arquivística e a CI cumprirão o seu papel social, ao mesmo tempo em que ganharão status e visibilidade perante a sociedade. (SILVA; FUJITA; DAL’EVEDOVE, 2009, p. 287).

Contribuindo para essa discussão e defendendo o estabelecimento e manutenção de parcerias entre a Ciência da Informação e Arquivologia, Marques (2011, p. 16), por sua vez aponta que

As parcerias da Arquivologia sejam mantidas e estreitadas na conformação dos seus espaços, alianças e autonomia. Evidentemente, o estatuto social que une várias disciplinas no campo da informação não poderia ser fator de isolamento. Os diálogos entre essas disciplinas dependem, em grande parte, da definição dos seus espaços comuns e particulares, ainda que delimitados por fronteiras fluidas e porosas.

Nesse sentido, acredita-se que esses dois campos do saber se aproximam pelo viés da informação e do conhecimento e, portanto, defende-se uma maior articulação e contato entre eles. Alves, Cabral e Oliveira (2016) reforçam para as relações entre a Arquivologia, História

e Ciência da Informação “Disciplinas estas as quais nos últimos anos, torna-se recorrente nos debates acadêmicos, tendo em vista que os métodos e técnicas foram incorporados umas às outras numa verdadeira dinâmica interdisciplinar”. (ALVES; CABRAL; OLIVEIRA, 2016, p. 35). Desse modo, que sejam mesmo incorporadas, divididas, emprestadas, partilhadas, compartilhadas, aproximadas, reconstruídas, olhadas de outra perspectiva, inovadas, seguindo a ideia de transversalidade e diálogo, inspirando a ciência como um todo e agindo na construção de uma sociedade mais informada, justa, consciente e sábia.

Nesta pesquisa, aproxima-se o arquivo ao paradigma social da Ciência da Informação, conforme apresentam Capurro e Hjørland (2007), mas que ao mesmo tempo perpassa pelos paradigmas físico e cognitivo. Considerando que o paradigma social possui o foco no saber coletivo, pode-se dizer que as cidades, enquanto espaços que abarcam a diversidade do coletivo, vão de encontro a esse paradigma. Com isso em mente, interessa o conhecimento a nível coletivo e não apenas individual, em que se destaca o apoio da comunidade e da política local, sendo a economia centrada no capital humano existente. Dessa forma, “Os arquivos redimensionam seus espaços estruturais em condicionantes paralelos do ambiente político, econômico e social das comunidades e traduzem a sociedade e sua esfera orgânica de atuação informacional”. (CALDAS, 2011, p. 57).

Retomando as palavras de Burke (2016), este sinaliza que a armazenagem e preservação do conhecimento é fundamental, o que aproxima de modo mais direto a Ciência da Informação e Arquivologia, objetos de estudo da presente pesquisa. A informação registrada e o documento, são então imprescindíveis para o uso e geração de conhecimento, assim que “Para que seja útil, a informação colhida precisa ser armazenada e preservada, e anotá-la é a maneira mais óbvia de fazer isso”. (BURKE, 2016, p. 81). Arquivos salvaguardam essas “anotações”, anotações portadoras de informações e registradas em documentos.

Cavalheiro e Santos (2021) ao realizarem um movimento crítico de (re) aproximação entre as duas áreas, no que compete aos conceitos de “informação” e “documento”, indicam que seus objetivos e processos são similares, porém é importante manterem suas identidades. Concorda-se com essa premissa, uma vez que se defende o constante diálogo entre essas duas áreas autônomas do conhecimento. Discursos de acesso à informação e de gestão do conhecimento, na atualidade são o que suscitam a necessidade de se explorar os estudos em Ciência da Informação e Arquivologia. Cavalheiro e Santos (2021), complementam a discussão de proximidade entre esses dois campos do conhecimento, com as seguintes considerações

Concluimos que a materialidade (*conscriptio*) é o elo entre a informação da Ciência da Informação e a informação da Arquivologia, o que justifica a completude de esforços de ambas as áreas no processamento documental. Por sua vez, em Arquivologia, aliadas ao documento e seu teor informacional, estão as características trazidas pelos princípios que a regem, marcas essas que, não via de regra, estejam contempladas na Ciência da Informação. (CAVALHEIRO; SANTOS, 2021, p. 136).

Optou-se por discutir inicialmente a proximidade das duas áreas para reiterar o potencial de contribuição que cada uma oferece a outra e não obstante ao fortalecimento do arquivo enquanto equipamento de informação e inovação. A partir do exposto, parte-se para uma explanação individual de cada ciência, a fim de melhor apresentá-las.

5.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação é a área do conhecimento ligada aos processos de produção, organização, análise, armazenamento, recuperação e disseminação da informação. Trabalha com a informação em seu formato registrado, atuando em toda a sua configuração e no fluxo informacional, sendo essa “entendida como a preocupação com a unidade fundamental do saber, através de estudos interdisciplinares e engloba o conjunto das disciplinas voltadas para a produção, comunicação e consumo da informação”. (ORTEGA, 2004, p. 9). De acordo com Borko (1968) a Ciência da Informação é “a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento da informação, visando a acessibilidade e a usabilidade”. (BORKO, 1968, p. 1, tradução nossa). O autor indica que a preocupação da área está condicionada a todo o processo eficiente para se obter a informação, recuperar, disseminar, compartilhar e tornar acessível. Essa ciência, ao mesmo tempo que trabalha com o suporte da informação, atribui ao sujeito-usuário autonomia no “acesso ao universo informacional e o uso da informação com autonomia, posicionamento crítico e responsabilidade, com vistas a uma sociedade da informação equitativa e transformadora”. (VECHIATO, 2011, p. 2).

Segundo Saracevic (1996) trabalha com o objeto informação no que concerne ao seu comportamento, suas propriedades e efeitos, sua relação com o indivíduo. Para o autor, a Ciência da Informação caracteriza-se por três aspectos, que constituem a razão e existência dessa ciência. A primeira é por natureza a sua interdisciplinaridade, dialogando com variadas áreas, a segunda é sua proximidade com as tecnologias da informação que está “impondo a

transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial”. (SARACEVIC, 1996, p. 42). A terceira é a sua dimensão social e humana, que apesar de sua vertente tecnológica, admite o seu espírito social. A informação como instrumento social, para poder ser utilizada por indivíduos requer que seja registrada, documentada em suportes ou tecnologias que preservem o seu conteúdo. Esse registro da informação a torna passível de ser recuperada e acessada pelo usuário, sendo sua utilidade definida pelo fator sócio-cultural, estando condicionada pelo contexto, situação, relacionamento dos indivíduos, entre outros fatores.

É uma ciência interdisciplinar, um espaço de teoria e prática, tendo em vista que estas são complementares. Carrega a influência das ciências exatas e biológicas, das ciências humanas e sociais em sua conjectura, da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, da Documentação, da Computação e da Informática, da Comunicação, Sociologia, dentre outras. Pode-se visualizar a partir da história recente da Ciência da Informação, que é uma ciência chave para o desenvolvimento dos estudos sobre o conhecimento e justamente por seu caráter interdisciplinar carrega uma riqueza de projeções e possibilidades.

No que compete aos estudos acerca do conceito de informação e desta no âmbito da Ciência da Informação, Aguirre (2016) traz seis categorias interpretativas, que auxiliam no entendimento deste conceito: informação como direito; informação como conceito ontológico; informação como dispositivo de poder; informação como conceito semiótico; informação como conjunto de dados organizados; e informação como registro documental. Evidencia-se assim, que essa temática está sendo abordada de forma ampla e globalizada, o que suscita a necessidade do desenvolvimento de mais estudos dentro e fora da Ciência da Informação.

Para a Ciência da Informação e a Ciência em geral, há um movimento natural que ocorre ao longo do tempo: a substituição de uma teoria científica por outra, ocasionada pelas revoluções científicas (BUSH, 1945). No caso específico da Ciência da Informação, esta perpassa por três momentos paradigmáticos, conforme apontam Capurro e Hjørland (2007): o paradigma físico, o paradigma cognitivo e o paradigma social. Segundo os autores, o paradigma físico compreende os anos de 1945 até 1970 e é considerado o marco inicial da Ciência da Informação, enfatizando a informação como objeto advindo das atividades relacionadas à geração e uso da informação. A informação, nesse sentido, é vista como um objeto mensurável e o conhecimento como objetivo especializado. O paradigma físico relaciona a informação a um sentido técnico e está centrado em sistemas informatizados. O paradigma cognitivo compreende as décadas de 80 a 90 e repousa na figura do usuário como agente central no que

concerne ao fluxo do conhecimento. Assim, nesse paradigma o sujeito é admitido como agente transformador da informação em conhecimento, agora configurando como importante ator nesse fluxo. Aproxima-se de aspectos psico-sociológicos em relação ao usuário, focando em seu aspecto individual com o conhecimento, em que por exemplo, no processo de recuperação da informação considera-se as percepções e interpretações do usuário.

O paradigma social surge em 1990 e perdura até os dias de hoje sob uma cultura da chamada “sociedade do conhecimento”. Nesse paradigma, abandona-se a visão individualista do paradigma cognitivo e admite o sujeito histórico em forte relação com a sociedade, como um membro social. Visualiza e admite a informação como um fenômeno social, uma “construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva”. (ARAÚJO, 2010, p. 95), dada pela interação entre os sujeitos e as diversas práticas. O usuário, de acordo com os pressupostos do paradigma, relaciona-se com a informação de forma sempre contextualizada, já que o mesmo procura e entende a informação em função tanto de suas redes semânticas individuais, mas também do contexto no qual vive, dos valores que o movem e de acordo com a necessidade informacional determinada pelo mesmo contexto (SMIT, 2012). Traz uma abordagem sócio-cognitiva, ou seja, analisa o comportamento do conhecimento compartilhado por um grupo e não por um sujeito isoladamente.

A interdisciplinaridade é o pilar que sustenta a relação estabelecida nesta pesquisa, em que as políticas públicas de informação de arquivo são usadas como equipamentos de inovação e desenvolvimento de cidades inteligentes. Dessa forma, "as nações mais inovadoras são aquelas em que o cruzamento dos diferentes saberes é incentivado e alimentado por um sistema de inovação em que a interdisciplinaridade é privilegiada". (REIS et al., 2017, p. 15).

Posto isso, reforça-se que a relação informação, interdisciplinaridade e o paradigma social são elementos que permitem o fortalecimento do diálogo entre Ciência da Informação e Arquivologia, no que compete à discussão do arquivo público municipal no contexto de cidades inteligentes. Ao abordar arquivos, inerentemente aborda-se a ciência incumbida de estudá-los: a Arquivologia.

5.2 ARQUIVOLOGIA E ARQUIVÍSTICA

Segundo o Dicionário de Terminologia arquivística (2005, p. 37) a Arquivologia é uma “disciplina que estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observados na

produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”. Configura-se como uma ciência relevante na organização e disseminação da informação e o arquivo, como mediador, funciona como uma ponte que aproxima o conhecimento presente no documento, do usuário, possibilitando um movimento de reflexão e geração de novos conhecimentos. O documento, passível de ser tratado como arquivístico, possui algumas características que o identificam como tal: a unicidade, e organicidade, a indivisibilidade, a integridade, a autenticidade, a proveniência e a heterogeneidade de seu conteúdo. É um bem cultural, de representação histórica, de valor social e cultural, pois traduz as ideias de uma época, de uma sociedade.

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória. (INDOLFO, 2007, p. 29).

Registrar a informação em documentos é a condição essencial para a Arquivologia assumir sua função, pensando que a informação poderá ser aproveitada pelas gerações futuras, de modo a contribuir para a geração de conhecimento e preservação da memória, assumindo-se como ativo no ciclo do conhecimento. Possui técnicas desenvolvidas ao longo dos séculos para conservar, guardar, organizar e disseminar o conhecimento existente no documento arquivístico.

A preocupação com a salvaguarda da memória e do registro da história é antiga e se deu a partir da passagem da cultura oral para a escrita, decorrente do anseio de registrar, preservar e comunicar sentimentos, atos, conhecimentos, costumes para a posterioridade. Schellenberg em sua publicação “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”, no ano de 1956⁴, afirma que o arquivo, enquanto instituição, data provavelmente dos séculos V e IV a.C, em que na antiga civilização grega, os atenienses guardavam os documentos no Metroon, templo da mãe dos deuses. Portanto, o advento dos arquivos, bem como das bibliotecas e museus remontam o período da Antiguidade clássica, espaços esses que se confundiam, não havendo uma distinção clara das instituições.

A criação dos arquivos e das bibliotecas relaciona-se, grosso modo, com a passagem do mundo da oralidade para o mundo da escrita, visto que essa transformação possibilitou a introdução de um novo elemento: o suporte. Esse suporte ou registro do conhecimento constituiu os primeiros acervos das primeiras instituições na

⁴ Nesta pesquisa, utilizou a 5ª edição do livro “Arquivos Modernos”, traduzido por Nilza Teixeira Soares, referente ao ano de 2005.

Antiguidade, chamadas de “bibliotecas primitivas” e/ou “arquivos primitivos”. (TANUS, 2014, p. 86).

Se no período da Antiguidade e Idade Média, arquivos, bibliotecas e museus ocupavam um mesmo espaço, ao longo do tempo foram desenvolvendo técnicas e práticas de tratamento dos documentos, cada um no seu escopo. É na Modernidade que esses espaços se mostram como instituições próprias., assim que “O desenvolvimento atingido pelos arquivos durante o declínio das civilizações antigas e na Idade Média, exerce alguma influência no caráter dos arquivos que apareceram no início da Idade Moderna”. (SCHELLENBERG, 2005, p. 25). Com a criação de espaços destinados a guardar, tratar e salvaguardar os documentos de valor administrativo e histórico, ou seja, os arquivos, surgiu com o tempo a necessidade de se pensar e aprimorar as técnicas e métodos usados nesta atividade, surgindo assim a ciência responsável por essa reflexão: a Arquivologia.

A Modernidade marca a segunda fase dos arquivos e da Arquivologia, em que o mundo assistiu aos significativos avanços culturais e tecnológicos, pelo aperfeiçoamento da imprensa por Gutenberg que propiciou a massificação dos registros documentais. A Revolução Francesa também obteve uma influência determinante no desenvolvimento da Arquivologia, marcando um período de transformação no tratamento e uso de arquivos. Segundo Fonseca (2004), o advento das instituições arquivísticas como as conhecemos hoje iniciou-se nesse período, em que se pode destacar a criação do Arquivo Nacional da França, responsáveis pela guarda dos documentos da administração pública e a preservação da memória, pois “comemorar faz parte dos ideais revolucionários, não bastando apenas o acontecimento, mas a sua ritualização. Não por acaso vemos uma explosão de comemorações sempre seletivas do passado, mas também a expansão nunca vista de museus, bibliotecas e arquivos” (THIESEN, 2009, p. 70), vistos como os lugares de evidência desses feitos.

Durante toda a Revolução Francesa, os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados principalmente e talvez sem intenção para usos culturais. Os da nova sociedade o foram para proteção dos direitos públicos. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa. Este reconhecimento resultou em três importantes realizações no campo arquivístico:

1. Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos
2. Proclamação do princípio de acesso público aos arquivos
3. Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado. (SCHELLENBERG, 2005, p. 25)

A memória e a história também devem ser levadas em consideração quando se pensa no papel do arquivo e da Arquivologia, pois são essenciais para que se justifique a existência desses espaços, tendo em vista que é com memória e história que se pode guiar os caminhos futuros, assim que “A história do pensamento de arquivo no século reflete a interação de teoria e prática arquivística como arquivistas de todos os lugares têm procurado preservar a memória do mundo”. (COOK, 1997, p. 18, tradução nossa). Duranti (1994, p. 50) apresenta que

Através dos milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação. [...] A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido”.

Ao falar de arquivos e Arquivologia também é necessário trazer o conceito de Arquivística. Para Delmas (2010, p. 79 apud BARROS, 2015, p. 192) “a palavra designa, ao mesmo tempo, uma ciência e um conjunto de métodos e técnicas de constituição, guarda e exploração dos documentos de arquivo”. Alves, Cabral e Oliveira (2016, p. 39) trazem uma breve denominação das três:

Do Arquivo surge a arquivologia. Compreendida por muitos autores como uma disciplina que tem o objetivo de auxiliar o tratamento dos arquivos, de acordo com Jardim (1998, p.3), seria a “disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos e da arquivística”. Já a Arquivística, é compreendida como o “princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”. Ambas compõem o ofício do arquivista.

A passagem de uma visão mais tradicional pautada no documento, para uma que coloca o indivíduo como ponto principal do porquê do documento e do fazer arquivístico, é reflexo de transformações sociais, que se demonstraram mais incisivas na modernidade e agora com a pós-modernidade. A ideia de pós-modernidade vem para mudar a concepção que temos da arquivologia, em que essa se vê obrigada a se adaptar aos novos contextos sociais e as novas formas de registrar, como os documentos eletrônicos e digitais. Fonseca (2004) indica que essas duas abordagens são complementares, podendo ser consideradas como “predominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico hoje: aquela que identifica o momento de uma mudança de paradigma e aquela que identifica sua inserção numa “episteme” - a pós-modernidade”. (FONSECA, 2004, p. 90).

Cook (2012) apresenta as relações da Arquivologia e do Pós-modernismo, em que destaca alguns termos que definem a ordem pós-moderna, aplicadas para visualizar e entender ciência e sociedade: “Processo em vez de produto, se tornando em vez de ser, mais dinâmico

do que estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais”. (COOK, 2012, p. 147). E desse modo não foge a regra a Arquivologia, tendo em vista a sua relação com a informação e com a sociedade.

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional [...]. (COOK, 2012, p. 125).

Barros (2015) ao apresentar as diferenças do desenvolvimento da Arquivística na Espanha, Canadá e Brasil ao longo dos anos, oferece um panorama interessante para entendermos a área como um todo. O autor explica que os arquivos enquanto instituições sociais são direta e indiretamente influenciadas pelas condições políticas e ideológicas do seu tempo, refletindo, portanto, o contexto em que está inserido. Explica ainda que o surgimento da Arquivística está ligado ao advento dos arquivos institucionais, solidificados no contexto da Revolução Francesa.

Os arquivos e a Arquivística compõem o cenário de mudanças ocorridas na Europa do século XIX. O autor divide o percurso dos arquivos em dois momentos: pré-arquivístico e arquivístico.

O primeiro perpassa séculos de história, a ascensão e a queda de civilizações anteriores ao desenvolvimento dos princípios da proveniência e à ordem original; o segundo, mais recente, é aquele no qual os princípios e métodos arquivísticos começam a ser enunciados e trabalhados. (BARROS, 2015, p. 99).

Com o desenvolvimento administrativo, científico e tecnológico advindos do final da Segunda Guerra Mundial, o mundo assiste a mudanças em vários setores sociais. Não obstante, a Arquivística internacional assiste a uma mudança marcante na sua teoria e prática. Segundo Barros (2015), há uma profunda relação entre a Arquivística e as liberdades individuais, sendo que a Europa vai servir de palco para o advento da Arquivística moderna. Nesse momento, a área se aproxima potencialmente da historiografia, servindo quase como uma ciência auxiliar da História, conforme apresenta o autor: “o processo de construção de uma historiografia e o estabelecimento de arquivos estão intimamente relacionados, uma vez que os arquivos servem como uma das fontes primárias para a construção da história”. (BARROS, 2015, p. 131), sendo que nessa época, os documentos eram vistos como uma forma de comprovar os feitos e realizações. A partir da pós-modernidade se começa a questionar todas as certezas, visando a

maior reflexão e desconstrução dos conceitos e ideias anteriores, afetando dessa forma e igualmente, a Arquivística. Essa se vê diante de uma reconfiguração, em que o documento arquivístico e o arquivista deixam de ser neutros e imparciais e assumem uma postura ativa na sociedade, buscando uma maior aproximação com outros campos do saber, em um movimento interdisciplinar.

Os arquivos constroem metanarrativas, ou seja, a estrutura institucional, a legitimação da prática arquivística enquanto profissão, o desenvolvimento de uma teoria são fruto de uma relação entre a sociedade e seus documentos. O arquivista, na abordagem pós-moderna, deve estudar essa relação com desconfiança e perceber a multiplicidade de contextos relacionados às produções documentais. (BARROS, 2015, p. 163).

Em relação a Arquivística brasileira, Barros (2015) indica que sua construção transita entre a tradição europeia e a norte-americana, fato esse que pode ser observado a partir da formação dos arquivistas brasileiros nas décadas de 1950 a 1970, e atualmente recebe influências de correntes canadenses e australianas. Pode-se arriscar dizer que a Arquivística brasileira recebe positivas influências externas para sua construção e como sinaliza Barros “Assim como nas realidades espanhola e canadense, a situação político-social brasileira irá incidir de modo profundo na organização e na institucionalização da Arquivística enquanto profissão e teoria”. (BARROS, 2015, p. 178).

A Arquivística no Brasil, segundo esse Barros (2015), se inicia timidamente no século XIX, com os primeiros arquivos sendo criados e é durante o século XX que amadurece, a partir de uma infraestrutura universitária e com a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 1994. Em relação ao adentramento da área no contexto científico e acadêmico, o período a partir do ano 2000, “marca o *boom* de desenvolvimento, com a proliferação de graduação em Arquivologia em vários estados”. (BARROS, 2015, p. 187). Dessa forma, começa um processo de estabilização da Arquivística no cenário nacional, tendo além da força que os cursos de nível superior conferem à área, os periódicos científicos e as normas arquivísticas também vêm para fortalecer esse campo no Brasil, que busca cada vez mais uma identidade própria.

Uma problemática identificada no contexto brasileiro, que impacta negativamente no desenvolvimento de diversos campos, como o da Arquivística, é a falta de incentivos e recursos. Barros (2015) reforça esse argumento, indicando que

O desenvolvimento teórico da Arquivística no Brasil, como em outros países, intensificou-se nos últimos trinta anos. Contudo, a dificuldade para o desenvolvimento no país é fruto da ausência, em maior ou menor grau, a depender do momento em

análise, de políticas e incentivos voltados para a área de gestão e custódia de documentos de arquivo. (BARROS, 2015, p. 189).

Freitas e Silva (2016) ao estudarem a Arquivística a nível internacional, com um recorte temporal que compreende os anos de 2011 a 2016, apontam alguns dos aspectos atuais deste campo do saber. Para os autores, a desmaterialização, a interoperabilidade, a organização e o uso da informação em evidência, são temas recorrentes na literatura internacional e apontam uma tendência de estudos. Nesse estudo, Freitas e Silva (2016) investigam ainda, a presença da temática de arquivos municipais na literatura arquivística, durante esse período e evidenciam, a partir da análise de artigos, o crescente interesse da Ciência da Informação na área da Arquivística. Salienta-se esse ponto na presente dissertação, uma vez que se está no âmbito da Ciência da Informação, incorporando as contribuições da Arquivologia e Arquivística para seu desenvolvimento.

Em relação a organização e uso da informação, Freitas e Silva (2016) apontam que a partir da valorização da informação como um insumo de desenvolvimento da sociedade e o uso das tecnologias da informação e comunicação, intensificou-se a preocupação com o acesso à informação e seu uso. A informação agora é vista como um direito, colocando o usuário e suas necessidades informacionais no centro da discussão e das atividades ligadas à informação. Os autores reforçam que

Nesse universo, interessa identificar comportamentos e situações concretas de usos de informação, antecipando necessidades, para assim promover, de um modo mais inteiro, a satisfação de quem os utiliza no dia-a-dia para resolver problemas ou desempenhar tarefas infocomunicacionais. (FREITAS; SILVA, 2016, p. 3).

No que compete às outras duas temáticas apontadas pelos autores como em voga na atualidade estão: a desmaterialização e a interoperabilidade nos sistemas de informação. Estas são consequência da atual configuração digital dos processos e serviços, que segundo Freitas e Silva (2016) implica em transformações na organização, comunicabilidade e uso da informação. Documentos digitalizados ou criados digitalmente não possuem mais um suporte físico e desse modo estão sujeitas a fragilidade dos suportes eletrônicos e digitais, que mudam muito rapidamente. Desse modo, a interoperabilidade dos sistemas de informação é de significativa importância para que a informação não se perca, uma vez que se configura como a capacidade de indivíduos, sistemas e organizações de se comunicarem e interagirem de modo eficaz. Não obstante a esse cenário digital, a Arquivística, segundo os autores, incorporou a temática de desmaterialização e interoperabilidade, apontando que

desmaterialização da informação adquiriu, desde há cerca de duas décadas, um lugar de destaque na Arquivística, sendo um tema recorrente, ainda que, grandemente, referenciado pelos termos ‘digitalização’, ‘arquivo digital’, ‘curadoria digital’, ‘coleção digital’, ‘documentos digitais’, ‘documentos eletrônicos’, ‘informação digital’ e, mais recentemente, ‘preservação digital’, enquanto estratégia de cada ‘repositório digital’ institucional, que deve estar presente desde o planeamento dos sistemas de informação e tecnológico de informação. (FREITAS; SILVA, 2016, p. 4).

Cruzando esses quatro eixos temáticos, Freitas e Silva (2016) destacam outros temas que aparecem como emergentes nos estudos na área da Arquivística e Ciência da Informação. Como é o caso da temática de arquivos comunitários, visando a salvaguarda das memórias e identidades locais, atuando na garantia da representatividade dos diversos grupos sociais. A valorização das redes sociais e do serviço de referência nos arquivos também são aspectos levantados como importantes, e por último, as autoras sinalizam a necessidade de aprofundamento nos estudos acerca da abertura dos arquivos e do acesso à informação.

É possível aproximar os pontos que Freitas e Silva (2016) trouxeram, com os paradigmas apresentados por Cook (2013), indicando que nos últimos 150 anos a Arquivística passou por quatro paradigmas: evidência, memória, identidade e comunidade. Segundo Cook (2013) o arquivista transformou-se de curador passivo para avaliador ativo, deste para mediador social e deste para facilitador da comunidade, respectivamente, em um movimento que perpassa pela Antiguidade, Modernidade e Pós-modernidade. Aponta que “O foco do pensamento arquivístico mudou da evidência para a memória para identidade e comunidade, à medida que as correntes intelectuais mais amplas mudaram desde moderno para moderno para pós-moderno para contemporâneo”. (COOK, 2013, p. 95, tradução nossa). Caracteriza os quatro paradigmas da seguinte maneira:

1. Evidência: Cook (2013) sinaliza que esse paradigma está no escopo de um arquivamento da pré-modernidade, em que o arquivista era tido como guardião do legado jurídico, e os documentos eram vistos apenas como prova de um acontecimento, imparcial e neutro. Essa visão embasou o discurso arquivístico até 1930 e continua presente como uma preocupação da área. Segundo o autor, após a Revolução Francesa, os arquivos transformaram-se em instituições públicas de estado-nação, responsáveis por preservar os mais antigos registros documentais do Estado.

O primeiro paradigma arquivístico centrava-se, então, na tutela deste resíduo "natural" como evidência, e o principal foco profissional do arquivista, como zelador imparcial, estava no arranjo e na descrição para colocar esse resíduo no contexto para uso e

compreensão pela posteridade fonte documental autêntica e confiável. (COOK, 2013, p. 107, tradução nossa).

Dessa forma, o arquivista profissional era visto como detentor e guardião das evidências governamentais e não havia espaço para a ideia de arquivos pessoais, por exemplo, que ficavam a cargo de colecionadores e em espaços como bibliotecas e institutos de pesquisa. (COOK, 2013).

2. Memória: Cook (2013) aponta que o arquivamento moderno coloca o profissional de arquivo como um historiador arquivista, em que a memória se torna o conceito fundamental nesse paradigma, que floresce entre 1930 a 1970. Segundo o autor, “Com duas guerras mundiais, a Grande Depressão e vários novos programas sociais, os registros do estado explodiram em volumes sem precedentes e forçaram uma reformulação do primeiro paradigma arquivístico”. (COOK, 2013, p. 107, tradução nossa). Nesse paradigma, a figura do arquivista torna-se mais ativa, sendo o responsável por determinar o que seria recebido e salvaguardado pelo arquivo, portanto afastando-se do comportamento anterior, de imparcialidade e neutralidade, colocando sua visão e subjetividade na atividade arquivística. Dessa forma, há uma abertura para os arquivos pessoais e privados serem tratados por arquivistas profissionais. A preocupação agora não era mais na simples comprovação dos fatos, mas na sua historicidade e memória.

O segundo paradigma arquivístico estava distintamente preocupado, então, com a avaliação de registros como fontes históricas, com o historiador-arquivista subjetivamente criando um recurso de memória cultural, em vez de guardar um legado jurídico herdado de evidências [...]. O arquivo resultante foi, claro, ainda evidências de atividade humana e organizacional, mas o contexto em que essa evidência foi agora criada, avaliada, adquirida, descrita e compreendido foi transformado. (COOK, 2013, p. 109, tradução nossa).

3. Identidade: o terceiro paradigma da Arquivística, segundo Cook (2013) diz respeito ao arquivamento pós-moderno, centrado na “Identidade”, em que o arquivista se torna uma figura de mediador, de ativista social. O autor explica que o arquivista como especialista profissional surge na década de 1970, período em que eles desenvolvem sua identidade a partir da criação de programas de pós-graduação, o que possibilita uma ampliação de estudos para e pela área. Acompanhando uma vertente pós-moderna, de pluralismo, diversidade, sem uma verdade absoluta, a Arquivística adota cada vez mais as percepções e contribuições de outros campos do saber. O arquivo deixou de ser um patrimônio cultural que sustenta a burguesia, para se tornar uma base social para identidade, justiça e direitos humanos.

Identidade é o conceito-chave do terceiro paradigma - a busca pela identidade própria do arquivista como um mediador consciente auxiliando a sociedade na formação de suas próprias e múltiplas identidades através do recurso à memória arquivística e como um agente ativo de proteção das evidências em face da crescente complexidade das rápidas mudanças sociais, das organizações e da mídia digital. (COOK, 2013, p. 113, tradução nossa).

Considerando que novos paradigmas são resultado de um desenvolvimento que tem por base os paradigmas anteriores e que um não exclui o outro ao substituí-lo, Cook (2013) afirma que no início do século XXI o terceiro paradigma, centrado na memória, integra conceitos dos outros dois paradigmas. Evidência, memória e identidade caminham de mãos dadas em direção a uma sociedade mais justa e equitativa utilizando os arquivos como fontes de mudança social. O que inspira a aparição de um novo paradigma, focado na comunidade. Conforme nos apresenta o autor

Usando análise lógica sem remorsos, os pós-modernistas revelam o ilógico de textos alegadamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental e, de fato, a estrutura do documento, o sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, representado, simbolizado, significado, assinado, construído. (COOK, 2001, p. 7, tradução nossa).

4. Comunidade: o quarto paradigma diz respeito ao arquivamento participativo e coloca o arquivista como um mentor ativista. É na realidade uma pretensão e não um paradigma consolidado, conforme nos apresenta Cook (2013), sendo “uma quarta mentalidade arquivística está no horizonte, uma que ainda não foi totalmente formada de paradigma com certeza, mas certamente há uma sensação de mudança de direção mais uma vez sendo sentida por nossa profissão no mundo ocidental”. (COOK, 2013, p. 113, tradução nossa). Em um mundo com a forte presença das tecnologias de informação e comunicação, em que a internet possibilitou uma rápida e abrangente comunicação, os indivíduos a usam cada vez mais para expressarem suas opiniões. Nesse ambiente digital é mais fácil das comunidades criarem meios de registrarem a sua memória. Aproveitando esse ambiente digital e unindo-o ao físico, o arquivamento comunitário vem como uma forma de incluir diversas vozes e memórias na escrita da história da humanidade. E é nesse contexto que esse quarto paradigma se inspira.

Os arquivistas, portanto, têm a empolgante perspectiva de serem capazes de documentar a experiência humana e social com uma riqueza e relevância nunca antes alcançados, e com isso a oportunidade de misturar nossos focos anteriores em

evidências, memória, e identidade em um "arquivo total" mais holístico e vibrante. (COOK, 2013, p. 113, tradução nossa).

A partir da identificação e observação desses paradigmas na Arquivística, Cook (2013) sugere, e nesse trabalho concorda-se com ele, que façamos uma ciência mais holística, que incorpore as diferentes culturas e saberes. Interessante ressaltar que o autor afirma que todos os paradigmas se relacionam, não destruindo os anteriores, mas sendo uma complementação, um aperfeiçoamento dos anteriores.

Não são apenas os paradigmas abertos, sobrepostos e em constante evolução, a comunidade de arquivistas que surgiu através destes paradigmas diferentes e sobrepostos são, por si só, unidos como uma comunidade pela interação simbiótica de continuidade e ruptura, continuamente construindo e desconstruindo nossas mitologias. (COOK, 2013, p. 117, tradução nossa).

Percebe-se que as temáticas que Freitas e Silva (2016) apresentaram como o "novo e o atual" da arquivística internacional, perpassam e acompanham o quarto paradigma (comunidade) que Cook (2013) sinaliza, o que demonstra que é um caminho que está sendo seguido, tanto na Arquivística quanto na Ciência da Informação e ousa-se dizer, nas Humanidades como um todo.

Para a Arquivologia avançar enquanto área do conhecimento, deve repousar seus olhares para a ideia que se tem tido do arquivo do longo do tempo, adaptando-se às transformações em relação ao documento em sua natureza, estrutura, suporte, uso, etc. Cook (1997) aponta que a lógica arquivística ao longo do tempo deve ser visualizada como em constante evolução, sujeita às mudanças nas organizações e sistemas de registros, às transformações e tendências tecnológicas, culturais, legais, sociais e filosóficas, tendo com isso, que adaptar-se a elas. Complementarmente, aponta que "Houve uma mudança coletiva, durante o século passado, de uma justificação jurídico administrativa para os Arquivos fundamentada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural fundamentada em políticas públicas mais amplas e de utilidade pública". (COOK, 2012, p. 140). Ou seja, a preocupação maior agora é com o indivíduo, a sociedade e sua relação com o documento de arquivo e com a instituição arquivo. "O desafio para a Arquivologia no novo século é preservar evidências registradas de governança, não somente de governos cumprindo sua função de governar. Esta tarefa agora inclui também levar os Arquivos para as pessoas, ou encorajá-las a vir usá-los". (COOK, 2012, p. 141) para exercerem assim, a sua cidadania de modo mais pleno e efetivo.

Aproveitando o entrelaçamento entre arquivo e comunidade, apontado no quarto paradigma que Cook (2013) apresenta, discorre-se agora sobre os arquivos comunitários como

uma forma de tornar as instituições mais abertas e *bottom up*, defendendo que os arquivos municipais podem se beneficiar de ideologias baseadas em visões de arquivamento comunitário.

5.2.1 Arquivamento comunitário

Conforme sinalizado, nesta pesquisa, acredita-se que um arquivo municipal pode se beneficiar das ideias do arquivamento comunitário, tendo em vista que a participação da comunidade é muito grande ou total nesse cenário, o que permite maior inclusão e representatividade social. Propicia a união e parceria entre arquivistas, arquivo e comunidade, de modo que a comunidade seja totalmente representada nas suas diversas formas e grupos sociais, como os negros, as mulheres, os indígenas, a comunidade LGBTQIA+, entre outros. A ideia de arquivos comunitários vem para cobrar a representação da história e memória de outros grupos historicamente marginalizados.

Tendo em vista que vivemos hoje em um mundo globalizado, há a preocupação em se fugir da homogeneização para salvaguardar as diferentes identidades e culturas. Os arquivos comunitários em um ambiente de Globalização Perversa, como sinaliza Milton Santos (1994), vem em um caminho contrário, de valorizar e destacar as localidades, as comunidades, as peculiaridades, os diferentes. Mas o que vem a ser então esse tal de arquivos comunitários? Na literatura internacional, o termo é mais utilizado para representar os arquivos baseados na comunidade, e no Brasil encontram-se iniciativas de arquivos comunitários, no entanto não se apresentam intituladas dessa forma, por isso a dificuldade de encontrar sua presença na literatura da área. Antes de mais nada, vale trazer os diversos termos que podem ser dados para a ideia de arquivos comunitários: arquivos baseados na comunidade, arquivos independentes baseados na comunidade, arquivamento comunitário, entre outros.

Os arquivos de base comunitária vêm no sentido de reparar danos históricos de esquecimento e segregação dos grupos indicados acima. Visa resgatar as memórias de indivíduos dessas comunidades, uma vez que grande parte das evidências históricas foram destruídas ao longo do tempo, tentando quebrar um pouco das práticas de arquivamento tradicionais, que sem ou por querer, acabam silenciando e apagando a memória e história de alguns grupos. A ideia de arquivo comunitário não é a de desprezar o arquivo tradicional e sim de aperfeiçoá-lo, colocando a comunidade como parte essencial do registro da memória e

história. Dessa forma, o poder de decisão acerca do registro se dissipa e amplia, tornando-o democrático e comunitário.

Tradicionalmente, como outras instituições em sua maioria, os arquivos também atenderam aos objetivos e anseios de uma determinada parcela da sociedade que tem o poder de decisão, acabando por registrar a história e memória de apenas esse grupo (homem branco), excluindo os outros grupos. No contexto atual, de maior visibilidade dessas lutas e dessas vozes, não é de se esperar que os arquivos e a comunidade arquivística, deixem essa questão de lado. Como em outros países do mundo, o Brasil também pode acompanhar essas discussões e começar ou continuar a pensar em arquivos comunitários. Os arquivos tradicionais não necessariamente refletem a dinâmica social mais ampla e sim representam uma parcela pequena, privilegiada e que detém ou detinha o poder de decisão, o que inclui o poder de decidir o que será registrado, guardado e compartilhado, o que será apresentado como história.

Ouvir e registrar diferentes vozes, essa é a ideologia por trás dos arquivos comunitários, que se pautam em valores como a solidariedade e a comunidade. O registro dessas várias vozes é uma forma de respeitar os direitos humanos, de fortalecer a participação social e ainda garantir o uso da informação para fins de cidadania e reparação histórica. Relaciona-se a diversos aspectos, como: localidade; comunidade; foco em identidade; práticas independentes; autonomia, justiça social, documentar comunidades historicamente sub-representadas, decolonialidade, poder e política, diferentes contextos, valor da comunidade, movimentos sociais, desejo de documentar e compartilhar; História oral e patrimônio cultural.

O conceito advém da década de 1940, mas os arquivos enquanto instituições aparecem apenas nas décadas de 1960 e 1970, impulsionados pelo fortalecimento dos movimentos sociais (POOLE, 2020). Dessa forma, a aparição e crescimento dos arquivos comunitários, conquista maior visibilidade no final do século XX devido a uma maior preocupação com a história pessoal e familiar, em salvaguardar registros da história de diversos grupos, que nesse momento reivindicavam por suas memórias.

O conceito é incerto, carrega uma fluidez que desperta o interesse de vários estudiosos, entre eles, Gilliland e Flinn (2013) que em relação ao termo “arquivo comunitário”, afirmam

A preocupação com o termo inclui o uso e significados implícitos de 'comunidade' e 'arquivo', bem como 'arquivo da comunidade'. A preocupação com o uso de 'comunidade' é comum e se relaciona com a falta de definição clara, seu uso onipresente na política governamental e seu potencial associado para ser usado de forma mal definida pela mídia e pelos corpos do estado como um dispositivo para denotar a 'alteridade' e 'separação' de um grupo específico da sociedade sendo descrita como uma comunidade (como na comunidade negra, a comunidade asiática ou comunidade gay),

cujos interesses e preocupações podem ser, portanto, ignorados como não sendo reflexo da maioria da sociedade. (GILLILAND; FLINN, 2013, p. 3, tradução nossa).

No arquivo comunitário, a comunidade é quem controla a narrativa, sendo o registro, a organização e a disseminação, ações coletivas. Podem ser tanto analógicos como digitais, se apresentarem em um arquivo físico, em uma instituição ou mesmo em ambientes virtuais. Gilliland e Flinn (2013, p. 9, tradução nossa) ressaltam que “O alcance e visibilidade do arquivo comunitário foi impactado pela tecnologia digital. Mas operam em ambos os ambientes: físico e digital”. Assim como são flexíveis na sua temática, também são em relação ao formato de seus documentos, que podem ser, além dos conhecidos documentos escritos, objetos e apresentando-se em diversas mídias, importando veementemente, o significado que eles possuem para a comunidade, sendo assim “Novos interessados, registros não tradicionais. Arquivos comunitários rompem com arquivos tradicionais na diversidade de partes interessadas envolvidas e os tipos de materiais considerados dignos de preservação”. (POOLE, 2020, p. 660, tradução nossa).

Gilliland e Flinn (2013) indicam que a ideia de arquivos comunitários é um movimento fluído e inclusivo, sendo a ação de coletar e guardar materiais representativos da cultura, uma prática que sempre existiu, quer com ou sem supervisão profissional. Se essa prática já existe há milênios, o profissional da informação, ao adentrar nesse movimento evolutivo de olhar mais atentamente para as comunidades, fortalece-se e fortalece as comunidades. Esses arquivos são configurados como uma atividade patrimonial e cultural, que representa além da salvaguarda da memória da comunidade, o “ativismo arquivístico, que vê a produção de história como uma prática participativa, uma forma de atividade cultural e política”. (GILLILAND; FLINN, 2013, p. 9).

DeMarco (2016) reforça a noção de arquivos comunitários, indicando que os arquivos devem ser refletidos para o povo pelo povo, ou seja, que a participação do cidadão é de significativa relevância no momento de registro da sua memória, o que acarreta ouvir e registrar diversas “vozes”, em um trabalho conjunto com os profissionais de arquivo. O autor analisa os arquivos comunitários de três comunidades canadenses, o projeto [*murmur*], a coleção *Project Naming*, o *John Freeman Walls Historic Site* e o *Underground Railroad Museum*, observando que esses se encaixam na estrutura de arquivo comunitário de vários teóricos. DeMarco (2016) destaca ainda, a importância da parceria e diálogo entre arquivos comunitários e arquivos convencionais, em que manter uma “abordagem integrativa entre instituições tradicionais de arquivos e arquivos da comunidade pode resultar em um quadro mais holístico, a fim de

capturar uma imagem abrangente e mais equilibrada da representação da história”. (DEMARCO, 2016, p. 25, tradução nossa).

Poole (2020), por sua vez, apresenta que o trabalho de informação em arquivos comunitários perpassa pela custódia, desenvolvimento e avaliação de coleções, processamento, arranjo, descrição, organização, representação dos documentos, atendendo aos preceitos de democracia, ativismo e justiça social. Para o autor “o trabalho de informação dos arquivos comunitários afirma a natureza politizada do lugar e do espaço”. (POOLE, 2020, p. 668, tradução nossa). Curiosamente, aponta que no caso dos arquivos comunitários um dos aspectos que o diferencia do arquivo convencional é o fator afetivo, indicando que nesse primeiro é mais forte, justamente porque há a participação direta do indivíduo, que naturalmente faz um encontro emocional entre o arquivo e seu passado. Interessantemente, trazer o aspecto afetivo e emocional para a discussão acerca dos arquivos quebra com a ideia de neutralidade e imparcialidade da arquivística tradicional, colocando-nos, profissionais da informação, como atores responsáveis e sensíveis à demanda social. Aproximando com a visão *bottom-up* de cidade inteligente, assumida na presente pesquisa

Normalmente, os arquivos baseados na comunidade são o que pode ser denominado 'arquivos vivos' em que eles não são coletados para preservação e com curadoria passiva para algum futuro uso potencial, eles foram coletados e "constituídos" como um arquivo para que possam ser ativamente usado, engajado e empregado no "agora" para fins de educação, construção de solidariedade, construção de 'heranças comunitárias compartilhadas' para identificar e, apoiando lutas contemporâneas, a produção social de conhecimento, e desafiando as ausências e deturpações em outras coleções convencionais e contas públicas de história. Como tais arquivos baseados na comunidade podem atuar como sites de resistência e subversão no presente e um mapa para aspirações futuras tanto quanto eles estão interessados em documentar o passado (APPADURAI, 2003 apud GILLILAND; FLINN, 2013, p. 9, tradução nossa).

Aproveitando esse argumento, pode-se aproximar o quarto paradigma da Arquivística (COOK, 2012) com o paradigma social da Ciência da Informação que Capurro e Hjørland (2007) apontam, podendo ser possível observar que agora o foco é na necessidade do indivíduo e da comunidade. Aproximando com temática de cidades inteligentes, uma vez que se reiterou a importância de cidades *bottom-up*, de cidades vivas, admite-se como relevante falar sobre arquivos vivos, arquivos *bottom up*, arquivos em que a decisão seja de baixo para cima. Os arquivos comunitários vêm para auxiliar na missão de tornar a cidade mais inclusiva, mais viva e inspirando-se nessa ideia, os arquivos municipais brasileiros, objetos do presente estudo, podem incorporar as premissas de maior representatividade da comunidade, tornando-se cada vez mais abertos e democráticos. Acredita-se que no contexto das cidades inteligentes e

humanas, o arquivo comunitário pode vir a ser um determinante agente de salvaguarda das memórias dos diversos grupos sociais e étnicos, ideal em um modelo de cidade em que as decisões sejam de baixo para cima. O argumento não é de que se substitua o arquivo público municipal, mas sugerir que este último incorpore o arquivamento comunitário e a indexação social em suas práticas, além de incentivar e orientar a criação de arquivos comunitários pelos diversos grupos.

5.3 ARQUIVOS

Postas as apresentações acerca da Ciência da Informação e Arquivologia discorre-se sobre o arquivo público municipal, o que suscita que sejam abordados os conceitos de arquivo e arquivo público complementarmente. Para iniciar essa discussão coloca-se uma passagem do livro “Arquivos modernos” de Schellenberg (2005, p. 25) sobre o arquivo público:

Se perguntássemos a um homem comum na rua por que razão os governos criam arquivos, ele por certo nos interrogaria: - Que vem a ser arquivo? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição dessa natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, tratar-se de mais um exemplo das extravagâncias do governo. Quanto ao material do arquivo, faria esta pergunta final: - Por que não queimar essa papelada?

Ilusão seria se discordássemos dessa realidade, quanto ao que pensa parte da sociedade sobre os arquivos. Pretende-se com essa pesquisa, com a prática profissional e acadêmica contribuir justamente para que essa visão dos arquivos possa ser transformada positivamente ao longo do tempo. Porém, realmente nos dias de hoje não é incomum escutar: “Por mim jogava tudo fora”; “Quem lê em papel hoje em dia?”; “Para que servem esses arquivos? Apenas para gastar dinheiro”; “Quem vai no arquivo? Malemá vou na biblioteca”; “O que vamos fazer com essa papelada? Ah, joga tudo fora. Picota”. Essas falas não vêm apenas de pessoas comuns, vêm inclusive de profissionais de diversas áreas e de governantes. Será então que eles estão certos? Ou isso demonstra toda uma cultura de distanciamento, acerca do direito à informação e de participação cidadã? Essa postura demonstra que a sociedade brasileira, que no passado foi colonizada com fins de exploração, vive até hoje os efeitos da desigualdade social, não conseguindo se livrar das amarras do passado, assumindo sua força sociopolítica.

Em resposta a alguns desses apontamentos: Não. Um documento seja físico ou digital não pode ser eliminado apenas ao querer alheio, sem critério, pois é um bem social. Não é

plausível que se queime tudo. Há que se ter uma gestão documental que garanta a organização, acesso e disseminação da informação. Então sim. Os arquivos e arquivistas são importantes para assegurar que a história e memória permaneçam no presente e que o direito à informação e ao conhecimento sejam respeitados. Indaga-se o podem então, os profissionais da informação fazerem para que esse cenário de desvalorização dos arquivos possa ser transformado? Um trabalho de formiguinha, tentando manter as instituições vivas, trabalhar com a conscientização da população e batalhar por políticas públicas que sejam de fato construídas. Pode parecer passível de paixão essa fala, mas acredita-se nessa investigação, que o que nos move é justamente um ideal e sem este continua-se apenas a lamentar o porquê essas instituições são pouco valorizadas. Se nos debruçarmos sobre o motivo da ausência deste valor, dos motivos históricos e políticos para isso, do poder da informação na transformação das sociedades e na inovação, será mais fácil modificar essa realidade.

Recai-se agora no universo dos arquivos, arquivos públicos e arquivos públicos municipais, que inicialmente são unidades culturais relevantes para o desenvolvimento da sociedade. Começemos a visualizá-los como tais.

Arquivo, segundo significado do Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 27) é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” bem como “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a processamento técnico conservação e o conservação de documentos”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Uma organização ao longo de sua existência cria e utiliza documentos que contém informações úteis para seu funcionamento, dependendo, pois, de informações orgânicas e objetivas, além de serviços capazes de organizá-las e de garantir o acesso rápido e eficiente (SILVA, 2013) sendo os arquivos, portanto imprescindíveis para a boa gestão de uma organização, no momento em que assumimos que “Estas “informações orgânicas” também são denominadas como “informações arquivísticas”. (SILVA, 2013, p. 29). Schellenberg (2005) afirma que, toda vez que um documento for criado a partir de uma atividade organizada, como por exemplo os de uma igreja, de uma firma, ou mesmo de um indivíduo - poderão ser considerados como arquivos. Daí a designação “arquivos religiosos”, “arquivos econômicos”, “arquivos privados” (SCHELLENBERG, 2005, p. 45).

Como conjunto documental, pode ser de valor primário ou secundário, sendo o valor primário pertinente a função administrativa, de testemunho e prova, em que o documento é

visto “possuidor de elementos diplomáticos, como “prova” no âmbito administrativo, fiscal e legal” (SILVA, 2013, p. 31) e o valor secundário possui caráter cultural, de salvaguarda da memória, pois “Desde o momento em que o documento estabelece um elo com o passado que representa/simboliza, o mesmo se torna um fato cultural”. (CRIPPA; DAMIAN, 2017, p. 6). Os dois são muito importantes e atendem a uma função social relevante.

Desse modo, pensam-se as possibilidades de usar o arquivo enquanto conjunto documental resultante do momento e lugar onde foi gerado enquanto documento de uso e valor primário e que, pelo atravessamento de outro sujeito, passa a compor um conjunto de valor secundário, histórico (PEDRAZZI, 2014, p. 118).

Esses documentos são importantes para a comprovação de fatos, para a testemunho da história, para a salvaguarda da memória independente de seu formato ou suporte. O que confere a um documento o caráter de ser arquivístico é a sua relação orgânica e o que representa, sendo que “A razão de sua origem ou a função pela qual são produzidos é que determina sua condição de documento de arquivo, e não a natureza do suporte ou formato”. (CONARQ, 2014, p. 19).

Os arquivos podem ser correntes, intermediários ou permanentes. Segundo a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também conhecida como Lei de Arquivos, os documentos de caráter corrente são aqueles que são objeto de consulta mais frequente pelo órgão ou instituição e por isso devem estar mais facilmente à disposição. Os documentos intermediários são aqueles que não são usados de modo corriqueiro e que estão guardados esperando a sua guarda permanente ou sua eliminação. Documentos permanentes são aqueles que possuem valor histórico, probatório e social, para a salvaguarda da memória em razão do seu conteúdo informativo e devem, portanto, ser definitivamente preservados. Segundo o Art. 10 da Lei de Arquivos, “documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis”. (BRASIL, 1991). Aproveitando a abordagem acerca da guarda permanente de documentos que compõem o patrimônio documental-cultural do país, sinaliza que

No arquivo permanente são mantidos os conjuntos documentais que em decorrência de um processo de avaliação foram considerados de guarda definitiva, em virtude de seus valores legal, probatório, científico, histórico, cultural e informativo. São esses conjuntos documentais que formam o patrimônio arquivístico municipal, constituindo-se em meios de conhecer o passado e sua evolução. (CONARQ, 2014, p. 75).

Pedrazzi (2014) aponta para a ambiguidade da palavra “arquivo” que pode ser entendido tanto como o conjunto documental como instituição arquivística, portanto como documento e lugar. Nesta pesquisa, repousa-se sobre a segunda acepção de arquivo que comporta “uma

significação ligada ao valor de instituição de guarda documental”. (PEDRAZZI, 2014, p. 114). Pois interessa a instituição arquivo e seu papel social, como uma unidade cultural, conforme apresenta Caldas (2009), indicando que são equipamentos culturais responsáveis pela produção, organização e disseminação da informação e conhecimento, configurando-se como espaços de discussão atuando diretamente nas áreas econômica, política, cultural e social da sociedade.

Entender a unidade cultural como uma fonte de informação, geração de conhecimento e recurso estratégico na atuação das cidades, evidencia o seu papel dentro das comunidades. “As unidades culturais (UCs) alcançam uma grande repercussão nas suas localidades e fazem do conhecimento o diferencial para o crescimento da esfera cultural nas suas comunidades”. (CALDAS, 2011, p. 59). Fatores como a demanda por informação, melhoria na recuperação e preservação, foco no usuário, abertura para as novas tecnologias, parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, têm contribuído nas últimas décadas para “solidificar a função das unidades culturais na sociedade atual, tendo em conta que tais instituições desempenham um importante papel na vida das suas comunidades”. (CALDAS, 2009, p. 33).

Assim, “As unidades culturais (UC) são instituições que cuidam da produção, distribuição, mediação e recepção específicas dos bens culturais. As UC configuram-se como objecto de estudo da área das Ciências da Informação e discriminam-se nas ramificações das bibliotecas, arquivos e museus”. (CALDAS, 2009, p. 22). A partir disso, demonstra-se que o arquivo enquanto unidade cultural é de suma importância para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade e deve ser admitido como tal, pois salvaguarda o patrimônio histórico e cultural da cidade em que está localizado. Visualiza-se que essa unidade pode ser otimizada como um agente de inovação, tendo em vista que faz uma ponte entre o passado, o presente e o futuro, podendo melhor guiar as ações da cidade e de uma nação. “Com a denominada “explosão informacional”, no que tange aos arquivos, surgiu a concepção de informação como recurso estratégico a ser gerenciado. Esse enfoque informacional emerge em função da atribuição de novos valores à informação, relacionado à significação social do progresso e da inovação tecnológica”. (SILVA; FUJITA; DAL’EVEDOVE, 2009, p. 282). O espaço arquivo enquanto unidade cultural contribui para o desenvolvimento da sociedade com a produção e transmissão de informação e conhecimento.

Parte-se do pressuposto que o arquivo possui importância em vários aspectos, como cultural, informacional, social, para a salvaguarda da memória. E nesse sentido Nora (1993) coloca os arquivos como “lugares de memória”, espaços físicos de representação social de salvaguarda da memória como arquivos, bibliotecas e museus, sendo nessa concepção o arquivo

como um espaço de memória tanto individual como coletiva. O autor apresenta que se antes os grandes produtores de arquivos e assim, da memória registrada, eram o Estado, Igreja e as famílias consideradas mais importantes, na contemporaneidade qualquer pessoa pode registrar suas memórias pois há uma maior democratização da memória e ainda uma preocupação mais evidente com que o que é contado pela História e do ponto de vista de quem conta, tendo em vista que a memória e a história são na verdade socialmente construídas.

Os arquivos ao longo do tempo, serviram tanto para a recordação quanto para o esquecimento. Pode-se usar como exemplo o caso das mulheres, conforme apresenta Cook (2012), que ao refletir sobre isso, indica que

Estudiosas feministas, como Gerda Lerner em seus trabalhos pioneiros, demonstraram convincentemente que o poder por trás dos primeiros documentos, arquivos e memórias foi impiedosa e intencionalmente patriarcal: as mulheres foram deslegitimadas pelo processo de arquivamento no mundo antigo, um processo que continuou até este século. (COOK, 2012, p. 130).

Dessa forma, os arquivos lembram da memória de quem? Dos homens, ou melhor, de quem está no poder. E o que hoje, no século XXI, os arquivos podem fazer? Batalhar para recordar a história e memória dessas minorias, construindo uma memória de fato coletiva, que fala e pertence a todos. Nesse sentido, Merlo e Konrad (2015) enfatizam a importância da preservação documental e da relação documento, história e memória com o intuito de possibilitar o acesso à informação e assim “possibilitar aos cidadãos o acesso à memória para construir sua identidade”. (MERLO; KONRAD, 2015, p. 26).

Lissofsky (2004, p. 1) aponta que “a história pode ser um romance, mas o arquivo é uma poética” e ao discorrer sobre a temática, traz quatro dimensões do arquivo: 1) Dimensão historiográfica, pertinente a proteção dos documentos das ações entrópicas do tempo (LISSOVSKY, 2004), que nesta pesquisa interpreta-se e complementa-se com o argumento da aplicação das medidas de preservação documental, visando que esse documento permaneça íntegro por muito tempo, o que suscita recorrer a preservação digital, defendendo ambos os suportes sejam mantidos; 2) Dimensão republicana, em que o arquivo se assume como agente republicano em meio às tensões entre o público e o privado e entre cidadão e Estado. Protege-se assim os documentos da “apropriação privada disto que por direito é público” (LISSOVSKY, 2004, p. 3); 3) Dimensão cartorial, em que o arquivo atua como mantenedor da verdade, protegendo-nos da mentira, uma vez que traz documentos que se julgam fidedignos e autênticos. No entanto, o autor sinaliza para a complexidade da relação do arquivo com a verdade, uma vez que “não são menos complexas que aquelas que dizem respeito à

historiografia e à república” (LISSOVSKY, 2004, p. 7); 4) Dimensão cultural, em que o arquivo vem como um instrumento de cultura livrando-nos do esquecimento. “Do esquecimento? O que seria do arquivo se não fosse o esquecimento? Estamos tão habituados com nossas instituições-memória (e com a sua missão) que acabamos por nos conformar com a suposta “naturalidade” do esquecimento” (LISSOVSKY, 2004, p. 10); e por último a 4+1) Dimensão Poética, associada à memória

Que memória é esta? Que tipo de reminiscência ela guarda? É a memória do que poderia ter sido. Memória coletiva que abriga, com frescor original, como cada época sonhou o seu futuro irrealizado. Se o acontecimento pode saltar aos olhos e destacar-se do contínuo da história é porque foi reconhecido como visando o presente. Dar-se conta deste reconhecimento é a condição poética da história que o arquivo oferece. (LISSOVSKY, 2004, p. 15).

O arquivo além de um espaço de memória e história, que guarda os registros documentais, é um espaço de cidadania, de lembrança e esquecimento, de saudade, de luta, de esperança, de futuro, de inovação, de cultura, de fazer científico e de geração de conhecimento. Enxergar todas essas instâncias do arquivo o tira apenas de uma função de guardião e o oferece um espaço de responsabilidade social em seu desenvolvimento. No arquivo, além da presença de documentos acontece ainda a transferência da informação, objetivo primeiro do arquivo, tendo em vista que do que serviriam os arquivos se a informação constante em seus documentos não fosse passada ao indivíduo e este fizesse uso dela transformando-a em conhecimento e sabedoria. Independente do suporte do documento, o que importa é sua capacidade de transferir uma informação, argumento esse reforçado por Mariz (2005) esclarecendo que a transferência da informação oferece uma visão de que esta “se efetua quando as informações transmitidas causam a incorporação do conhecimento ao mundo do usuário. É um processo social onde geradores e usuários são sujeitos sociais em interação e têm igual importância para a efetivação do processo”. (MARIZ, 2005, p. 27). Visualiza-se assim, o arquivo para além de um guardião, mas também como comunicador, como informador, o que pode ser potencializado com a adesão às tecnologias de informação e comunicação, por exemplo.

Bom, que as novas tecnologias estão modificando a maneira com que nos comportamos e lidamos com o mundo, não é de se esperar que não tenham algum efeito nas unidades culturais em geral e, portanto, nos arquivos. Nesse sentido, a transferência da informação arquivística pode ser otimizada com o uso dessas tecnologias, auxiliando na larga disseminação da informação e de seu acesso remoto, auxiliando na ampliação da sua democratização, sendo que “A disponibilização de acervos arquivísticos na internet apresenta muitas vantagens – facilitar

o acesso, atingir um público maior, ampliar o atendimento aos pesquisadores, permitir pesquisas, aumentar a divulgação, dentre outras; cabe realmente utilizar-se delas”. (MARIZ, 2005, p. 82). Reitera-se que além do digital, defende-se também os espaços físicos dessa informação, tendo em vista que a sua materialização contribui para a visualização do cidadão sobre a importância desse arquivo, uma vez que há um prédio destinado a essa unidade, em que seja possível acessar a informação nos variados suportes, incluindo o físico.

Os arquivos enquanto instituições podem ser divididos em públicos e privados, sendo os privados aqueles relativos e pertencentes a entidades de direito privado, familiar ou pessoal, e públicos aqueles pertinentes a organizações coletivas públicas, independente do seu âmbito de ação (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Nesse sentido, "Cada vez mais, o acesso e disseminação da informação tornam-se um recurso estratégico para o êxito de qualquer iniciativa de âmbito público ou privado”. (CONARQ, 2014, p. 19).

5.3.1 Arquivo Público

A partir disso, demonstra-se que o arquivo público enquanto unidade cultural é de suma importância para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade e deve ser admitido como tal, pois salvaguarda o patrimônio histórico e cultural da cidade em que está localizado. Visualiza-se que essa unidade pode ser otimizada como um agente de inovação, tendo em vista que faz uma ponte entre o passado, o presente e o futuro, podendo melhor guiar as ações da cidade e de uma nação.

Schellenberg (2005) apresenta as razões pelas quais o arquivo público foi instituído, considerando os movimentos pioneiros da França, Inglaterra e Estados Unidos. Segundo o autor, a primeira razão foi a necessidade de aperfeiçoamento e eficiência governamental; a segunda foi de caráter cultural, uma vez que “Os arquivos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, monumentos ou edifícios”. (SCHELLENBERG, 2005, p. 35); a terceira foi de interesse pessoal, tendo em vista que por essa razão, na Revolução Francesa os revolucionários ao lutarem por uma nova sociedade e a destruição da antiga, ao admitirem a importância do arquivo público nas relações sociais, econômicas e políticas criaram os “*Archives Nationales*”; e a quarta razão foi de ordem oficial, em que

Os documentos mesmo os mais antigos são necessários às atividades do governo. Refletem sua origem e crescimento [...] constituem os instrumentos administrativos básicos por meio dos quais é executado o trabalho governamental. [...]. Em suma, constituem os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação. (SCHELLENBERG, 2005, p. 35).

Assim, admite-se essas razões como essenciais e que podem ser aplicadas às outras nações, relacionando-se de modo inerente, pois um documento de arquivo pode não ter sido criado com o propósito de ser cultural, mas dependendo do seu conteúdo e valor histórico pode com o tempo se enquadrar nesse status.

Segundo a Lei de Arquivos (1991), os arquivos públicos são relativos aos órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias, e ainda de entidades privadas encarregadas de serviços públicos (BRASIL, 1991). Podem conter documentos de arquivos privados que sejam de interesse público e social, se assim identificados pelo poder público como fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional (BRASIL, 1991). De acordo com a Lei de Arquivos (1991), podem ser classificados da seguinte maneira:

Arquivos Federais: Arquivo Nacional; Arquivos do Poder Executivo; Arquivos do Poder Legislativo e Judiciário Federais;
Arquivos Estaduais: Arquivos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
Arquivos do Distrito Federal: Arquivos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
Arquivos Municipais: Arquivo do Poder Executivo, Arquivo do Poder Legislativo.
(BRASIL, 1991).

Oliveira e Caldas (2017, p. 34) reiteram que “Os arquivos públicos são responsáveis por custodiar a documentação e informação provenientes das atividades administrativas dos órgãos públicos, subsidiando a construção de conhecimentos e a efetiva gestão dessas instituições e de seus serviços”. Schellenberg (2005, p. 41) aponta que possuem “dois tipos de valores: valores primários, para a repartição de origem, e valores secundários, para as outras repartições e para pessoas estranhas ao serviço público”.

Tendo em vista a imprescindibilidade do acesso à informação na sociedade, cabe frisar o alto grau de influência que a informação pública possui para o desenvolvimento mais inteligente e humano de uma comunidade/sociedade. Sobre a importância do respeito ao acesso à informação, o CONARQ (2014) sinaliza que “o acesso aos documentos e informações públicas constitui um importante instrumento de boas práticas gerenciais, de transparência na administração pública e de combate à corrupção”. (CONARQ, 2014, p. 17). Merlo e Konrad (2015) vão de encontro a esse argumento, apresentando que “é perceptível a necessidade da

preservação da documentação armazenada nos arquivos, uma vez que os documentos públicos podem e devem ser acessíveis à sociedade”. (MERLO; KONRAD, 2015, p. 30).

Para Silva e Venâncio (2018) os registros de origem pública ou privada de interesse público, compõem um grande conjunto documental que atende a necessidade informacional de diversas áreas, como administrativa, jurídica e cultural. Corrobora-se com essa ideia e admite-se os documentos do arquivo público como valiosas fontes informacionais para o exercício da cidadania e transparência do Estado, uma vez que

Os documentos de arquivo também atendem à demanda informacional de cidadania e colaboram para a fiscalização do Estado, sendo a base da transparência pública. Além disso, a gestão de documentos permite o uso das informações para o conhecimento e a compreensão aprofundada da realidade e possibilitam a realização de pesquisas em diversos campos científicos. (SILVA; VENÂNCIO, 2018, p. 3101).

Em relação ao seu uso para fins de pesquisa histórica e científica, concorda-se que o arquivo público proporciona um ambiente seguro e confiável, tendo em vista que os documentos carregam as características de prova, testemunho, “verdade”, autenticidade, sendo possível visualizá-los de maneira objetiva e sem interferências interpretativas. O que para a ciência, por exemplo, é muito vantajoso para tentar mostrar uma realidade mais verídica da sociedade. Para Jardim (1995), nos arquivos públicos permanentes os documentos possuem sua guarda justificada por dois fatores: “De um lado, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos”. (JARDIM, 1995, p. 3). Bellotto (2004) por sua vez, assume os arquivos públicos como incumbidos da guarda de documentos governamentais e pertinentes a alguns sujeitos: ao administrador, ao cidadão e ao historiador.

Equipamentos estratégicos na gestão governamental, a função social dos arquivos é de humanização e aperfeiçoamento do atendimento aos cidadãos na pretensão de apoiá-los na defesa de seus direitos (CONARQ, 2014). De acordo com o Art.5 da Constituição Federal de 1988, é um direito do cidadão o acesso à informação (BRASIL, 1988) e cabe ao poder público a gestão, disseminação e proteção dos documentos de arquivos, obras e demais bens de valor histórico, artístico e cultural. Dessa forma visualiza-se que desse modo se democratiza tanto os arquivos como a informação, uma vez que se assume públicos esses documentos oriundos da administração pública.

Admite-se então que os arquivos públicos são importantes centros de informação, ferramentas estratégicas de gestão pública, transparência, tomada de decisão, prova, memória e cidadania, portanto potencialmente úteis para o desenvolvimento de uma cidade. Por isso,

para reforçar o papel estratégico do arquivo público, Oliveira e Caldas indicam que “Ao se considerar o potencial estratégico relacionado à gestão e planejamento que a informação arquivística possui, pressupõe-se que é fundamental a sua atuação direta e efetiva nas tomadas de decisões governamentais referentes ao planejamento das regiões inteligentes”. (OLIVEIRA; CALDAS, 2017, p. 34).

A construção do conhecimento e o exercício da cidadania não são feitos de maneira aleatória, há que ter a valorização do arquivo perante a população, então além de guardar a informação arquivística e os documentos, o arquivo bem como a administração pública devem disseminá-los. Dessa forma, é possível dar visibilidade para o arquivo e para a informação, valorizar esse espaço, garantir seu uso pelo cidadão e trabalhar na conscientização social, portanto é “fundamental que se compreenda o duplo papel que os arquivos desempenham, quais sejam, servir, primeiramente à administração e garantir a preservação dos acervos para futuros usos culturais”. (CONARQ, 2014, p. 24).

Sabe-se que a noção que se tem hoje dos arquivos foi uma construção de milênios, sendo que na civilização grega os arquivos eram conservados em templos, portanto não acessíveis a todas as pessoas (SCHELLENBERG, 2005). Para Molina, Araújo e Santos (2016, p. 111) “foi a partir da segunda guerra mundial, com a inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que o acesso aos arquivos se transformou em direito democrático de todos os cidadãos e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica”. Nesse viés de trabalhar em prol da cidadania, Barbosa e Silva (2012) indicam que os arquivos no século XXI não possuem mais a função de apenas servir a administração pública, mas principalmente a sociedade. Entende-se que o exercício da cidadania e a salvaguarda da memória podem ser potencializados pelo trabalho do arquivo público, mas nesse caso há que ter a atuação e participação tanto dos profissionais do arquivo quanto da população, pois de nada adianta dar acesso a informação se o povo não tem interesse em consultá-la, “Proteger a memória pública é dever do Estado; conhecê-la, um direito do cidadão”. (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 62).

Para então o cidadão exercer o seu direito de acesso a informação é necessário que o arquivo possua condições técnicas e físicas para possibilitar esse movimento.

Para tanto, faz-se necessário a inserção dos arquivos dentro da estrutura administrativa do Estado, exigindo do mesmo a existência de programas de gestão de documentos e de recolhimento. Assim como, aplicação de formas de controle, organização, descrição e preservação do acervo, investimentos em espaço físico e recursos humanos, divulgação e estruturação de instrumentos de pesquisa para orientação do

usuário, além de adequação aos recursos tecnológicos disponíveis aos usuários. (MOLINA; ARAÚJO; SANTOS, 2016, p. 113).

Pensa-se, nesta pesquisa, no arquivo como instrumento de memória e inovação, em que a informação presente e mediada por ele é importante insumo para o desenvolvimento municipal, para a transformação em cidades mais inteligentes e humanas. Portanto, para que se alcance esse ideal “é necessário que a visão sobre os arquivos públicos seja revisitada, entendendo essas instituições como localidades que proporcionam subsídios para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político”. (OLIVEIRA; CALDAS, 2017, p. 35).

Acerca da memória, tão presente na literatura que trata sobre os arquivos públicos, é vista com algo que deve ser salvaguardado, por isso a preocupação em preservar os documentos tanto fisicamente quanto digitalmente, sendo “O papel primordial que compete aos arquivos hoje e que justifica a sua existência ao lado da sociedade é agregar uma função social às ações que desenvolvem, às informações que produzem e transferem e, à memória coletiva que preservam”. (MARINHO JÚNIOR; SILVA, 1998, p. 26). Corroborando com essa ideia, Souza e Silva (2014), reforçam que “Os arquivos públicos, especificamente os permanentes, custodiam fontes de memória e história, o patrimônio documental de uma determinada população.” (SOUZA; SILVA, 2014, p. 260). Concorde-se com essa premissa, com a ideia de que o arquivo público é um “lugar de memória” e que vai além, sendo também um “lugar de inovação”, uma vez que “só se inova a partir de um conhecimento já existente, só se desenvolve tecnológica, científica e socialmente a partir da ciência do que já existiu. A memória, nesse caso, é fator propulsor para as sociedades avançarem e inovarem cada vez mais”. (NOGUEIRA, 2019, p. 291). Assim, o processo de inovação também é um processo que perpassa pelo direito à memória, sendo que “O direito à memória significa não só criar condições para os pesquisadores realizarem suas pesquisas, mas também fornecer meios para que a sociedade possa conhecer e reforçar sua identidade cultural”. (MOLINA; ARAÚJO; SANTOS, 2016, p. 109).

A memória no arquivo tem uma relação quase inerente à História, pois este se mostra muito importante para a construção histórica, uma vez que possui documentos tanto de valor administrativo quanto histórico, das pessoas que moraram na cidade, dos costumes, do movimento da gestão pública e etc. Apesar disso, os arquivos públicos também são alvos de ações e posturas que tentam apagar a história, posturas estas caracterizadas pela negligência e falta de estruturas para que o arquivo funcione. Um exemplo é quando são afetadas por desastres, como incêndios, que acabam por destruir documentos, em que parte da história e da

memória se vão. Nesse sentido, Martins (2013, p. 232) aponta que “não estão a salvo das crises, do abandono e da incerteza, como também não estão a salvo da imaginação, da inovação e da ação”.

Se aceitarmos que os arquivos podem ser reconfigurados para revitalizar seu papel na sociedade, estaremos admitindo que os arquivos são também lugares de expressão da criatividade humana. Ainda assim, devemos reconhecer que em um nível mais profundo os arquivos continuam fazendo o que sempre fizeram: criar um chão para o presente. (MARTINS, 2013, p. 240).

Como sinalizado anteriormente, a memória e a História proporcionam um ambiente de geração de inovação, e assim, o arquivo público como agente de memória e história é por consequência um agente de inovação. Defende-se esse entrelaçamento pois acredita-se na força informacional e sociopolítica do arquivo público municipal, e reflete-se que essa relação só não é mais bem otimizada e potencializada pois há ainda, uma parte da sociedade brasileira que possui uma cultura de negligenciamento do arquivo, e não só, das unidades culturais como um todo. Acredita-se ser essa uma estratégia antiga de poder que se perpetua até hoje, inconscientemente proposital, tendo em vista que se reconhece o poder da informação para a revolução, para a mudança de paradigmas e para o desenvolvimento equitativo da sociedade, sendo a informação capaz de modificar o humano, então igualmente capaz de modificar toda uma estrutura política e social. No caso brasileiro, Jardim, em 1995 trazia uma realidade um tanto quanto desoladora, mas que ainda se mostra muito atual, tendo em vista o que ele chama de “periferização dos arquivos”, que nos permite refletir se esse é um movimento de poder que ocorre desde a fundação do Brasil, um movimento político e cultural de segregação e colonização, sendo o esquecimento mais conveniente para a manutenção de um poder.

Talvez as características assumidas pelo Estado brasileiro dispensem, inclusive, o exercício da sua memória - aí incluída a sua socialização - como referência à sua “identidade” e à sua “continuidade institucional”. Mocinho na promoção do desenvolvimento, recentemente vilanizado, o Estado brasileiro tem sido identificado como arauto do novo e da modernidade e, portanto, projeto de futuro. (JARDIM, 1995, p. 109).

E ainda

Ao não reconhecer sua própria memória, tampouco o Estado oferece-lhe condições de uso social. Também neste sentido, aprofundam-se as distâncias entre Estado e sociedade no Brasil. Lugares periferizados no Estado e quase invisíveis socialmente, os arquivos públicos talvez sejam também agentes do esquecimento. (JARDIM, 1995, p. 110).

Se ansiarmos então fortalecer o arquivo como um agente de memória e não de esquecimento, é necessário trabalhar mais fortemente no nível local, da cidade, da comunidade, com a ideia de reeducação, conscientização popular, dos nossos governantes, da iniciativa privada, inculcando os ideais de responsabilidade social, participação e colaboração. Se conseguirmos imprimir nos municípios a relevância do arquivo público municipal, então isso trará efeitos positivos para os níveis estaduais e federal.

5.3.2 Arquivos Públicos Municipais

Reconhece-se que os municípios possuem relevância para o progresso de um país, sendo que no Brasil, país de proporções continentais, apresenta ampla diversidade cultural, econômica e sociocultural. Ente federativo de primeira aproximação do cidadão, pois é onde vive, estuda, trabalha e demanda mais diretamente a prestação de serviços públicos, “é na esfera municipal que os cidadãos estão cotidianamente em contato com o poder público”. (CONARQ, 2014, p. 20). A informação produzida por esse composto de cidadão e poder público deve, portanto, ser preservada para subsidiar as decisões e ações a serem tomadas pela e para a cidade. Por isso a importância da implantação de arquivos públicos municipais para o efetivo exercício da democracia e cidadania, uma vez que é fundamental a compreensão do arquivo como equipamento de informação, incumbido de servir de apoio para a administração pública e para garantir a salvaguarda do conhecimento para as gerações futuras.

Arquivo público municipal pode ser definido como “instituição arquivística pública na esfera municipal responsável por formular e implementar políticas públicas de arquivos, gestão documental e assegurar a preservação, a divulgação e o acesso aos documentos e informações públicas em âmbito municipal”. (CONARQ, 2014, p. 142). A Lei de Arquivos (1991) prevê que é uma instituição de natureza multifacetada, desempenhando um papel de agente transformador que deve oferecer acesso à informação, salvaguardar o patrimônio documental e cultural do município da sociedade como um todo (BRASIL, 1991).

Nesse sentido, admite-se o arquivo público municipal como importante ator nesse fluxo, para a disseminação da informação e geração de conhecimento e de inovação. Equipamento de informação-poder atua na transparência da gestão pública, na tomada de decisão, salvaguarda da memória e, portanto, no processo de inovação articulando poder público, iniciativa privada, organizações e cidadãos, que juntos formam a sociedade. De acordo com o CONARQ (2014)

o arquivo público municipal é uma importante fonte de informação, imprescindível para a melhoria de uma boa governança e relação com o cidadão.

peça-chave para a melhoria da boa governança do Estado e para o atendimento das demandas relacionadas à cidadania, como, por exemplo, informações sobre os atos governamentais, andamento e solução de questões administrativas, econômicas e jurídicas, bem como informações sobre saúde, educação, meio ambiente, raízes históricas do município, festas e costumes regionais. (CONARQ, 2014, p. 21).

Atua na guarda, organização e acesso de informações relacionadas a administração pública, bem como da história e memória do município, tendo a finalidade de “formular e implementar a política municipal de arquivos, por meio da gestão, tratamento técnico, transferência, recolhimento, preservação e divulgação dos documentos arquivísticos”. (CONARQ, 2014, p. 20). O interesse desta pesquisa em se estudar o arquivo, reside justamente na ideia de que é um instrumento poderoso de gestão pública e de exercício da cidadania, devendo atuar como instrumento de gestão e transparência públicas, de pesquisa histórica, de fortalecimento da memória local e como agente cultural, representando a sociedade.

O Art. 30 da Constituição de 1988 indica que compete aos municípios a promoção e proteção do patrimônio histórico-cultural local e que está sujeita a observação legal e fiscalizadora dos entes estadual e federal. O Art. 215 da citada Constituição, indica que o Estado deve garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, sendo responsabilidade da administração pública a gestão da documentação governamental e sua disponibilização para consulta. (BRASIL, 1988). A Lei de Arquivos (1991), por meio do Art. 21 aponta ainda que a “Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei”. (BRASIL, 1991). Nesse viés, Silva e Venâncio (2018, p. 3110) apresentam que

Apesar da importância dos arquivos públicos municipais, existe a lacuna quanto ao recolhimento e a disponibilização de documentos que constituem a memória do município no âmbito histórico e cultural [...]. Verifica-se, muitas vezes, que se esses arquivos objetivam atender apenas às demandas administrativas, correndo-se o risco do esquecimento dos documentos integrantes do patrimônio cultural, que resgatam a memória social e a memória institucional do município.

Assim, segundo os autores acima, há a necessidade de se guiar por instrumentos normativos previstos na política pública municipal de informação para a gestão e preservação dos arquivos permanentes. Esses são importantes por propiciarem um fortalecimento legal para

a devida existência dos arquivos públicos municipais, por isso que a ausência e não institucionalização dos arquivos municipais é muito danosa para o Brasil, sendo que comprometem a salvaguarda do patrimônio cultural local e mesmo nacional.

Cada cidade possui uma realidade, um acervo, um público, por isso é necessário visualizar o contexto de cada uma, assim que o CONARQ pensando na importância de cada município brasileiro ter um arquivo institucionalizado, elaborou uma cartilha intitulada “Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania (2014)” em que oferece diretrizes e caminhos para a criação e institucionalização de arquivos públicos municipais. É apontada nessa cartilha, que os serviços arquivísticos federal, estaduais e municipais pretendem atuar na humanização e aprimoramento do atendimento dos cidadãos, oferecendo apoio a cultura, ciência e acesso à informação, no anseio de que esses tenham condições de defender os seus direitos (CONARQ, 2014). Dessa forma, “para que se assegure, efetivamente, o amplo e pleno acesso aos documentos e informações arquivísticas [...] é imperativo que o poder público [...] crie, institucionalize, implante e fortaleça os arquivos públicos municipais”. (CONARQ, 2014, p. 18).

A dificuldade em se ter um arquivo municipal fortalecido, acarreta uma série de fatores negativos, tanto para a administração pública quanto para o cidadão, tendo em vista que os impedimentos ao acesso à informação prejudicam o pleno exercício da cidadania e contribuem para um governo desacreditado.

Esses impedimentos podem ser interpretados pela sociedade como ausência de compromisso para com o direito dos cidadãos à informação, falta de transparência, responsabilidade, despreparo por parte dos governantes e servidores públicos ou mesmo consequência de má-fé. (CONARQ, 2014, p. 18).

Além da criação e institucionalização de um arquivo público municipal, essa cartilha ainda aponta para a indispensabilidade do município de criar um sistema municipal de arquivos e a implantação de um programa de gestão documental do município. Dentre as ações para a formalização e regulamentação do arquivo público municipal que o CONARQ (2014) propõe, destacam-se algumas:

1. **Estrutura organizacional:** que contemple um sistema municipal de arquivos, em que o arquivo público funcione como órgão central, integrando de modo sistêmico os serviços arquivísticos;

2. **Posição hierárquica:** o arquivo deve estar no escopo da estrutura da prefeitura, posicionado no centro do processo decisório, "integrando o nível mais estratégico da administração pública municipal, o mais próximo possível do chefe do Executivo". (CONARQ, 2014, p. 24);
3. **Recursos humanos:** composto de profissionais adequados, qualificados e especializados para desempenharem as atividades técnico-científicas, como arquivistas, historiadores, administradores, entre outros;
4. **Localização e construção de arquivos:** deve estar localizado em um lugar de fácil acesso à população e ainda seguro de acidentes, riscos ambientais, etc. Em relação a seu prédio, deve ser cuidadosamente construído sendo que os "materiais de construção, de acabamento e de equipamentos deverão obedecer a rigorosas especificações de segurança contra acidentes, agressão ambiental ou biológica, e assegurar boa conservação". (CONARQ, 2014, p. 51).
5. **Instalações e equipamentos:** indica para o fato de que muitos acervos que se perderam, danificados ou foram destruídos, devido a desastres, poderiam ter sido evitados com uma devida estrutura e com os equipamentos corretos, e ainda "se fossem observadas as normas técnicas em vigor, elaboradas pelos órgãos oficiais competentes nas diversas áreas de especialização". (CONARQ, 2014, p. 52).
6. **Gestão de documentos:** sugere que a cidade tenha um programa de gestão documental, pois "Não se consegue oferecer ao cidadão uma informação que não se sabe onde está, pois, esta não foi efetivamente tratada, processada, controlada e preservada, ou pior, a informação que não se tem, pois esta foi eliminada sem critério". (CONARQ, 2014, p. 55).

Tendo em vista a noção apresentada de arquivo público municipal e a sua importância para o desenvolvimento da cidade, agora aborda-se a problemática da não criação e não institucionalização desse tipo de arquivo em parte dos municípios brasileiros. Considera-se leviana a ausência de um arquivo na cidade, ferindo os ideais democráticos e evidenciando uma gestão pública ineficiente ou pouco comprometida, sendo que "dificuldades ou a impossibilidade de acessar documentos e informações produzidos e acumulados pelos órgãos públicos inviabilizam ou dificultam o exercício pleno da cidadania". (CONARQ, 2014, p. 18). Os motivos para tal cenário, vão desde a falta de recursos e estrutura, a troca de gestão, até a ausência proposital desse órgão. Essa postura tem como consequência a perda, extravio ou destruição do patrimônio documental e o consequente dano à memória e à inovação da cidade.

A inexistência de um arquivo público institucionalizado, em âmbito municipal, representa o descumprimento da Constituição Federal de 1988 e da Lei Federal de Arquivos, de 1991, obstaculiza e/ou inviabiliza a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, de 2011, bem como evidencia a ausência de gestores públicos comprometidos com uma administração eficiente, eficaz e transparente dos documentos gerados e acumulados pelo poder público municipal. (CONARQ, 2014, p. 20).

Para que as cidades brasileiras se desenvolvam enquanto cidades mais inteligentes e inovadoras, respeitando o princípio da cidadania, é essencial que tenham um programa que englobe políticas públicas eficientes de arquivos e acesso à informação. Portanto, é “imprescindível que o Brasil conte com arquivos públicos municipais institucionalizados, fortalecidos e posicionados política e estrategicamente na estrutura da Administração Pública municipal”. (CONARQ, 2014, p. 20). O CONARQ aponta para a problemática da inexpressividade dos arquivos públicos municipais:

Justamente em razão dessa importante função dos arquivos públicos, uma realidade a ser transformada se refere à ainda baixa presença desses órgãos nos municípios do país. De um total de 5.570 municípios, apenas uma pequena parcela conta com um arquivo público municipal formalmente constituído. (CONARQ, 2014, p. 7).

Em 2014⁵, segundo notícia da Agência Brasil, apenas 3% dos municípios brasileiros contavam com arquivos públicos municipais (PLATONOW, 2014), sendo que a Lei de arquivos data do ano de 1991, apontando para a obrigatoriedade dessa instituição na cidade. Essa problemática suscitou a criação da “Campanha Nacional para Criação de Arquivos Públicos Municipais”, a fim sensibilizar prefeitos e autoridades públicas para com a importância dessas instituições. Acerca da criação e institucionalização de arquivos públicos municipais, acredita-se ser dificultosa a sua tarefa tendo em vista a inexistência de uma cultura de valorização desses espaços. Por isso é necessário que a sociedade civil também reconheça essa importância e possa cobrar tanto por um arquivo institucionalizado, quanto pela presença de arquivistas e demais profissionais da informação, pois de nada adianta ter um espaço destinado ao arquivo, mas não possuir o devido profissional para o tratamento dessa informação.

A nível estadual, a região do estado de São Paulo, segundo dados recuperados do Mapa Paulista da Gestão Documental e Acesso à Informação (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO

⁵ Não foram encontrados dados atualizados acerca da composição desses arquivos em território brasileiro. Em consulta ao CONARQ foi informado que, todavia, não há um levantamento dos arquivos públicos municipais brasileiros.

DE SÃO PAULO, 2021) há 144 arquivos públicos de um total de 645 municípios paulistas, ou seja, o equivalente a 22.33% das prefeituras paulistas, o que nos desperta preocupação ao visualizar a pequena quantidade de arquivos públicos municipais no estado de São Paulo. Em suma, a partir desses dois fatores: 3% dos municípios brasileiros possuíam arquivos em 2014 (provavelmente esse número aumentou, mas não de modo expressivo) e 22.33% das cidades paulistas possuem arquivos públicos municipais, pode-se inferir que o descaso para com os arquivos públicos é ainda mais aparente a nível municipal.

Um exemplo é o arquivo público municipal da cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo, objeto da presente pesquisa, que obteve a sua institucionalização recentemente em 2019, depois de mais de 25 anos da sua criação em 1993 e depois de aproximadamente 30 anos da Lei de Arquivos (1991). Isso expressa a não construção de políticas públicas de informação, políticas estas essenciais para a mudança do insatisfatório quadro arquivístico brasileiro. Apesar disso, expressa de modo positivo, os esforços da comunidade arquivística de São Carlos, na proteção e consolidação de seu arquivo, porém não é o caso de todas as cidades brasileiras, infelizmente.

Dessa forma, coloca-se o seguinte questionamento: qual é a ferramenta que pode de modo mais efetivo potencializar o arquivo enquanto agente estratégico de inovação e desenvolvimento de cidades inteligentes? As políticas públicas de informação, se bem construídas, têm essa força. Esse argumento é reforçado por Vitoriano (2021), usado para fechar essa seção. A autora, de modo muito interessante e inspirador, discute como a criação de políticas arquivísticas a nível municipal podem contribuir para o atendimento dos objetivos da Agenda 2030 da ONU e qual o papel do arquivo nesse cenário. Preconiza a integração das áreas para trabalharem em prol do desenvolvimento da sociedade.

A adesão à Agenda 2030 demonstra que essas diferentes áreas do conhecimento podem contribuir de maneira relevante sobre temas antes tratados isoladamente. No caso das políticas arquivísticas, percebe-se a importância dos Arquivos Municipais para as comunidades. (VITORIANO, 2021, p. 359).

A Agenda 2030 foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são 17 ao todo, complementados por 169 metas, sendo “integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental”. (ONU, 2015). São eles: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3) Saúde e Bem-estar; 4) Educação de Qualidade; 5) Igualdade de Gênero; 6) Água Potável e Saneamento; 7) Energia

Limpa e Acessível; 8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10) Redução das Desigualdades; 11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12) Consumo e Produção Sustentáveis; 13) Ação contra a Mudança Global do Clima; 14) Vida na Água; 15) Vida Terrestre; 16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17) Parcerias e meios de Implementação (ONU, [201-]).

A Agenda 2030, configura-se como um plano de ação para pôr em prática os ODS em um período de 15 anos. Ao analisar a Agenda 2030 fica evidente a relevância da informação como elemento de desenvolvimento sustentável das cidades e do mundo. Dessa forma, Vitoriano (2021) destaca alguns objetivos que se relacionam mais diretamente com os arquivos. Recorre-se à palavra “diretamente”, pois acredita-se que direta e indiretamente, em todos os ODS, o arquivo pode se relacionar e contribuir, tendo em vista que é uma instituição de informação, assim que se têm uma “nova abordagem dos arquivos, enquanto instituição de preservação e acesso à informação, numa perspectiva de atuação integrada aos diversos temas da sociedade”. (VITORIANO, 2021, p. 353).

Destaca o objetivo 4) Educação de qualidade, relacionando esse objetivo ao caráter educativo que o arquivo tem ou pode ter, tanto em instâncias formais e não formais, como os permanentes e arquivos escolares, por exemplo; o objetivo 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura, em que segundo a autora, os arquivos se relacionam fortemente pois “é impossível falar de desenvolvimento sem falar em dados, informação e conhecimento, especialmente na inovação”. (VITORIANO, 2021, p. 353); o objetivo 10) Redução das desigualdades, em que a autora afirma que é possível, a partir da possibilidade de acesso à informação de qualidade e confiável; e o objetivo 12) Consumo e Produção Responsáveis, em que os documentos em âmbito industrial e empresarial podem ter um papel importante para a melhoria dos serviços e produtos e ainda, para a ampliação dos direitos dos consumidores. (VITORIANO, 2021).

Destacando o arquivo municipal, Vitoriano (2021) relaciona-o com o objetivo 11) Cidades e Comunidades Sustentáveis e o Objetivo 16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Nesses, a ampliação do uso da informação e a atuação das instituições de informação, como os arquivos favorecem o desenvolvimento das comunidades.

Se pensarmos na existência de políticas públicas de arquivo, fica clara a importância da informação contida nos documentos de Arquivo, como insumo estratégico para o desenvolvimento social em vários âmbitos, como é o proposto pelo Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. A meta 11.4 tem relação direta com os arquivos: para “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural

do mundo”, é necessário que existam Arquivos Municipais como aliados fortes. (VITORIANO, 2021, p. 357).

Dessa forma, para arquivos municipais fortes, que atendam aos objetivos da Agenda 2030 e para o desenvolvimento de cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis é necessária a construção de políticas públicas de informação eficazes.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO: IMPORTÂNCIA E DIÁLOGO

Tendo em vista que as políticas públicas de informação são ferramentas valiosas para o fortalecimento do arquivo enquanto agente estratégico de desenvolvimento municipal no que concerne a gestão, memória, história e inovação, esta seção apresenta os conceitos de políticas públicas de informação e de políticas públicas arquivísticas. Destaca-se ainda, a importância da transversalidade e diálogo entre as políticas públicas que, nesta pesquisa expressa-se por meio de três tipologias de políticas públicas: informacionais (Lei de Acesso à Informação), arquivísticas (Lei de Arquivos) e culturais (Lei de Cultura, Plano Setorial de Cultura e de Plano Setorial de Arquivos). Parte-se do ponto de vista de um cenário negativo, representado pela problemática da “não construção” das políticas públicas de informação (JARDIM, 2008) e ao mesmo tempo sinaliza para um cenário mais positivo, que se exemplifica pelos desafios e os esforços da comunidade arquivística, das pesquisas em Ciência da Informação e Arquivologia, que juntas, tentam mudar esse cenário.

Assume-se que as políticas públicas possuem um papel importante para o desenvolvimento de uma cidade, estado ou país. E tem mais uma coisa, elas são públicas e por isso são feitas e direcionadas ao coletivo e não apenas ao individual, ou deveriam ser pelo menos, porque sabe-se que muitas delas tem a sua não implementação, a sua “não construção” por conta de interesses individuais ou de uma pequena parcela da população que normalmente é a que detém o poder. Uma política pública é para beneficiar toda uma sociedade, mesmo que direcionada a um objetivo específico. Posto isso, a seção está dividida da seguinte forma, apresentando: a) políticas públicas; b) políticas públicas de informação; c) políticas públicas arquivísticas; d) panorama de políticas públicas de informação no Brasil, trazendo a importância da transversalidade desta com outras políticas públicas para a contribuição do fortalecimento do arquivo público municipal.

6.1 POLÍTICA PÚBLICA

Antes de iniciar a discussão acerca das políticas públicas de informação com relação a sua transversalidade com outras políticas públicas, é necessário entender o que vem a ser de fato uma política pública e sua importância para o desenvolvimento da sociedade. Tem-se em vista a abrangência que as políticas públicas possuem em relação ao seu assunto (ambientais,

sociais, econômicas, culturais, informacionais, etc.), e em relação ao seu espaço geográfico (local, regional, nacional, global, etc.). Apesar das diferenças, estas advêm para um mesmo objetivo: a proteção e defesa dos direitos humanos. Reforçando e complementando esse argumento, Siqueira Júnior indica que “Podemos verificar que os direitos humanos de 1ª geração se referem aos direitos individuais e políticos; os de 2ª geração os direitos sociais, culturais e econômicos e os de 3ª geração os direitos difusos e coletivos”. (SIQUEIRA JÚNIOR, 2006, p. 4). Apesar dos direitos humanos estarem declarados no texto constitucional, isto não é suficiente para garantir a sua efetiva aplicabilidade e, portanto, as políticas públicas (se bem construídas) vêm para garantir e proteger os nossos direitos.

Se com o neoliberalismo as políticas públicas foram enfraquecidas, com o Estado Democrático de Direito, no Brasil instaurado pela Constituição de 1988, as políticas públicas ganharam nova força, ou pelo menos há essa intenção. Siqueira Júnior aponta que “os direitos humanos construídos pela nossa ordem constitucional exigem uma ação ativa do Estado, que se realiza efetivamente por intermédio da construção das políticas públicas. Essa construção se desenvolve no âmbito da cidadania”. (SIQUEIRA JÚNIOR, 2006, p. 20). A referida Constituição acabou por ampliar o alcance das políticas públicas e da participação social nesse processo no que diz respeito ao seu desenho, implementação e controle social, além de reconhecer novas atribuições para as organizações da sociedade civil dentro do sistema político brasileiro e por essas razões conhecida como a “Constituição Cidadã” (CICONELLO, 2008).

Segundo o Dicionário de Política, o termo “política” é “Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. (BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 1998, p. 954). Essa acepção se mostra muito interessante tendo em vista que a pesquisa visa trabalhar com os municípios, e a partir disso, repousa-se sob a política local que pode vir a impactar a política nacional e até mesmo global. Recorta-se especificamente o fazer político, que envolve tanto os governantes quanto a sociedade civil, em que é estabelecida uma relação de poder. A política se relaciona para a boa governança, para o bem-estar do indivíduo e das comunidades, de um povo, e nesse escopo “A proposição “política pública” designa um dos aspectos da palavra política, que é a própria ação do Estado”. (SIQUEIRA JÚNIOR, 2006, p. 12). Jardim (2008) aponta que uma política pública é o “Estado em ação” e dessa forma a qualidade de “pública” em uma política automaticamente nos remete para o papel do Estado nesse processo. O “Estado em ação”, no entanto, pode se expressar tanto da forma de ação como de não ação como o mesmo autor apresenta. Percebe-se que essa ação é na verdade envolta pela

presença ou ausência de um rol de atores, ultrapassando apenas a responsabilidade do Estado, sendo que se um ator não cumpre seu papel acaba afetando todo o fazer político.

Políticas públicas podem ser entendidas, segundo o Dicionário de Política Pública como “decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade”. (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012, p. 390). São então uma forma de assegurar o bem-estar social e garantir que os direitos do cidadão sejam respeitados, assim “O nascimento de políticas públicas também expressa o aumento considerável das capacidades das sociedades de agirem sobre si mesmas”. (MULLER, 2004, p. 7, tradução nossa).

Teixeira (2002, p. 3) sinaliza que “Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente”. Siqueira Júnior (2006, p. 1) complementa essa ideia, assumindo que estas possuem por “finalidade analisar as políticas públicas como instrumento para a efetividade dos direitos humanos, em especial aqueles que exigem uma prestação positiva do Estado”. Medellín (2004), por sua vez, ressalta que: “a importância das políticas públicas está na sua capacidade de dar conta de uma particular dinâmica de exclusão ou de um esforço de incorporação dos governantes com respeito aos governados”. (MEDELLÍN, 2004, p. 16, tradução nossa). São compostas de diretrizes, normas, procedimentos, comportamentos, atitudes, ideias que direcionam a ação do poder público e da sociedade civil, do conhecimento e respeito aos direitos e deveres. A construção de uma política pública está sujeita à vontade e ação de diversos atores sociais, de recursos financeiros, infraestrutura, da estrutura de poder a que está submetida determinada sociedade.

Elaborar uma política pública significa definir *quem decide o quê, quando*, com que *consequências e para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

As políticas públicas não são um produto acabado e sim um processo em constante aprimoramento e como dito, requerem alguns capitais: financeiro, social, político, informacional, sendo, portanto, “um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses”. (TEIXEIRA, 2002, p. 5). Destaca-se a importância de se ter uma agenda única com objetivos a curto e longo prazo, pois percebe-se que muitas boas iniciativas públicas brasileiras são perdidas pela troca de gestão e de acordo com a vontade dos nossos governantes. Por isso, a relevância de se pensar em uma agenda única

a longo prazo com objetivos a serem alcançados independente da gestão ou do partido político, mas que obviamente tem espaço para adaptações levando em consideração o contexto de cada cidade. A ONU, com a Agenda 2030, como sinalizado anteriormente, prevê um plano de ação para o fortalecimento da paz universal, apresentando objetivos e metas únicas que podem ser seguidas e adaptadas quer seja pelas nações, estados e mesmo cidades. Esse é um bom ponto de partida para se pensar nas prioridades das cidades e estados brasileiros e para a inspiração de criação de uma agenda similar nas prefeituras, pois seguindo essa agenda, talvez as políticas públicas consigam ter mais força. Portanto, “Reconhecida a realidade e as circunstâncias em que as políticas públicas são formuladas e pretendem surtir efeito, sua implementação depende de planejamento estratégico, o que, por sua vez, significa também atuação política sustentada e prolongada no tempo”. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 17).

Muller e Surel (2004) apontam que uma política pública é uma construção social e de pesquisa, construindo um quadro normativo de ação, constituindo uma ordem social. Apresenta a noção de recursos e repertórios de ação, dos atores envolvidos na construção de uma política pública. Os recursos, segundo os autores, são “características que conferem aos atores uma capacidade de agir, ou mais exato, que lhes garantem um poder”. (MULLER; SUREL, 2004, p. 79) e os repertórios de ação são “o conjunto dos meios implementados para exercer um poder, em geral sob a forma de uma influência junto aos tomadores de decisões públicas”. (MULLER; SUREL, 2004, p. 81). Assim, os autores concluem que esta mobilização de recursos e repertórios de ação visam aumentar a adesão da população para a discussão de um problema ou reivindicação.

Tendo em vista que as políticas públicas são um processo permanente de realimentação, podem ser compreendidas como

um produto de um intenso processo político através do qual emergem e tomam forma os projetos e interesses de agentes (indivíduos), agências (instituições) e discursos (síntese da interação entre agentes e agências), visando impor um determinado projeto de direcionamento político e ideológico sobre a sociedade e o estado que são governados. (MEDELLÍN, 2004, p. 28, tradução nossa).

Bem como pode ser bem implementada e construída, pode sofrer o efeito contrário, tornando-se pouco efetiva e quase invisível, tendo em vista que muitas pessoas desconhecem as políticas públicas e, portanto, não podem exercer seus direitos plenamente, e ainda que muitas vezes não há uma efetiva publicização dessas políticas por parte dos governantes. Ao se discutir a construção de políticas públicas há que se considerar esse outro lado da moeda, da não construção. Com isso, podemos refletir que não é conveniente para a parcela da sociedade

que detém o poder, que as políticas públicas saiam do papel e tenham resultados reais. Expressando esse aspecto, Teixeira (2002) aponta que nem sempre as intervenções, declarações de vontade e ações desenvolvidas são compatíveis, portanto, além de se olhar o texto, a legislação, temos que nos debruçar sobre o que não é feito, e com isso, “Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos”. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A participação social é muito importante para a construção de qualquer política pública, tanto na sua elaboração como na cobrança de sua execução e implementação e ainda na análise dessas políticas a fim de identificar tanto as ações quanto as “não ações”. Tendo em vista que para Siqueira Júnior (2006, p. 13) “A efetivação das políticas públicas é responsabilidade dos cidadãos e não apenas do governo”, acredita-se que a abertura do governo para a participação social é importante para garantir que os interesses do povo sejam atendidos. Ciconello (2008) apresenta duas ferramentas importantes que podem ajudar a aumentar a atuação cidadã: os conselhos e as conferências, que são “os dois principais mecanismos de deliberação coletiva que foram criados ou reconfigurados a partir das diretrizes constitucionais de participação cidadã nas políticas públicas do Estado brasileiro”. (CICONELLO, 2008, p. 4).

Os conselhos, para Ciconello (2008), são uma forma de inovação institucional atuante na consolidação e ampliação da democracia, advindos a partir das lutas sociais do fim do século XX que resultaram na criação de muitos conselhos no país. As conferências por sua vez possibilitam a

criação de pautas políticas e de uma agenda de prioridades que irão influenciar a política pública determinada no próximo período de sua vigência. Essa agenda será posteriormente monitorada pelas organizações da sociedade civil em diversos espaços políticos, incluindo os conselhos. (CICONELLO, 2008, p. 6).

Permitem o diálogo e a incorporação de ideias de variados atores, como indivíduos (cidadãos), organizações, instituições de ensino e pesquisa, poder público, entre outros. No entanto, devemos refletir sobre os fatores que impedem que os conselhos sejam capazes de consolidar de fato uma política pública, conforme questionamento deixado pela autora: “em que medida esse aumento quantitativo dos espaços de participação tem propiciado uma efetiva incorporação das demandas populares nas políticas de Estado”. (CICONELLO, 2008, p. 6). A dificuldade de se fortalecer os conselhos é apenas um dos desafios que se tem quando se fala de construção de políticas públicas, que é possível através do respeito aos direitos humanos com a participação cidadã consciente e responsável.

Só com o povo cobrando e participando se muda o lócus atual de fraqueza das políticas públicas, sendo os mediadores como bons mecanismos de incorporação dessas discussões, fomentando a participação social e o exercício da cidadania. “A busca por agentes que, por sua capacidade de sentar-se entre dois universos de significação, é uma etapa necessária em qualquer análise de mudança nas políticas públicas”. (MULLER, 2004, p. 33, tradução nossa). E quem seriam então esses mediadores de mudança social? As instituições, as escolas, as ONGS, os espaços públicos, as universidades e escolas, as unidades culturais, os arquivos, bibliotecas, museus e demais centros de informação. Acredita-se que o arquivo público municipal em especial, possui um lugar importante nesse cenário por articular informação, gestão pública e sociedade civil. Aproveitando esse assunto, aborda-se agora, justamente o poder que a informação possui para a modificação das estruturas sociais através de suas políticas públicas.

6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

Considerando que se vive hoje a chamada sociedade da informação e do conhecimento e que se reconhece cada vez mais o papel da informação para o desenvolvimento da sociedade, “Pode-se pensar que graças à crescente inserção das tecnologias de informação e comunicação na sociedade muitas atividades de informação sofreram alteração de status, saindo de um nível de interesse predominantemente técnico para um nível de interesse político, claramente pelo reconhecimento do poder da informação”. (BEZERRA et al., 2016, p. 67). A informação tem um papel central nas relações da sociedade contemporânea, seja política, econômica, social, cultural e tecnológica. Atribuir a relação entre informação e política é o primeiro passo para entender a configuração das políticas públicas de informação na sociedade, assim que “Vê-se, portanto, que as noções de globalização e sociedade de informação implicam numa terceira, a de economia da informação. Trata-se, neste caso, de se reconhecer a informação como um recurso estratégico”. (JARDIM, 1999, p. 29).

A economia da informação é um eixo temático de estudo interdisciplinar que aborda tanto a informação como recurso estratégico, como as discussões em torno do Regime de Informação e de políticas de informação, entrelaçando informação, política e poder. Coloca a informação em um patamar estratégico, uma vez que é admitida sua influência nas atividades econômicas da atual sociedade, que vive um sistema capitalista pós-industrial. A política de

informação configura-se como um conjunto de regras, normas, procedimentos e responsabilidades para o compartilhamento, disseminação, aquisição, organização e uso da informação em uma organização. González de Gómez (2002) oferece uma visão reflexiva do que vem a ser esse conceito, indicando que a política de informação surge no cenário pós-guerra diretamente relacionada às políticas de ciência e tecnologia. “O nexu da informação com a política seria então estabelecido por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 27). Para González de Gómez (1999, p. 71)

A política de informação é: uma ação dirigida a consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos. [...]. Em cada contexto histórico, em cada espaço de ação coletiva, existe um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que formam parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação.

Como alternativa para os estudos em políticas de informação, surge o conceito de Regime de Informação, a fim de articular atores, fluxos, processos e relações, que pode ser entendido como “qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos”. (FROHMANN, 1995, p. 21, tradução nossa). Frohmann (1995) pensou esse conceito a partir da problemática que identificou na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia, visualizando pouca atenção dos estudiosos ao abordarem as políticas de informação. Prevê, dessa forma, que se fuja e se distancie de uma visão apenas instrumental das políticas de informação, considerando além da eficiência dos fluxos informacionais, a sua relação com ciência, tecnologia, sociedade e discursos (FROHMANN, 1995).

Posteriormente, González de Gómez a partir de 1999 proporciona um rol de estudos que contemplam e se aprofundam sobre o Regime de Informação e por tal motivo utiliza-se sua contribuição, na presente dissertação para explicar esse conceito, aproximando os elementos de economia da informação e política de informação, visando criar um espaço contextual. Segundo definição de González de Gómez (2012), um Regime de Informação seria

seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de

informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

A citada autora estuda o Regime de Informação sob o prisma das relações entre política, informação e poder, indicando que “pareceria ser uma ferramenta interessante para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43). Nesta pesquisa reforça-se que é positiva a transversalidade dos diferentes atores, por entender que essa relação é importante para o avanço do todo. Para Bezerra et al. (2016) os regimes de informação incluem diversos elementos, dentre os quais: as tecnologias; os estoques e produtores de informação; os canais de comunicação, os sistemas para recuperar, armazenar, organizar e transferir a informação; as linguagens documentárias e especialmente, os humanos com suas necessidades informacionais. Os autores indicam que no escopo da Ciência da Informação, o Regime de Informação caracteriza-se como “uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços”. (BEZERRA; et al., 2016, p. 61).

Braman, por sua vez, traz o conceito de “regime global e emergente de informação”. Assim, nas palavras de González de Gómez:

Para Braman, hoje teríamos um único regime de informação, global (por envolver atores estatais e não estatais) e emergente (por estar em formação). Estabelece, nesse quadro, dois importantes processos de convergência de políticas (“policy transfer”, “legal convergence”, or “legal globalization”): a) entre esferas de políticas que previamente agiam como jurisdições relativamente autônomas, a saber, informação, cultura e comunicação; b) entre Estados nacionais, que passariam por processos analógicos de re-estruturação jurídico-regulatória. (BRAMAN, 2004 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 52).

Tendo em mente os significados de economia, política e regime de informação, pode-se partir para a discussão acerca das políticas públicas de informação propriamente ditas. Bom, que a informação é atualmente o principal capital econômico e social não é novidade, no entanto, é necessário analisar os impactos da sua presença ou ausência em um cenário que envolve Estado, iniciativa privada, organizações diversas, ciência e sociedade civil, cada qual com a sua necessidade informacional e a sua influência nos caminhos da sociedade. Assim, as políticas públicas de informação vêm para aproximar todos esses atores e para tentar agir como apaziguador em meio as disparidades entre eles, visando principalmente assegurar que a

informação possa ser usada por todo cidadão na tomada de decisão. A importância dada à informação na sociedade contemporânea é o fator que coloca a política pública de informação como ferramenta imprescindível para o bom desenvolvimento da vida em sociedade.

Assim, para discorrer acerca de políticas públicas de informação é conveniente entender que de um lado se tem o Estado, que possui a força de criar uma política pública de informação e de um lado a sociedade civil que tem a força de cobrar os resultados dela. Na realidade os dois, se bem alinhados e em diálogo possuem a força para de fato construir uma política pública de informação. Salienta-se que tanto a sua elaboração quanto sua implementação deveriam contar com a participação social, e que a mediação informacional entre Estado e sociedade pode ser feita por instituições públicas como o arquivo público municipal. Para Silva (2008) o Estado “é um conceito e uma prática social e historicamente configurada. Delimita um território de conflitos e convergências, de influências e resistências, de hegemonia e reação entre a sociedade política e uma sociedade civil”. (SILVA, 2008, p. 3). Assim, admite-se a complexidade em abordar essas relações, tendo em vista a multiplicidade de fatores, de problemas, de pontos de vistas, de anseios, de intenções, envolvidos na constituição da sociedade. Por isso a necessidade das políticas públicas, para atuarem nessa complexidade, regulando esses conflitos em prol de beneficiar uma coletividade. As políticas públicas ao incorporarem esses atores, suas convergências e divergências acabam por traduzirem a realidade social, configurando “em processos não só complexos, mas também sinalizadores de construtos políticos característicos da contemporaneidade”. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 3).

Para Jardim (2006, p. 7) a análise de políticas públicas divide-se em “três fases sucessivas – Formulação, Implementação e Avaliação – que configuram um ciclo que se realimenta”. (JARDIM, 2006, p. 8). No âmbito da presente pesquisa, aborda-se esse conjunto destacando a problemática da “não construção” dessas políticas, que tendem a ficar apenas no campo teórico, indo de encontro ao argumento de Jardim de que “Algumas políticas são mais explícitas ou latentes ou tomam a forma de uma “não decisão”. Por isso, o estudo de políticas deve deter-se, também, no exame de não decisões. Em alguns casos, a não tomada de decisão assume a forma de decisão”. (JARDIM, 2006, p. 8).

Será essa uma forma de manter o poder, tendo em vista a máxima de Bacon, de que conhecimento é poder? Informação gera conhecimento, portanto informação é poder. Se pretende-se manter o poder, controla-se a informação e conseqüentemente controla o cidadão, que se torna menos participativo, mais passivo e omissivo. Nesta pesquisa, defende-se a participação social na tomada de decisão, sendo que para uma melhor opinião é necessário um

rol de conhecimentos que só são possíveis com o acesso à informação. Esse acesso é facilitado com políticas públicas de informação, entendidas como mecanismos relevantes de defesa dos direitos de liberdade de expressão e dos direitos humanos em geral. Aliás, os direitos humanos precedem o direito de acesso à informação.

De acordo com Jardim (2008) uma política pública de informação não se traduz em apenas um conjunto de decisões governamentais, sendo necessário que se “defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação”. (JARDIM, 2008, p. 6). O autor indica que alguns elementos tendem a estar presentes quando fala-se do universo de políticas públicas de informação: a) o alcance e o conceito de informação identificam a política de informação; b) o alcance de ações da política de informação, que podem ser nos níveis de Estado, Sociedade, Estado-Sociedade e Sociedade-Estado; c) o equilíbrio entre as atividades normativas e operacionais na execução de uma política de informação; d) a relação da política de informação com as demais políticas públicas, de cultura, de saúde, de educação, ambientais e econômicas; e) a participação de diversos atores (JARDIM, 2008).

A partir disso, entende-se que as políticas públicas de informação devem ter em mente que o valor da informação, e que a base textual deve vir acompanhada de ações práticas para a sua efetivação, que é positiva a transversalidade e diálogo entre essa com as demais políticas públicas para que os resultados sejam os ideais, e finalmente que conte com a participação de diversos atores sociais, para beneficiar a sociedade como um todo, sendo que “uma política de informação deve ser flexível o bastante para permitir a participação dos mais diversos setores da sociedade brasileira”. (SILVA, 1991, p. 12).

A política de informação vem, pois, para garantir acesso à informação não apenas de um indivíduo, mas de uma coletividade.

Entendemos a política de informação como um processo de construção coletiva para atender a sociedade participante nas decisões, sendo um instrumento de poder em formato documental que precisa ser publicizado, documentado e explicitado publicamente num suporte documental (SILVA, 2013, p. 54).

Vem para diminuir a assimetria informacional, trabalhar em direção a cidadania, no momento em que estimula o acesso à informação governamental, na transparência do poder público, para a salvaguarda da memória e construção da história, entre outros. A publicação “Acesso à informação e controle social das políticas públicas” coordenado por Guilherme Canela e Nascimento (2009) traz a ideia de assimetria informacional que se relaciona ao fato

de o poder público deter informações que não estão disponíveis a sociedade civil, portanto diminuindo a capacidade de tomada de decisão e controle social deste segundo grupo. “O acesso à informação, para além de minimizar as assimetrias informacionais na disputa eleitoral, também é essencial para garantir que as políticas públicas implementadas pelos governos sejam potencializadas [...] pela participação dos cidadãos”. (CANELA; NASCIMENTO, 2009, p. 41).

Além da assimetria informacional, o não exercício pleno da cidadania igualmente é um problema, pelo fato de os cidadãos não terem um efetivo acesso a informações governamentais e mesmo possuindo não há uma cultura de acessar essa informação e usá-la em prol de defender os seus direitos. A sociedade brasileira ainda se encontra presa a uma cultura de pouca participação política, de “não democracia”, por isso a necessidade de publicizar e tornar o mais amplo possível essas informações. Contudo, esbarra-se ainda em um outro problema: a desigualdade digital, que é também uma desigualdade informacional e social. Mesmo com a publicização, não é a totalidade da sociedade brasileira que possui acesso a mecanismos de acesso à informação, principalmente aos recursos tecnológicos. A parcela alfabetizada e a que tem acesso à educação e às novas tecnologias é aquela que pode e consegue usar a informação em prol de um benefício pessoal ou de um grupo social. Não é aquele que mais precisa, os desabastados financeiramente, os que não são alfabetizados, assim que “De fato, devido a constrangimentos de natureza econômica e cultural, o acesso à informação pode ficar restrito àqueles que são alfabetizados, inclusive digitalmente, e que podem utilizar computadores em ambientes privados ou públicos”. (JAMBEIRO; BORGES; SOBREIRA, 2007, p. 111).

Assim, a política pública de informação vem como um agente de diminuição dessa problemática, uma vez que “Ampliando seu raio de ação para as minorias e os não garantidos, abrindo-se efetivamente para as diferenças contextuais [...] de cada região e grupos da população, a política de informação deixará de ser apenas uma dúzia de páginas de caráter normativo”. (SILVA, 1991, p. 12). A informação governamental, nesse caso, é um dos principais recursos estratégicos que o poder público tem para administrar o país, portanto a necessidade de se possibilitar que essa informação esteja devidamente e amplamente disponibilizada para conhecimento do cidadão, sendo sua preservação, uma forma de garantir seu uso para gerações futuras, seja física e digitalmente.

Sabe-se que a falta de transparência e a presença da opacidade informacional levam a corrupção, nesse viés Uhlir (2006) aponta que os benefícios do acesso à informação pública são mais fáceis de serem medidos em termos não econômicos, como por exemplo “Para as informações produzidas pelos governos, um dos maiores valores não-econômicos associados à

disseminação da informação governamental no domínio público é a “transparência” da governança e a promoção dos ideais democráticos: igualdade, democracia e abertura”. (UHLIR, 2006, p. 30). Dessa forma concorda-se com esse ponto pois com um governo mais aberto e com a participação social torna-se mais difícil que se tenha corrupção, grande mal político e social do Brasil. Jardim (1999) enxerga o Estado como um campo informacional e destaca a opacidade informacional contrária à transparência. Mesmo esse cenário datado de 1999 ainda hoje, mesmo com a Lei de Acesso à Informação (2011) ainda é possível visualizar reflexos desse comportamento, de controle do poder por uma hegemonia que não é apenas do Estado, e sim de uma burguesia que se julga como elite.

Portanto, opacizar a informação governamental mostra-se uma estratégia de (re)produção e gestão desse monopólio informacional. Até porque, no Brasil, opacizar o capital informacional é uma forma de controlá-lo. Também neste sentido a opacidade informacional configura-se como mecanismo de construção de hegemonia. (JARDIM, 1999, p. 198).

No Brasil ainda se tem a dificuldade em alinhar as classes sociais e colocar em pauta os interesses de uma coletividade. A saída é a plena democratização da informação que conforme sinaliza Silva (1991, p. 30) é “entendida como facilidade de acesso – uma das características mais positivas da pós-modernidade no Primeiro Mundo, não encontra reflexos no Brasil, dada a perversidade de nossa situação sócio-econômica”. Esse texto é de 30 anos atrás, muita coisa mudou no Brasil, no entanto a impressão que se tem é que se está mais próximo da configuração do século XX do que do século XXI, em termos de acesso à informação e inclusão social. O Brasil, na verdade, se expressa como dois “Brasis” muito desiguais: um com um pé no que há de mais tecnológico e científico e o outro pé ainda na pobreza. Ou seja, tem-se a impressão de que o desenvolvimento do Brasil é sempre pensado por e feito por quem detém o poder econômico e político. Será um movimento natural de uma democracia recente ou será uma forma de manter o poder e controlar o povo? Acredita-se que respostas assim só serão identificadas a longo prazo, no entanto a reflexão deve acontecer no presente e continuamente.

Apesar de apresentado esse ponto negativo, esta pesquisa acredita que a discussão feita hoje pode surtir efeito no amanhã, em que num ímpeto de esperança, otimismo ou mesmo utopia se terá um Brasil mais justo, equitativo e menos desigual, pautado nos valores da democracia. Trazendo para o universo arquivístico brasileiro e antecipando a próxima subseção (políticas públicas arquivísticas) no Brasil, Jardim (2006) destaca que na América Latina, o fim do período ditatorial e o “reencontro com a democracia e discussão do direito à informação favoreceu em alguns casos um debate renovador sobre a função dos arquivos como recurso

social. Como tal, as políticas públicas arquivísticas ganharam maior espaço de reflexão e concretização”. (JARDIM, 2006, p. 6).

6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

Ora, tanto no plano teórico quanto político-gerencial é uma evidência histórica que a transparência do Estado e o uso social da informação governamental não são possíveis sem políticas arquivísticas. (JARDIM, 2005, p. 49).

Admite-se, conforme apresenta Jardim (2006, p. 10) que as “Políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais”. Antes de ser arquivística, ela é informacional, o que permite atribuir um caráter de relação inerente entre as duas. Se pensar em uma política arquivística fora de um contexto primeiramente informacional, então se realizará o oposto do que se anseia, se criará uma lacuna ainda maior entre as duas, o que não é desejável tendo em vista que a informação no contexto dos arquivos é o que interessa, é o ponto norteador do arquivo, sem a informação não tem razão de existir. A fim de melhor compreender a ideia de políticas públicas arquivísticas, apresenta-se a definição de Jardim (2006) e Vázquez (2015) a fim de mais satisfatoriamente expressar a similaridade de ideias acerca do entendimento do conceito. Partindo da definição de Jardim (2006, p. 10):

De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações- produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Para Vázquez (2015, p. 94, tradução nossa):

É aquela política que formula objetivos e propõe os meios apropriados para servir aos direitos e necessidades da sociedade em seu conjunto; das instituições produtoras/receptoras dos documentos; dos interessados individuais e instituições e, por último, dos investigadores retrospectivos.

Entende-se, pois, a partir dessas duas definições, que uma política pública arquivística é um meio de empoderamento do indivíduo que pode melhor assumir sua cidadania, sendo que “Experiências nacionais e internacionais, de distintas escalas organizacionais, mostram-nos que uma política arquivística tende a legitimar e a “empoderar” significativamente um serviço e

uma instituição arquivística”. (JARDIM, 2013, p. 48). Podem ser setoriais ou apresentar uma configuração local, regional ou nacional, sendo que em qualquer um desses casos espera-se que se tenha um alto grau de transversalidade com outras políticas públicas (JARDIM, 2006).

Assim, a política pública arquivística mostra-se como substancial para a boa governança, para colocar a informação como principal recurso estratégico para a tomada de decisão e atuando no direcionamento da cidade, estado ou país. Assumir a informação como insumo para a melhoria da política, das relações sociais e da qualidade de vida é assumir que o arquivo importa enquanto unidade não só de informação, mas de cidadania. Entende-se, a partir do explorado, que as políticas públicas enquanto conjunto de decisões, estratégias e ações são capazes de movimentar e melhorar a sociedade. “Quando falamos em política arquivística, falamos, no mínimo, em uma opção político-gerencial a envolver recursos legais, técnico-científicos, pessoas, tecnologia, etc”. (JARDIM, 2013, p. 48). Essas ações podem ser de diversas formas, como leis, programas, projetos, ações e, no entanto, salienta-se para a problemática de uma política pública arquivística (e de informação) não sair muito do papel. Jardim (2008) expressa que o aparato legal é importante, mas não configura sozinho como uma política pública e não deve ser confundida como tal. É importante que haja textos e leis, pois conferem maior legitimidade e funcionam como um recurso de peso na hora da comunidade arquivística cobrar a implementação dessas leis, porém tem que vir acompanhada de uma atitude ativa, tanto da comunidade profissional quanto da sociedade civil, para concretizar o que está escrito na lei seja, garantindo sua devida implementação. Ressalta-se esse ponto, porque o que se observa na maioria das vezes é que a existência da legislação não possui sua expressão plena na prática, tendendo a ficar apenas no plano textual.

Para então uma política pública de informação e também arquivística sair do papel é necessária a atuação de outros segmentos, como a universidade (que pode representar a ciência, o fazer científico sobre a área de arquivos de modo interdisciplinar, e a pesquisa acadêmica e científica); os conselhos (que são importantes representantes da classe arquivística e da sociedade civil); a sociedade civil (pessoas comuns, em geral, que são as maiores influenciadoras da construção ou “não construção” de uma política pública, avaliadoras e cobradoras dos resultados); o Estado (formulador e implementador), a Escola (levar a problemática para a educação básica e para os jovens é um meio de trabalhar a conscientização e sensibilidade em que será a geração política futura); a tecnologia (destaca-se o papel das tecnologias de informação e comunicação). Sousa (2006) aponta que para que não haja uma desvinculação, é importante que o Estado reconheça a informação como um recurso gerencial

intrínseco a todos os campos sociais. Silva (2013) destaca que o Estado, uma vez que é o provedor de bens e serviços públicos, tem a responsabilidade de conduzir a construção de políticas públicas de informação, que podem se expressar pelo bom fluxo informacional das instituições públicas, tais como bibliotecas e arquivos, uma vez que armazenam a informação governamental.

O capital informacional do Estado não se exerce, no caso brasileiro, exclusivamente pelo seu uso. O não-uso dos arquivos públicos, em decorrência da opacização, contribui como tal para a violência simbólica do Estado. Sem uma profunda politização da situação dos arquivos públicos do país pelo conjunto de atores a eles relacionados, dentro e fora do aparelho de Estado, a tendência é a perpetuação e naturalização das condições que os remetem ao lócus periférico onde se encontram. (JARDIM, 1999, p. 200).

Como apontou-se, a legislação é importante para dar legitimidade e força legal para a política pública de informação e arquivística, mas sozinha ela não tem resultado real. Confere força legal para a política pública e é apenas uma das ações que estão envolvidas na construção de uma política pública. Jardim (2008, p. 7) esclarece que “A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesma uma política. [...] A viabilidade dessa legislação torna-se comprometida se não for simultaneamente instrumento e objeto de uma política arquivística”. Carpes e Castanho (2011, p. 209) indicam que “Mesmo sendo o ‘alicerce’ e um diferencial no estabelecimento de políticas arquivísticas, é importante considerar que as políticas públicas não se constituem apenas pela legislação”. Considera-se que uma lei bem escrita, que atenda às necessidades e demandas da sociedade é importante para guiar a construção de uma política pública de informação. Silva (2013, p. 58) apresenta que

A legislação arquivística é fundamental para definir e executar as políticas públicas no campo de arquivos e para garantir sua transversalidade com setores da cultura, educação, saúde, educação, transporte, economia, meio ambiente, etc. Todas essas áreas geram a necessidade de arquivos, que passam a demandar um sistema de gerenciamento por normas e resoluções efetuadas coletivamente.

Portanto, para além de uma legislação e visando a efetivação desta, entende-se que a pesquisa e a prática profissional também são elementos relevantes, pois conforme apresenta Jardim (2003), há no que se refere às políticas públicas arquivísticas duas dimensões: a política e a técnica e que apenas com a atuação das duas será possível a formulação e viabilização destas. Nota-se através da literatura em Ciência da Informação e Arquivologia, que é crescente os estudos acerca da temática de políticas públicas arquivísticas, mas que ainda carece de mais

pesquisas. Jardim (2009) apresenta argumentos que mesmo sendo do ano de 2009, ainda assim se mantém atuais na realidade arquivística brasileira.

As reflexões a respeito [...] revelam cada vez mais a complexidade de elementos envolvidos no desenho e implementação das políticas públicas no campo dos arquivos. Demonstram também que a construção de políticas públicas vai muito além da retórica legal e do discurso governamental auto-referente que ao longo dos anos tem sido uma frequente característica no cenário arquivístico brasileiro. (JARDIM, 2009, p. 47).

Há que se considerar que o Brasil é muito grande e diverso, sendo necessário debruçar-se para sua diversidade social e arquivística pois uma reflete na outra, sendo que “Reconhecemos, mediante experiências diversas, que nossa realidade arquivística é provavelmente tão diversa e desigual quanto o Brasil”. (JARDIM, 2009, p. 48). Assim, uma política pública arquivística deve olhar para a realidade de sua cidade, estado e país não ignorando uma a outra, mas criando uma relação única para a consulta, ajuda e discussão. Apesar desse crescente repouso acerca das políticas públicas arquivísticas, a sua ampliação e verticalização é necessária tanto pela academia quanto pelos arquivos, uma vez que “Se políticas públicas têm uma dimensão técnico-científica, o arquivista e as escolas de formação, isto é, as universidades também são sujeitos importantes dessa construção”. (SOUSA, 2006, p. 7).

Além da universidade, visualiza-se que a escola possui um papel pouco explorado, porém substancialmente importante no que compete a construção de políticas públicas de informação e mais especificamente, arquivísticas, sendo que “A escola tem um poder que não pode e nem deve ser negligenciado”. (SOUSA, 2006, p. 8). É um espaço que pode e deve ser aproveitado para a conscientização e educação acerca da importância do patrimônio documental, da informação, das unidades culturais, dos arquivos e da participação cidadã para a melhoria e desenvolvimento tanto da comunidade quanto da sociedade em geral. É na escola e na educação das crianças e jovens, que representam a próxima geração de adultos, de eleitores, de profissionais e de cidadãos que está a esperança de que as coisas melhorem, que se pode atuar para que os arquivos e a informação sejam mais valorizados. É sim um trabalho com resultados a longo prazo, mas que merece especial atenção na atualidade. E nesse sentido, arquivos públicos municipais e escolas podem trabalhar em uma parceria, levando o conteúdo dos arquivos até as alunas e os alunos, trabalhando com ações educativas que envolvam debates políticos, busca de soluções para os problemas locais, através da pesquisa e consulta aos arquivos públicos municipais, ao acesso à informação governamental e histórica.

Portanto, o aspecto legal das políticas públicas de arquivo deve ser mediado por uma ação educativa das instituições arquivísticas, que envolva, principalmente, as escolas de ensino fundamental e médio, investindo, basicamente, em cidadãos completamente sensíveis à proteção do patrimônio documental e informacional brasileiro, como parte da riqueza da sociedade. (SOUSA, 2006, p. 7).

Desse modo e para reforçar o ponto de vista defendido nesta pesquisa, traz-se o posicionamento de Silva (2015) que afirma que para modificar a situação de abandono que vivem os arquivos e para a sociedade visualizar a sua relevância, há dois caminhos: “a longo prazo, por meio da introdução dessa temática nas escolas e de uma profunda reforma na educação e, a curto prazo, com a convocação da sociedade civil pela comunidade arquivística para participar da elaboração de políticas públicas”. (SILVA, 2015, p. 64).

Em um momento de crescente presença e uso de tecnologias, o arquivo não se deve abster, para então participar, acompanhar e ser ativo nas mudanças sociais. Dessa forma, não apenas o documento em formato físico deve ser considerado, mas o digital também, o que traz mais um empolgante desafio para a área arquivística e da Ciência da Informação, pois “a democracia e a sociedade dependem de respostas bem formuladas a essas questões. É sempre bom sublinhar que as informações que são estocadas em ambientes arquivísticos potencialmente abastecem o planejamento estatal e proporcionam a transparência pública”. (SILVA; VENÂNCIO, 2018, p. 3108).

De verdade, não é plausível se considerar normal que os arquivos carreguem uma imagem tão desvalorizada e periférica como na atualidade e que as políticas públicas arquivísticas encontrem tanto empecilhos para sua construção. Assim,

O que não podemos, definitivamente, é nos darmos ao luxo de não contarmos com políticas públicas arquivísticas regidas pelos parâmetros políticos e científicos da contemporaneidade na qual os arquivos se inserem (ou deveriam se inserir) como recurso fundamental à construção social do conhecimento. (JARDIM, 2006, p. 14).

6.4 OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

Um dos argumentos que permeiam e dão embasamento para essa pesquisa, é o ponto que Jardim (2008) coloca ao apresentar a problemática da “não construção” de políticas públicas de informação no Brasil. Sinaliza-se que mesmo o argumento de Jardim datando de 2008, mantém-se atual, por isso foi usado para justificar o presente estudo. Inclusive, reflete os

desafios da construção de políticas públicas de informação no Brasil, o que suscita que pensemos em novas maneiras de efetivamente consolidá-las no país. Retomar essa preocupação de Jardim (2008), permite que além do que se observa e vê enquanto cidadã, que se observe também sob a ótica da ciência, retomando essa temática no escopo da Ciência da Informação, tão fundamental para o fortalecimento do campo.

José Maria Jardim, no artigo “Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)”, discorre acerca das políticas públicas de informação e o uso social dos arquivos no Brasil. Sinaliza para a necessidade de se visualizar e refletir sobre os fatores que inibem e impedem a implantação das políticas públicas de informação para arquivos e para a importância de se propor reflexões que inspirem e subsidiem a devida formulação destas, pois nesse cenário tendem a ser “ampliados os obstáculos ao direito da sociedade à informação, o uso social da memória coletiva e a eficiência do aparelho de Estado”. (JARDIM, 2008, p. 1). Pretende ainda, incluir de maneira protagonista a Ciência da Informação como campo de estudos acerca dessa temática, tendo em vista que é uma ciência interdisciplinar dialogando com as áreas de modo consistente.

Em uma sociedade pautada em informação e conhecimento, há a presença cada vez mais marcante de tecnologias, sistemas e serviços baseados em informação. Essa configuração, segundo Jardim (2008) engloba os processos de produção, organização e uso da informação e a relação com os variados atores informacionais e suas ações. As organizações, sejam empresas ou órgãos públicos buscam com esse insumo - a informação - novas formas de atuação, assim, a “informação coloca-se, nesse quadro, no epicentro de inquietações contemporâneas sobre o Estado, a Sociedade, a Cultura, a Ciência e a Tecnologia”. (JARDIM, 2008, p. 2). É plausível admitir que uma nação não se desenvolve plenamente, cresce econômica e socialmente sem o auxílio da informação, garantindo a geração de conhecimento e inovação.

No caso do Brasil, país de proporções continentais e com grande diversidade cultural, o cenário de políticas de informação não é entusiasmante. Jardim (2008) afirma que estas não são frequentes no Brasil, sendo a ausência de políticas de informação estruturadas e arquivos devidamente institucionalizados um problema nacional e não apenas local ou regional. Como sinaliza o autor, “nos estados e municípios brasileiros, a situação precária da maioria dos arquivos talvez favoreça a ausência de PPAs, mas não a justifica. [...] essa fragilidade, para ser rompida, carece, muitas vezes, de uma PPA”. (JARDIM, 2008, p. 15). Desse modo, identifica-se o desafio em buscar novas configurações que envolvam Estado e sociedade civil na criação, implementação e avaliação de políticas públicas de informação (JARDIM, 2008).

Um fator que demonstra o diálogo frágil entre sociedade civil e poder público é a composição do CONARQ que possui em sua maioria representantes do Estado e pouca representatividade da sociedade civil (JARDIM, 2008). Essa configuração é conveniente, tendo em vista que é de interesse maior da sociedade civil as informações pertinentes ao fazer da administração pública e se não há mecanismos que garantam a sua transparência e o acesso à informação cidadã, então não há como a sociedade cobrar resultados e exercer a sua cidadania. Um governo que não se esforça em garantir a salvaguarda da informação e, portanto, de seus arquivos (quando há um) apresenta leviandade, sendo que a “ausência de uma política pública arquivística em nível nacional evidencia as dificuldades estruturais do Estado no desenho e operacionalização de políticas públicas”. (JARDIM, 2008, p. 1).

O descaso do poder público para com os arquivos e a informação arquivística é evidenciada pela não consolidação da Lei de Arquivos, do CONARQ, do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e outras políticas nacionais de informação arquivística. Apesar de 30 anos da criação da Lei de Arquivos (1991) ainda não se vê resultados satisfatórios, principalmente em nível municipal. Admite-se que houve progressos, todavia, a implementação de fato não ocorreu, demonstrando uma ação do governo configurada, na realidade, como uma “não ação” (JARDIM, 2008), em que o estado de inércia intencional - ou não, em relação ao problema se concretiza como uma não tomada de decisão. O autor afirma que “a não-tomada de decisão assume a forma de decisão. Analisando políticas públicas de informação no Brasil, chama-nos a atenção, preliminarmente, a aparente falta de decisão. A “não-decisão”, porém, é um ato de poder”. (JARDIM, 2008, p. 5).

Reconhecendo o papel do Estado na formulação e concretização de políticas públicas, deve assegurar a sua execução e funcionamento, sua popularização e valorização, atuando como o “lôcus de saberes e práticas informacionais, considerando-se seu percurso histórico enquanto relação social, resultante da interação permanente de sujeitos sociais de aparelhos privados e de agências estatais”. (JARDIM, 2008, p. 4). Compreender a relevância das políticas públicas de informação, das políticas públicas arquivísticas e do Estado, enquanto campo informacional é importante para o desenvolvimento da nação. Desse modo os arquivos, equipamentos de informação-poder se mostram imprescindíveis para as práticas administrativas, políticas e sociais, devendo ser articulados através do poder público, do Estado e dos cidadãos que juntos formam a sociedade.

Tendo em vista que essa temática acaba por requerer “um conhecimento extensivo da realidade sobre a qual o Estado pretende agir em relação aos arquivos”. (JARDIM, 2008, p. 14),

o seu estudo implica no repouso de diversas questões, e dessa forma se enquadra também na área da Ciência da informação. Visualiza-se nessa ciência uma possibilidade sagaz para o avanço desta temática, tendo em vista que trabalha a informação enquanto fenômeno social e deve continuar se aprofundando, incorporando as contribuições de outras áreas, como a Arquivologia, Ciências Sociais e Política, História, Administração, entre outras. No Brasil ainda é escassa a literatura acerca da temática e na Ciência da Informação e Arquivologia os estudos progredem, mas se mostram insuficientes para subsidiar fortes ações do Estado e da sociedade civil na construção de políticas públicas de informação para arquivos (JARDIM, 2008).

Conforme apresentado anteriormente, as políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais, relacionando-se aos processos de produção, organização, disseminação, acesso, uso e preservação da informação arquivística, pretendeu-se destacar o papel do arquivo enquanto equipamento de informação-poder articulada através do poder público, do Estado e dos cidadãos que juntos formam a sociedade. Dessa forma, quer seja no âmbito das instituições e serviços arquivísticos, bem como dos aparatos legais, a inexpressiva preocupação para com a existência e situação de arquivos, demonstra as deficiências de um país que pouco valoriza os meios de salvaguarda da informação e da memória. Não obstante, verifica-se que alguns mecanismos podem reverter esse cenário, como a efetiva construção de políticas públicas de informação, leis, conselhos, conferências e sistemas de arquivos, fóruns de debate que envolvam a sociedade civil, campanhas de conscientização sobre a relevância social do arquivo, entre outros. Em uma sociedade cada vez mais preocupada com a participação social e com a transparência, a representatividade dos atores “civis” deve ser assegurada e incentivada.

Trazendo para a atualidade e corroborando com o argumento da “não construção” de políticas públicas de informação (JARDIM, 2008), Arreguy (2016) realizou um estudo no Arquivo Público Municipal de Belo Horizonte, constando o baixo reconhecimento dos gestores acerca do arquivo como agente político e para a não consolidação da política arquivística pela Prefeitura dessa cidade, assim que “O não reconhecimento por parte dos agentes políticos do papel estratégico exercido por um arquivo municipal tem levado à sua desvalorização, resultando em posições periféricas nas administrações e a pequena destinação de recursos financeiros e humanos para a área”. (ARREGUY, 2016, p. 206). Silva e Venâncio (2018) ao estudarem as políticas públicas de informação em transversalidade com os arquivos municipais na região de Vitória - ES reforçam o cenário de “não construção” dessas políticas, reiterando

que a sua ausência compromete a tomada de decisão e a transparência administrativa, indicando que “o déficit de políticas arquivísticas, aqui entendidas como políticas de informação é antes de tudo um déficit de cidadania”. (SILVA, VENÂNCIO, 2018, p. 3100). Com isso, podemos perceber que apesar do argumento de Jardim sobre a “não construção” de políticas públicas de informação datar de 2008, ainda se evidencia muito atual, como pudemos perceber com os estudos de Arreguy (2016) e de Silva e Venâncio (2018).

Transparência, acesso à informação, cidadania, preservação, salvaguarda da memória, apoio à gestão pública, são pontos a serem pensados quando se destaca o arquivo público. Principalmente no momento que o Brasil vive de frágil democracia, corrupção, *fakenews*, desrespeito aos direitos humanos por parte de nossos governantes, com a história e memória sendo atacadas e desprotegidas, o que se pode ilustrar através dos recorrentes casos de acidentes nos museus, bibliotecas e arquivos públicos, confirmando que o sucateamento dessas instituições é potencialmente conveniente para a manutenção do *status quo*.

O arquivo público municipal vem, portanto, como poderoso equipamento de política e cidadania, sendo por meio dele que se recorda o que aconteceu, que se tem ciência dos erros que não podem ser repetidos, guiando dessa forma, para uma boa tomada de decisão. A informação é um poderoso e perigoso meio de subversão, de luta de política, de cidadania, de inteligência, de participação social, de não alienação, de cultura, de arte. Além desse cenário claro de “não construção” de políticas públicas de informação e arquivísticas, ainda se tem uma certa esperança de que esse cenário se torne mais satisfatório. Sousa (2006) apresenta alguns motivos otimistas para acreditar-se nessa possibilidade, e que hoje de fato se mostram evidentes, refletindo a atualidade dos argumentos do autor, dentre eles: a crescente qualificação e demanda dos arquivistas, o aumento; diversificação e qualificação do quadro docente, acarretando uma maior produção científica na área; maior frequência de eventos crescente produção editorial, com aumento e reativação de periódicos científicos na área de Arquivologia. Esses elementos, para o autor indicam que

temos plenas condições de avançar nas políticas públicas de arquivo no Brasil, mas precisamos criar uma estratégia de envolver todos os atores na formulação, implementação e avaliação dessas políticas. E, nesse sentido, proponho que as universidades participem desse grande esforço e desse enorme desafio. (SOUSA, 2006, p. 13).

Em suma, visualiza-se nesta pesquisa o arquivo como importante agente político e social e desse modo, para assegurar seu papel perante a sociedade, as políticas públicas de informação surgem como ferramentas poderosas de mudança quando de fato construídas, trabalhando em

consonância com outras políticas públicas. Não obstante, apresenta-se agora um panorama de políticas públicas de informação e culturais que se elegeu para consubstanciar a temática desta dissertação, tendo em vista que as visualiza como aparatos de fortalecimento do arquivo como agente de cidadania, memória e inovação em uma cidade.

6.5 PANORAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INFORMAÇÃO, ARQUIVO E CULTURA

Discorrer acerca de políticas públicas de informação voltadas para arquivos, implica que se observe a legislação brasileira que trata do assunto. O fato de a salvaguarda dos arquivos estar prevista na legislação é uma forma de se garantir (ou tentar, pelo menos) que estes sejam respeitados. O aspecto legal confere às ações e políticas públicas de arquivos maior força, no entanto não é apenas a sua criação que garante a eficácia de uma política, mas também sua implementação e avaliação tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil.

Os pontos que justificam e inspiram a necessidade de se falar de arquivos públicos e seus dispositivos legais são o direito de acesso à informação e a transparência, muito presente nas discussões da atualidade, pois entende-se que a “transparência dos atos dos órgãos públicos dos três níveis (União, Estado e Municípios) para a qual o acesso à informação é exigência básica”. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016, p. 1). Para tanto, a criação e funcionamento de dispositivos legais são fundamentais para que esse ponto possa ser assegurado e o direito ao acesso à informação respeitado. Nesse sentido, está previsto na Constituição de 1988 por meio do Art. 5, que

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1998).

Visando atender o indicado na Constituição, alguns anos depois foi promulgada a Lei 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos (BRASI, 1991), vindo em direção de defender a organização e acesso à informação arquivística. A partir dessa lei, os três níveis do governo (federal, estadual e municipal) começaram a prestar mais atenção na organização de seus arquivos e serviços arquivísticos, repousando sobre “conceitos como gestão documental, avaliação, classificação e guarda permanente passaram a compor o universo das instituições públicas colocando desafios a uma estrutura tecnicamente frágil para lidar com essa nova

realidade”. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016, p. 1). Mais recentemente, em 2011 foi aprovada a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à informação (LAI), que é mais um passo em direção ao fortalecimento das políticas públicas de informação.

A fim de discorrer mais assertivamente sobre a temática, apresenta-se um panorama das políticas públicas e dispositivos legais que conferem aos arquivos maior legitimidade e proteção. São elas: Lei de Arquivos; CONARQ; SINAR; COLUSO e o Cadastro de Entidades Custodiadoras; Campanha de Arquivos Públicos Municipais; Lei de Acesso à Informação; Plano Nacional de Cultura e Plano Setorial de Arquivos. Salienta-se que é essencial que essas políticas e dispositivos trabalhem de modo transversal em constante diálogo.

1) Lei de Arquivos

Para introduzir a temática de políticas públicas de arquivos no Brasil apresenta-se primeiro a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991), que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. O Art. 1º do Cap. 1 desta lei, indica que é do poder público a responsabilidade de gerir e proteger os documentos de arquivos e os arquivos brasileiros, atuando assim como instrumento importante para a administração pública, para a cultura, memória e história, para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e sociedade. (BRASIL, 1991). Documentos de arquivos e os arquivos em si configuram como elementos de prova e informação, importantes para a salvaguarda da memória da sociedade, por isso devem estar amparados pelo poder público, em que “fica a cargo da Administração Pública conceder a consulta os documentos arquivísticos públicos ou privados de interesse público e social”. (BRASIL, 1991).

De acordo com o Art. 2º do Cap. 1, arquivos são os “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas” (BRASIL, 1991), podendo ser de suportes e naturezas variadas, como documentos físicos, eletrônicos, digitais.

Pensando, portanto, no acesso desses documentos armazenados e geridos pelos arquivos, essa lei prevê que todos os cidadãos possuem direito de receber dos órgãos públicos informações contidas em documentos de arquivos, o que é especificado no Art. 4º do Cap. 1, indicando que

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991).

O que mais especificamente interessa para o escopo da presente pesquisa, os arquivos públicos, são mostrados pela lei como conjuntos de documentos pertinentes aos órgãos públicos de âmbito federal, estadual e municipal “em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”. (BRASIL, 1991). Não obstante, são públicos os arquivos pessoais, particulares considerados de interesse público e social, e ainda de instituições privadas e estatais encarregadas de prestar e gerir serviços públicos. Os arquivos públicos podem possuir documentos identificados como correntes, intermediários e permanentes, sendo que todos estes devem ser de acesso público e obedecer a Lei de Acesso à Informação e a própria Lei de Arquivos, duas leis que visam a democratização e acesso à informação pública.

Os documentos devem ser protegidos de ações levianas e corruptas, de ações intencionais ou não de eliminação, por isso a Lei de Arquivos visa amparar e orientar os órgãos e instituições públicas para um maior cuidado com os documentos, sendo que a “eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência”. (BRASIL, 1991). Assim, a eliminação de maneira incorreta acarreta a aplicação de penalidade sob a forma de lei, em que fica sujeito a “responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social”. (BRASIL, 1991).

Tem-se em vista que o foco deste trabalho repousa sobre o arquivo público municipal, ou seja, sobre os documentos públicos, incluindo documentos de arquivos privados e pessoais quando de interesse público e social. Não obstante, a Lei de Arquivos por meio do Art. 11 (BRASIL, 1991) considera que os arquivos privados são os conjuntos de documentos pertencentes a pessoas ou instituições privadas, acumulados ao longo da vida. Podem ser identificados pelo poder público como de “interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. (BRASIL, 1991). Incluem documentos de figuras renomadas, políticos, escritores, artistas, registros civis de arquivos de entidades religiosas, entre outros. Desse modo, esses documentos devem ser protegidos de maneira especial tanto pelo detentor dos documentos

como pelo poder público, não podendo ser “alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior”. (BRASIL, 1991). Em relação ao acesso a esses documentos de caráter privado, a disponibilização deve ser feita mediante autorização do proprietário do arquivo privado e podem estar sob custódia do proprietário do arquivo ou serem doados a instituições arquivísticas públicas.

Dessa forma, a ação que garante que um arquivo privado possa ser de acesso público protegido e assegurado pela lei, é a “Declaração de Interesse Público e Social”, que funciona como um instrumento de salvaguarda da informação arquivística. Quando um arquivo pessoal, privado ou institucional contém documentos que registram marcos ou momentos acerca da “história social, econômica, técnica ou cultural do país”. (CONARQ, 2016), podem ser declarados de interesse público e social através de decreto presidencial. A solicitação é feita ao CONARQ, que analisa e decide por declarar o arquivo como de interesse público e social, emitindo um diploma para atestar a importância desse arquivo para a memória nacional. “Esse diploma, além de valorizar o arquivo, é um importante instrumento para a obtenção de apoio junto a agências financiadoras públicas ou privadas visando à preservação e divulgação do acervo”. (CONARQ, 2016).

Outro ponto a destacar é o Capítulo IV da Lei de Arquivos, que trata da organização e administração da documentação pública, indicando que esta compete às instituições arquivísticas dos níveis federal, estadual, municipal e do Distrito Federal (BRASIL, 1991). O Art. 18 indica que compete ao “Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos”. (BRASIL, 1991). Complementarmente, o Art. 21 indica que cabe à legislação estadual, do Distrito Federal e municipal a definição de critérios de organização e vinculação dos arquivos públicos estaduais e municipais, além da responsabilidade de gerir e fornecer acesso aos documentos arquivísticos públicos ou privados de interesse público e social. (BRASIL, 1991).

2) Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)

Uma das principais expressões das políticas públicas de informação voltadas para arquivos no Brasil é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos. Instituído pelo Art. 26 da Lei nº 8.159 de 08 de

janeiro de 1991 (Lei de Arquivos) é um órgão colegiado vinculado diretamente ao Arquivo Nacional e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, possuindo respaldo da Constituição Federal de 1988. Desse modo, os arquivos vêm como legítimos instrumentos de informação e cidadania, de fazer político, administrativo e legislativo, dispositivos de comprovação histórica e de salvaguarda da memória local, nacional e da sociedade como um todo.

A política nacional de arquivos e a legislação brasileira são balizadoras das ações relacionadas à gestão da informação arquivística formuladas por esse conselho. Esse conselho deve constituir-se na ligação entre o Estado e a Sociedade Civil, no que se refere à gestão e ao direito à informação. (CARPES; CASTANHO, 2011, p. 195).

O Art. 26 da Lei de Arquivos indica que o CONARQ deve funcionar como o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), exercendo ações voltadas para a orientação normativa, para a gestão documental e “proteção especial aos documentos de arquivo”. (BRASIL, 1991). Configura-se, portanto, como um órgão protetor e fiscalizador que através de suas ações visa a consolidação da política nacional de arquivos públicos e privados, englobando a gestão, preservação, disseminação, acesso e uso da informação arquivística pública, dos documentos tanto em suporte físico, como eletrônicos e digitais.

A Portaria nº 2.588, de 24 de novembro de 2011, aprova o regimento interno do CONARQ e fornece informações acerca da natureza, finalidade, missão e objetivos desse órgão, e do seu funcionamento conforme o regimento interno do CONARQ que deve atuar na orientação normativa em relação a gestão e proteção especial dos documentos de arquivo. (BRASIL, 2011). O Quadro 2 traz as competências desse órgão, dispostas no Art. 2 capítulo II:

Quadro 2 - Competências do CONARQ

I - estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;
II - promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;
III - propor ao Ministro de Estado da Justiça normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados;
IV - zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiem o funcionamento e acesso aos arquivos públicos;
V - estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência de suas funções executiva, legislativa e judiciária;

VI - subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados.
VII - estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios;
VIII - estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados.
IX - promover a realização das conferências nacionais de arquivo, evento bienal, com vistas a definir planos, metas e ajustes nas diretrizes da política nacional de arquivos a serem validados por seu Plenário;
X - propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado da Justiça, a declaração de interesse público e social de arquivos privados, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.159, de 1991, e do art. 23 do Decreto nº 4.073, de 2002;
XI - estimular a capacitação técnica dos recursos humanos que desenvolvam atividades de arquivo nas instituições integrantes do SINAR;
XII - recomendar providências para a apuração e a reparação de atos lesivos à política nacional de arquivos públicos e privados;
XIII - promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos;
XIV - manter intercâmbio com outros conselhos e instituições cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para prover e receber elementos de informação e juízo, conjugar esforços e encadear ações;
XV - articular-se com outros órgãos do Poder Público formuladores de políticas nacionais nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia, informação e informática.

Fonte: adaptado de CONARQ (2011).

Visando a publicidade, disseminação e alcance do que é realizado, o CONARQ promove ações técnico-científicas importantes, como eventos de capacitação, seminários, oficinas, cursos que agem no aperfeiçoamento da prática arquivística e na conscientização social acerca dos arquivos. São elaboradas de modo interdisciplinar, por profissionais da Arquivologia em consonância com outras áreas do conhecimento tais como Ciência da Informação, Biblioteconomia, Museologia, Política, Administração, entre outras. O CONARQ, elabora ainda, publicações sobre a temática, que são reconhecidas internacionalmente “consideradas referência para a prática arquivística em instituições públicas e privadas em território nacional e na América Latina”. (CONARQ, 2014). Evidencia-se que atua na produção e divulgação de um rol de publicações técnico-científicas para a disseminação do conhecimento arquivístico e, não obstante, a geração de novos conhecimentos para a área, configurando como uma das “principais fontes de informação sobre arquivos, padrões e melhores práticas arquivísticas”. (CONARQ, 2014).

Apresenta-se agora aspectos relacionados à composição do CONARQ, representado por segmentos do poder público e da sociedade civil. O Cap. III Art. 3 do Regimento Interno do CONARQ (BRASIL, 2011), trata da composição e mandato, indicando que é composto por um número de 17 membros, representando o poder público, instituições arquivísticas, universidades, entre outros. sendo: o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, presidindo os demais integrantes, dois representantes do Poder Executivo Federal, dois representantes do Poder Judiciário Federal, dois representantes do Poder Legislativo Federal, um representante do Arquivo Nacional, dois representantes dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal, dois representantes dos arquivos públicos municipais, um representante das universidades que tenham curso de Arquivologia, um representante de associações de arquivistas e três representantes de instituições que abriguem profissionais que trabalhem com o ensino, pesquisa, preservação ou acesso a documentos arquivísticos. Desse modo o mandato dos conselheiros é de dois anos, permitida a sua reeleição, sendo uma atividade não sujeita a remuneração.

A sua composição ilustra as ideias e pretensões desse órgão na proteção e valorização da informação arquivística e dos arquivos, convergindo para com os interesses do Estado e da sociedade no que compete a responsabilidade do poder público para a gestão e preservação do patrimônio arquivístico brasileiro e o direito ao acesso à informação pelo cidadão. (CONARQ, 2014).

Sua composição espelha, portanto, a convergência de interesses do Estado e da Sociedade, de modo a compatibilizar as questões inerentes à responsabilidade funcional e social do Poder Público perante a gestão e preservação do patrimônio arquivístico público e privado brasileiro e o direito dos cidadãos de acesso às informações. (CONARQ, [201-]).

No entanto, vê-se como insatisfatória a representatividade da sociedade civil neste conselho, o que permite pensar que deveria incluir melhor essa parcela, sendo que esse fato “tem como consequência uma discussão mais distante da realidade e com menor capacidade mobilizadora, à medida que menos atores participam dela, e atores com experiências distintas e de diferentes regiões, profissões, origens e culturas”. (SILVA, 2015, p. 52). O Cap. IV, Seção I, Art. 5 do Regimento Interno do CONARQ trata da organização e funcionamento desse órgão, indicando que a estrutura básica deste conselho se dá com o plenário, câmaras técnicas, câmaras setoriais e as comissões especiais. Visam auxiliar na elaboração de “estudos e propostas normativas e propor soluções para questões da política nacional de arquivos públicos e privados e do funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos” (BRASIL, 2011), pensando em

proporcionar maior agilidade na instrumentalização do SINAR. Conta com a participação de especialistas da área, poder público e sociedade civil, formando uma equipe multidisciplinar, sendo o Arquivo Nacional o responsável por dar suporte técnico e administrativo ao CONARQ, funcionando como sede para os trabalhos desse órgão. Essas instâncias atuam na direção da consolidação da política nacional de arquivos, para o fortalecimento dos arquivos públicos e privados e na promoção e incentivo de estudos sobre essa temática. Segue uma apresentação mais detalhada sobre cada um deles:

- **Plenário:** Segundo o Cap. IV, Art. 9 do Regimento Interno do CONARQ (BRASIL, 2011), o Plenário é o órgão superior de deliberação do CONARQ e segundo o Art. 10, compete ao Plenário definir a política nacional de arquivos públicos e privados, estudar, discutir e decidir sobre questões encaminhadas pelos conselheiros e representantes da sociedade civil, dentre outras atribuições, configurando como o responsável pela existência e desenvolvimento das câmaras técnicas, câmaras setoriais e das comissões especiais.

- **Câmaras Técnicas:** O Cap. IV, Art. 11 (BRASIL, 2011), explicita que as câmaras técnicas são permanentes, responsáveis por desenvolverem estudos e normas que garantam a implementação da política nacional de arquivos e o pleno funcionamento do SINAR. Funcionam como um grupo de trabalho multidisciplinar, com a participação de especialistas da área, poder público e sociedade civil que pretendem oferecer normas, diretrizes e procedimentos para a gestão e preservação de documentos arquivísticos, cada uma na sua temática específica. Destaca-se a variedade no período de tempo, sendo que algumas câmaras datam dos anos 90 e outras de 2017 o que demonstra uma preocupação em atualizar os seus conhecimentos e acompanhar uma sociedade cada vez mais digital e dinâmica. São elas (CONARQ, [201-]):

- *Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE):* criada em 1995 e reestruturada em 2002, é responsável por discutir aspectos pertinentes à gestão e preservação de documentos eletrônicos e digitais, de acordo com os padrões nacionais e internacionais.

- *Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática (CTPAD):* criada em 2011, aborda assuntos relacionados a terminologia, normalização e tratamento de documentos manuscritos ou não, bem com “subsidiar as universidades que oferecem as disciplinas

de Paleografia e Diplomática com novos estudos e didáticas aplicáveis às tipicidades dos manuscritos e ou documentos brasileiros”. (CONARQ, [201-]).

- *Câmara Técnica de Preservação de Documentos (CTPD)*: instituída em 1995, trabalha com a preservação de acervos documentais dos arquivos públicos e privados, pertinente a normalização e elaboração de dispositivos metodológicos e normativos.

- *Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos (CTCRH)*: essa câmara data de 1996 e visa oferecer diretrizes e normas para o desenvolvimento de atividades de capacitação de pessoal, referentes a gestão e preservação de arquivos e documentos de arquivo.

- *Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM)*: fundada em 2010, pretende trazer apoio técnico e normativo para a organização e preservação de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. Considera-se que “pode representar um marco para uma nova abordagem no tratamento técnico destes documentos”. (CONARQ, [201-]).

- *Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA)*: criada em 2001, objetiva a elaboração de normas nacionais de descrição, tomando como base as normas internacionais. Realiza atividades na direção da divulgação de informações, como o levantamento de dados, organizando debates entre a comunidade arquivística para a busca de uma melhor discussão acerca da temática de arquivos públicos e privados.

- *Câmara Técnica de Gestão de Documentos (CTGD)*: a mais recente câmara técnica, criada em 2017 com o intuito de auxiliar o CONARQ na implementação de atividades voltadas a gestão de documentos de arquivos, perpassando pela “produção, registro, classificação, organização, controle da tramitação, uso, avaliação e destinação de documentos”. (CONARQ, [201-]).

- **Câmaras Setoriais**: Segundo o Cap. IV, Art. 16, as câmaras setoriais são de caráter permanente e compreendem as ações de identificar, estudar, discutir e propor iniciativas e

soluções para “questões temáticas que se repercutirem na estrutura e organização de segmentos específicos de arquivos, interagindo com as câmaras técnicas”. (CONARQ, [201-]):

- *Câmara Setorial de Arquivos de Instituições de Saúde (CSAIS)*: criada em 2002 possui a finalidade de respaldar as atividades de organização, preservação e acesso de documentos arquivísticos de instituições da área da saúde.

- *Câmara Setorial de Arquivos Privados (CSAP)*: essa câmara foi instituída em 2002 e é responsável pelo estabelecimento de diretrizes e estratégias para a identificação e tratamento de arquivos privados “com vistas a sua declaração de interesse público e social e ao recenseamento desses conjuntos documentais, visando ao incremento e atualização do Censo Guia de Arquivos Brasileiros - Públicos e Privados”. (CONARQ, [201-]), pensando assim na constituição e modernização dos arquivos.

- *Câmara Setorial de Arquivos Municipais (CSAM)*: desde 2003 estuda estratégias voltadas à institucionalização de arquivos públicos municipais, pensando em consolidar o SINAR e a política nacional de arquivos, conforme previsto na Lei de Arquivos (Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991).

- *Câmara Setorial de Arquivos do Judiciário (CSAJ)*: criada também em 2003, como o próprio nome diz, trabalha com os arquivos do Poder Judiciário na sua gestão e acesso aos documentos, além de atuar na promoção da integração entre os seus arquivos e “recomendar providências para a apuração e reparação de atos lesivos ao patrimônio cultural do Judiciário e desenvolver atividades censitárias referentes aos arquivos do Judiciário”. (CONARQ, [201-]).

- *Câmara Setorial de Arquivos Públicos dos Estados e do Distrito Federal (CSAEDF)*: uma das últimas a ser criada, em 2017 objetiva apoiar e fortalecer os arquivos públicos estaduais, órgãos esses integrantes do SINAR e, portanto, fortalecer o próprio SINAR. Visa assim a implementação efetiva da política nacional de arquivos.

Segundo Carpes e Castanho (2011) as iniciativas referentes às políticas públicas arquivísticas no Brasil se devem em grande parte pelo CONARQ e pelo Arquivo Nacional,

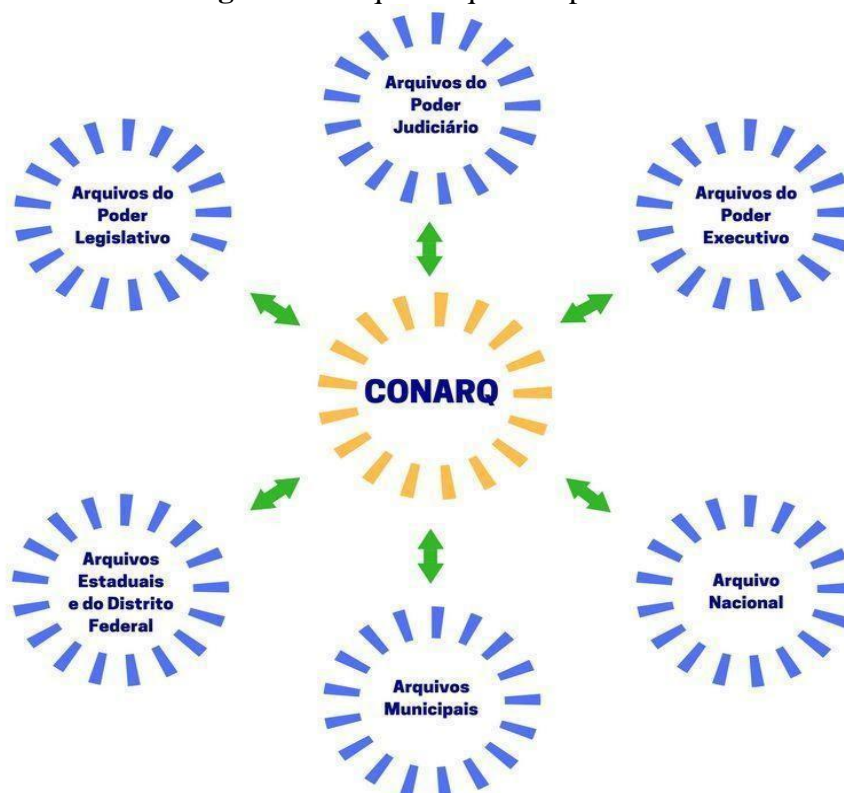
órgãos esses que buscam promover ações que desenvolvam o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) para a gestão documental.

3) Sistema Nacional de Arquivos - SINAR

O Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) é mais uma expressão da tentativa de fortalecimento de políticas públicas de arquivos no Brasil, instituído através do Art. 26 da Lei de Arquivos (Lei nº8.159/9). Possui a finalidade de “implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo”. (CONARQ, [201-]), ou seja, o CONARQ cria e o SINAR implementa.

O SINAR possui como órgão central o CONARQ e é composto pelo Arquivo Nacional, os arquivos do Poder Executivo Federal, os arquivos do Poder Legislativo Federal, os arquivos do Poder Judiciário Federal, os arquivos do Distrito Federal, os arquivos estaduais e os arquivos municipais. A Figura 3 ilustra essa composição.

Figura 3 - Arquivos que compõem o SINAR



Fonte: CONARQ [201-]).

Ao SINAR compete (CONARQ, [201-]) gerir, preservar e dar acesso às informações e documentos, seguindo as diretrizes e normas do CONARQ; disseminar tais diretrizes e normas, visando a sua ampla comunicação; garantir via atividades arquivísticas, o ciclo documental; guardar, tratar e dar acesso aos documentos de valor permanente e histórico; pensar e apresentar ao CONARQ sugestões de aprimoramento. Esse sistema tem ainda a função de fornecer subsídios ao CONARQ para a elaboração de dispositivos legais necessários para uma melhor implementação da política nacional de arquivos, além de identificar e propor ao CONARQ a declaração dos arquivos privados de interesse público e social. O sistema funciona como um mecanismo de intercâmbio entre os arquivos, o que proporciona uma maior troca de experiências e contribui para a modernização dos arquivos no Brasil.

Criado em 1978, pelo Decreto nº 82.308, mais antigo portanto que o próprio CONARQ, foi instituído com a ideia de estimular a adoção de políticas públicas de preservação do patrimônio documental brasileiro. No entanto sua atuação era limitada e não atendia suficientemente às necessidades dos arquivos brasileiros e por isso o sistema não chegou a ser implantado. Apesar das dificuldades, a criação do SINAR nessa data, teve o ponto positivo de “despertar a atenção de vários governos estaduais para a importância dos arquivos na administração pública, motivando-os a criarem seus sistemas estaduais de arquivos”. (CONARQ, [201-]). Foi, portanto, o pontapé inicial necessário para se pensar de maneira abrangente a importância da existência de arquivos tanto estaduais quanto municipais, dessa forma “A partir de então, outros sistemas, estaduais e municipais, foram sendo criados, ou se encontram em estudos”. (CONARQ, [201-]).

A recriação do SINAR, como sinalizado anteriormente, se deu com a publicação da Lei de Arquivos, e a partir de então visa desenvolver suas atividades de maneira integrada com outros sistemas de arquivos, incentivando os estados e municípios a criarem e fortalecerem seus arquivos e sistemas de arquivos.

4) Apoio do Arquivo Nacional, COLUSO e Cadastro de Entidades Custodadoras

A Coordenação de Apoio ao CONARQ do Arquivo Nacional, é um instrumento que visa assegurar o pleno funcionamento desse órgão, sendo que o Art. 4 do Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, estabelece que “caberá ao Arquivo Nacional dar o apoio técnico e administrativo ao CONARQ”. (BRASIL, 2002). Desse modo, pode-se entender que o Arquivo

Nacional deve assessorar o CONARQ no “planejamento, desenvolvimento, coordenação, supervisão, acompanhamento e avaliação de suas atividades”. (BRASIL, 2002). Deve ainda interagir com as diversas instituições custodiadoras de documentos arquivísticos, visando consolidar as políticas públicas de arquivos e atuar na divulgação e disseminação das atividades técnicas e administrativas realizadas pelo CONARQ.

O Arquivo Nacional também fornece espaço e atua para a consolidação e funcionamento das atividades da Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Atua na supervisão de projetos técnicos, encaminhando e acompanhando aqueles de seu interesse e que podem contribuir para o avanço de suas discussões, prestar assistência técnica aos órgãos do SINAR, “promover a articulação estratégica com outros órgãos do Poder Público formuladores de políticas públicas nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia, informação e informática”. (CONARQ, [201-]). Atua na promoção da elaboração de cadastros nacionais de arquivos, desenvolvendo atividades censitárias referentes a arquivos e, também na organização e promoção de atividades técnico-científicas relacionadas ao tema, como cursos, oficinas e seminários.

Esta seção brasileira, como sinalizado, está dentro do COLUSO, que se configura como um dispositivo de política pública que visa proporcionar maior abrangência para a temática e fomentar o intercâmbio entre Brasil e Portugal, pensando assim na internacionalização da temática. Instrumento de diálogo e intercâmbio entre os acervos arquivísticos dos Governos de Brasil e Portugal, pretende fortalecer e incentivar a organização e inventariação de fundos documentais, além da pesquisa documental de acervos que interessam de maneira mútua aos dois países, principalmente respeitando a História em comum dos dois países. Na operacionalização das atividades do COLUSO, o CONARQ foi designado como órgão executor das atividades, acordado por um protocolo de colaboração entre os dois países, firmando assim a comissão. A seção brasileira é presidida pelo Presidente do CONARQ e integrada por representantes do

Arquivo Nacional, da Secretaria Especial de Cultura - Ministério da Cidadania, da Fundação Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Serviço de Documentação da Marinha, do Arquivo Histórico do Exército, do Arquivo Estadual da Bahia, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/RJ, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (CONARQ, [201-]).

Interessante destacar a presença das universidades, evidenciando a preocupação em se abordar cientificamente a temática dos arquivos, expandindo e aprofundando os estudos de modo inter e multidisciplinar.

Outro dispositivo legal de defesa das políticas públicas de arquivos, igualmente elaborado pelo CONARQ é o Cadastro de Entidades Custodiadoras, ação que fortalece e ajuda na construção e consolidação de políticas públicas de informação voltadas para arquivos. Instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ ([201-]), fornece um código para cada instituição cadastrada, como forma de identificá-las mais facilmente, conforme previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística. As entidades cadastradas se encontram no site do CONARQ, com informações sobre seus acervos arquivísticos, sendo o cadastro realizado por meio do preenchimento de formulário eletrônico.

Desse modo, o cadastro contribui para um levantamento de arquivos no Brasil e no incentivo para a criação e difusão de mais arquivos no país. Em relação ao código, este só pode ser fornecido a instituições que tenham seu acervo público, que permitam acesso a eles, mesmo que com algumas restrições, e em relação ao levantamento, este é importante para a visualização e diagnóstico das cidades e estados e regiões, funcionando como um censo, uma vez que possui os dados das entidades, sendo dividido por estados da federação.

5) Campanha Arquivos Públicos Municipais

O CONARQ reconhece o arquivo público municipal como uma importante fonte de informação, imprescindível para a melhoria de uma boa governança e relação com o cidadão. Segundo o CONARQ, é uma instituição que se dedica ao conjunto de documentos pertinentes às atividades dos três poderes da União no exercício de suas atividades administrativas e legislativas, além de incorporar documentos referentes à cultura, economia e história, contribuindo para a memória da cidade. Possui documentos relacionados aos “atos governamentais, andamento e solução de questões administrativas, econômicas e jurídicas, bem como informações sobre saúde, educação, meio ambiente, raízes históricas do município, festas e costumes regionais”. (CONARQ, [201-]).

Ao que mais interessa na presente pesquisa de mestrado, a formulação, implementação e concretização de políticas públicas de arquivos, o arquivo público municipal é equipamento poderoso para essa concretização e daí a importância de todo município brasileiro possuir um

arquivo municipal institucionalizado. Pois, além de atuar na organização e acesso de documentos físicos e digitais, opera na implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas de arquivos. “Nesse sentido, o arquivo público municipal destaca-se como um órgão indispensável para o planejamento, controle, transparência, eficácia e efetividade da administração municipal, assegurando o cumprimento da Constituição Federal de 1988”. (CONARQ, [201-]).

Assim, o arquivo público municipal deve atuar como instrumento de gestão e transparência pública, de pesquisa histórica, de fortalecimento da memória local e como agente cultural, representando uma força para a sociedade. Pensando em garantir que cada município brasileiro tenha um arquivo, a “Campanha de Arquivos Públicos Municipais” vem como um instrumento estratégico para a criação e desenvolvimento de arquivos nos municípios brasileiros. Foi elaborada e desenvolvida pelo CONARQ, principal órgão de gestão e proteção de arquivos públicos e privados do Brasil, indo de encontro com as ações e políticas públicas de fortalecimento e arquivos, pensando na “conscientização e sensibilização junto aos prefeitos, prefeitas e presidentes de câmaras municipais para a criação de arquivos públicos municipais”. (CONARQ, [201-]).

A campanha objetiva informar e sensibilizar o poder público municipal, bem como a sociedade civil sobre a relevância dos arquivos públicos municipais para a boa governança, para a tomada de decisão, construção e salvaguarda da memória e para o fortalecimento da história e identidade local. Pretende ainda apoiar os municípios, com o incentivo a programas de gestão e preservação de arquivos, visando uma administração mais transparente e cidadã. Dessa forma, o CONARQ ressalta que:

A implantação de políticas públicas de gestão de documentos em esfera municipal é condição indispensável para que as administrações municipais garantam o acesso à informação, o controle das finanças públicas e a transparência administrativa, beneficiando diretamente, nesse processo, os municípios e seus cidadãos. (CONARQ, [201-])

Pensando na transversalidade que as políticas públicas devem apresentar, dialogando entre si, traz-se como forma de complemento às ideias acerca das políticas públicas de arquivos que foram apresentadas anteriormente, outros aparatos de fortalecimento do arquivo: a Lei de acesso à informação, o Plano Nacional de Cultura e o Plano Setorial de Arquivos.

6) Lei de Acesso à informação - LAI

Criada em 18 de novembro de 2011 e em vigor desde maio de 2012, a Lei 12.527/2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), vai de encontro com as políticas públicas de arquivos, pois reforça a noção da informação pública como um bem do cidadão. Regulamenta o direito definido pela Constituição (1988), do cidadão ter acesso às informações públicas, sem, contudo, a necessidade de apresentar uma justificativa formal. Com isso, o cidadão pode requerer uma informação de órgãos e entidades públicas e ainda de entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, uma vez que “Todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas”. (BRASIL, 2011).

Visando tornar efetivo o acesso à informação pública, a LAI se baseia em um conjunto de critérios e práticas internacionais que proporcionam a adequação desta lei às necessidades informacionais do indivíduo. Abrange os três poderes da União e órgãos da administração direta e indireta, contempladas as “autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. (BRASIL, 2011). Dentre os princípios que norteiam essa lei, destaca-se aqui alguns:

Quadro 3 - Princípios da LAI

Acesso é a regra, o sigilo, a exceção (divulgação máxima)
Requerente não precisa dizer por que e para que deseja a informação (não exigência de motivação)
Hipóteses de sigilo são limitadas e legalmente estabelecidas (limitação de exceções)
Fornecimento gratuito de informação, salvo custo de reprodução (gratuidade da informação)
Divulgação proativa de informações de interesse coletivo e geral (transparência ativa)
Criação de procedimentos e prazos que facilitam o acesso à informação (transparência passiva).

Fonte: adaptado de Brasil (2011).

Nesse sentido, seguem as diretrizes que orientam a sua existência e justificam a sua execução, segundo o Art. 3 da LAI (BRASIL, 2011):

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

O indivíduo possui o direito de receber informação primária, íntegra, autêntica e atualizada, sobre as atividades exercidas pelos órgãos públicos, no que compete à administração pública, do patrimônio público, do uso de recursos, acerca de projetos e programas. Os documentos considerados sigilosos pela lei não podem ser fornecidos, no entanto deve haver uma justificativa formal do porquê, assim que segundo a LAI, informação sigilosa é aquela que possui restrição de acesso público devido ao teor de seu conteúdo, em razão de sua “imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado”. (BRASIL, 2011), como por exemplo, informações pertinentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

O Cap. II sinaliza sobre as questões do acesso à informação e sua divulgação, responsabilidade do poder público que deve assegurar (BRASIL, 2011).

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

O cidadão possui o direito de receber a informação presente em documentos recolhidos ou não em arquivos públicos, ou seja, o cidadão pode ter acesso a qualquer documento, não apenas o que está presente no arquivo, compreendendo toda “informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado”. (BRASIL, 2011).

A LAI visa assegurar o direito do cidadão em ter acesso a informação sem nenhuma dificuldade e obstrução, respeitando os princípios básicos da administração pública, sendo “dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”. (BRASIL, 2011). Deve ser, portanto, concedida de forma objetiva e ágil, com transparência, não sendo necessária a explicitação de motivos para solicitar informações de interesse público. Caso haja negativa em fornecer a informação, caberá sob forma de lei, medidas disciplinares, pois vai contra o direito previsto pela constituição de ter acesso à informação pública. Configuram, segundo a LAI

(BRASIL, 2011) como condutas ilícitas dos órgãos e entidades públicas a recusa de fornecer informação solicitada pelo indivíduo, a destruição de documentos e informações, divulgar e fornecer informação sigilosa ou pessoal, entre outros.

O direito ao acesso à informação não se limita apenas a obter o documento, mas ao processo de facilitação desse acesso, como receber orientação sobre como e onde acessar, a sua disponibilização na internet e sua divulgação sem solicitação prévia, incentivando desse modo, que os indivíduos consultem sites e órgãos para uma maior participação cidadã. Cabe ao órgão ou entidade pública a autorização e concessão do acesso imediato à informação disponível.

O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados. (BRASIL, 2011).

Assim, também é importante a promoção de campanhas de fomento e conscientização sobre a importância da transparência na administração pública e do acesso à informação, como parte essencial do exercício da cidadania.

A aprovação da Lei de Acesso à Informação em novembro de 2011 e seu processo de implementação dá sinais de que novos elementos foram inseridos na pauta de discussão sobre políticas públicas arquivísticas. Pode-se, portanto, afirmar que jamais se discutiu tanto políticas públicas arquivísticas no Brasil, as suas possibilidades como tema de pesquisa e a sua ausência no universo das políticas públicas. (JARDIM, 2013, p. 36).

7) Plano Nacional de Cultura (PNC) e Plano Setorial de Arquivos (PSA)

O arquivo como uma instituição primeira de cultura e informação, assim é visto esse equipamento e, portanto, encontra-se no escopo do Plano Nacional de Cultura (PNC). Associar esses dois aparatos é uma forma de reforçar a importância do arquivo e em especial do arquivo público municipal como um equipamento cultural e cidadania.

O Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2 de dezembro de 2010 pela Lei nº 12.343/2010, com vigência de 10 anos, configura-se como um “conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais”. (BRASIL, 2010). Objetiva, com isso, o desenvolvimento de ações, programas e projetos voltados para a valorização e preservação da cultura brasileira, respeitando a sua diversidade.

Elaborado juntamente com a participação da sociedade civil, a partir de consulta pública e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), movimento este que vem desde 2005, demonstrando que é uma discussão mais antiga. A finalidade do plano é “propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”. (BRASIL, 2010). Interessante ressaltar a participação da sociedade civil, tendo em vista que uma política pública deve ser pensada, formulada para e com a sociedade.

O Plano possui três eixos norteadores que acabam por se complementarem e justificam a sua existência: cultura como expressão simbólica, cultura como direito de cidadania e cultura como potencial para o desenvolvimento econômico. Composto de estratégias, ações e metas, que visam o fortalecimento da atuação do Estado na gestão pública, da diversidade cultural, da importância do acesso à informação e cultura, do desenvolvimento sustentável e de participação social cada vez maior. Diante disso, reforça-se a relação poder público e sociedade civil através do PNC, uma vez que “situa a cultura na agenda de cidades, estados, e de outros organismos do Governo Federal e da sociedade. Diante disso, sua execução depende da cooperação de todos, e não apenas do Governo Federal, para a realização das ações e o alcance das metas”. (BRASIL, 2013, p. 157). Desse modo, é imprescindível que os estados e municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura e elaborem seus planos de cultura locais, pois este serve como uma ponte entre o PNC e os estados, municípios e Governo Federal, visando a construção de políticas públicas de cultura. Configura-se como um

processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, estados e municípios) e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 2010).

Fator determinante para a boa execução de uma política pública é o acompanhamento dessa política pela população, no seu monitoramento e avaliação. Tendo isso em vista, a Secretaria Especial da Cultura é o órgão responsável pelo monitoramento do PNC, das suas diretrizes e metas, visando a atualização e aperfeiçoamento em virtude da cultura no Brasil.

O que relaciona de maneira mais direta o PNC aos arquivos públicos e especificamente aos arquivos públicos municipais é o fato de que dentro desse plano há pontos que englobam a questão arquivística. O plano reconhece os arquivos como equipamentos culturais, espaços de troca, disseminação e democratização da cultura, integrando populações e atuando no

desenvolvimento da sociedade, o que é substancialmente pertinente a esta pesquisa, uma vez que se considera o arquivo não apenas como um espaço de informação, mas além, de cultura, arte e política, assim que “um dos aspectos fundamentais do plano é a abertura para a diversidade. Os arquivos precisam se abrir para a diversidade”. (BRASIL, 2010).

A ideia do PNC é salvaguardar os espaços de cultura, o que inclui o arquivo, visando que haja uma melhora significativa na infraestrutura cultural e social das cidades, equipadas com arquivos, bibliotecas, museus e outros espaços de cultura. Pensando na transversalidade e interdisciplinaridade, o plano tem a ideia de integrar os cadastros nacionais dos sistemas: Sistema Brasileiro de Museus (SBM), Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) e Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). De acordo com o Art. 2 (BRASIL, 2010) destacam-se alguns dos objetivos desse plano para melhor embasar a relação entre arquivo e cultura:

I – reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; II – proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; III – valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; IV – promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções; V – universalizar o acesso à arte e à cultura; [...] etc.

Tendo em vista a problemática de que no Brasil a distribuição dos espaços culturais não é coesa e homogênea, refletindo as desigualdades socioeconômicas, essas políticas, como o PNC se mostram potencialmente relevantes para mudar o cenário brasileiro, que “pode se alterar se houver compromisso em aumentar a oferta de equipamentos, serviços e bens culturais em todas as cidades, sejam elas pequenas ou grandes, de todas as regiões do país”. (BRASIL, 2013, p. 89). Nesse sentido, o PNC possui metas a serem alcançadas até 2025 e que expressam a preocupação com a questão cultural. Dentre as 53 metas, nesta pesquisa, destacam-se duas devido a sua relação com o arquivo: a Meta 31 aponta que os municípios devem conter algum tipo de equipamento cultural, como arquivos, bibliotecas, museus, teatros, cinemas, entre outros e vislumbra o crescimento do número desses equipamentos nas cidades. Na Meta 41 está previsto que 100% das bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizem informações de seus acervos na plataforma integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Assim, para auxiliar na efetivação das metas são adotadas algumas estratégias e ações, segundo o PNC (BRASIL, 2013), como promover o acesso e uso dos arquivos públicos, que devem funcionar em rede, favorecendo o amplo acesso à informação arquivística pela população. O estímulo para a criação e manutenção de centros integrados de memória,

composto por exemplo, de museus, arquivos e bibliotecas, entre outros, para a geração e difusão do conhecimento. A implementação de uma política de âmbito nacional de digitalização e atualização tecnológica desses espaços. A organização em rede da infraestrutura de arquivos, museus, bibliotecas, e centros de informação e documentação em geral, pensando na melhoria da gestão e inovação. Desse modo é plausível a constituição de uma “rede nacional que dinamize esses equipamentos públicos e privados”. (BRASIL, 2013, p. 195). Sinaliza-se que essas são algumas das estratégicas, dentre tantas outras que não foram abordadas, mas que possuem igual relevância.

Prevista no PNC a criação de planos setoriais federais, estaduais e municipais, cabe apresentar agora, o Plano Setorial de Arquivos, que objetiva o empoderamento e articulação dos arquivos junto à sociedade e a interação do Sistema Nacional de Arquivos com o Sistema Nacional de Cultura. (BRASIL, 2016). O Plano Setorial de Arquivos visa oferecer uma estrutura básica para o devido cumprimento da legislação acerca dos arquivos e seus dispositivos legais. Responsável por propor ações de curto, médio e longo prazo, visando o fortalecimento dos arquivos e da informação arquivística, oferecer um suporte aos espaços e práticas que se dedicam a isso. E ainda ir em direção de uma política integrada entre Governo Federal, Estados, Municípios e Distrito Federal. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016). Dessa forma, segundo o documento do Plano Setorial de Arquivos (2016), este está estruturado em três eixos:

Eixo I: interação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) com o Sistema Nacional de Cultura (SNC), com a padronização das políticas da União, estados e municípios, e maior aproximação das instituições arquivísticas junto ao poder público e sociedade civil. Objetiva ainda a modernização dessas instituições, acompanhando a demanda dessa nova sociedade pautada em informação e conhecimento. Visa ainda, a capacitação constante dos gestores e propiciar uma maior visibilidade dessas instituições, ampliando a divulgação de seus acervos e serviços. Segundo o Plano Setorial de Arquivos (2016), este possui como meta, até 2027, a criação, implementação e inserção de arquivos estaduais “no Sistema Nacional da Cultura em 100%, nas unidades da federação e, instituições arquivísticas municipais em 40% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios maiores que 500 mil habitantes”. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016, p. 5).

Eixo II: ressalta os aspectos de cidadania, diversidade, direitos culturais no que concerne aos arquivos, considerando importantes os arquivos públicos e privados, dentre outros centros de informação, como valiosos equipamentos culturais. Pensando em um maior acesso aos

documentos, esse eixo salienta a necessidade de difusão do conteúdo documental presente nos arquivos, com a finalidade de “democratizar o acesso e a divulgação desses acervos incentiva o reconhecimento e a identificação das relações entre conjuntos documentais, comunidades, cidades, e favorece a manifestação da diversidade cultural”. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016, p. 11).

Eixo III: coloca o arquivo como equipamento de consolidação da economia da cultura e para desenvolvimento socioeconômico, defendendo a parceria da iniciativa privada com esses equipamentos, estimulando a criação de produtos e serviços voltados para a sociedade como um todo. Com isso, é possível fortalecer e fomentar o empreendedorismo e o intercâmbio em nível regional, nacional e internacional. Além disso, esse eixo visa a adequação das instituições arquivísticas e centros de informação aos ideais de sustentabilidade. Outro objetivo é estimular e inspirar a valorização do patrimônio cultural em destinos turísticos, interagindo com os arquivos e apoiando o processo de inovação e pesquisa científica, com um maior diálogo entre arquivos, instituições de ensino superior, órgãos governamentais e sociedade civil. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016).

Com base no documento do Plano Setorial de Arquivos (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016), o Quadro 4 destaca duas metas, com os respectivos indicadores, que estão mais diretamente relacionadas à temática arquivística.

Quadro 4 - Metas do Plano Setorial de Arquivos

META 1: Em 2025, instituições arquivísticas estaduais criadas, implementadas e inseridas no Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 100% das unidades da federação e instituições arquivísticas municipais em 40% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios maiores de 500 mil habitantes.

INDICADOR: Número de instituições arquivísticas criadas entre 2015 e 2025.

- O Brasil possui 5.565 municípios, e segundo dados do IBGE os municípios que mais crescem são aqueles com menos de 500 mil habitantes.
- Existem atualmente apenas cerca de 250 arquivos municipais, enquanto o estado de Tocantins não possui arquivo público estadual.
- Os documentos arquivísticos produzidos nos municípios estão fora da ótica sistêmica de arquivos e sem tratamento arquivístico adequado.
- A população não tem acesso aos documentos produzidos no âmbito dos governos municipais.
- As instituições arquivísticas contribuem para democratizar a cultura e para assegurar o pleno exercício da cidadania por meio do acesso aos documentos para fins probatórios e de pesquisa ao patrimônio arquivístico.
- No Brasil, **a distribuição desigual desses espaços nas regiões e nos estados reflete as desigualdades socioeconômicas.** Esse quadro deve se alterar com o aumento da oferta de arquivos municipais no país, assegurando o cumprimento do regime jurídico dos arquivos no Brasil, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

META 29: Até 2025, pelo menos uma instituição arquivística pública em cada unidade da federação com infraestrutura para abrigar atividades educativas e artístico-culturais

INDICADOR: Unidades da Federação com instituições arquivísticas públicas devidamente equipadas.

- A fidelização e a atração de novos públicos dependem de os arquivos serem percebidos pela sociedade como equipamentos culturais, espaços de lazer e fruição da cultura.
- As instituições arquivísticas não podem fechar-se em si mesmas, sendo necessário realizar ações e iniciativas para captar maior número de visitantes.
- Para além das importantes atividades de pesquisa e preservação da memória desenvolvidas rotineiramente nos arquivos, é importante que essas instituições sejam modernizadas e tornem-se aptas a lidar com diferentes demandas culturais, com a capacidade de receberem em suas dependências peças teatrais, leitura e contação de histórias, exibições de filmes, espetáculos de circo e dança, festas religiosas, exposições artísticas, debates e outros eventos de caráter acadêmico, etc.

Fonte: adaptado de Plano Setorial de Arquivos (2016, grifo nosso).

Assim, o Plano Setorial de Arquivos mostra-se como um forte dispositivo de proteção e fortalecimento dos arquivos públicos e privados, além de outros centros de memória e documentação. Apesar de considerar a solidez desse documento, sinaliza-se para a necessidade de constante revisão, acompanhando e analisando se as metas estão sendo seguidas e se os esforços estão sendo realizados de fato.

Por último, pontua-se o Colegiado Setorial de Arquivos, criado em 2012, configurado como um órgão componente do Conselho Nacional de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (CNPCC), sendo composto por membros do poder público e da sociedade civil. Responsável por agir em direção de trabalhar os arquivos em sintonia com a cultura, em que “A partir de sua criação, o Estado expressa um reconhecimento de que os arquivos estão diretamente associados à questão cultural e devem ser tratados pelas políticas públicas como equipamentos culturais e espaços promotores de cidadania”. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016, p. 3).

Sinaliza-se que todos os aparatos legais, apresentados acima, são imprescindíveis para a consonância da luta pelo fortalecimento dos arquivos públicos municipais, por meio de políticas públicas. Reforça-se a necessidade de admitir-se que os arquivos, além de espaços e informação, são espaços de cultura e cidadania, capazes de atuar potencialmente no desenvolvimento de cidades mais inteligentes e humanas. Espera-se, portanto, que o caminho das políticas públicas de informação sejam cada vez mais, para sua construção e não para seu esquecimento.

7 SÃO CARLOS: POLO DE INOVAÇÃO

Tendo em vista que, apesar desses aparatos, ainda ocorre uma “não construção” de políticas públicas de informação, observa-se que essa realidade é ainda mais tristemente aparente a nível municipal. Considerando o desenho realizado nesta pesquisa, instrumentalizou-se essa realidade com a apresentação do caso da cidade de São Carlos, reconhecendo sua vocação para inovação e com potencial para se tornar uma *smart city*, ou melhor, uma cidade inteligente e humana. No entanto, o município ainda não assiste a uma política pública arquivística forte e consolidada, o que é evidenciado a partir da recente institucionalização de seu arquivo público municipal, objeto de estudo de caso parcial desta dissertação. Apesar disso, salienta-se positivamente, os esforços e avanços da comunidade arquivística são-carlense, para a devida construção de políticas públicas de informação.

Parte-se do pressuposto de que São Carlos é um polo de inovação, uma cidade tecnológica e com potencial para se tornar uma cidade inteligente e humana. Destaca-se em um prospecto regional e mesmo nacional, caracterizando-se por sua atuação em atividades relacionadas à educação, ciência, tecnologia, empreendedorismo, inovação, entre outras, entendendo que o que a levou “a essa constituição de cidade da inteligência com o desenvolvimento de uma cultura fortemente apregoada às instituições de ensino e pesquisa, relacionadas ao setor produtivo, foram peculiaridades de sua história”. (FIRMINO, 2000, p. 203). Não obstante, cabe trazer complementarmente à discussão, uma dura realidade de São Carlos, que acaba por contrastar com a ideia de uma cidade inteligente: a pouca presença de equipamentos de informação e cultura e a desigualdade social, tendo em vista que grande parte da comunidade são-carlense não usufrui dos avanços advindos das atividades científicas e tecnológicas.

Assim, essa seção aborda a cidade de São Carlos, perpassando por vários aspectos: histórico, territorial, econômico, populacional, demográfico, cultural, educacional, científico e tecnológico, pois se a ideia é compreender a cidade de São Carlos no contexto atual então é necessário resgatar e repousar sob sua origem, sua história e sua memória. Esta seção divide-se em duas partes: a primeira discorre sobre a cidade de São Carlos, trazendo aspectos históricos desta, e tentando identificar pontos que a qualificam como cidade inteligente, a partir do que se entende desse conceito. A segunda parte é a apresentação de um estudo de caso no Arquivo Público Municipal da Fundação Pró-Memória de São Carlos, a fim de instrumentalizar o que foi abordado nesta pesquisa.

Inicialmente, apresenta-se o município de São Carlos de uma perspectiva historiográfica, recorrendo aos apelidos que a cidade foi recebendo ao longo do tempo, evidenciando uma qualidade da cidade, de se reinventar. Essa visita ao passado proporciona desvendar como essa cidade ficou conhecida como a “Capital da Tecnologia” e quais caminhos foram tomados e poderão ser tomados para transformar São Carlos em uma cidade inteligente e humana.

1) São Carlos do Pinhal: cidade dos pinhais

São Carlos é uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo, possui uma extensão de 1 136,907 km² e está localizada a uma distância rodoviária de cerca de 230 quilômetros da capital São Paulo. Encontra-se no centro geográfico do estado, o que favorece sua ligação com outras regiões principalmente por meio de rodovias federais, estaduais e municipais, como as rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luiz, e de uma linha ferroviária. Inserida na bacia do rio Mogi Guaçu, região com os principais complexos agroindustriais, citrícola e canavieiro do estado. Essa localização permite que São Carlos possa se relacionar facilmente com outras cidades e regiões, influenciando positivamente na sua economia e atividade industrial.

Com uma população estimada de 254.484 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020. Formada pelos distritos de Água Vermelha, Bela Vista São-carlense, Santa Eudóxia e Vila Nery, desde 1990 integra a 10ª Região Administrativa Central do estado de São Paulo, composta de 26 cidades, incluindo São Carlos e sua vizinha Araraquara, totalizando aproximadamente um milhão de habitantes. Estar nessa região administrativa oferece à cidade uma oportunidade positiva de crescer em consonância com outras cidades pequenas e médias, sendo que atualmente São Carlos é considerada um importante centro regional econômico, industrial e tecnológico.

A cidade de São Carlos antes de ser nomeada assim era chamada de “São Carlos do Pinhal” que remete “ao fato da igreja invocar o prefixo “São” para invocar a Santíssima Trindade, “Carlos” em homenagem ao primogênito da família Monteiro e, “Pinhal”, pelo fato da região ter a cobertura vegetal original caracterizada pela presença de pinheiros”. (MARIGHETTI, 2013, p. 96). Sua influência é notada no brasão da cidade, carregando cinco pinheiros que constituem “armas falantes” para simbolizar esse componente da história de São Carlos, recordando seu nome original: São Carlos do Pinhal.

Figura 4 - Brasão da cidade de São Carlos



Fonte: Prefeitura de São Carlos ([200-?]).

O símbolo da Araucária também está presente na bandeira da cidade, a qual foi criada pela Lei nº 4.319 de 23/9/1961, sendo uma articulação de dois elementos: traz as cores da bandeira do Brasil - verde e amarelo, e as cores do município de São Carlos - azul e branco, junto com um pinheiro de ouro - araucária, considerada como o principal símbolo da cidade. (PREFEITURA DE SÃO CARLOS, [200-?]).

Figura 5 - Bandeira da cidade de São Carlos



Fonte: Lei nº 4319 de 23 de outubro de 1961.

No entanto, com a devastação da natureza durante esses séculos, desde o seu surgimento em 1857, essa árvore foi desaparecendo da paisagem natural da cidade de São Carlos, “apagando assim a memória do elo histórico, símbolo único da chamada Sesmaria do Pinhal”.

(VIVA A ARAUCÁRIA, [200-?]). Ponto este, significativamente relevante quando abordamos o desenvolvimento econômico, industrial e urbano, que contribuem para uma profunda destruição da natureza, por não pensarem em estratégias sustentáveis de preservação da natureza.

2) Princesa do Oeste e Cidade do Café: origem de São Carlos

A história da cidade de São Carlos inicia-se em 1831 com a demarcação da Sesmaria do Pinhal, o primeiro evento que deu origem à cidade. O povoamento nesta região se iniciou com a abertura de uma trilha que levava São Carlos às minas de ouro de Cuiabá e Goiás. Os primeiros moradores da região de São Carlos eram posseiros (caboclos, descendentes de índios e colonos europeus do Brasil), que foram em sua maioria, expulsos dessas terras com a chegada dos grandes fazendeiros com a apropriação das sesmarias. Conforme indica Firmino (2000), havia na época três sesmarias na região, a do Pinhal, do Monjolinho e do Quilombo, sendo que a cidade foi fundada a partir das terras pertencentes a Sesmaria do Pinhal, de posse da família Botelho. A contribuição dessa família para São Carlos, se deve ao fato de Carlos José de Arruda Botelho ser o responsável por trazer as primeiras culturas de café e mais tarde, seu filho, Antônio Carlos de Arruda Botelho, conhecido como o Conde do Pinhal, iniciar o primeiro núcleo urbano a partir da construção da primeira capela, atualmente a Catedral de São Carlos. Desse modo, “aproximadamente a partir de 1825 o café penetrou no solo paulista e após 1850 passou a ocupar o interior do estado. Sendo assim, foram criadas as primeiras condições para a formação dos primeiros núcleos urbanos formados pelos herdeiros dos fazendeiros ali instalados”. (MONBEIG, 1984 apud MARIGHETTI, 2013, p. 95).

Já a data histórica da fundação de São Carlos é o dia 4 de novembro de 1857, atualmente com 164 anos, data essa, reservada para as comemorações do aniversário da cidade em homenagem a São Carlos Borromeu, padroeiro da cidade. Sua fundação se deve ao início da cultura de café na região e ao declínio do regime escravocrata, que juntos são os dois eventos mais importantes para a fundação de São Carlos. Marighetti (2013, p. 95) indica que “o desenvolvimento urbano do município é similar ao de outras cidades do interior paulista que se apoiaram no modo de produção capitalista sob os moldes da economia cafeeira”. Amador (1990 apud FIRMINO, 2000, p. 203) igualmente pontua que a história de São Carlos “pode ser

dividida, basicamente, em dois principais momentos: o ciclo inicial do café que proporcionou condições para a consolidação do segundo momento, o de pólo industrial/educacional”.

Nesse primeiro período que contempla os anos 1831 a 1857, São Carlos começa a se estruturar enquanto núcleo urbano propiciado pelo início da atividade cafeeira, sendo importante salientar que esta foi a primeira atividade econômica da cidade, com a formação de fazendas de café, em que há um crescimento populacional bastante significativo. Assim, pode-se dizer que “já é evidente a influência do café no desenvolvimento da cidade, com o fortalecimento de sua estrutura urbana, pois uma urbanização acelerada favorecia a produção, distribuição e consumo cafeeiro”. (FIRMINO, 2000, p. 204). Desse modo, esse município no começo do século XX começou a ser conhecido como “Princesa do Oeste”, termo esse que remete a alta produção de café na região. (MASSARÃO, 2018).

Com a falta de mão de obra dos negros e a expansão do café continuando, foi necessária a vinda de imigrantes europeus para trabalharem como mão de obra nas lavouras de café e com isso o desenvolvimento urbano e econômico de São Carlos foi acontecendo de modo mais veemente. Assim, começou no final do século XIX o processo de imigração que vai ter um efeito decisivo e significativo na constituição da cidade de São Carlos. Além desse fator, em 1884 com a chegada da ferrovia, foi proporcionada uma maior facilidade no transporte do café para outras cidades e regiões, produto esse que surtiu um efeito decisivo para o desenvolvimento industrial e econômico da cidade, conforme aponta Marighetti (2013, p. 23).

A industrialização do município de São Carlos teve sua origem atrelada à demanda de produtos manufaturados por parte da população local e principalmente, pela acumulação de capital oriunda da produção agrícola, principalmente pela cultura do café nas primeiras décadas do século XX.

Considerando os percursos e caminhos que São Carlos foi tomando ao longo da história, foi conquistando distintas nomenclaturas até chegar a qualidade atual de cidade, devido em grande parte pelo aumento populacional derivado da cultura do café. O Quadro 5 expressa uma linha do tempo, evidenciando esses momentos.

Quadro 5 - Formação administrativa de São Carlos

Ano	Evento
1957	Distrito com a denominação de São Carlos do Pinhal, subordinado a Araraquara
1865	elevado a Vila com a denominação de São Carlos do Pinhal, desvinculada de Araraquara

1880	elevado à condição de Cidade , ainda com a denominação de São Carlos do Pinhal
1900	criado o Distrito de Ibaté e anexado a cidade.
1908	recebe a denominação de São Carlos, pela Lei Estadual n.º 1.158, de 26-12-1908
1912	criado o Distrito de Santa Eudóxia e anexado a São Carlos
1948	criado o Distrito de Água Vermelha e anexado a São Carlos
1953	Ibaté é elevado à categoria de cidade e desmembrado de São Carlos
1981	criados os Distritos de Bela Vista São-Carlense e Vila Nery, incorporados a São Carlos

Fonte: adaptado de IBGE Cidades (2017, grifo nosso).

3) Piccola Itália: influência urbana e demográfica dos negros, imigrantes e migrantes brasileiros

Quando se olha a história e composição urbana de São Carlos é possível notar uma grande diversidade étnica inerente a cidade, tendo em vista que o seu processo de constituição populacional perpassa por diferentes momentos que trouxeram diferentes povos, portanto é difícil traçar um único perfil populacional de São Carlos. No entanto, podemos destacar quatro grupos: os indígenas, os negros, os imigrantes europeus e de outros países e a migração de brasileiros oriundos de outras regiões do país.

Visando identificar esses povos, Rodrigo Peronti (2018) fez uma entrevista com a historiadora Leila Massarão da Fundação Pró-Memória de São Carlos que indicou que, apesar de não haver muitos registros dos primeiros habitantes de São Carlos, sabe-se que eram chamados de “guaianases”, um povo indígena que vivia na região e que foram expulsos e exterminados durante o século XIX com o processo de descobrimento e apropriação dessas terras, com a vinda dos empreendimentos agrícolas dos grandes fazendeiros (MASSARÃO, 2018).

A cultura do café, além de propiciar o desenvolvimento econômico de São Carlos também contribuiu para a composição étnica e cultural da população, dando a cara que conhecemos hoje da cidade. Para trabalhar como mão-de-obra nas lavouras de café, primeiro foram os negros em regime de escravidão e com o fim do regime escravocrata foi necessário encontrar uma nova forma de mão-de-obra, o que acarretou o fenômeno social da imigração, com pessoas vindas, em maior parte da Itália e com a crise de 1929 a migração de pessoas

vindas de outras regiões do Brasil para também trabalharem. Todo esse movimento contribuiu para formar a população diversificada que se encontra hoje na cidade de São Carlos. Massarão (2018) reforça que a história de São Carlos perpassa pela demarcação das sesmarias, pela cultura do café, pela escravidão dos negros, pela vinda de imigrantes europeus e pela migração de brasileiros de outras regiões.

Em um primeiro momento, com a expansão da cultura do café, era grande presença de negros que eram escravos e trabalhavam nas fazendas, configurando a maior parcela da população desta época. Mesmo com a proibição do tráfico negreiro em 1850, esse povo ainda foi usado em regime escravista durante os próximos 30 anos no Brasil.

quando o café começa a se tornar o principal produto da região, que é final de 1870 e começo dos 1880, salta o número de escravos, chega a 3726. Isso porque já não tem tráfico vindo da África, é tudo interno, você tem um deslocamento de mão de obra escrava que vem do Nordeste, principalmente, da Bahia e também de Minas Gerais”. (MASSARÃO, 2018).

Como não se podia importar escravos de outras partes do mundo, os fazendeiros brasileiros passaram a trazer escravos de outras regiões do próprio país, basicamente dos municípios vizinhos e do nordeste do Brasil, pois havia uma resistência grande dos fazendeiros brasileiros em não usar mão de obra escrava dos negros. O tratamento dado a essas pessoas era considerado desumano, e mesmo após a abolição da escravidão a inserção dos negros no mercado de trabalho e na vida social da época era muito difícil. Até hoje, no século XXI há reflexos desse cenário no Brasil, sendo presente o preconceito de algumas pessoas com essa parcela da sociedade.

Com o fim do regime escravocrata em 1888, foi necessário pensar em uma nova forma de mão de obra e desse modo intensificou-se o processo de imigração europeia, em sua maioria vindos da Alemanha, Espanha e Itália, que buscavam melhores condições de vida e trabalho, assim que “São Carlos recebeu imigrantes alemães trazidos pelo Conde do Pinhal em 1876, e de 1880 a 1904, o município foi um dos principais polos atrativos de imigrantes do Estado de São Paulo”. (PREFEITURA DE SÃO CARLOS, [201-]).

Além de substituir a mão de obra escrava, a vinda dos imigrantes europeus foi pensada para atender a ideologia de branqueamento racial do Brasil naquela época, que pretendia ser tornar um país mais “branco”, tendo em vista o alto número de negros. A partir do começo do século XX, há uma entrada maior de imigrantes na cidade de São Carlos, o que faz a cidade se desenvolver no aspecto urbano e populacional, sendo que “a imigração massiva de europeus ocasionou o primeiro "boom" populacional da cidade”. (MASSARÃO, 2018). Essas pessoas

vinham inicialmente para trabalharem como mão de obra nas lavouras de café e com o tempo acabaram se envolvendo em atividades tais como a manufatura, o comércio e a prestação de serviços, devido às suas habilidades e conhecimentos.

Nota-se que a maioria dos imigrantes era originária da Itália, o que explica a grande descendência italiana na população são-carlense, assim como de negros, quer seja nas pessoas, quanto na cultura. Devido ao grande número de italianos na cidade, São Carlos era conhecida como “*Piccola Itália*” (Pequena Itália) e inclusive havia um consulado italiano na cidade (PREFEITURA DE SÃO CARLOS, [201-]). No entanto, essas pessoas trabalhavam como mão de obra substitutiva a dos negros, o que não era uma condição assim tão melhor a que os negros eram submetidos. Desse modo, no começo do século XX, devido aos maus tratos com os italianos pelos donos das fazendas, proibiu-se a vinda de mais imigrantes para São Carlos, o que fez diminuir a população na cidade. No entanto, uma imigração (em mais baixa escala) acontecia de modo espontâneo, mas agora não por agricultores e sim por artesãos e operários que iam se estabelecendo no meio urbano, sendo que "era uma população italiana que estava ligada à indústria, às fábricas que estavam se formando nessa região, às oficinas e tal, é o trabalhador urbano. É o início do operariado em São Carlos". (MASSARÃO, 2018). Nos anos subsequentes se acentuou a vinda de imigrantes de outras nacionalidades para trabalhar no operariado, como espanhóis, portugueses, japoneses, entre outros.

A partir da década de 1930, São Carlos sofreu um decréscimo em seu crescimento populacional por conta da crise mundial de 1929, que ocasionou uma crise cafeeira no Brasil nesse mesmo ano. Como um terceiro movimento de tentar manter a economia da cidade de São Carlos, com a problemática da diminuição dos imigrantes, agora “outros personagens entram em cena, são os migrantes brasileiros que dão continuidade à terra dos pinhais - capital do café”. (MASSARÃO, 2018). Devido à crise, se assistiu a um processo de êxodo rural muito grande, aumentando a transferência de pessoas do meio rural para as cidades, em busca de maiores oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Foi um movimento natural de migração devido a crise cafeeira, movimento este determinante para a terceira fase populacional e urbana da cidade de São Carlos que agora iria se reinventar e se adaptar.

Entre 1930 e 1950, São Carlos e outras regiões paulistas recebiam pessoas vindas de Minas Gerais e do Nordeste para trabalharem nas lavouras de café e mais tarde nas indústrias. A partir da década de 1950, com a cidade visivelmente mais desenvolvida industrialmente, o crescimento populacional voltou a aumentar, chegando a cerca de 47.731 habitantes (IBGE, 1950). A década de 60 foi marcada por um intenso êxodo rural, em que as pessoas saíam do

campo em busca de trabalho na capital São Paulo, que até então concentrava a atividade industrial no estado. Esse cenário só se modificou em 1970 com o processo de interiorização das indústrias e de empreendimentos agrícolas, trazendo um grande volume de pessoas oriundas de todas as regiões do Brasil para São Carlos, interior paulista. Na década de 1980 a cidade de São Carlos obteve um significativo crescimento populacional, em decorrência da potencialização de suas atividades econômicas, agora marcadas pela indústria, ciência e tecnologia, sendo que o número de habitantes nessa época era de aproximadamente 11.9542 (IBGE, 1980).

Se no passado a variedade étnica se deu com o movimento de escravidão com os negros, e a vinda de imigrantes de várias partes do mundo, para trabalharem nas lavouras de café, hoje essa diversidade se dá em maior parte pela atividade científica, educacional e tecnológica propiciada pelas universidades e institutos de pesquisa, que firmam convênios e parcerias com outros países. Um exemplo de uma iniciativa que fortalece a relação internacional da cidade é do Núcleo de Relações Internacionais da Prefeitura, que por meio de convênios e acordos com cidades-irmãs busca a integração econômica e cultural, visando assegurar a paz com outras cidades nacionais e internacionais, sendo elas: Coimbra, em Portugal, Santa Cruz, no Brasil, Tecumseh, nos Estados Unidos, e Santa Clara, em Cuba.

Vale salientar, resgatando a sua origem indígena, que a presença de indígenas e descendentes na região de São Carlos não se fez presente de maneira satisfatória, devido ao histórico de dominação desse povo desde o descobrimento do Brasil. Essa cidade só começou a assistir a maior presença dessa população quando, em 2008 foram criadas as políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que basicamente consiste em receber e dar auxílios para estudantes indígenas oriundos de todos os estados e regiões brasileiras. Reitera-se a necessidade de se repousar sobre estudos que resgatem a presença e influência indígena na cidade de São Carlos, como uma forma de reparação histórica e de construção plena da memória da cidade.

Todo esse panorama populacional é importante para que seja possível conhecer os cidadãos e a cidade de São Carlos, assim a tarefa de retomar os passos e caminhos que foram traçados pela cidade desde a sua fundação é imprescindível para entender como se configura hoje. Ressalta-se que São Carlos manteve desde os primórdios de sua existência uma variedade de pessoas, com rostos, etnias e culturas diferentes. A presença de indígenas, negros, imigrantes e depois de brasileiros vindos de outras regiões trouxe, além de diversidade cultural um desenvolvimento industrial, científico e econômico para a cidade.

4) Cidade do Progresso: processo de industrialização de São Carlos

Café, imigração, indústria, educação, ciência e tecnologia são palavras-chave que caracterizam bem a história de São Carlos e não apenas em seu aspecto populacional e urbano, mas também econômico. São Carlos demonstrou sua vocação para inovação desde cedo, em que “uma curiosidade ressalta já o caráter inovador da cidade de São Carlos, sendo ela a primeira cidade da América do Sul a ser iluminada por luz elétrica [...] surge no ano de 1907 no município e a partir daí ocorre o aumento de indústrias de transformação no espaço urbano”. (MARIGHETTI, 2013, p. 101).

Retomando um pouco a história, antecipando e diminuindo os efeitos negativos da crise mundial de 1929, a partir de 1920 devido a uma forte geada em 1918 “acelera-se uma diversificação agrícola e crescente industrialização [...] quando começam-se a fundar as bases para a futura vocação industrial da cidade, com o aumento na atração de população”. (FIRMINO, 2000, p. 204). Mesmo com essa antecipação, a crise de 1929 veio com força e fez com os imigrantes tivessem que procurar outra atividade para se manterem trabalhando, deixando a atividade rural e passando a trabalhar no comércio, manufatura e prestação de serviços. Um ponto interessante de se destacar é que os fazendeiros, sofrendo também com a crise de 1929, tiveram que pensar em uma nova forma de desenvolver-se economicamente e começaram a investir o dinheiro, advindo da cultura do café em empresas e atividades afins, como em “bancos, companhias de luz elétrica, de bondes, de telefones, de sistemas de água e esgoto, de teatros, de hospitais e de escolas, fortalecendo a infraestrutura urbana e criando condições para a industrialização” (MASSARÃO, 2018) iniciando assim a indústria de São Carlos. Esse evento histórico marcou uma nova fase econômica de São Carlos, em que a “produção cafeeira é substituída pela pecuária leiteira, ao contrário do restante da região, pertencente ao ‘quadrilátero da cana’”. (FIRMINO, 2000, p. 205).

A primeira fase de industrialização de São Carlos engloba o período de 1940 a 1980, que se explica a seguir: nas décadas de 1930/1940, a industrialização em São Carlos, começou a se desenvolver para subsidiar as plantações de café, com a fabricação de ferramentas e máquinas voltadas para essa atividade, em que se destaca o fortalecimento do setor têxtil. São Carlos, nesse momento, é reconhecida como um núcleo industrial de muita importância, com o surgimento de pequenas e médias empresas originadas através dos conhecimentos dos imigrantes.

A partir da década de 40, observa-se um grande desenvolvimento urbano e a consolidação da indústria na economia do município. Nesse instante, rompe-se de vez

com o ciclo do café, e a cidade mergulha em seu segundo momento de desenvolvimento, passando o poder político das mãos dos ‘barões do café’ aos industriais, profissionais liberais e comerciantes. (FIRMINO, 2000, p. 205).

Em 1950/1960 a atividade industrial em São Carlos se consolida, por meio do conhecimento de imigrantes e a presença de pessoas vindas de outras regiões do Brasil, assim que a cidade “chega à década de 50 como centro manufatureiro diferenciado, com relevante expressão industrial entre as cidades do interior do Estado de São Paulo”. (MASSARÃO, 2018). Nas décadas de 50 e 60, agora com uma indústria mais consolidada, os principais produtos fabricados segundo a historiadora Massarão (2018) eram geladeiras, compressores e tratores, e muitas empresas de pequeno e médio porte. São exemplos: Tapetes São Carlos e fábrica de conservas Hero, empresas que mantinham vínculos internacionais com a importação de tecnologias; o Grupo Pereira Lopes, com uma fábrica de refrigeradores domésticos; a Climax que foi de decisiva influência econômica e política para a cidade; e a Fábrica de tratores CBT, empresa pioneira no Brasil. Assim, a “cidade é marcada por um momento de grande pujança econômica do setor industrial, com a instalação de várias indústrias de porte, e a atração de instituições importantes de ensino e pesquisa”. (FIRMINO, 2000, p. 205).

Entre as décadas de 1970 a 1990, São Carlos cresceu economicamente de modo significativo, em que a cidade presenciou um processo de interiorização industrial, em que há uma maior participação das cidades do interior de São Paulo no processo de industrialização brasileira, sendo que “a partir dessas décadas que nasce extra-oficialmente o pólo industrial/educacional de São Carlos, consolidado a partir da década de 70”. (FIRMINO, 2000, p. 206). Assim, a partir dos anos de 1990 São Carlos passou por uma expansão na oferta de serviços, agora indo além dos setores tradicionais, e envolvendo a atuação de mão de obra qualificada oriunda das universidades. As atividades que se destacavam nessa época eram no ramo de telecomunicações, publicidade, informática, tecnologias, ciência, vindas para atender a uma nova demanda de serviços.

Entrando no século XXI até a atualidade (2021) a economia de São Carlos é baseada no setor agropecuário, ciência e tecnologia. No setor agropecuário, a cidade se destaca pela atividade agroindustrial, com a produção sucroalcooleira, citricultura, de laticínios, de carne bovina, avicultura, silvicultura, pelo cultivo de cana-de-açúcar e de laranja. Possui um perfil industrial e empresarial muito ativo, com a presença de muitas empresas e multinacionais de renome como: Volkswagen, Faber Castell, Electrolux, Tecumseh, LATAM, Serasa Experian, Grupo Segurador BB-MAPFRE.

5) Atenas Paulista: infraestrutura de educação e ciência

Progresso, Reinvenção. Essas palavras carregam consigo a responsabilidade de expressar a trajetória do município de São Carlos e a inspirar cada vez mais que essa se desenvolva e evolua enquanto uma cidade com vocação para inovação. Por isso, aborda-se agora o aspecto educacional e científico, visando entender como essa cidade ficou conhecida como a “Capital da Tecnologia”. Não obstante, pode-se afirmar que a educação é a grande responsável por proporcionar e possibilitar essa condição tecnológica, sendo que é com e a partir dela, que o desenvolvimento da economia, ciência e tecnologia podem acontecer, efetiva e plenamente. Destaca-se assim, a presença de “unidades de ensino e pesquisa locais, de importância regional, nacional, e até internacional. Isso faz da cidade um dos mais importantes pontos de excelência educacional e de pesquisa do país”. (FIRMINO, 2000, p. 213).

O aspecto educacional foi desde cedo incentivado na cidade, o que conferiu a São Carlos, em 1941 o apelido de Atenas Paulista. Em um movimento cronológico, apresenta-se alguns dos marcos históricos do aspecto educacional desta cidade: um ano após a sua fundação (1857), em 1858 foi criada uma escola para meninos e em 1862 a primeira escola para meninas; em 1905 aconteceu a fundação do Colégio São Carlos; da Escola Normal Secundária em 1911, que hoje é a Escola Estadual Dr. Álvaro Guião; do Colégio Diocesano em 1923; da Escola de Educação Física de São Carlos em 1949 e da Escola de Biblioteconomia em 1959 (essas duas últimas foram, em 1993 incorporadas à UFSCar); da instalação da Universidade de São Paulo (USP) em 1952 e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 1970, marcando a vinda do ensino superior. Em 1964 foi criada a Faculdade de Direito, transformada na atual Faculdades Integradas de São Carlos (FADISC); e em 1972 surgiu a ASSER (Associação de Escolas Reunidas) transformada no atual Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), essas duas últimas, são faculdades particulares com cursos que contemplam as várias áreas do conhecimento.

Entende-se que São Carlos é uma cidade internacionalmente “conhecida como um importante centro formador de profissionais altamente qualificados, egressos dos mais de 150 cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na cidade”. (UFSCAR, [201-]). Destacam-se nesse rol de instituições de ensino, as duas universidades públicas: USP e UFSCar, responsáveis por grande parte da produção científica e tecnológica da cidade e mesmo em âmbito nacional, como “maiores promotoras e incentivadoras da condição de cidade da inteligência”. (FIRMINO, 2000, p. 213).

A USP foi fundada na década de 50 e atualmente possui dois campi na cidade de São Carlos, com cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Ciências Exatas, Tecnológicas e Sociais Aplicadas e divide-se em cinco unidades: Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Instituto de Física de São Carlos (IFSC), Instituto de Química de São Carlos (IQSC) Instituto de Ciências Matemáticas, e Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU). Possui órgãos de Estudo e Ciência como o Instituto de Estudos Avançados (IEA) e o Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC). (USP, [201-]). A UFSCar foi criada em 1970, tendo sido seu primeiro campus, na cidade de São Carlos e até o momento é a única universidade pública federal do interior paulista. Composta por cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas, Exatas, Biológicas e etc, que estão divididos em 4 centros: Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) e o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). (UFSCAR, [201-]). Além de desenvolverem a ciência, tecnologia e inovação, essas duas universidades possuem relação com outras instituições da região, do Brasil e mesmo do mundo, funcionando como uma espécie de “relações públicas da ‘inteligência’ da cidade, fazendo com que as influências de São Carlos como cidade da inteligência ultrapassem as limitações da contigüidade para ganhar características virtuais”. (FIRMINO, 2000, p. 214).

Além das instituições de ensino citadas, compõe o rol de institutos de educação e pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) instalada em 2008; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) ambas em 1951; a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), em 2014 e Claretiano Centro Universitário; o Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos (IETECH) em 2012; e um pólo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), em 2018.

Ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, [201-]) tem a missão de “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” e pretende ser “referência mundial na geração e oferta de informações, conhecimentos e tecnologias, contribuindo para a inovação e a sustentabilidade da agricultura e a segurança alimentar”. (EMBRAPA, [201-]). Possui duas unidades na cidade de São Carlos: o Centro Nacional de Pesquisa em Instrumentação Agropecuária (CNPDIA), criado em 1974 e o Centro de Pesquisa de Pecuária do Sudeste (CPPSE), criado em 1984, demonstrando a relevância de São Carlos nesta área.

A partir do exposto, é possível visualizar que a cidade se destaca pela presença de suas universidades e institutos de pesquisa, com uma população flutuante de 29 mil graduandos e pós-graduandos, vindos de todas as regiões do Brasil. Segundo levantamento coordenado pelo Professor Hamilton Varela, a cidade de São Carlos possui a maior média nacional de número de doutores por metro quadrado, sendo atualmente cerca de 2,5 mil doutores, ou seja, há um doutor para cada 100 moradores. (BOM DIA CIDADE, 2019). Esse fator expressa a alta atividade científica realizada pela pós-graduação na cidade, sendo São Carlos a residência dessas e desses doutores, uma parcela científica relevante da sociedade.

Reiterando essa histórica inclinação educacional da cidade de São Carlos, Massarão (2018) aponta que desde cedo foi criada uma ideia de que São Carlos era a cidade da educação e usou-se esse argumento para trazer as universidades, assim “quando chegam os anos 80 isso não tinha mais tanto apelo, e o que tinha apelo? As tecnologias. Virou a capital da tecnologia. São tradições que vão sendo inventadas para que a cidade também se reinvente”. (MASSARÃO, 2018). Acabou que, de fato, essa noção de São Carlos como uma cidade forte na área de educação e tecnologia não era totalmente infundada, tendo em vista que atualmente se mostra como um polo de ciência e inovação com destaque regional, nacional e internacional.

6) Capital da Tecnologia

Portanto, essa cidade é vista como um importante polo tecnológico, educacional e científico, em que “o vigor acadêmico, tecnológico e industrial conferiu à cidade o título de “Capital da Tecnologia”. Suas universidades e centros de pesquisa são reconhecidos pela excelência e diversidade” (PREFEITURA DE SÃO CARLOS, [201-]) e atuam na pesquisa, ensino e extensão, contribuindo além da área acadêmico-científica, no aspecto sociocultural.

Reconhecendo a vocação da cidade para tecnologia e inovação, sendo um polo educacional já concretizado, em 1984 a cidade foi umas das primeiras cidades a receber incentivos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o desenvolvimento e fortalecimento de uma cultura técnico-científica na região, com a aproximação das universidades e institutos de pesquisa junto com as empresas de base tecnológica. Fato esse que contribuiu, segundo Firmino (2000) para a consolidação de uma configuração tecnológica da cidade, integrada a outras como Campinas e São José dos Campos, criando assim uma “rede de inteligência” na região do estado de São Paulo.

Visando fortalecer essa imagem, foi criada em 1994 uma campanha da prefeitura juntamente com órgãos promotores de educação, ciência e tecnologia, na tentativa de divulgar e consolidar a imagem de São Carlos como a “Capital da Tecnologia”. Esse foi o primeiro passo para o estabelecimento desse título para essa cidade. A Figura 6 ilustra essa proposta.

Figura 6 - Campanha “São Carlos: Capital da Tecnologia”



Fonte: Firmino (2000).

Mais recentemente, no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011 esta sancionou uma lei, conferindo à cidade de São Carlos o título de “Capital Nacional da Tecnologia”, reconhecendo assim a vocação da cidade para com a atividade tecnológica e inovadora. A lei mencionada é a Lei 12.504, de 11 de outubro de 2011, de autoria do ex-deputado federal Lobbe Neto, e segundo informações constantes no Jornal da UFSCar, mais especificamente no clipping da Coordenação de Comunicação Social (CCS UFSCAR), o ex-deputado indicou que grande parte da justificativa desse título é o número de doutores na cidade e a contribuição dos centros de pesquisa. (A FOLHA SÃO CARLOS, 2011). Assim a estrutura científica e educacional em consonância com as suas condições industriais, foi definitiva para que a cidade se tornasse uma cidade propícia à tecnologia e inovação.

Outra ação que vai em direção da consolidação dessa cidade enquanto polo de tecnologia, de responsabilidade da Prefeitura é “a criação da Comciti (Conselho Municipal de

Ciência, Tecnologia e Inovação) com o intuito de realizar o planejamento adequado para a instalação e consolidação das empresas de base tecnológica”. (MARIGHETTI, 2013, p. 116), instituído pela Lei nº 14.202, de 6 de setembro de 2007, como um órgão consultivo e fiscalizador que visa a participação da sociedade organizada em prol do desenvolvimento científico e tecnológico. (SÃO CARLOS, 2007).

Adentrando no quesito tecnologia, ambiente este favorecido pela atividade científica das universidades, estão presentes centros e empresas de caráter empreendedor e inovador, “espaços de produção inteligente como centros de pesquisa, incubadoras de empresas nascentes, e instituições promotoras da situação de desenvolvimento tecnológico”. (FIRMINO, 2000, p. 216). Com a presença de importantes centros, como indicado por Hayashi et al. (2005): instituições de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia (Embrapa, USP, UFSCar, Unicep, Fadisc, Escola Técnica Industrial e Instituto Internacional de Ecologia); unidades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico; Parque de Alta Tecnologia de São Carlos - ParqTec; incubadoras de empresas; distritos industriais; e empresas de base tecnológica. Compõem ainda esse complexo inteligente, parques tecnológicos, startups, empresas de tecnologia, sendo a maior parte delas criadas a partir de profissionais formados pelas universidades públicas supracitadas. Segundo dados retirados do Relatório Sanca Hub versão 2020, iniciativa da Liga de Empreendedorismo de São Carlos (LESC), que realizou um mapeamento do ecossistema de empreendedorismo e inovação de São Carlos, em 2020 havia cerca de 170 startups e empresas de tecnologia, 17 espaços de para o trabalho colaborativo e de co inovação, 28 eventos de empreendedorismo, 9 polos educacionais, 30 comunidades, ONGS e grupos da cidade, e 200 organizações estudantis. Ressalta-se que o mapeamento referente à 2021 ainda não foi publicado, assim que provavelmente houve o aumento de todas as categorias. De acordo com o Sanca Hub a cidade de São Carlos é considerada a capital regional das startups e “um potencial “embrião de Vale do Silício” brasileiro, dada a presença de um forte polo acadêmico voltado à tecnologia”. (SANCAHUB, 2020, p. 7).

Seguem alguns exemplos para melhor demonstrar a influência desses espaços de inovação que contribuem para a concretização de São Carlos como a “Capital da Tecnologia” e como polo de inovação.

A Fundação ParqTec é um bom exemplo, sendo a primeira incubadora de empresas da América Latina. Criada em 1984 com o apoio financeiro do CNPq, é uma entidade privada sem fins lucrativos, composta por representantes do poder público, da iniciativa privada, das universidades e das agências de fomento. Atualmente abriga em seu espaço, empresas e firmas

consolidadas e iniciantes, responsável ainda pela gestão do São Carlos Science Park, tecnopolo local que abriga laboratórios de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e de empresas de base tecnológica. (PARQTEC, [201-]). O Instituto Inova configura-se como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela gestão do Parque EcoTec Damha. (INSTITUTO INOVA, [201-]). É o primeiro Parque Tecnológico privado do Brasil, voltado para os negócios, promoção da ciência, tecnologia e inovação, atuando na “interface entre empresas de base tecnológica e instituições de fomento e desenvolvimento científico e tecnológico”. (ROZENFELD, 2010).

Mais recentemente, em 2018, foi criado o ONOVOLAB, um laboratório de inovação composto por especialistas, startups e pesquisadores oriundos principalmente das duas universidades públicas instaladas na cidade: USP e UFSCar. Construído sobre a antiga Companhia Fiação Tecidos São Carlos, a primeira fábrica da cidade, configurando como um ecossistema empreendedor e de inovação, abrigando um número expressivo de empresas e startups. (ONOVOLAB, [201-]). Esse laboratório auxilia diretamente na consolidação da imagem de São Carlos como polo de inovação, que inclusive foi objeto de uma matéria realizada pela revista Forbes especializada em negócios e economia. (MARI, 2019). Mais um espaço interessante de se destacar é a “Starteca”, um espaço de coinovação situado na Biblioteca Comunitária da UFSCar, dedicado à criação, inovação e empreendedorismo. (STARTECA, [201-]). Além dos exemplos dados, destaca-se nesta pesquisa os eventos “Cofest - Semana de eventos de empreendedorismo e inovação”; o “Desafio UFSCar de Inovação” e as Agências de Inovação presentes na USP e UFSCar.

Retomando o Relatório Sanca Hub (2020), este apresenta que São Carlos é a cidade com o maior fomento do PIPE FAPESP, que significa “Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo”, configurando-se como uma ação de apoio a execução de pesquisas científicas e tecnológicas em micro, pequenas e médias empresas. E ainda, abriga o Centro de Inteligência Artificial (C4AI) do Brasil, visando o desenvolvimento de pesquisas de ponta para gerar positivos impactos sociais e econômicos. (SANCAHUB, 2020).

As iniciativas apresentadas expressam que a vocação de São Carlos para a inovação é de fato uma premissa verdadeira e pode contribuir para a consolidação da cidade enquanto polo de tecnologia e inovação.

7) Cidade do Conhecimento: não é só de tecnologia que estamos falando

Conforme vimos, São Carlos, a “Capital da Tecnologia” é de fato tecnológica e inovadora, a ciência é feita nas universidades e institutos de pesquisa, os doutores residem na cidade e conferem a ela o status de cidade com maior número de doutores por habitante. Há inovação nas empresas e startups, São Carlos é de fato um polo de tecnologia e inovação. No entanto, se essa cidade quer caminhar no sentido de ser conhecida como a “Capital do Conhecimento” será necessário repousar sob os aspectos de política, cidadania, cultura, informação, memória, sustentabilidade, urbanização e desigualdade social. Pois economia e tecnologia não fazem uma cidade sozinhas, há a necessidade de uni-las com a reflexão acerca desses outros pontos, tendo em vista que, em relação a essa outra abordagem, o município ainda deixa a desejar. Aponta-se para a necessidade de se pensar e fortalecer os espaços de informação e cultura, admitindo-os como equipamentos promissores de desenvolvimento dessa cidade em mais inteligente e inovadora. Antes de adentrar nessa discussão, apresenta-se um levantamento dos equipamentos culturais e informacionais presentes na cidade, realizado a partir da consulta ao site de cada um deles.

São Carlos possui um teatro municipal, o Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão, fundado em 1969 (SÃO CARLOS, [201-]), e um teatro dentro da unidade do Serviço Social do Comércio (SESC) desde 1996, em que ambos possuem programações teatrais abertas ao público (SESC SÃO CARLOS, [201-]). Além desses, complementarmente a USP e a UFSCar possuem salas de teatro dentro de seus campi contendo uma agenda de peças e espetáculos. A cidade possui um cinema municipal, o Cine São Carlos, criado em 1897, sendo reinaugurado em 2008 com duas salas, sendo que nos meses de junho participa do Festival Varilux de cinema francês (CINE SÃO CARLOS, [201-]); o Cine Iguatemi, presente no shopping Iguatemi, desde 1997 com três salas (IGUATEMI SÃO CARLOS, [201-]). Além desses, há uma rica programação de filmes no SESC, no SESI, no Cine UFSCar, no Cineclubes do CDCC da USP, entre outros.

As bibliotecas públicas conferem à cidade uma democratização da informação e do conhecimento, sendo relevantes espaços de cultura e cidadania, portanto, se vê como substancial que uma cidade esteja equipada de bibliotecas, quer sejam públicas, escolares, comunitárias, universitárias, especializadas, etc. Segundo o site da Prefeitura de São Carlos, na cidade a Biblioteca Pública Municipal Amadeu de Amaral e outras bibliotecas que estão interligadas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) de São Carlos, visando o incentivo à

leitura e cidadania e atendendo às várias regiões do município. O SIBI foi criado em 2004 e atualmente engloba 12 bibliotecas, sendo 3 públicas, 8 pertencentes às Escolas do Futuro e uma biblioteca especializada voltada para deficientes visuais. São elas: Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral, Biblioteca Pública Municipal, Euclides da Cunha, Biblioteca Pública Distrital de Água Vermelha. Bibliotecas das Escolas do Futuro: 1) Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Dalila Galli; 2) EMEB Afonso Fioca Vitalli; 3) EMEB Antonio Stella Moruzzi; 4) EMEB Janete Maria Martinelli; 5) EMEB Angelina Dagnone de Melo; 6) EMEB Maria Ermantina Tarpani; 7) EMEB Carmine Botta; 8) EMEB Arthur Natalino Deriggi. Biblioteca Especializada: Espaço Braille, biblioteca voltada para pessoas com deficiência visual, com um acervo em braille, cursos de desenvolvimento e aprimoramento. (SÃO CARLOS, [201-]).

Há ainda a Biblioteca Comunitária da UFSCar que é de acesso público, sendo um espaço que se divide entre o atendimento aos estudantes e a comunidade externa. Há um acervo voltado à comunidade universitária, uma Biblioteca Infantil, uma área de Coleções Especiais, o Espaço HQ, um espaço Multimeios, com CDs, DVDs, mapas e braille (BCO UFSCAR, [201-]). Além de disponibilizar o seu acervo, realiza atividades culturais e artísticas. A USP e demais centros de educação e pesquisa igualmente possuem bibliotecas em suas instalações, o que se mostra positivo, uma vez que demonstra que estas atuam no cotidiano da comunidade são-carlense.

Museus são importantes espaços culturais, pois representam a história e memória de uma cidade, de um povo, e com isso pode-se destacar os museus presentes na cidade de São Carlos: a Casa Ronald Golias (2016) dedicada à memória de do humorista; o Centro de Divulgação Científica e Cultural da USP (1980); o Museu de Ciência Prof. Mario Tolentino (2012); o Museu de Energia (2000), localizado na Usina Hidrelétrica Monjolinho; o Museu Histórico e Pedagógico Cerqueira César, criado em 1957 e em 2012 transformado no Museu de São Carlos; e o Museu de pedra “Tinho Leopoldino” (2008). (SÃO CARLOS, [201-]). As universidades não possuem museus em seus campi ou em espaços na cidade, apesar de manterem vínculos com alguns desses museus, o que suscita a necessidade de que essas universidades tão atuantes no quesito tecnologia, também o sejam em relação aos espaços culturais, como museus e centros de memória e documentação. No caso da UFSCar, recentemente em 2017, fundou a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo (UMMA), iniciativa voltada para ser um espaço de salvaguarda da memória da instituição e da sociedade.

Diante disso, apresenta-se agora alguns dos equipamentos de informação que atuam na transparência e memória, configurados como arquivos públicos. Há um arquivo público municipal, intitulado de Arquivo Histórico da Fundação Pró-Memória de São Carlos, criado

em 1993 (FPMSC, [201-]); o Centro de Estudos da Casa do Pinhal, criado em 2000 (CASA DO PINHAL, [201-]); o Fundo Florestan Fernandes, criado em 1996 (BCO UFSCAR, [201-]), que é um arquivo pessoal de acesso público presente na BCO UFSCar, a Unidade Especial de Informação e Memória - UEIM, criada em 1998 originada do antigo Arquivo de História Contemporânea de 1970 (UEIM, [201-]), a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo, criada em 2017 (UMMA, [201-]), estas duas últimas estão igualmente presentes na UFSCar.

Além desses espaços, há um rico acervo arquivístico e museológico em algumas das antigas fazendas de café, que hoje são consideradas como patrimônio cultural e histórico brasileiro: a Fazenda Pinhal; a Fazenda Iolanda; a Fazenda Paulo Botelho; a Fazenda Santa Maria do Monjolinho; a Fazenda Vale do Quilombo; a Fazenda São Roberto; a Fazenda Lenda D'Água, dentre outras. (RPS, 2020). A Prefeitura possui uma política de proteção desse patrimônio, com imóveis declarados de interesse histórico e edifícios tombados. (SÃO CARLOS, [201-]).

No que compete ao lazer e entretenimento, São Carlos possui a proatividade das universidades, principais responsáveis pela organização dos eventos culturais da cidade, em que a prefeitura acaba se colocando como coadjuvante nesse cenário, por demonstrar pouca atuação no direcionamento de opções de cultura e lazer. São alguns deles: o Festival Contato, evento de música que acontece desde 2007, apresentando uma programação cultural diversificada, organizada pelo Instituto Contato, Prefeitura de São Carlos e outros colaboradores (CONTATO, [201-]). Há o Projeto Contribuinte da Cultura (1999), que organiza o festival internacional de chorinho “Chorando Sem Parar” desde 2004 (FAI UFSCAR, [201-]). Também fazem parte da programação cultural anual de São Carlos a Festa do Clima; Matsuri, festival de cultura japonesa; shows e atividades culturais para a comemoração do aniversário da cidade (SÃO CARLOS, [201-]); espaços de reflexão e discussão como o Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira “Odette dos Santos” criado em 2006 pela prefeitura em parceria com UFSCar (SÃO CARLOS, [201-]).

No entanto, apesar desses aparatos culturais, São Carlos não avança muito na consolidação da cultura e lazer, sendo que algumas dessas ações culturais sofrem com a falta de recursos para sua realização. Um exemplo é pertinente a desativação do Conselho Municipal de Cultura, em 2018, que após esforços de diversos setores sociais, felizmente será ativado, uma vez que a Câmara de São Carlos aprovou um projeto de lei para criação e regulamentação de um novo Conselho Municipal de Cultura (VIEGAS, 2021). Havia uma Pinacoteca Municipal (2014,) mas que em 2017 foi transferida para dentro da Biblioteca Amadeu de Amaral (SÃO

CARLOS, [201-]), fato esse que demonstra mais uma vez a facilidade do poder público de abrir mão de espaços físicos e de recursos voltados para centros de informação e memória, desvalorizando-os.

Além dos aspectos de informação e cultura, é fundamental entender e trazer à discussão os aspectos de governança e política da cidade de São Carlos, visando compreender sua estrutura e seu funcionamento. Em consulta ao site da Prefeitura de São Carlos, foi possível observar como se estrutura a organização político-administrativa, sendo essa um órgão do poder executivo municipal, dividida em secretarias, coordenadorias, fundações e autarquias (SÃO CARLOS, [201-]). O Quadro 6 expressa a composição da Prefeitura.

Quadro 6 - Organização político administrativa de São Carlos

Gabinete	Gabinete do Prefeito Equipe de Governo
Administrações Regionais	Administrações Regionais
Coordenadorias	Artes e Cultura Meio Ambiente Orçamento Participativo e Relações Governo e Comunidade
Procuradoria Geral do Município	Procuradoria
Secretarias Municipais	Gestão de Pessoa Agricultura e Abastecimento Cidadania e Assistência Social Comunicação Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação Educação Esportes e Cultura Fazenda Governo Habitação e Desenvolvimento Urbano Infância e Juventude Obras Públicas Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida Planejamento e Gestão Saúde Serviços Públicos Trabalho, Emprego e Renda Transporte e Trânsito Segurança Pública e Defesa Social
Orçamento Participativo	Orçamento Participativo, Regiões do OP OP Educa
Fundações e Autarquias	FESC - Fundação Educacional São Carlos PROHAB - Progresso e Habitação São Carlos

Fonte: adaptado de São Carlos ([201-]), grifo nosso).

São Carlos é uma cidade média do interior, mas com potencial científico e tecnológico de se transformar em uma cidade inteligente. Para isso, os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) devem estar alinhados e dialogando, concentrando a atuação em prol do desenvolvimento da cidade. Salienta-se que a relação entre os três poderes se mostra muito importante para que a política e administração pública ocorram de maneira efetiva e atendendo as necessidades e demandas da população. O Poder Legislativo é a instância política responsável pela fiscalização do orçamento público, da elaboração e implementação de leis e políticas públicas e de propor projetos e ações para o melhor exercício da administração pública e da sociedade civil. Representado pela câmara municipal, essa composta de 21 vereadores, com mandato de quatro anos. (SÃO CARLOS, [201-]). Essa é justamente a instância política e administrativa que mais me interessa nesta pesquisa, devido a temática políticas públicas de informação e arquivísticas, pois de modo mais direto está ligada a proteção, proposta e fiscalização de políticas públicas.

Observando o quadro, pode-se destacar: a Coordenadoria de Artes e Cultura; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Educação, a Secretaria de Esportes e Cultura; e a Fundação Pró-Memória de São Carlos, como mecanismos que vão de encontro a uma maior incorporação dos assuntos de informação, arte e cultura, muito positivos para seu o fortalecimento das unidades culturais.

Em suma, para tornar-se a almejada “Capital do Conhecimento”, além de tecnologia e inovação, seria positivo que São Carlos colocasse maiores esforços na consolidação de suas políticas públicas de informação e no fortalecimento de suas unidades culturais, só assim, o conhecimento irá incluir e unir, ao invés de segregar. Só assim, São Carlos caminhará para se tornar uma cidade inteligente e humana, de fato.

7.1 SÃO CARLOS: UMA CIDADE INTELIGENTE?

Essa parte da pesquisa apresenta um questionamento plausível de ser investigado, apontando se São Carlos configura-se como uma cidade inteligente de acordo com a literatura, ou se é uma cidade com potencial para se transformar em uma cidade inteligente, e nesse caso,

quais seriam os fatores que a aproximam e a distanciam desse conceito. De acordo com o que foi explicitado anteriormente, é possível verificar que São Carlos está atualmente como a “Capital da Tecnologia”, sendo um polo de inovação, no entanto ainda não pode ser classificada como uma cidade inteligente, apesar de suas iniciativas e esforços para conseguir essa classificação.

De acordo com dados do *Ranking Connected Smart Cities*, lembrando que é um instrumento de mapeamento e qualificação das iniciativas de cidades inteligentes no Brasil, a cidade de São Carlos, na edição de 2020 ficou em 70º lugar, expressando um avanço, tendo em vista que em 2019 estava na 80º posição. Considerando o âmbito regional, encontra-se na 45º posição; dentre as cidades do estado de São Paulo está na 29º posição; e em relação às cidades de médio porte (entre 100 e 500 mil habitantes) encontra-se na 37º posição. (CONNECTED SMART CITIES, [201-]). Em geral esse resultado é positivo pois a cidade está entre as 100 cidades “mais inteligentes” do Brasil. Deve-se portanto salientar um ponto: essa classificação é feita a partir de indicadores elaborados pela organização e não expressam totalmente a realidade dessas cidades, configurando como um mapeamento de iniciativas de cidades inteligentes. Olhar um ranking requer que se tenha em mente que foi criado com um objetivo e de acordo com um grupo específico, no entanto, apesar dos pontos que podem ser melhorados por esse ranking, como uma maior incorporação da temática cultural, acredita-se que funciona como uma efetiva forma de identificar iniciativas inteligentes e para visualizarmos como as cidades estão se saindo, no sentido de se desenvolverem como mais inteligentes.

São Carlos, na edição de 2020 destacou-se nos eixos Educação; Tecnologia e Inovação, Empreendedorismo; e Economia, sendo: Educação - 7º lugar, caindo de posição pois em 2019 estava no 3º lugar; Tecnologia e Inovação - 10º lugar, caindo uma posição em relação ao ano anterior, em que estava no 9º lugar; Empreendedorismo - 10º lugar mantendo-se na mesma posição em relação à 2019; Economia - 18º lugar, caindo de posição em relação a 2019, em que se encontrava em 14º lugar. Segue uma linha do tempo para demonstrar a desenvoltura geral de São Carlos neste *ranking* (CONNECTED SMART CITIES, [201-]):

Tabela 1 - Posição de São Carlos no Ranking Connected Smart Cities

ANO	POSIÇÃO
2015	42º posição
2016	46º posição
2017	82º posição
2018	54º posição

2019	80° posição
2020	70° posição

Fonte: elaborada pela autora com base no *Ranking Connected Smart cities* ([201-]).

Conforme apresentada na Tabela 1, em 2015, São Carlos estava na 42ª colocação no ranking geral, em 2016 caiu um pouco indo para a 46ª, em 2017 estava na 82ª posição, no ano de 2018 conseguiu subir algumas posições, chegando a 54ª colocação, 2019 caiu novamente, ficando na 80ª posição e finalmente em 2020 subiu para a 70ª posição. Vale trazer que a colocação no ranking depende da satisfatória desenvoltura da cidade em todos os indicadores, bem como do avanço das outras cidades brasileiras, tornando o resultado volátil.

Apesar da instabilidade das posições alcançadas por São Carlos, constata-se que, em geral, a cidade progrediu no ranking, sendo possível sinalizar que se destaca no quesito “Educação”, uma vez que é uma cidade universitária. Se antes a cidade assistia a uma grande fuga de cérebros, atualmente com as empresas e startups, os egressos tendem a continuar na cidade para trabalharem, o que acaba oferecendo um desenvolvimento maior para essa cidade em muitos aspectos, como econômico, tecnológico e social, uma vez que esses profissionais demandam serviços e atividades diversas. Com esse argumento pode-se dizer que São Carlos tem potencial em passar de polo de inovação e cidade universitária para uma cidade inteligente e humana, pois “[...] cidades com uma presença universitária considerável provavelmente crescerá mais rápido do que cidades sem uma forte presença na universidade”. (WINTERS, 2010, p. 256, tradução nossa).

Outro ponto positivo, importante de se destacar sobre a cidade de São Carlos é que esta obteve o reconhecimento da ONU, por meio do programa *Tree Cities of World*, que visa reconhecer ações de arborização urbana e indo de encontro à missão de sustentabilidade do milênio. Configura-se como um *ranking* que considera ações, iniciativas, leis e políticas de gestão da arborização urbana, por meio da análise dos dados quantitativos e qualitativos (TREE CITIES OF THE WORLD, 2019). Visa a troca de experiências e o fortalecimento da conscientização acerca da importância das árvores para a vida. Segundo o jornal A Cidade ON (2020) “Reconhecido pelo segundo ano consecutivo, São Carlos aparece no ranking do programa internacional com 12.500 árvores plantadas em 450 horas de voluntariado, sendo a terceira cidade do Brasil que mais reflorestou”. Evidencia-se, portanto, uma preocupação do município em atender aos objetivos da Agenda 2030 e de cidades mais sustentáveis e ambientalmente responsáveis.

Apresentados os fatores positivos que aproximam São Carlos para esta configuração, coloca-se agora alguns dos fatores negativos que distanciam São Carlos do ideal de cidade inteligente, pois vê-se como relevante trazer esse outro lado para que possamos cada vez mais refletirmos e olharmos de modo analítico-crítico a nossa realidade.

Quando anseia-se enquadrar São Carlos como uma cidade inteligente em que se deve pensar? Se considerar-se apenas os aspectos ciência, tecnologia e inovação então pode-se arriscar considerá-la assim, mas se aplicar a noção apresentada nessa pesquisa de cidade inteligente, então São Carlos tem ainda muito que avançar. Há um substancial e aparente contraste na cidade de São Carlos, que ao mesmo tempo que se desenvolve tecnologicamente desaltiva os aspectos urbano, cultural e social. Há assim, duas São Carlos, “uma São Carlos tradicional cheia dos problemas e das contradições da cidade industrial e, por um outro lado, uma cidade que sofre influência de profundas inovações tecnológicas e que até participa deste processo de renovação das tecnologias”. (FIRMINO, 2000, p. 238).

Um exemplo dessa realidade dual de São Carlos, é que mesmo com os ideais de *smart city*, que usa a tecnologia para solucionar os problemas urbanos e sociais, a cidade não a aplica significativamente para o trânsito, para o transporte público e demais serviços públicos. Há que alinhar os esforços em desenvolvimento tecnológico às necessidades cotidianas da população. Outra problemática, como já sinalizado, é a falta de atenção e a desvalorização dos equipamentos públicos de informação e cultura, pois são esses os espaços que garantem a transparência e democratização da informação e geração de conhecimento.

Um ponto que contribui para a manter “duas São Carlos”, e distanciá-la da concepção de cidade inteligente, é a desigualdade social, que potencialmente aparente, em que de um lado há uma comunidade universitária e a classe média alta, que usufruem dos benefícios de um cenário educacional, tecnológico e inovador, e uma outra parcela que desconhece as noções de universidade, ciência, e qualidade de vida. Firmino (2000) reforça essa ideia quando aponta para uma bipolaridade presente na cidade, que por um lado possui um alto grau de desenvolvimento tecnológico e demanda por espaços inteligentes e do outro uma população que não participa dessas inovações. Outro ponto a ser colocado na discussão é que a localização dos eventos, instituições de educação e cultura se mostra segregadora, porque no geral acontece no centro da cidade e em regiões mais nobres, portanto de difícil acesso da classe mais pobre da cidade, o que automaticamente cria um distanciamento entre essas duas classes, sendo que os meios culturais existentes, sem querer acabam reforçando essa condição.

Portanto é necessário encontrar alternativas que venham do diálogo entre poder público, universidades, empresas e cidadãos, para incluir toda a comunidade são-carlense no desenvolvimento tecnológico, econômico, cultural e social. Aliás, uma das principais características de uma cidade inteligente é a cooperação, pois só de maneira unida e alinhada uma cidade pode progredir, ajustando todos os aspectos em seu desenvolvimento. Não se deve ignorar tais fatores negativos, há que usá-los como combustível para buscar evoluir com progresso, assim que a “bipolaridade social deve ser considerada quando falamos de uma cidade da inteligência, para que em possíveis estratégias de planejamento, a sociedade em sua totalidade seja contemplada com o desenvolvimento tecnológico”. (FIRMINO, 2000, p. 236).

Pode-se sinalizar que o município possui potencial para se tornar uma cidade inteligente e há inclusive um interesse internacional por essa construção, que pode ser demonstrada com a parceria firmada em 2019, pela Prefeitura de São Carlos com o Governo da Áustria. Segundo informações constantes no site da Prefeitura de São Carlos, essa parceria foi firmada durante o evento “*Smart City Workshop*” que ocorreu em Viena, na Áustria, sendo uma atividade do Memorando de Entendimento entre Prefeitura de São Carlos, a Fundação R20 (Regiões da Ação Climática), *E-cloud Energy Corporation*, *Aspern See Stadt* e *Advantage Austria-São Paulo*. Objetiva o desenvolvimento de um projeto de *smart city* para São Carlos, nos moldes de Aspern na Áustria. Segundo o jornal, o Secretário de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação da Prefeitura de São Carlos, José Galizia Tundisi, reforçou a importância dessa parceria que acaba por incluir a cidade em um projeto mundial de cidades inteligentes, que vai possibilitar a melhoria da qualidade da população. (SÃO CARLOS, 2019).

A partir do que foi exposto, pode-se visualizar que por enquanto São Carlos configura-se como um polo de inovação, no entanto não uma cidade inteligente, em que esta está a caminho dessa configuração, o que leva tempo, por isso há que ser feita com paciência, inclusão e respeito. Exaltar os seus pontos fortes é importante, mas ignorar os seus problemas é leviano, por isso apresentou-se a dualidade social de São Carlos, defendendo que concilie o desenvolvimento tecnológico ao desenvolvimento cultural e social. Só assim será de fato uma cidade inteligente e o momento para se pensar nisso é agora, tendo em vista o início das discussões para consolidação de um projeto de cidade inteligente. Para tanto, há que despender atenção e zelo para com as unidades culturais, em especial ao arquivo público municipal, equipamento de memória e inovação.

7.2 ESTUDO DE CASO NO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Parte-se do pressuposto de que o arquivo público municipal é importante agente de informação, cultura e cidadania, tendo em vista que pode e deve auxiliar na gestão pública, na tomada de decisão, na transparência administrativa, no exercício da cidadania, na salvaguarda da memória e é claro, no processo de inovação da cidade. Pois trabalha a informação, principal insumo de transformação na sociedade atual, principal ferramenta de desenvolvimento de cidades inteligentes e humanas.

Apresenta-se agora um estudo realizado no arquivo público municipal da cidade de São Carlos, em que pretendeu-se descrever e apresentar esse arquivo, trazendo elementos da sua história, constituição e administração, além de observar a sua relação com as políticas públicas de informação no que condiz a construção ou não construção e ainda reforçar seu papel no desenvolvimento de cidades inteligentes. Parte-se da problemática da institucionalização recente (2019) do arquivo público municipal, tendo em vista que a Lei de Arquivos data de 1991, expressando uma não construção de políticas públicas de informação, ao mesmo tempo que se reconhece o esforço dessa instituição na consolidação dessa política. Discorre-se ainda sobre o lugar do arquivo público municipal na cidade de São Carlos, defendendo-o como um agente determinante para o desenvolvimento desta em uma cidade inteligente e humana.

Nessa parte da pesquisa foi realizado um Estudo de Caso (YIN, 2001) parcial, com base em fonte documental e registros de arquivo, visando obter um diagnóstico dessa instituição. Esse caso configura-se como a instrumentalização do que foi abordado no decorrer da pesquisa, em que a partir da revisão de literatura apresentada nas seções anteriores, foi possível identificar a potencialidade do arquivo público municipal, devidamente institucionalizado, como agente de gestão pública, memória e inovação no âmbito da cidade de São Carlos. O arquivo público municipal de São Carlos intitulado como Arquivo Público e Histórico, está diretamente ligado à Fundação Pró-Memória de São Carlos (FPMSC), por esse motivo apresenta-se primeiro essa fundação e depois o arquivo, visando ilustrar os movimentos que foram feitos desde a criação dessa fundação em 1993.

7.2.1 Fundação Pró-memória de São Carlos

A Fundação Pró-memória de São Carlos, órgão da administração pública municipal indireta, foi criada em 1993 através da Lei nº 10.655, de 12 de julho de 1993, a fim de atuar na preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural da cidade de São Carlos. Responsável pela reunião, conservação e disponibilização do conjunto documental originário do poder público, compreendendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da administração direta e indireta (SÃO CARLOS, 1993). Além da informação arquivística referente à gestão pública, também é composta de documentos de fundos e coleções privadas de interesse público e social, devido a seu valor histórico e para a memória. “Além disso, a FPMSC cataloga, inventaria e faz pesquisas dos bens patrimoniais materiais e imateriais de São Carlos (histórias, memórias, imóveis e locais históricos, biografias, etc)” (FPMSC, [201-]). A consulta é aberta ao público e há a divulgação do acervo no site, pensando na ampla disseminação e acesso a informação arquivística, sendo sua missão institucional, como supracitado, a de preservação e divulgação do patrimônio cultural de São Carlos, salvaguardando a sua memória.

Segundo o site da FPMSC, no sentido de ajudar nessa missão, em 2001 foi criada a Unidade de Patrimônio Histórico e Cultural que atualmente é a Divisão de Preservação do Patrimônio Material e Imaterial, que se reconhece como uma importante unidade para a construção do arquivo como agente de memória e inovação. Complementarmente, criou-se a Unidade de Pesquisa e Divulgação, que mais tarde foi transformada na Divisão de Pesquisa e Divulgação, substancialmente relevante para o fomento e realização de pesquisas. “Estas somaram-se à Unidade de Arquivo Público e Histórico, existente desde 1998, mas, totalmente reformulada a partir de 2001 [...] denominada Divisão de Arquivo e Documentação”. (FPMSC, [201-]).

Percebe-se que, na realidade, a criação da fundação veio com uma configuração de arquivo, uma vez que “Originalmente, a Pró-Memória foi criada para reunir e preservar documentos produzidos pela administração pública municipal. Mais tarde, sua lei de criação foi modificada e a instituição estabeleceu sua finalidade na preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural de São Carlos”. (FPMSC, [201-]). Então, pode-se entender que essa fundação surgiu primeiro como uma espécie de arquivo municipal e mais tarde assumindo o caráter multidisciplinar de fundação. Atualmente, as divisões são bem mais claras: há a fundação, responsável pelo patrimônio cultural da cidade, abrigando o arquivo público

municipal, uma biblioteca de apoio e os museus municipais. Em 2019, com a institucionalização do arquivo, essas separações ficaram ainda mais evidentes.

O crescimento acelerado e as transformações experimentadas pela cidade, principalmente a partir dos anos 1990, expuseram novas questões ao governo e à sociedade local. As necessidades sociais atreladas ao desenvolvimento urbano e a identidade local mobilizaram diferentes grupos, em especial os ligados às universidades são-carlenses, no sentido de planificar e buscar garantir transformações saudáveis para a cidade. Foram dessas mobilizações que projetos, como o plano diretor e a criação da Pró-Memória, visando a preservação do patrimônio histórico, ganharam fôlego e efetivo trabalho a partir dos anos 2000. (FPMSC, [201-]).

Com isso, percebe-se que durante esses anos, alguns passos foram dados em direção de se concretizar na cidade o arquivo público municipal, postura esta que continua nos dias de hoje, inspiradas por uma constante melhoria e fortalecimento dessa unidade cultural. Pensando na estruturação do arquivo público municipal, antes mesmo de sua institucionalização, a fundação realizou ações para consolidar o arquivo, em que se pode destacar algumas delas:

Reorganizar e divulgar o Arquivo Público e Histórico da Cidade;
Consolidar a instituição no município, tornando-a referência para a comunidade, através da: Promoção e incentivo de eventos culturais que valorizem a memória e a história local; Publicação de pesquisas próprias e de terceiros sobre a história da cidade; Realização de parcerias e convênios com instituições ou empresas que viabilizem ou ampliem a abrangência da atuação da Fundação (FPMSC, 2012, p. 2).

Em consequência dessa movimentação que ocorreu no período de 1993 à 2019 houve várias modificações, dentre elas a institucionalização do arquivo, trajetória essa pode ser expressa por meio de sua legislação: 1) Criação da FPMSC por meio da Lei Municipal nº 10.655, de 12 de julho de 1993; 2) Modificação por meio das leis 10.745/1993, 11.299/1997 e 11.874/1998; 3) Consolidação pela Lei nº 13.002/2002; 4) Modificação em sua estrutura administrativa e na composição de seus conselhos curador e fiscal através das leis nº 14.840/2008, 16.000/2012 e 17.612/2015. 5) Institucionalização do Arquivo Público Municipal pelo Decreto nº 540 de 28 de novembro de 2019.

A FPMSC possui um quadro diverso de servidores, ilustrando uma equipe multidisciplinar, dedicada com a temática do patrimônio cultural: Agente de Serviços Gerais; Agente em Educação Patrimonial; Arquiteto; Assistente Administrativo; Assistente em Documentação; Contador; Documentalista; Engenheiro; Historiador; Museólogo; Oficial de Manutenção; Procurador Jurídico; Técnico em informática; Sociólogo; Diretor Presidente; Diretor de Departamento; Assessor de Projetos Especiais; Chefe de Divisão; e Chefe de Seção. (SÃO CARLOS, 2021).

Para ilustrar a trajetória da FPMSC ao longo dos anos, apresentam-se duas figuras, uma do ano de 1930 (quando o prédio ainda era a antiga estação ferroviária) e outra do ano de 2019 (atual FPMSC), que expressam as suas diferenças ao mesmo tempo que mantém a sua essência.

Figura 7 - Estação Ferroviária ANO 1930



Fonte: Acervo Fotográfico Digital - FPMSC (1930).

Figura 8 - Estação Ferroviária 2019 (atual FPMSC)



Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos (2019).

O prédio da fundação está localizado na antiga estação ferroviária, que por si só já é uma expressão do patrimônio histórico e cultural da cidade de São Carlos. Inaugurado em 1884, representa o marco do complexo ferroviário da cidade, assistindo e participando da história e memória são-carlenses. (FPMSC, [201-]). Devido a expressão cultural e histórica da estação, esse conjunto arquitetônico da área da estação foi tombada em 2016 pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental (COMDEPHAASC). Tal construção possui mais de 135 anos e reflete um instrumento de história, que marcou as transformações dos últimos dois séculos, em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da cidade. A ação de tombamento proporcionou à São Carlos um amparo legal na direção de preservação desse bem patrimonial e cultural, fortalecendo assim o seu reconhecimento e valorização perante a sociedade. (FPMSC, [201-]).

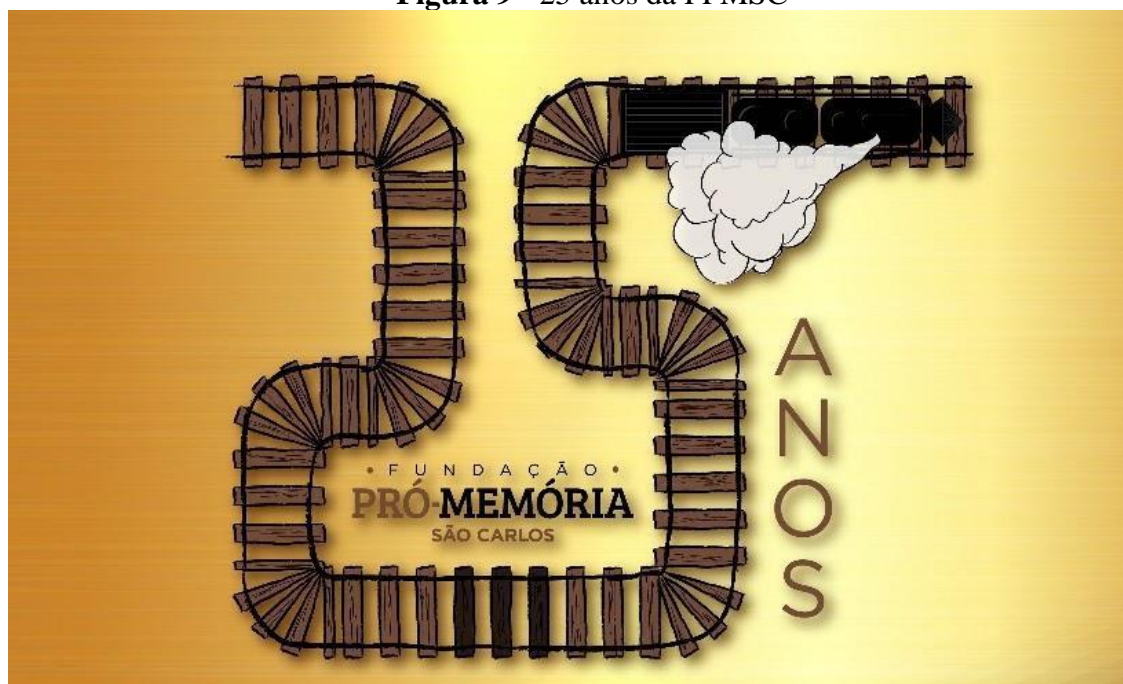
Visando a sua preservação e proteção, a Fundação Pró-Memória, responsável pelo edifício desde 1998, é a responsável por promover a preservação e divulgação desse espaço, atuando na salvaguarda da memória de São Carlos.

As características originais encontradas quando da posse do prédio pela Fundação Pró-Memória em 1998 têm sido tratadas e mantidas, num contínuo trabalho de preservação e de estudo. Reflexo positivo das políticas e ações implementadas é o retorno da população local e o aumento do número de visitantes turísticos, respondendo ao uso cultural e aos projetos de educação patrimonial empreendidos pela instituição responsável pela estação ferroviária (FPMSC, [201-]).

Além de estar instalada na antiga estação ferroviária, de atuar na preservação do patrimônio documental e cultural da cidade, a fundação atua ainda na educação patrimonial, realizando ações no sentido de conscientizar a população. Com isso, o valor histórico e cultural dessa estação se reforça, uma vez que “A estação ferroviária de São Carlos continua impactando a história e as memórias locais, agora trilhando caminhos diferentes, mas ainda significativos para a população local”. (FPMSC, [201-]).

Considerou-se pertinente trazer a imagem da comemoração de 25 anos da FPMSC, em 2018, pois metaforiza a trajetória da fundação fazendo alusão aos trilhos do trem, uma vez que a fundação está localizada na antiga estação ferroviária. Destaca-se que os caminhos trilhados só foram possíveis com a contribuição de todos os envolvidos profissionais envolvidos, além daqueles que são o motivo de sua existência: os cidadãos.

25 anos. Foram tantas as histórias vividas, as ações organizadas, os compromissos declarados e, acima de tudo, as responsabilidades assumidas pela construção de um papel ativo na defesa do patrimônio são-carlense, da sua história e de suas memórias. (FPMSC, 2018).

Figura 9 - 25 anos da FPMSC

Fonte: FPMSC (2018).

7.2.2 Ações da Fundação Pró-memória de São Carlos

Dentre os projetos, ações e programas que a fundação desenvolve, neste estudo destacou-se alguns considerados pertinentes à temática arquivística, tendo como base os Relatórios de Atividades Anuais, considerando que o relatório é uma ferramenta de transparência administrativa e prestação de contas da FPMSC. A fundação atua nas vertentes de eventos culturais, de difusão do patrimônio cultural, da recuperação de bens móveis, de ações educativas, da gestão administrativa e operacional, da gestão documental, entre outras. A fim de melhor visualizar o conteúdo desses relatórios, elaborou-se quadros⁶ que apresentam a descrição e síntese do que foi feito pela fundação durante o período de 2008 a 2019.

Recorreu-se ao recurso de destaque “negrito” para sinalizar aquelas ações, projetos e atividades que são pertinentes à temática arquivística, porque apesar de descrever o ator

⁶ Não foi possível acessar os relatórios anteriores a 2008 e os de 2020 e 2021, devido a sua não disponibilização no site. Os quadros elaborados são um recorte dos relatórios de atividades anuais, que podem ser consultados integralmente na área de “Transparências - Prestação de Contas”, do site da instituição: https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=212:2020

FPMSC, o foco desta pesquisa é olhar e compreender o ator arquivo público municipal. O Quadro 7 apresenta a estrutura de ações e metas a que está condicionada a FPMSC.

Quadro 7 - Programas, Ações e Metas da FPMSC 2018-2019

Programa 1: Gestão Administrativa	
Ação: Recursos Humanos e Operacionais	Meta 1 – Capacitar os servidores
	Meta 2 – Ampliar o quadro de servidores efetivos
	Meta 3 – Conceder bolsas de estágio, pesquisa e monitorias
	Meta 4 – Manutenção do quadro de pessoal e contratos
Ação: Publicidade	Meta 1 – Dar publicidade aos atos legais e demais atividades da instituição
Ação: Instalações físicas e Infraestrutura	Meta 1 - Dotar a sede de equipamentos, mobiliários e sistemas e realizar manutenções periódicas
	Meta 2 – Executar obras e serviços de manutenção nos edifícios sob responsabilidade da FPMSC
Programa 2 – Gestão de Acervos	
Ação: Gestão de Acervos	Meta 1 – Acondicionar e higienizar os acervos
	Meta 2 – Classificar e informatizar os acervos
Programa 3 – Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural de São Carlos	
Ação: Valorização e divulgação do Patrimônio Cultural de São Carlos	Meta 1 – Realizar eventos
	Meta 2 – Organizar exposições
	Meta 3 – Publicar materiais
	Meta 4 – Produzir lembranças sobre São Carlos
Ação: Educação e Preservação	Meta 1 – Executar intervenções pontuais
	Meta 2 – Oferecer oficinas e palestras

Fonte: adaptado de FPMSC (2008 - 2019).

Para esse quadro, utilizou-se apenas a estrutura apresentada nos relatórios de atividades de 2018 e 2019 pois seguem a mesma distribuição das ações, programas e metas. No entanto,

apesar dos relatórios anteriores não seguirem a estrutura idêntica dos de 2018 e 2019, a estrutura é muito similar, por isso optou-se apenas por esses dois últimos, a fim de não tornar o quadro exaustivo. A ação de “Adiantamentos” e os valores referentes aos adiantamentos não foram considerados para os quadros, pela mesma razão indicada. Esse quadro apresenta claramente a estrutura da fundação, podendo-se destacar os três programas que norteiam as demais atividades: Gestão Administrativa; Gestão de Acervos e Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural de São Carlos.

O Quadro 8 é um complemento explicativo do conjunto de programas, ações e metas, apresentado no quadro anterior. Novamente recorre-se ao negrito para fazer um convite para a temática arquivística.

Quadro 8 - Ações da FPMSC

Eventos culturais	atividades culturais que contribuam para a preservação e disseminação da memória local e regional.
Difusão do Patrimônio cultural	As pesquisas e a divulgação dos trabalhos da instituição permitem a um número cada vez maior de cidadãos o acesso às informações sobre a história de São Carlos e ao conhecimento sobre a constituição e formação do Município, fazendo-os co-responsáveis pela permanência da memória e dos bens patrimoniais relevantes ao Município.
Recuperação de bens móveis	Colaborar com outros órgãos da administração direta e indireta na elaboração de projetos e na execução de obras para a recuperação de bens patrimoniais e sítios históricos do Município.
Ações educativas	Oferecer cursos , promover ações , desenvolver materiais didático-pedagógicos e auxiliar na formação para divulgação e maior conhecimento sobre o patrimônio cultural do Município.
Gestão administrativa e operacional	O aprimoramento dos métodos de atendimento, a introdução de tecnologias mais atualizadas e a aquisição de equipamentos propiciam a melhoria das condições de trabalho para os servidores da instituição, como também agilizam e tornam mais eficientes os serviços ofertados por esta Fundação.
Gestão de documentos e informação com a implantação do SIMARQ	Executar as ações necessárias à gestão do acervo que compõem o Arquivo Público e Histórico do Município. Justificativa: Implantar em conjunto com as demais secretarias municipais o "Sistema Municipal de Arquivos", para que a gestão documental da administração pública municipal seja realizada de maneira mais transparente e eficiente , sendo de responsabilidade da instituição a coordenação das atividades referente ao arquivo permanente .
Gestão de Acervos	Promover ações necessárias à gestão dos acervos que compõem o Arquivo Público e Histórico do Município, o Museu de São Carlos e o Museu Tinho Leopoldino Justificativa: Implantar políticas públicas de arquivo e de gestão de documentos e informações

Fonte: adaptado de FPMSC (2008 - 2019, grifo nosso).

O Quadro 9 é um desdobramento dos pontos colocados pelos quadros anteriores, apresentando algumas atividades que foram desenvolvidas no período de 2008 a 2019, consideradas passíveis de serem destacadas.

Quadro 9 - Atividades da FPMSC de 2008 a 2019

EVENTOS	EXPOSIÇÕES
<p>Anuais: São Carlos Matsuri; Semana Nacional dos Museus; Semana Nacional de Arquivos; Encontro de Ferreomodelismo de São Carlos; Primavera dos Museus; Desfile 4 de novembro; Mostra das Oficinas Patrimoniais; Encontro Paulista de Museus; Encontro de Ferreomodelismo de São Carlos; Concurso de Monografias da Fundação Pró-Memória de São Carlos</p> <p>2018: Festival Internacional de Co-Empreendedorismo e CoInovação</p> <p>2017: Entrega dos Recursos de Acessibilidade do Museu de São Carlos; Comemoração dos 60 anos do Museu de São Carlos</p> <p>2016: Cine Museu de Pedra; Circo da Ciência da UFSCar; Estação Cultura para Todos: acessibilidade e ampliação de práticas culturais;</p> <p>2015: 67ª Reunião Anual da SBPC – UFSCar; 1ª Feira do Livro; Feira de Natal;</p> <p>2014: Global Village; multicultural; 130 anos da Estação Ferroviária de São Carlos; Cinema nos Distritos</p> <p>2013: Feira de Arte e Artesanato 2013</p> <p>2012: 12ª Semana Casa do Pinhal; Salão Regional de Turismo e Mostra de Ciência, Tecnologia e Inovação; Estação Leitura</p> <p>2011: Mostra de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Municipais; Semana Euclidiana;</p> <p>2009: Semana Pró Casa do Pinhal - Tema “Arte e Patrimônio: Ensinar, Aprender e Preservar”; Concurso Anual de Monografias</p> <p>2008: Comemorações dos 100 anos da Imigração Japonesa; Tocha da Amizade</p>	<p>2019: A chegada da República: Brasil, 1889; Itinerância das exposições da FPMSC;</p> <p>2018: A Morada dos mortos; Um lar em outras terras; “70 anos da Sede Avenida do São Carlos Clube”.</p> <p>2017: Criação do “Banco de Exposições” da FPMSC; [In] Delicadeza in Box ; Nossa história registrada em documentos de arquivo; São Carlos preserva sua memória para não esquecer seu futuro; 60 anos do Museu de São Carlos</p> <p>2016: As escolas de São Carlos na Primeira República”; A Presença Negra em São Carlos; Somos Esporte!</p> <p>2015: Para uma Sociedade Sustentável; Indígenas em São Carlos: diversidade e contemporaneidade</p> <p>2014: A presença da Cultura Árabe em São Carlos; Exposição de miniaturas de bondinhos;</p> <p>2013: Memórias e brinquedos; São Carlos revelada e outras histórias; Com o passar dos trilhos; Santa Eudóxia entre o rural e o moderno; A Presença Italiana em São Carlos; A presença japonesa em São Carlos (FDD)</p> <p>2012: Cidade Revelada; Galeria dos Prefeitos; Luís Saia – Memória e Política</p> <p>2011: Xikrin’Kayapó: ciência e arte entre os povos</p> <p>2010: Cem anos do Dia Internacional da Mulher; Orquídeas (Festa do Clima); Exposição na Igreja Santo Antônio; A Presença Portuguesa em São Carlos; Estação Viva</p> <p>2009: 120 anos da República; História do Futebol em São Carlos</p> <p>2008: História dos Bairros; Conhecer para Preservar"</p>
PUBLICAÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> - Práticas fúnebres em São Carlos, de Julio Roberto Osio. 2019 - Reflexões pedagógicas para a Educação Infantil no município de São Carlos, da Secretaria Municipal de Educação. 2019 - Da senzala para onde? Negros e negras na pós-abolição em São Carlos/SP (1880-1910), de Joana D´arc de Oliveira. 2018 - Fogo e Vapor: aspectos da história de São Carlos a partir da ferrovia. FPMSC. 2017 - “Memórias da Educação Infantil: histórias das primeiras creches municipais de São Carlos”. Gabriela G. C. Tebet, Maria Cláudia Fragelli, Priscila H. D. Oliveira (orgs). 2016 - “Histórias do tempo do vovô”. Sebastião de Oliveira Rocha (1892-1956). FPMSC. 2016 - Guia de Fundos e Coleções 3ª ed. FPMSC. 2016 - A Guerra Civil de 1932. FPMSC. 2016 	

- **Memórias do Instituto** (1912-1976). Edição revisada da obra de Maria Christina Girão Pirolla sobre a Escola Normal de São Carlos, publicada originalmente em 1988. 2016
- **Histórias Curiosas de São Carlos**. FPMSC e Estúdio Lucidi. 2016
- **Revista em quadrinhos “Fundação Pró-Memória de São Carlos: arquivo, patrimônio e história”**. Projeto IPHAN. 2016
- Livro “Praças de São Carlos”. FPMSC. 2014
- “O prato da casa”, vinculado ao Festival Gastronômico de mesmo nome realizado em São Carlos durante o segundo semestre de 2014. 2014
- Catálogo da Exposição “A Divina Comédia: Dalí rumo ao paraíso e Dante”. FPMSC. 2014
- Guia do Museante, com dicas para os visitantes, educação patrimonial e atividades para crianças. FPMSC. 2014
- **Caderno de Pesquisa “A Presença Japonesa em São Carlos”**. FPMSC. 2014
- Livreto “Galeria dos Prefeitos: Sala Antonio Massei”. FPMSC. 2014
- Versos ao Céu (Projeto Nair Neves). FPMSC. 2014
- Percursos 4 – caixas de cartões. FPMSC. 2014
- Versos da Terra. FPMSC. 2011
- A Guerra de Canudos em Quadrinhos. FPMSC. 2011
- Percursos 3 - cartões informativos. FPMSC. 2011
- Cartilha de Orientação aos proprietários de imóveis históricos. FPMSC. 2011
- Estação das Flores. FPMSC. 2010
- Cadernos de pesquisa com os trabalhos: O Poder Executivo em São Carlos e Presença Imigrante em São Carlos. FPMSC. 2009
- Percursos 2 – cartões informativos. FPMSC. 2009
- “**São Carlos de Todos os Povos 150 anos**”, de Emídio Luisi. 2008
- “A Formação da Indústria no Interior Paulista: um estudo sobre o papel do pequeno capital na industrialização de São Carlos”, monografia de Maria Claudia Nunes Grimberg. 2008

ORGANIZAÇÃO DE CURSOS E PALESTRAS	OUTRAS ATIVIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Itinerários: desenhando pelo patrimônio cultural de São Carlos - 2019 - Migrantes e Imigrantes: quem são os são-carlenses? - 2019 - Preservar e conservar para não ter que restaurar - 2019 - Introdução à gestão de acervos - 2019 - Formação dos bairros de São Carlos - 2016 - Palestra “Papel da Fundação Pró-Memória na preservação do patrimônio histórico e cultural” - 2016 - “A posse do Brasil” e “O mito Tiradentes” - 2016 - Mesa redonda "Pró-Memória" durante a II SEMANAU-IAU/USP - 2016 - “Formas de organização de acervos culturais” – 2016 - Palestra “Poligonal Histórica: conquistas e desafios da Preservação Patrimonial em São Carlos” - 2016 - 1º Curso de Formação Continuada em Educação em Museus. Integrando o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) em parceria com o Museu da Língua Portuguesa e a Fundação Pró-Memória de São Carlos - 2014 - Apoio na realização da oficina “O papel dos museus no desenvolvimento da educação patrimonial” oferecido pelo Sistema Estadual de Museus (SISEM) - 2013 - Apoio ao curso “Que público é esse?” oferecido pela empresa Percebe Educa (São Paulo). - 2013 - 6ª Primavera dos Museus. Mesa redonda com o tema "Museu e Ferrovia" - 2012 	<ul style="list-style-type: none"> - Prêmio Memorial Digital e lançamento do site do Arquivo Digital Fotográfico - 2017 - Museu 60: videodocumentário desenvolvido pelo Museu de São Carlos - 2017 - Pesquisas FPMSC: Cemitérios públicos de São Carlos; O mundo do trabalho em São Carlos; História Oral; - Praças de São Carlos; Imóveis de interesse histórico - 2016, permanentes. - Convênio celebrado com o IPHAN – projeto “Estação Cultura para Todos: acessibilidade e ampliação de práticas culturais” - 2015- Projeto técnico com maquete eletrônica para adequação do galpão da Rua Itália para instalação do Arquivo Público e Histórico da cidade. - 2015 - Tombamento da Estação Ferroviária de São Carlos - 2015 - Concurso Anual de Documentários – Doc São Carlos - 2013 - Criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos – COMDEPHAASC - 2013 - Implantação do SIMARQ: Gestão de Documentos e Informação - 2013 - Documentário “Associação Nipo-Brasileira de São Carlos” - 2012 - Videodocumentário “Flores de maio” - 2011 - Videodocumentário “A Associação Nipo-Brasileira de São Carlos” - 2011

<p>- III Encontro para a Construção do Sistema Municipal de Museus - 2012 2011</p> <p>- 1ª Semana de Patrimônio. Tema "Patrimônio para todos: direitos e conquistas" - 2012</p> <p>- 2ª edição da Semana do Arquivo - 2012</p> <p>- Curso Fatos e Fotos - 2010</p> <p>- "Piuí, a Maria Fumaça vem aí" - 2010</p> <p>- Exposição do Armazém Cultura de Água Vermelha - 2010</p> <p>- Workshop de Modelagem Digital Aplicada à Preservação do Patrimônio - 2010</p> <p>- Palestra: Gestão de Documentos e Informação da Prefeitura Municipal de São Carlos</p> <p>- Curso de iniciação ao restauro Local - 2009</p> <p>- Curso de maquetes estruturais Local - 2009</p>	<p>- São Carlos. DOC: concurso de roteiro para videodocumentários sobre a cidade e o município - 2011</p> <p>- Acervo fotográfico da Escola Normal - 2011</p> <p>- Projeto Versos da Terra: seleção de textos e diagramação para publicação de um livro de poemas selecionados do autor José Paulo Maciel. - 2010</p> <p>- Projeto: Valorização da Cultura Nipo-Brasileira na Cidade - 2010</p> <p>- Linha História Política de São Carlos - Radiologia em São Carlos</p> <p>- Linha História da Saúde em São Carlos</p> <p>- Sua História e Tradições Fundo de Defesa de Direitos Difusos/Ministério da Justiça</p> <p>- Vídeo-documentário "Memórias da Vila Prado", realização em parceria com a TVE e UATI/FESC-2009</p> <p>- Concurso Monumento Sesquicentenário - 2008</p> <p>- Concurso Literário do Sesquicentenário - 2008</p> <p>- Concurso de Redação - 2008</p>
AÇÕES EDUCATIVAS	PRESERVAÇÃO
<p>2016: Férias no Museu; Atividades na EMEB Antônio S. Moruzzi; Visita monitorada especial da EJA ao Museu de São Carlos; Gravação TVE; Encontro Regional de Museus - RA Central do Sistema Estadual de Museus;</p> <p>2015: A Guerra Civil de 1932" do Museu de São Carlos; Oficina "Inventando brinquedos com materiais alternativos"; Visitas educativas ao Bonde da Vila Nery</p> <p>2014: Visitas monitoradas à exposições (Anual)</p> <p>2013: Projeto História Oral; Percursos: Foi executada a instalação de placas de identificação de imóveis; Projeto "Por dentro do Bonde"; Atividades educativas no Museu de São Carlos; Material de apoio didático: O Bonde do Balão</p> <p>2012/211: São Carlos de Todos Nós. Encontros de formação com coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação; Percursos: 25 novos imóveis identificados; Projeto A Presença Japonesa em São Carlos; Projeto "Por dentro do bonde" ; Visitas monitoradas Percursos; Cartilha de Patrimônio; São Carlos de Todos Nós; Educação para as relações étnico-raciais; Guia de visitação aos bens patrimoniais de São Carlos destinado aos professores envolvidos no projeto São Carlos de Todos Nós; Apostilas sobre a Industrialização em São Carlos, Roteiro Urbano ou Fazenda Santa Maria</p> <p>2010/2009: foram iniciadas a maioria das atividades acima</p> <p>2008: Campanha para doação de muda para o Bosque das Cerejeiras em comemoração aos 100 anos da</p>	<p>2019: Recuperação do Memorial do Bonde; Levantamento fotográfico e vistoria das condições de preservação dos monumentos históricos de São Carlos; Vistoria para orientação de pintura externa à Igreja Santo Antônio, na Vila Prado; Vistoria e levantamento fotográfico da Biblioteca Distrital de Água Vermelha, com a finalidade de reformular a exposição histórica lá instalada; Avaliação da solicitação do CDCC, sobre a instalação do busto de Dante Alighieri na instituição durante o ano de 2020; Reposição do busto de Jesuíno de Arruda, a ser realizada no ano de 2020 (Praça Maria Gertrudes de Arruda); Manutenção no relógio da fachada da Estação Ferroviária;</p> <p>2018: Inventariamento da peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Babilônia; Cemitérios em São Carlos; São Carlos e seus ofícios: história do trabalho e suas relações sociais – exposição de média duração do Museu de São Carlos prevista para 2020; Participação em projetos em parceria com universidades: "Projeto Percursos Virtuais: Colaboração em Narrativas do Patrimônio Cultural de São Carlos - SP" (FPMSC e IAU-USP, em andamento); "Projeto de Atualização do Mapeamento da Poligonal Histórica de São Carlos (Emapic+Consul para o Patrimônio Cultural Colaborativo" (FPMSC, IAU-USP e CartoLabEspanha, em andamento)</p> <p>2016: Tombamento da Estação Ferroviária –</p> <p>2015: Participação na elaboração do Plano Diretor de São Carlos</p> <p>2013/2012: Programa de TV "Conhecer para Preservar": veiculação na TV Educativa de São Carlos.</p> <p>2011: Acompanhamento de obras de recuperação de bens culturais</p>

<p>imigração japonesa; Distribuição do material didático “São Carlos, eu e minha cidade.</p>	<p>2009: Ampliação e revisão da lista de imóveis com desconto de IPTU; Projeto Percursos, que reviu as etapas de identificação dos bens de interesse histórico-cultural; Instituição de mecanismos de política de preservação de bens patrimoniais declarados de interesse histórico-cultural; Tombamento da igreja Santo Antônio em parceria com o COMDEPHAASC</p>
<p>CAPACITAÇÃO</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Aperfeiçoamento em Liderança - Delegado do Serviço Militar de São Carlos - 2018, 2019 - Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais - 2018, 2019 - Curso de capacitação para Gestão Documental e Avaliação de Arquivo - 2019 - Laboratório de elaboração de tabelas de temporalidade - Centro de Apoio à Pesquisa Histórica USP - 2019 - V Seminário de Política de Informação e Memória. UMMA-UFSCar - 2010, 2019 - 19º Encontro Paulista sobre Gestão Documental e acesso à Informação - 2018 - Encontro Paulista de Museus - 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 - Especialização “Museografia e Patrimônio” cursado pela historiadora Vanessa Dias nas Faculdades Claretianas - 2017 - Colóquio Internacional Brasil-Itália “Desenho na História” promovido pelo IAU-USP - 2017 - Palestra “Tecnologias digitais aplicadas para a documentação do patrimônio arquitetônico” IAU-USP - 2017 - 2º Seminário do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios: “Reflexões sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro” promovido pelo IAU-USP - 2017 - Oficina de Elaboração de projetos culturais - Editais ProAC Museus - 2016 - Palestra “Papel da Fundação Pró-Memória na preservação do patrimônio histórico e cultural” - 2016 - I Seminário de Museus, Memória Ferroviária e Paisagens Culturais - 2016 - Curso “O Impacto da Eficiência na Gestão Pública”, oferecido pela Escola Municipal de Governo - 2016 - XIV Semana Jurídica - 2016 - X Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas, “Museus, identidades, territórios” - 2016- Curso de Intermediário de Libras - 2015 - Curso “A instituição na web: mídias digitais para o serviço público” - 2015 - Oficina "Elaboração de Projetos Museológicos" - 2015 - Seminário “O PCH/Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos” - 2015 - Curso de Capacitação para Museus - 2014 - Seminário “Laboratório de Gestão - processos e ferramentas” - 2014 - Curso de Libras – EMG/FESC - 2014 - Oficina Prêmio Memorial Digital - 2014 - Curso “Gestão por competências” - Escola Nacional de Administração Pública - 2013 - Fórum CPC-USP: Debates sobre Patrimônio Cultural - 2013 - Curso de extensão “Planejar é preciso... perspectivas museológicas para o século XXI” - 2013 - “Gestão documental”, Central de Operações do Programa de Tecnologia - 2013 - “Colaborações: trocas entre comunidades, museus e práticas educativas Colômbia-Brasil” - 2013 - XI Encontro Paulista sobre Gestão Documental e Acesso à Informação: a Lei de Acesso à Informação nos Municípios - 2013 - Escola de Governo: participação dos servidores em diversos cursos - 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 - Oficina de Conservação de Documentos Históricos em Papel, com a Profª Norma Cassares, oferecido pela UEIM/UFSCar. - 2012 - Evento de arquivos na Unicamp - 2012 - Seminário de capacitação em conservação de acervos patrimoniais na Fazenda Santa Maria do Monjolinho-2012 - Palestra sobre preservação de acervo museológico em Descalvado - Sistema Estadual de Museus (SISEM) - 2012 - Curso de Especialização em Gestão de Patrimônio Cultural - 2011 - Visitas técnicas pelos funcionários do Arquivo: Memorial do Imigrante, Arquivo do Estado, Arquivo da UNICAMP - 2011 - Redação de Divulgação Científica (Legulus) - 2011 - Seminário Internacional Ferrovia, Patrimônio e Documentação - 2011 	

- **III Fórum Mestres e Conselheiros: Municipalização do Patrimônio e Educação Patrimonial (UFMG)** - 2011
- Seminário "Patrimônio Cultural, Caminhos e Oportunidades" (CONDEPHAAT/SP) - 2011
- Palestra "Implantação do Birô de Digitalização registrada com Certificação Digital-ICP Brasil" - Prefeitura Municipal de Sertãozinho - 2011
- **Curso "Conservação e preservação de arquivos fotográficos"** - Fazenda Santa Maria do Monjolinho - 2011
- Oficina de Conservação Fotográfica - UEIM UFSCar - 2011
- **Curso de Especialização em Gestão de Patrimônio Cultural** - UFMG - 2010
- **Fórum Nacional de Cidades Históricas** - 2010
- **Curso de Capacitação Arquivo Pessoal** - 2010
- **Curso de Capacitação Preservação de Documentos Digitais** - 2010
- 5º Seminário de Implantação de Trens Turísticos e Culturais, realizado em Campinas-SP - 2009
- 8º DOCOMOMO Brasil, seminário com a temática geral **Cidade Moderna e Contemporânea: paradoxo e síntese das artes**, realizado no Rio de Janeiro-RJ - 2009
- **Semana Inaugural do Arquivo Público e Histórico da Cidade**, realizado em São Carlos-SP - 2009
- Seminário Os Desafios do Urbanismo na França e no Brasil sobre urbanismo para discutir o intercâmbio entre Brasil e França, inclusive no âmbito do patrimônio urbanístico, realizado em Salvador-BA - 2009
- **7º Seminário de Museologia, História e Documentação "Organização e gestão de arquivos municipais"** - 2009
- II PET CULTURAL - UNESP. Mesa Redonda: "Ação Cultural: experiências em unidades de informação". Apresentação: "**Ação Cultural em unidades de informação – a experiência da Fundação Pró Memória de São Carlos**"

Fonte: adaptado de FPMSC (2008 - 2019, grifo nosso).

É possível visualizar, que a FPMSC realiza importantes atividades de proteção e preservação do patrimônio cultural de São Carlos, bem como é atuante na consolidação da questão arquivística na cidade, por esse motivo apresenta-se alguns exemplos das ações que envolvem o arquivo, com base nas informações presentes no Quadro 9, a partir dos Relatórios de Atividades dos anos de 2008 a 2019.

Assume-se que a organização e participação em eventos é de suma importância para o intercâmbio de ideias, para o alinhamento das iniciativas de diversas cidades e regiões, para o diálogo entre profissionais e instituições, e para o fortalecimento da área arquivística. A participação da FPMSC no evento anual, "Semana Nacional de Arquivos", é potencialmente importante para que o arquivo público de São Carlos possa manter-se atualizado das questões arquivísticas nacionais. Destacou-se também, a participação do Museu de São Carlos no "Festival Internacional de Co-Empreendedorismo e Co-Inovação (COPESP)" em 2018, que discutiu o tema de ecossistema de inovação, Agenda 2030 e os ODS. Apesar de não ter sido o arquivo a participar, considerou-se interessante destacar devido a pertinência com o assunto de inovação, mostrando que a FPMSC está inclinada a acompanhar as discussões acerca dessa temática. Em 2011, a fundação participou da "Mostra de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Municipais", o que evidencia a preocupação no fortalecimento dessas políticas, o que pode ser muito valioso para a construção de políticas públicas de informação, defendida nesta pesquisa.

A organização de exposições configura-se como uma atividade de considerável relevância, uma vez que aproxima o cidadão das temáticas de patrimônio e arquivo, em que pode-se destacar as seguintes exposições: em 2017, as exposições “Nossa história registrada em documentos de arquivo”; e “Fundação Pró-Memória de São Carlos: São Carlos preserva sua memória para não esquecer seu futuro” refletem a preocupação da instituição em unir a temática arquivística com a histórica, sinalizando a importância da preservação para o passado, presente e futuro. Algumas exposições demonstraram iniciativas visando uma maior representatividade de grupos historicamente esquecidos, como as mulheres, negros e indígenas, são elas: “A Presença Negra em São Carlos”; ocorrida em 2016; “Indígenas em São Carlos: diversidade e contemporaneidade”, em 2015; “Santa Eudóxia entre o rural e o moderno”, em 2013; “Xikrin’Kayapó: ciência e arte entre os povos”, em 2011; e “Cem anos do Dia Internacional da mulher” em 2010. Destaca-se ainda o projeto “Conhecer para Preservar”, em 2008, abordando a temática do patrimônio cultural e a metodologia de educação patrimonial, em 2008.

A elaboração e oferta de cursos, palestras e atividades de ação educativa, mostram-se imprescindíveis para disseminar o conhecimento acerca do patrimônio e arquivo, por isso destacou-se algumas delas, pertinentes a temática arquivística: em 2019, a palestra “Itinerários: desenhando pelo patrimônio cultural de São Carlos”; a palestra “Migrantes e Imigrantes: quem são os são-carlenses?”; a palestra “Preservar e conservar para não ter que restaurar”; o minicurso “Introdução à gestão de acervos”; e em 2012, o “III Encontro para a Construção do Sistema Municipal de Museus”; a “1ª Semana de Patrimônio, como o tema Patrimônio para todos: direitos e conquistas; e a “2ª edição da Semana do Arquivo.

Atividades voltadas à preservação foram igualmente destacadas, considerando que são importantes para a salvaguarda da memória da instituição e da cidade. Tendo isso em vista, destacou-se algumas ações realizadas em parceria com universidades, que surtiram um efeito positivo na cidade: o “Projeto Percursos Virtuais: Colaboração em Narrativas do Patrimônio Cultural de São Carlos - SP” da FPMSC em parceria com o IAU-USP em 2018; o “Projeto de Atualização do Mapeamento da Poligonal Histórica de São Carlos para o Patrimônio Cultural Colaborativo” da FPMSC em parceria com o IAU-USP; o “CartoLabEspanha”, em 2018; o tombamento da estação ferroviária, em 2016; a participação na elaboração do Plano Diretor de São Carlos em 2015; o “Projeto Percursos”, que reviu as etapas de identificação dos bens de interesse histórico-cultural, em 2009; e a instituição de mecanismos de política de preservação de bens patrimoniais declarados de interesse histórico-cultural, em 2009. Ademais, destacou-se outras atividades devido a sua pertinência com o arquivo: em 2017 foi apresentado o projeto

e a entrega oficial do “Prêmio Memorial Digital” e o lançamento do site do “Arquivo Digital Fotográfico”; em 2015 foi firmado um convênio com o IPHAN para o projeto “Estação Cultura para Todos: acessibilidade e ampliação de práticas culturais”; foi realizado um projeto técnico com maquete eletrônica para adequação do galpão da Rua Itália para instalação do Arquivo Público e Histórico da cidade.

Destacou-se também algumas das participações em ações de capacitação pela equipe da FPMSC, tão importantes para a atualização e o aperfeiçoamento profissional: o “Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais”, em 2018 e 2019, o que expressa a preocupação com a gestão pública; o “Curso de capacitação para Gestão Documental e Avaliação de Arquivo”, em 2019; o “V Seminário de Política de Informação e Memória. UMMA-UFSCar” ocorrido no período de 2010 a 2019; o “19º Encontro Paulista sobre Gestão Documental e acesso à Informação”, em 2018; o “2º Seminário do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios: Reflexões sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro”, promovido pelo IAU-USP em 2017; a palestra “Papel da Fundação Pró-Memória na preservação do patrimônio histórico e cultural”, em 2016; o curso “A instituição na web: mídias digitais para o serviço público”, em 2015; a oficina “Prêmio Memorial Digital”, em 2014; a atividade “Gestão documental: central de operações do programa de tecnologia, em 2013; o “XI Encontro Paulista sobre Gestão Documental e Acesso à Informação: a Lei de Acesso à Informação nos Municípios”, em 2013; o “Curso de Especialização em Gestão de Patrimônio Cultural” realizado em 2011; as visitas técnicas pelos funcionários da fundação as seguintes unidades: Memorial do Imigrante, Arquivo do Estado, Arquivo da UNICAMP, todas em 2011; o “Seminário Internacional Ferrovia, Patrimônio e Documentação”, em 2011; o “III Fórum Mestres e Conselheiros: Municipalização do Patrimônio e Educação Patrimonial (UFMG)”, em 2011; o curso de “Conservação e preservação de arquivos fotográficos” realizado pela Fazenda Santa Maria do Monjolinho em 2011; o “Curso de Especialização em Gestão de Patrimônio Cultural na UFMG”, em 2010; o “Fórum Nacional de Cidades Históricas”, em 2010; o “Curso de Capacitação Arquivo Pessoal”, em 2010; o “Curso de Capacitação Preservação de Documentos Digitais”, em 2010; e para finalizar, em 2009 a fundação participou do “7º Seminário de Museologia, História e Documentação: organização e gestão de arquivos municipais”, sendo que este último expressa veementemente que a preocupação com a institucionalização e fortalecimento do arquivo público municipal é antiga.

Ações técnico científicas, como publicações, são de fundamental relevância para a disseminação do conhecimento, que no caso da FPMSC, expressam os trabalhos realizados por

esta em parceria com outras instituições, na cidade de São Carlos. Reitera-se que as parcerias, tanto para publicações quanto para as demais ações são relevantes e demonstram o constante diálogo entre as instituições. Caldas (2009) reforça esse argumento, ao sinalizar que as parcerias entre unidades culturais - como os arquivos, com outras instituições, são muito enriquecedoras no contexto de cidades inteligentes, imprescindíveis para o progresso das cidades. Com isso em mente, apresenta-se algumas das publicações realizadas pela FPMSC em parceria com outras pessoas e instituições: em 2018, a publicação “Da senzala para onde? Negros e negras na pós-abolição em São Carlos/SP (1880-1910)”, de Joana D’arc de Oliveira, expressa uma maior preocupação com a salvaguarda da memória e história da comunidade negra em São Carlos.

Em comemoração aos 150 anos da cidade de São Carlos, em 2008, foi lançado o livro-catálogo “São Carlos de Todos os Povos 150 anos”, de autoria de Emídio Luisi, com fotos antigas e atuais da cidade de São Carlos. Faz parte de um projeto iniciado em 2005, que recebeu apoio de patrocinadores através da Lei de Incentivo à Cultura, para a confecção do livro e exposição artística, contando com a colaboração da Fundação Pró-memória e outras instituições, sendo um exemplo do diálogo entre a área arquivística com as políticas públicas de cultura. Aproximando a cidade de São Carlos de seu jovem cidadão, houve no mesmo ano a distribuição gratuita da publicação didática “São Carlos, eu e minha cidade” para todas as escolas de ensino fundamental da cidade, sendo que essa obra também foi idealizada com a parceria entre a fundação e outras instituições. Essa ação representa a transversalidade do arquivo e patrimônio com a área de educação, mostrando-se substancialmente positiva, pois considerando que as crianças e jovens são o futuro, devemos trabalhar na conscientização para ter esperanças de que o mundo melhore. Reitera-se a necessidade das ações educativas acontecerem de modo constante, não se limitando a ações pontuais, visando aproximar efetivamente a escola do arquivo.

A publicação “Café, Indústria e Conhecimento: São Carlos, uma história de 150 anos”, de Oswaldo Mário Serra Truzzi, Paulo Reali Nunes e Ricardo Tilkian, publicada no de 2008, é igualmente uma publicação da fundação junto com outras instituições, com o intuito de mostrar a história do município de São Carlos. Salienta-se que essas publicações proporcionam maior visibilidade, tanto para a FPMSC quanto para a cidade. Por último, destaca-se a publicação em forma de revista em quadrinhos, “Fundação Pró-Memória de São Carlos: arquivo, patrimônio e história”, em 2016, elaborada por um projeto da fundação em parceria com o IPHAN. Visualiza-se essa publicação como uma ação de divulgação da fundação e uma potencial maneira de aproximar o cidadão da temática, usando o recurso de revista em quadrinhos como

meio atrativo de interesse da comunidade. Essas ações são importantes para passar adiante o conhecimento, fomentando o interesse e dando acesso a informação, ao patrimônio documental, a memória e história da cidade, pois o indivíduo é ator essencial para a construção da cidade e, portanto, o conhecimento deve chegar até ele.

Expressando o positivo movimento de firmar parcerias, destaca-se outras ações vistas como interessantes: em 2019, o projeto “Percurso Virtuais”, de iniciativa da FPMSC e do IAU USP, instalaram *Care Code* (QR) na estação ferroviária de São Carlos e em outros prédios de interesse histórico, a fim de preservá-los e divulgá-los. O projeto “Funções socioambientais da cidade: estudo sobre a reabilitação de imóveis de interesse histórico no Brasil e em Portugal” foi uma parceria entre a FPMSC e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFSCar. Esses são exemplos de parcerias mais recentes, no entanto estas ocorrem desde antes, como por exemplo, em 2009, a meta de aproximar-se de instituições similares para fomentar a área de patrimônio e cultura, foi alcançada ao longo desses 10 anos. Nesse período, foi firmada uma parceria com o Arquivo da Secretaria Municipal de Agricultura, para o tratamento dos documentos e montagem de uma sala para comportar o arquivo; uma parceria com a Unidade de Informação e Memória da UFSCar (UEIM UFSCar), para o trabalho de digitalização de coleções de jornais; além de parcerias com as Fazendas Paulista Históricas localizadas no município de São Carlos, dentre outras.

Conforme os quadros expressam, os caminhos percorridos pela FPMSC são significativamente positivos e demonstram uma evolução, tanto na incorporação da temática arquivística quanto no desenvolvimento de suas ações direcionadas à salvaguarda da memória e patrimônio cultural da cidade de São Carlos. Segundo a fundação, o ano de 2008 foi potencialmente produtivo, representando o término de duas gestões contínuas, de 2001 e de 2005 e concluindo a sua reestruturação interna, consolidando-se na cidade. (FPMSC, 2008).

Inserindo-se em um ambiente digital, que auxilia na expansão da divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela fundação, a FPMSC fez um movimento de adesão às redes sociais, que atualmente são: site da instituição, *facebook* institucional, *instagram* e canal no *youtube*, ampliando o acesso e democratizando o conhecimento, uma vez que atrai uma diversidade de público. A proatividade nas redes sociais fornece uma alternativa complementar, que pode ser evidenciada no momento atual, em que se vive o contexto da pandemia pela Covid-19, em que foi necessário assumir um modelo virtual e digital para respeitar as medidas de isolamento social, a fim de minimizar os impactos negativos que a pandemia trouxe.

Nesse sentido, a FPMSC chegou em 2021 e continua em sua missão, mesmo nesse cenário desolador de pandemia, atuando de modo remoto, fazendo uso das redes sociais para continuar sua atuação. Em consulta ao site da instituição e as redes sociais desta, foi possível observar, no período de 2020 e 2021 houve a intensificação do uso das redes sociais pela FPMSC, com postagens diárias referentes a assuntos como a história e a memória da cidade de São Carlos, sobre cidadania, pessoas, patrimônio material e imaterial, sobre os museus e sobre o arquivo. Postagens com informações acerca da Covid-19 e vacinas, de utilidade pública e de conscientização, por exemplo, contra as *fakenews*. A fundação ainda contribui, compartilhando postagens de outras instituições e órgãos públicos, sobre suas ações e eventos remotos. Houve a continuidade de algumas ações, conforme foi possível acompanhar pela Página Institucional da FPMSC no *facebook*⁷ (FPMSC, 2021), como o “Projeto Percurso virtuais” e a “Exposição Fogo e Vapor: aspectos da história da São Carlos a partir da Ferrovia”. Verificou-se que o trabalho “Da senzala para onde? Negros e negras na pós-abolição em São Carlos/SP (1880-1910)”, de Joana D’arc de Oliveira em parceria com a FPMSC, foi finalista ao Prêmio da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ).

Visualiza-se que todas as ações apresentadas e destacadas nesta pesquisa são de suma importância para o trabalho de preservação e educação patrimonial, além de fortalecer a prática arquivística municipal. Desse modo, a partir da análise dos dados coletados acerca da fundação e do arquivo, admite-se que possuem a preocupação com a capacitação constante, tanto na área de patrimônio quanto arquivística, porém identificou-se que a maioria ocorre na vertente museológica, suscitando a necessidade de ampliação para a vertente arquivística. Entende-se esse foco nos museus, porém sinaliza-se para a importância de um maior e contínuo esforço em relação à temática arquivística, que está cada vez mais forte. Acredita-se que as discussões acerca do direito à informação pública, da salvaguarda da memória e da institucionalização do Arquivo Público Municipal de São Carlos, são propulsoras do aumento da atenção despendida aos arquivos públicos e a prática arquivística, que agora está tomando um caminho mais comunitário, como evidenciado com o Acervo Fotográfico da FPMSC.

⁷ Devido a pandemia pela Covid-19, a FPMSC não está realizando suas atividades presencialmente, assumindo o trabalho remoto, por isso nesta pesquisa, utilizou-se dos dados constantes nas redes sociais da FPMSC a fim de verificar o andamento das atividades.

I) Acervo Digital Fotográfico da FPMSC

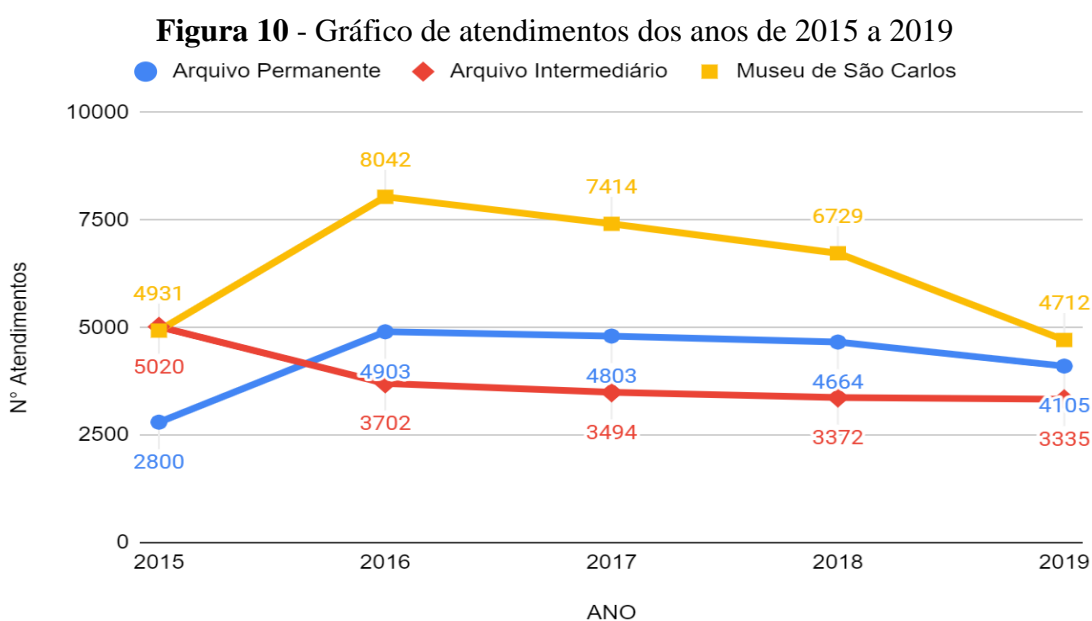
O Acervo Fotográfico da FPMSC reúne imagens consideradas históricas da cidade de São Carlos, realizando a digitalização a partir da original, descrevendo, catalogando e disponibilizando-as no site do acervo. O Acervo Fotográfico está dividido em pastas seguindo as normas técnicas do CONARQ, respeitando os fundos e a preservação do titular de cada um desses fundos, assim que “O tratamento das fotografias no arquivo busca a preservação e o mapeamento dos assuntos que retratam a história de São Carlos e os fotógrafos que atuaram na cidade”. (FPMSC, [201-]). A fundação, na tentativa de facilitar o acesso a essas imagens para todos os públicos, fornece uma seção de “Orientações para a pesquisa”, em que auxilia os usuários no encontro das imagens, acessando os fundos, coleções e álbuns. Vale salientar que esse acervo é fruto de um projeto da FPMSC que ganhou o prêmio Memória Digital 2013, do Instituto Brasileira/Petrobrás, em que foram selecionadas 10 instituições para receber treinamento e equipamentos para a estruturação de um laboratório de digitalização, assim que “O projeto teve 2 anos e meio de vigência, entre 2015 a 2017, e é norte de sua manutenção o aprimoramento de seu espaço virtual de disponibilização e acesso das imagens da instituição”. (FPMSC, [201-]).

São imagens advindas de coleções de fotógrafos, de fundos pessoais, da administração pública, cujos principais temas são (FPMSC, [201-]): Arquitetura; Artes e Cultura; Câmara Municipal de São Carlos - SP; Desfiles Cívicos; Desastres naturais; Educação; Esportes; Exército; Fazendas Históricas; Ferrovias e outros meios de transporte; Imprensa; Indústria e Comércio; Pessoas; Política; Revolução de 32; Religião; Saúde. A composição do acervo fotográfico apresenta-se da seguinte forma, segundo o site da fundação (FPMSC, [201-]): Álbum Escola de Medicina e Cirurgia RJ; Álbuns da Escola Normal Secundária de São Carlos; Coleção Alemão (1890-1920); Coleção Antônio Teixeira Viana (1960-1990); Coleção Museu de São Carlos; Coleção Patrimônio: Patrimônio Arquitetônico de São Carlos; Coleção Patrimônio: Teatro Amador do SESC (1957-1966); Coleção Patrimônio: Dr. Rodolfo Gastão de Sá (1908-1910); Coleção Porceno Marino; Fundo Álvaro Guião (1895-1950); Fundo Câmara Municipal de São Carlos-SP; Fundo Mário Tolentino (1834-2000); Fundo Milton Olaio Filho (194?-1970); e Fundo Octavio Carlos Damiano (1893-1997).

Visualiza-se o acervo fotográfico como uma primeira iniciativa em direção ao arquivamento comunitário, uma vez que recebe as fotos oriundas da população. Apesar disso, sinaliza-se para a necessidade de se incluir um número mais expressivo de acervos relacionados

as mulheres, aos negros, a comunidade LGBTQIA+, aos indígenas, entre outros grupos socialmente vulneráveis, considerando que seria de grande valia que se aumentassem os acervos que representam esses grupos, fortalecendo suas memórias e lutas, indo na direção de uma sociedade mais pacífica e justa. Na consulta ao site do acervo, não foi identificada a prática de indexação social, não sendo possível recuperar fotos utilizando palavras simples, como “mulheres” e “indígenas”. A recuperação é possível quando se coloca palavras específicas sobre os temas dos fundos presentes no acervo, que nem sempre são conhecidas pelo público geral, como “Damiano”, “Artes” e “São Carlos”. Admite-se que seria interessante aderir a prática de indexação social, aumentando a facilidade em se recuperar acervos diversos e indo de encontro ao que sugere o conceito de arquivos comunitários.

Posta a apresentação acerca da fundação, apresenta-se a Figura 10, que consiste em um gráfico que expressa a quantidade de atendimentos realizados no período que engloba os anos de 2015 a 2019, elaborado com a intenção de ilustrar os atendimentos do arquivo permanente, do arquivo intermediário e do museu de São Carlos. O rol de ações, atividades e acervos da FPMSC, acabam por refletir na adesão do público, por esse motivo considera-se importante olhar para esses dados, visando pensar e efetuar maiores ações que tragam a população, como a ideia de arquivos comunitários, por exemplo, em que a população poderia fazer uso das fontes históricas e dos documentos acerca da cidade para montar os arquivos de suas comunidades. Essa atitude ajudaria a aumentar a adesão dos cidadãos, contribuindo para o fortalecimento de sua memória e cidadania.



Fonte: elaborado pela autora com base em FPMSC (2015 - 2019).

Conforme o gráfico evidencia, o Museu de São Carlos e o Arquivo Permanente (Histórico) obtiveram um aumento significativo de atendimentos entre 2015 e 2016, e depois ambos foram diminuindo gradativamente, e o Arquivo Intermediário obteve uma diminuição de atendimentos desde 2015, mas não demasiadamente expressivo. O Arquivo Permanente e Arquivo Intermediário sofreram uma diminuição pouco expressiva, o primeiro mantendo-se em torno de 4.100 a 4.900 atendimentos e o segundo em torno de 3.300 a 3.7000, porém o Museu de São Carlos saiu de um número de cerca de 8.000 atendimentos para um decréscimo de 4.0000. Um motivo para essa diminuição pode ser por conta da inauguração do Museu de Pedra Tolentino, que pode ter dividido os atendimentos entre esses dois museus.

7.2.3 Arquivo Público e Histórico (APH-FPMSC)

O arquivo público municipal, intitulado como Arquivo Público e Histórico de São Carlos, é gerido pela Divisão de Arquivo e Documentação da Fundação Pró-Memória de São Carlos (FPMSC), reunindo documentos e fotos sobre a cidade, como certidões de óbitos e casamentos, documentos da administração pública, fundos privados, processos administrativos, uma hemeroteca, documentação de censos populacionais da cidade, uma mapoteca de São Carlos e região, entre outros. Órgão ligado à prefeitura, responsável por preservar e difundir o patrimônio histórico e cultural da cidade, atuando na reunião, conservação, organização e disponibilização da informação. O acervo atrai pesquisadores, órgãos públicos e privados que necessitam de informações constantes nos documentos arquivísticos ou da biblioteca de apoio. O acervo é em geral composto por documentos oriundos da gestão pública, especialmente do Executivo, mas se estende para fundos particulares de interesse público e social. (FPMSC, [201-]).

A fundação abriga ainda o Arquivo Intermediário desde 2012, responsável por conservar, arquivar e desarquivar os documentos, além de atender as demandas da comunidade interna e externa, estando disponíveis para consulta os processos administrativos dos anos de 1983 a 2007. (FPMSC, [201-]). O arquivo público municipal possui uma biblioteca de apoio, formada por “cerca de 200 obras relacionadas à história, memória, arquitetura, imigração em São Carlos e patrimônio, além de temas que abordam a conservação e restauração de documentos, a arquivologia e a biblioteconomia”. (FPMSC, [201-]), além de uma seção de Coleções Especiais.

O arquivo realiza atividades de preservação dos documentos físicos e digitais, em que há uma dinâmica de digitalização e informatização dos fundos arquivísticos, o que revela a preocupação de atualização e acompanhamento das novas tecnologias e a realidade social que está cada vez mais digital. No entanto, o arquivo possui o cuidado em manter o documento físico, unindo essas duas realidades. Para a finalidade e digitalização, a fundação busca parcerias para realizar esse trabalho, tendo em vista a dificuldade em conseguir recursos com a Prefeitura, como por exemplo:

A microfilmagem dos exemplares de antigos jornais são-carlenses, [...] foi viabilizada graças à parceria da Fundação Pró-Memória com a Unidade Especial de Informação e Memória, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). (FPMSC, [201-]).

O Quadro 10 apresenta algumas das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Permanente, fundamentais para o fortalecimento deste enquanto agente de informação e cultura. Os dados foram coletados a partir dos Relatórios de Atividades de 2008 a 2019.

Quadro 10 - Atividades destacadas do Arquivo Público Municipal

ANO	ATIVIDADES DESTACADAS
2019	<ul style="list-style-type: none"> - Informatização e Organização dos Processos Administrativos do Arquivo Permanente. (1934-1982) - Trabalho com o Acervo Digital Fotográfico - Digitalização das Atas da Câmara - Plano de Classificação para o Fundo Câmara Municipal de São Carlos-SP - Projeto para preservação física do acervo Fundo Câmara Municipal de SP
2018	<ul style="list-style-type: none"> - Digitalização e informatização do fundo Cemitério: Registros de Óbitos (1898-2007), Guias de Sepultamento dos cemitérios municipais (1896-2013) e Atestados de Óbitos do Cartório de Registro Civil do 1º Subdistrito de São Carlos/SP (1889-1999). - Informatização e Organização dos Processos Administrativos do Arquivo Permanente. (1934-1982). - Divisão da Base de Dados Fundos (Cemitérios/Pró-Memória) e outros - - Trabalho com o Acervo Digital Fotográfico - Pesquisa pública da Base de Dados Fundos e do acervo da Biblioteca de Apoio no site oficial da instituição.
2017	<ul style="list-style-type: none"> - Visita técnica na Secretaria da Educação para orientação em relação ao arquivo da Secretaria e sobre sua custódia e responsabilidade do acervo. - Acompanhamento técnico na Secretaria da Agricultura para orientação sobre sua custódia e responsabilidade do acervo. - Acompanhamento técnico na Secretaria da Educação após a sua mudança de prédio e mudança de arquivo, além da avaliação sobre a existência de processos que se enquadram no Arquivo Intermediário e orientação para seu envio. - Projeto para cópia dos microfilmes das coleções de jornais Correio de São Carlos, A Cidade e demais fragmentos dos periódicos. - Avaliação para recebimento e plano de parceria e tratamento do acervo da FADISC, de permuta da família detentora do acervo. - Avaliação para recebimento do acervo do Conselho Comunitário do INAMPS, de doação pessoal.

	- Acervo do aeroclube guardado em uma sala do Cemitério Municipal. O acervo estava degradado e contaminado, não sendo possível o seu recolhimento.
2016	- Regulamento interno de normas e procedimentos de consulta e empréstimos de documentos. Portaria 006/2016 Processo nº 29/2016. - Atualização do Guia de Fundos e Coleções do acervo arquivístico da Fundação Pró-Memória de São Carlos. - Adoção de livro de registro de empréstimos de documentos arquivísticos. - Informatização do Registro Civil: Retificação, Mandado de Registro e Investigação de paternidade. - Contratação de sistema gerenciador de banco de dados do Arquivo Público (casamento, título, prontuários médicos, óbitos etc).
2015	- Organização do registro civil. - Organização da sala de processo da Câmara; Coleção de Jornais e Inventário da biblioteca de apoio.
2014	- Projeto técnico para adequação do galpão da Rua Itália para instalação do Arquivo Público e Histórico da Fundação Pró-Memória
2010	- Mapeamento dos arquivos da Prefeitura Municipal - Termo de Cooperação Técnica entre a Fazenda São Roberto e a Fundação Pró-Memória de São Carlos - Tratamento técnico das fotografias, acondicionamento de cerca de 1200 fotos - Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Municipal de Fazenda/Divisão de Cadastro e Fundação Pró-Memória de São Carlos - Fichas de cadastros imobiliários do período de 1962 a 2009, aproximadamente 55 arquivos de aços com 4 gavetas, totalizando cerca de 170.000 fichas cadastrais. - Assessoria na Organização dos documentos da Secretaria de Fazenda - Projetos de arquivos deslizantes para as Secretarias de Administração, Fazenda, Gabinete, Procuradoria Geral, Arquivo Sim, Arquivo Central. - Levantamento dos arquivos da Secretaria de Administração. Locais encontrados: Secretaria de Administração (2001-2009), Pró-Memória (2001-2009), Antigo Banco Brasil (1975-2008) e Orçamento Participativo (2001-2009)

Fonte: adaptado de FPMSC (2010-2019).

O Quadro 11 apresenta uma seleção das aquisições e doações de acervos para a FPMSC, sendo possível perceber que há uma preocupação do arquivo em incorporar acervos oriundos da comunidade, o que proporciona uma expansão e diversificação do seu acervo, além de ser uma iniciativa para se pensar em arquivos comunitários.

Quadro 11 - Aquisições e Doações recebidas pelo Arquivo

2019
- Doação do Acervo de projetos da CAD, antiga empresa são-carlense de controle e automação - 1975 a 1995. - Doação do “Jornal a Notícia” (1997-1998) e 08 livros de poesias de autores São-Carlenses. - Doação do Álbum da Escola Normal Secundária de São Carlos – atual Escola Estadual Doutor Álvaro Guião – e fotografias do evento de inauguração da Maternidade de São Carlos. - Doação de dos Jornais “O Diário (1971), O Repórter (1998) e Jornal 1ª Página (2012). - Doação do álbum “Saneamento São Carlos do Pinhal - Planta Cadastral” (1901). - Arquivos da fazenda São Roberto – Irmãos Camargo.
2017

<ul style="list-style-type: none"> - Doação dos Processos de Habilitações de Casamento dos distritos de Santa Eudóxia (1913-2013) e Água Vermelha (1953-2013), feita pelo Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de Água Vermelha. - Doação de 2 caixas de arquivos de álbuns com negativos fotográficos e fotografias sobre a restauração do Palacete Conde do Pinhal. - Doação de 2 livros, títulos: “Seminário Diocesano São Carlos (SP): 70 anos de história (1935-2005)” e “Revista Paróquia Divino Espírito Santo (1866-2016): 150 anos de Fé e Devoção
2016
<ul style="list-style-type: none"> - Doação de 20 unidades de material multimídia (VHS e CD/DVD) referente a São Carlos. - Doação de 24 livros do IPHAN. - Doação do Arquivo Pessoal Do Ex-Prefeito José Rodrigues Sampaio.
2015
<ul style="list-style-type: none"> - Plano Museológico do Museu de Pedra “Tinho Leopoldino”. - Elaboração da política de acervo do Museu de São Carlos, documento que contempla os procedimentos essenciais adotados no trato do acervo, gestão e documentação. - Aquisição da compilação dos jornais L'Ilustration, La Domenica Del Corriere e Figaro Illusré',
2014
<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de livros para a Biblioteca de Apoio, sobre temas abordados pelos setores de Pesquisa e Divulgação e Museu de São Carlos da FPMSC. - Aquisição de miniaturas artesanais para a exposição “A Guerra Civil de 1932”. - Doações: Museu de São Carlos: quepes militares; Arquivo Público e Histórico: livros de conhecimento histórico e historiográfico; Acervo Mário Tolentino; Acervo Octávio Carlos Damiano
2012
<ul style="list-style-type: none"> - Doação de jornais do “Jornal 1ª Página” com assuntos da cidade de São Carlos do Arquivo Pessoal Paolo Nosella. - Doação de 3 títulos de ação da Petrobrás (1956-1957) do Sr. Walter Ferrari. - Doação de Carterinha de sócio do São Carlos Clube (1948) e convite para a inauguração de nova sede do São Carlos Clube (1958), doado pelo Sr. Rubens de Arruda Camargo. - Doação da Tecumseh do Brasil: Acervo do Ítalo Savelli, aproximadamente 3000 livros do profº Ítalo Savelli e 4.000 livros da biblioteca de apoio da Tecumseh. - Recolhimento de Livros de portaria dos anos de 1990 a 2000, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.
2010
<ul style="list-style-type: none"> - Recolhimento de Acervo da Prefeitura: Secretaria Municipal de Comunicação: Fitas K7 e recortes de jornais (período que o Arquivo Público não tinha em sua Coleção), aproximadamente 3.300 fitas (2008-2009), todo o material acondicionado em caixas arquivos. - Doação de jornais do Jornal “A Folha” (2005); Jornal “Primeira Página” (2001-2008) - Doação de 01 quadro da Fazenda Conde do Pinhal Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano - Organização do Arquivo Pessoal Mario Tolentino.
2009
<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição da Coleção "Correio Braziliense" - FPMSCarlos. - Almanach - Aquisição do Álbum de São Carlos - Almanach de São Carlos (1915); Almanach de 1894 (Edição Fac-Símile); Almanach de São Carlos (1927); Almanach de São Carlos (1905); O Bonde em São Carlos; Café e Indústria São Carlos; Caminhos do Tempo: Titularidades e Logradouros; Estudo Crítico sobre o clima da região; Fontes Estatístico-Nominativas; História da Saúde em São Carlos; Imprensa São-Carlense (1876-1995); Jardim Público

de São Carlos do Pinhal; Movimento Estudantil: História e M.; Postais do Tempo; São Carlos na Esteira do Tempo.

Fonte: adaptado de FPMSC (2008-2019).

Apresentadas algumas das ações e atividades que o arquivo realizou ao longo do tempo, nota-se que a sua preocupação com a organização e disseminação do conhecimento.

Assim, para auxiliar no funcionamento pleno do arquivo, visualiza-se como necessária a presença efetiva de um conselho municipal que se encarregue dos assuntos arquivísticos, relacionados ao patrimônio cultural e histórico da cidade. Observa-se que a nível nacional há o CONARQ que realiza diversas ações na área de arquivos e, a nível municipal há o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental - COMDEPHAASC, como já sinalizado anteriormente. Configura-se como um passo positivo para se trabalhar a temática do patrimônio e pode ser um meio fortalecedor da construção de uma política pública arquivística na cidade. Criado em 2006, por meio da Lei nº 13.857, de 18 de agosto de 2006, é um órgão responsável pela defesa do patrimônio histórico e cultural de São Carlos, sendo composto de 18 membros, sendo que 9 representam órgãos governamentais e 9 representam a sociedade civil, com mandato de 2 anos. (SÃO CARLOS, 2006). Cabe a esse órgão “deliberar, fiscalizar e propor diretrizes sobre os bens imóveis, móveis ou imateriais que apresentem interesse histórico, artístico ou ambiental [...] além de indicar novas áreas e bens de interesse histórico-cultural”. (SÃO CARLOS, 2006). No entanto, observou-se que há um conselho municipal específico para arquivos, por isso aponta-se para a necessidade da sua criação na cidade de São Carlos.

Em relação à representatividade nacional da FPMSC, é importante destacar que essa consta na lista de Cadastro de Entidades Custodiadoras do CONARQ, e está presente no Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação. Nesse mapa (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021), segundo informações do site constam informações sobre todos os 645 municípios paulistas, sendo possível verificar se a prefeitura e a câmara municipal possuem arquivos públicos instituídos, sobre a gestão documental e sobre a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, sendo possível acessar informações pertinentes à implementação destas políticas. A presença da FPMSC nesses espaços reforça a ideia de que o arquivo está sendo acompanhado com cuidado, dedicação e com esforços para sua consolidação.

Apesar de alguns problemas e dificuldades, como a falta de uma política pública arquivística consolidada, a FPMSC atua na direção de minimizar os impactos negativos,

visando a salvaguarda do patrimônio artístico, cultural e histórico. Acredita-se que o arquivo bem como a fundação irão continuar seus inspirados caminhos, englobando a discussão de arquivos comunitários, inovação e cidades inteligentes. Assim que,

É preciso salientar que problemas e preocupações que permeiam as ideias e ações das diferentes instituições culturais e patrimoniais ainda estão presentes. Porém a Fundação Pró-Memória e aqueles que são realmente comprometidos com seu trabalho, tanto na sua estrutura como em outras instituições e lugares de São Carlos, permanecem ativos na busca de possíveis soluções, de estratégias de fortalecimento e no diálogo que pode trazer novos saltos de crescimento e fortalecimento do trabalho aqui desenvolvido. (FPMSC, 2018).

7.3 Relação de Políticas Públicas de Informação com o Arquivo de São Carlos

Para expressar a realidade das políticas públicas de informações na cidade de São Carlos apresentam-se três marcos legais, que conferem maior força ao arquivo, são eles: a criação do arquivo (que se confundia com a própria fundação pró-memória) em 1993, a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, em 2016 e a institucionalização do Arquivo Público Municipal de São Carlos, em 2019. Justifica-se a observação desses três marcos legais, tendo em vista que ainda a legislação acaba por ser o fator mais característico em uma política pública, reconhecendo-se nesta pesquisa, a dificuldade de analisar os outros fatores.

1) Lei de Criação da Fundação Pró-memória de São Carlos

A Lei nº 10.655, de 12 de julho de 1993, instituiu a Fundação Pró-memória de São Carlos (FPMSC), com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada ao Departamento de Educação e Cultura do município de São Carlos. O Art. 2 indica que a fundação possui autonomia administrativa e financeira, ou seja, pode firmar acordos e parcerias com o apoio de recursos financeiros de organizações privadas e outras. (SÃO CARLOS, 1993). Segundo o Art. 4 desta lei, a fundação tem por finalidade, o tratamento e difusão da documentação pública e do patrimônio histórico e cultural; o desenvolvimento de recursos humanos para a organização dos arquivos correntes, intermediários e permanentes; dar suporte informacional e de pesquisa aos órgãos públicos e à sociedade civil. (SÃO CARLOS, 1993). Dentre suas responsabilidades, destaca-se aqui algumas:

Quadro 12 - Responsabilidades da FPMSC

I - arrolar, inventariar, preservar e difundir a documentação do Poder Público de São Carlos
II - formar, habilitar, treinar e desenvolver recursos humanos entre os quadros funcionais da Câmara Municipal, no sentido de organizar os arquivos correntes, intermediários e permanentes, bem como o setor de informação, pesquisa e difusão.
III - dar suporte informacional e de pesquisa à Câmara.
IV - difundir os trabalhos dos Poderes Executivo e Legislativo.
V - arrolar, inventariar, preservar e difundir, em colaboração com outros órgãos dos poderes públicos e da iniciativa privada, o patrimônio histórico, artístico, cultural, arquivístico, paisagístico e ambiental de São Carlos.
VI - desenvolver uma política de estímulo à criação literária e artística, em estreita cooperação com os demais órgãos do Poder Público e de entidades civis.
VIII - exercer o papel de fiscalizadora do patrimônio histórico, artístico, cultural, arquivístico, paisagístico e ambiental de São Carlos.
VIII - promover levantamentos sistemáticos de dados sobre o município e região.
IX - promover estudos e pesquisas de interesse do Poder Público e sociedade civil
XI - difundir os trabalhos do Executivo e Legislativo, seus próprios trabalhos e de terceiros, como forma de ampliar as oportunidades de acesso às informações por parte da sociedade civil,
XII - promover quinquenalmente o censo sobre o patrimônio histórico, artístico, [...], em colaboração com os demais órgãos dos Poderes Públicos, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Fonte: adaptado de São Carlos (1993).

A referida lei é a primeira evidência formal, que respalda e vai em encontro com a proteção do patrimônio documental de São Carlos, seja da informação governamental seja da informação civil, sendo ambas informações arquivísticas públicas. Apesar da relevância dessa lei, não fica clara se a configuração é de um arquivo ou de uma fundação, o que nos permite refletir que faltou colocar em evidência o arquivo público municipal e que a falta de clareza dessas características na referida lei é prejudicial, ao subtrair a identidade e força do arquivo como agente importante na sociedade, uma vez que inicialmente não era nomeado dessa forma. Ao mesmo tempo, admite-se que essa lei é um primeiro passo, substancialmente relevante para o fortalecimento do arquivo, sendo a criação dessa fundação potencialmente positiva para tornar a atividade de preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural mais multidisciplinar, na cidade de São Carlos.

II) Decreto n° 540 de 28 de novembro de 2019, dispõe da instituição do Arquivo Público Municipal de São Carlos, definindo diretrizes da Política Municipal de gestão Documental

Mais para frente, em 2019 criou-se um decreto para institucionalizar o arquivo público municipal, agora sim colocando-o em evidência, em que se destacou alguns pontos considerados interessantes de serem apresentados e discutidos. O Decreto n° 540, de 28 de novembro de 2019, dispõe sobre a instituição do Arquivo Público Municipal de São Carlos, definindo diretrizes da Política Municipal de Gestão Documental. (SÃO CARLOS, 2019). Com isso, pode-se inferir que esta configura-se como uma política pública arquivística? Na verdade, pode-se afirmar que ainda não, mas que é um relevante passo rumo à construção de uma política pública arquivística a nível municipal. Então São Carlos possui um arquivo institucionalizado e possui uma política pública arquivística, ambas muito recentes, talvez por isso ainda não seja possível visualizar seus efeitos e sua consolidação, provavelmente podendo ser percebidos apenas a longo prazo.

Esse decreto configura-se, portanto, como um marco legal para a área de arquivos na cidade de São Carlos, pois formaliza e institucionaliza o arquivo público municipal, que já existia informalmente no âmbito da Fundação Pró-Memória de São Carlos. Segundo o Art.1 deste decreto, o arquivo fica subordinado exclusivamente à FPMSC, contemplando os órgãos públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo e os arquivos privados de interesse público e social. (SÃO CARLOS, 2019). Segundo o Art. 3, o arquivo é constituído da seguinte maneira: Setor de Gestão Documental; Arquivos correntes junto aos órgãos da administração direta e indireta; Setor de Arquivo Intermediário e; Setor de Arquivo Permanente. (SÃO CARLOS, 2019). Visualiza-se que possuir setores específicos para os arquivos correntes, intermediários e permanente demonstra a necessidade de tratar cada um em sua especificidade, atendendo a demanda informacional de modo mais ágil e efetivo à administração pública e ao cidadão. O Quadro 13 expressa as responsabilidades do Setor de Gestão Documental, conforme indicado pelo Art. 4 (SÃO CARLOS, 2019):

Quadro 13 - Competências do Setor de Gestão Documental

I - formular a política de gestão de documentos e promover a sua implantação no âmbito do Poder Executivo Municipal;
II - coordenar o funcionamento do Sistema Municipal de Arquivos, prestar orientação técnica e desenvolver ações de capacitação;
IV - definir diretrizes, normas e procedimentos para a organização e o funcionamento dos arquivos e protocolos, visando à gestão e preservação de documentos, inclusive de documentos digitais;

V - coordenar os trabalhos da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA
X - agendar e acompanhar junto aos órgãos os procedimentos de transferências, recolhimentos ou eliminação dos documentos;
XI - garantir a integridade física dos locais de arquivo e massa documental cumprindo normas, resoluções e leis referentes à preservação documental;
XII - garantir o funcionamento do ciclo documental das três idades no Sistema Municipal de Arquivo através da avaliação, preservação e destinação da massa documental para os arquivos corrente, intermediário e permanente;
XIII - preparar publicações técnicas referentes ao setor e produzir textos e materiais visando disseminar o trabalho técnico de arquivo;
XIV - acompanhar e contribuir no desenvolvimento de programas de informatização, na gestão e preservação de documentos digitais e na instalação de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos;
XV - colaborar na formulação e implantação da política de acesso às informações no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Fonte: adaptado de São Carlos (2019).

Em relação aos arquivos correntes e intermediários, o decreto esclarece que a gestão documental deve assegurar a gestão, preservação e acesso aos documentos, seguindo os prazos previstos pelas Tabelas de Temporalidade e a conduta de transferência ou eliminação. Ao setor de arquivo permanente cabe recolher, organizar e descrever os acervos de caráter permanente bem como a sua preservação e difusão, além de “promover a difusão do acervo e as pesquisas sobre a história do Município, bem como programas de ação educativa, social e editorial destinados a estreitar o vínculo da instituição com a comunidade”. (SÃO CARLOS, 2019).

Esse decreto institui o Sistema Municipal de Arquivos, um ganho para o campo arquivístico de São Carlos, que agora possui um arquivo institucionalizado, objetivando a gestão documental e preservação da informação arquivística e do patrimônio documental (SÃO CARLOS, 2019). Desse modo, todos os arquivos e protocolos do Poder Executivo ficam subordinados ao arquivo público municipal, órgão central do Sistema Municipal de Arquivos, composto ainda da Comissão Central de Avaliação de Documentos e Acesso - CCADA, grupo de caráter permanente e interdisciplinar, responsável por auxiliar a implementação das políticas de gestão documental e acesso à informação, na identificação e avaliação de documentos, na coordenação das atividades de eliminação, transferência e de recolhimento de documentos (SÃO CARLOS, 2019). Dentre essas responsabilidades, cabe ainda “colaborar na implementação da política de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011” (SÃO CARLOS, 2019), fato

esse que coloca no arquivo a responsabilidade de auxiliar na concretização da LAI na cidade de São Carlos, colocando-o como unidade estratégica.

Destaca-se por último, o Art. 14 (SÃO CARLOS, 2019) indicando que “Ficará sujeito a responsabilidade administrativa, civil e penal quem contrariar o disposto neste Decreto, na forma da legislação vigente.”, e o Art. 19 que sinaliza que “Ficam revogadas as Portarias nº 138, de 11 de agosto de 1998, e nº 70, de 14 de fevereiro de 2003, além das demais disposições em contrário”. (SÃO CARLOS, 2019). Verifica-se então, que esse decreto aponta alguns progressos: instituição e institucionalização do arquivo público municipal, criação de uma política pública arquivística, criação do CCADA, e a instituição do Sistema Municipal de Arquivos. Esses pontos são importantes pois demonstram que, de fato foram concretizadas as orientações que o CONARQ e a Lei de Arquivos apresentam, sendo que se reconhece que um fator tenha sido significativo para esse novo cenário, que foi o peso que a Lei de Acesso à Informação colocou para a efetivação da institucionalização do arquivo, pois exigiu que cidades, poderes e instituições se movimentassem no sentido de buscar a transparência e garantir o acesso à informação.

III) O Decreto nº 282 de 5 de outubro de 2016 regulamenta a LAI (2011) no município de São Carlos

Tendo em vista a Lei de Acesso à Informação, criada em 2011, regulamentada no estado de São Paulo em 2012 por meio do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, esta só foi regulamentada na cidade de São Carlos em 2016, o que demonstra novamente a demora em seguir orientações legislativas de âmbito nacional. O Decreto nº 282, de 5 de outubro de 2016 regulamenta a LAI no município de São Carlos, considerando dois fatores: a entrada em vigor da LAI e a necessidade de “aprimorar e complementar as ações de acesso à informação em prática na Prefeitura Municipal de São Carlos”. (SÃO CARLOS, 2016).

Tendo em vista a exposição anterior nesta pesquisa, sobre a Lei de Acesso à Informação, nesse tópico de discussão não se aprofundou na descrição dessa lei a fim de evitar a redundância. Basicamente, na cidade de São Carlos esse decreto municipal vem para regulamentar os procedimentos no sentido de garantir o direito de acesso à informação. Destacam-se os seguintes artigos:

Quadro 14 - Decreto de regulamentação da LAI em São Carlos

<p>Art. 2 ° O Município privilegiará a transparência ativa: divulgação das informações por iniciativa do Poder Executivo, independente de solicitação, disponibilizando em seu Portal da Transparência informações referentes às contas e ações da municipalidade.</p>
<p>Art. 3 ° Todas as entidades privadas, sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, diretamente do orçamento ou por meio de subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes e outros instrumentos similares divulgarão informações sobre os recursos recebidos e sua destinação para continuidade da obrigação que se refere o Artigo 1 °.</p>
<p>Art. 4 ° No que se refere ao acesso à informação, na página inicial no site da Prefeitura Municipal de São Carlos é possível acessar o link que redireciona o cidadão para uma página específica, com todas as informações necessárias sobre a Lei e acesso ao Portal da Informação, através do tópico “Pedido de Informação”.</p>
<p>Art. 14. Fica a Controladoria Geral do Município designada como órgão responsável para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei Federal n ° 12.527, de 18 de novembro de 2011.</p>

Fonte: adaptado de São Carlos (2016).

Apresentado esse decreto de regulamentação da LAI, pode-se entender que é importante tornar a gestão pública mais transparente e eficiente, tendo em vista que o aparato legal confere maior força para que algumas posturas e ações sejam de fato realizadas, como é o caso da transparência pública. São Carlos, agora depara-se com a obrigatoriedade de fornecer informações para seus cidadãos, que podem acompanhar as atividades e cobrar por seus resultados, considerando que a transparência é, acima de tudo, um ator de combate à corrupção e para uma maior participação social.

Assim, tendo apresentado esses aparatos legais a nível municipal, a partir da observação e reflexão, pode-se realizar algumas considerações sobre a relação entre o arquivo público municipal e o município de São Carlos. O primeiro ponto compete à institucionalização recente do arquivo público municipal, realizada aproximadamente 30 anos depois da Lei de Arquivos (1991) tornar obrigatória a criação e institucionalização de arquivos públicos municipais e depois de mais de 25 anos da criação da FPMSC. Verifica-se que uma cidade que quer caminhar para a configuração de uma *smart city* (como o plano da Áustria demonstra), uma cidade que se considera a “Capital da Tecnologia”, um polo de inovação (não desmerecendo os esforços para essa configuração, que são tão importantes para a cidade se desenvolver), não despenderia satisfatória atenção para com suas unidades culturais. A institucionalização tardia do arquivo público municipal exemplifica essa problemática e sinaliza que para o município, as unidades culturais não são prioridade ainda. Acredita-se que a Lei de Acesso à Informação, de 2011, trouxe a força que o arquivo precisava para assumir seu espaço e seu papel perante a comunidade são-carlense.

O cenário brasileiro não é estimulante como pôde-se observar ao decorrer da pesquisa, as cidades que possuem arquivos públicos municipais ainda são poucas, por isso que o município de São Carlos possui um arquivo agora institucionalizado, o faz destoar em meio a esse cenário. Considerando a proatividade de São Carlos nos quesitos educacional e tecnológico, propõe-se a inclusão da temática arquivística e das unidades culturais em geral nas discussões sobre o projeto de *smart city* de São Carlos, defendendo que o arquivo seja incluído como forte agente estratégico de informação, gestão, memória e inovação. Portanto, a devida construção de políticas públicas de informação é imprescindível para a transformação do atual cenário de arquivos públicos municipais, oferecendo uma alternativa para que todas as cidades possam avançar informacionalmente e se tornarem cidades inteligentes e humanas, de fato. Esta pesquisa, convida, portanto, São Carlos a se tornar um exemplo de cidade tecnológica e inovadora que respeita e valoriza seus espaços de cultura e memória

8 SÍNTESE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta uma síntese dos principais resultados da presente dissertação, acompanhada de uma discussão cuidadosa e atenta. Sinaliza-se que durante a elaboração das seções anteriores, foi realizado um movimento de apresentação e discussão dos resultados, junto com a revisão de literatura. Apesar disso, visualizou-se pertinente resgatar os resultados em uma seção síntese, a fim de mais claramente apresentá-los à leitora e ao leitor. Considerando que o objetivo geral desta pesquisa foi analisar em que medida a “não construção” de políticas públicas de informação compromete o papel do arquivo público municipal em um pólo de inovação, identificando os atores envolvidos nesse processo, recorreu-se aos objetivos específicos para respondê-lo, apresentados a seguir:

Para responder ao objetivo específico 1) pertinente ao espaço dedicado ao diálogo entre políticas públicas de informação, arquivos, inovação e cidades inteligentes no contexto da Ciência da Informação, realizou-se uma revisão de literatura. Verificou-se, a partir do estado da arte, que a Ciência da Informação abrange as temáticas citadas de modo satisfatório, mas que em relação às políticas públicas de informação poderia expandir os seus estudos e publicações. Destaca-se que a característica interdisciplinar da Ciência da Informação é o fator que proporciona o diálogo entre diferentes disciplinas e ciências, trazendo contribuições positivas para esta. Na Ciência da Informação, a abordagem acerca das *smart cities* mostrou-se pouco expressiva, por isso sinaliza-se para uma maior incorporação da temática das cidades e dos conhecimentos locais.

Em relação a intenção de discutir a proximidade entre Arquivologia e Ciência da Informação, reconheceu-se que essas ciências dialogam, verificando que o arquivo, objeto de estudo conhecido da Arquivologia, pode ser estudado no âmbito da Ciência da Informação. A informação é posta nesta pesquisa, como o ponto de transversalidade entre esses dois campos do conhecimento e a interdisciplinaridade é posta como uma qualidade de aprimoramento das ciências, uma vez que permite o diálogo de diferentes conceitos e áreas. Acredita-se ainda, que o paradigma social da Ciência da Informação proporciona uma abertura para se abordar o arquivo no escopo dessa ciência, uma vez que o maior interesse reside no nível coletivo. Portanto, nesse caso, o lugar do arquivo público municipal é o de aproximação entre Ciência da Informação, Arquivologia e demais campos do saber.

No que compete ao objetivo específico 2) que visou investigar a evolução do conceito de *smart city* no campo acadêmico e profissional, identificando pontos que expressam a temática de arquivos e demais unidades culturais, obteve-se, segundo o estado da arte realizado,

que o conceito de *smart city* evoluiu de um modelo *top-down* (de cima para baixo), para um modelo *bottom-up* (de baixo para cima) no que condiz a governança e decisões sobre a cidade, frisando a necessidade de se repousar sobre o cidadão, sobre o povo, pois este faz parte da cidade é o principal ator de decisão. Identificou-se complementarmente que abordagem referente a cultura, unidades culturais e arquivos não é substancialmente expressiva, sendo o foco na questão tecnológica. Por isso, aponta-se para a necessidade de se incluir substancialmente as unidades culturais na discussão acerca de cidades inteligentes.

Com a evolução do modelo *top down* para o modelo *bottom-up* de cidade inteligente, observou-se que há uma maior incorporação do fator humano na discussão dessa temática, possibilitando o advento de conceitos transversais ao de *smart city*, como o de cidade criativa, de cidade sustentável, de cidade viva, de cidade de 15 minutos, entre outros. Considerando que o contexto de cada cidade, estado e país importa para a criação de um projeto ou iniciativa de cidade inteligente, o Brasil buscou construir um conceito nacional de *smart city* intitulada “cidade inteligente e humana”, apresentado através do documento Brasil 2030: cidades inteligentes e humanas. Constatou-se que a inovação e o conceito de cidade inteligente estão inerentemente ligados, tendo em vista que a busca por cidades mais habitáveis é um movimento de inovação. Dessa forma, a sociedade atual deposita na inovação grande esperança para a resolução dos problemas urbanos, ambientais e sociais. As políticas públicas de informação quando bem construídas e implementadas podem ajudar no desenvolvimento satisfatório de uma cidade inteligente e humana, colocando o arquivo como agente estratégico de tomada de decisão, memória e inovação, garantindo a transparência da gestão pública e a construção de uma cidade inteligente, inclusiva e inovadora.

Em relação ao objetivo específico 3) pretendeu-se evidenciar a relevância dos estudos com foco no local, trazendo a cidade enquanto primeira instância social e de inovação. A relação local-global-local foi abordada no contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional (SANTOS, 1994) e na chamada sociedade da informação e do conhecimento, utilizando o conceito de Regime de Informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). Acredita-se que repousar o olhar para o local é importante, uma vez que os estudos sobre o global se mostram abundantes, e considerando que ambas as abordagens se cruzam e se complementam. Sinaliza-se para um novo movimento decolonial de construção de sabedorias latino-americanas, de países considerados de “terceiro mundo”, que continuam dialogando com saberes dos países desenvolvidos, ressaltando-se nesta pesquisa, que o trabalho conjunto é imprescindível para o avanço das ciências e para o desenvolvimento das cidades e da sociedade como um todo. Desse

modo, as cidades podem beneficiar-se das iniciativas de cidades inteligentes dos países desenvolvidos, por exemplo, e seguir as orientações e metas de organismos globais, como da ONU, com a Agenda 2030 e o modelo internacional de *smart cities*. No entanto, há que assumir que a adaptação para as diferentes realidades nacionais, regionais e locais é potencialmente positiva para se atender as necessidades e demandas locais. O conceito de arquivo comunitário atende positivamente a essa perspectiva de foco no local e no cidadão, uma vez que se configura como uma força necessária para a maior representatividade dos grupos sociais, da participação popular no registro e organização da sua memória e história.

O objetivo específico 4) visou demonstrar através da revisão de literatura e do estudo de caso, em que nível a “não construção” de políticas públicas de informação municipais resultam na ausência e não institucionalização de arquivos públicos municipais, prejudicando essa instituição enquanto agente municipal de inovação; e o objetivo específico 5) pretendeu reconhecer os agentes envolvidos na construção de políticas públicas de informação. Os dois objetivos são discutidos juntos nesta seção, devido a sua relação intrínseca, sendo que esse movimento teve como embasamento teórico-argumentativo a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012), determinante para a elaboração das conclusões que se seguem.

Dessa forma, quais são os atores envolvidos na construção de uma política pública de informação e quais suas responsabilidades? Estado, iniciativa privada, arquivo, outras instituições de informação, unidades culturais, cidadãos, escolas, universidades e institutos de pesquisa, outras políticas públicas. O Estado deve atuar nessa construção, bem como a sociedade civil, participando, cobrando e monitorando. A universidade contribui, colocando essa temática no âmbito da ciência e a escola é importante pois é nela que está a geração posterior, capaz de trazer mudanças significativas para a cidade. O aspecto legal é importante pois garante legitimidade, oferecendo uma força formal para os arquivos, que podem usar esse argumento para solicitarem e reivindicarem por maiores recursos e respeito. A iniciativa privada, ao estabelecer uma relação de parceria com o poder público, igualmente proporciona um ambiente empreendedor e inovador. O arquivo público municipal em si, configura-se como o principal ator nessa configuração e deve buscar sempre se colocar em evidência na sociedade. As políticas públicas de informação são outro ator imprescindível, bem como as políticas públicas em geral, que de modo transversal podem ajudar-se. A tecnologia é um ator importante, pois vem como meio facilitador dos processos, atividades e para a comunicação. As unidades culturais como bibliotecas, arquivos, museus e demais centros de informação, são atores relevantes para o cuidado e conscientização da sociedade. No entanto, os principais

atores são as cidadãs e os cidadãos, que motivados e unidos, possuem a capacidade de formar e transformar a sociedade.

Seguindo a Teoria Ator-Rede, observou-se que tanto os atores humanos quanto os não humanos são de fundamental importância para a construção de uma política pública de informação, sendo que a ação de cada ator interfere na configuração final. Sinaliza-se que é necessário proporcionar um espaço maior de atuação do ator “cidadãos”, que seja de fato inclusivo e efetivo, pois defende-se que as mudanças e melhorias sociais requerem que as decisões sejam tomadas em um modelo *bottom-up*, de baixo para cima, com grande participação da comunidade. Assim, a consolidação de uma política pública de informação só é possível com maior participação social, fiscalizando e cobrando as ações e resultados dessas políticas, fato esse que pode ser facilitado com o fortalecimento do arquivo público municipal.

Após o movimento de visualizar, por meio da pesquisa exploratória bibliográfica e documental, os conceitos, ações e políticas pertinentes a temática, seguiu-se para o objetivo 6) que visou desenvolver um estudo de caso parcial no arquivo público municipal de São Carlos, com a pretensão de realizar um diagnóstico e identificar a ocorrência de políticas públicas que potencialmente contribuem para o processo de inovação a nível local e no desenvolvimento desta para uma cidade inteligente e humana. Foi realizado um estudo com dois momentos: o primeiro foi um estudo na cidade de São Carlos, apresentando-a enquanto um pólo de inovação, refletindo sobre sua potencial condição de *smart city*, e o segundo momento foi a realização de um estudo no arquivo público municipal presente na FPMSC.

Inicialmente, constatou-se que a cidade de São Carlos é de fato a “Capital da Tecnologia”, um polo de inovação e uma cidade universitária. No entanto, isso não garante que seja uma cidade inteligente. Para receber essa nomenclatura, a cidade deve unir o fator tecnológico ao fator humano na resolução dos problemas urbanos e na melhoria da qualidade de vida de toda a sua população, uma vez que São Carlos apresenta-se ainda como uma cidade com grande desigualdade social. Ao se pensar em implantar um projeto de cidade inteligente há que considerar São Carlos como um todo, caso contrário a cidade será inteligente apenas para uma parcela pequena. Desse modo, o arquivo público municipal, enquanto agente ativo, pode ser um espaço de diálogo entre os diferentes atores sociais, mediando os interesses do cidadão, do poder público e demais instâncias.

Vale destacar que é antiga a discussão acerca do direito ao acesso à informação, uma vez que está previsto na Constituição de 1988, e mais tarde, com a Lei de Arquivos de 1991, colocando a relevância de se criar e institucionalizar os arquivos. Indica-se que São Carlos em

1993 já possuía a Lei de Criação da FPMSC, o que expressa que essa cidade sempre esteve preocupada em acompanhar as diretrizes e orientações nacionais. Apesar da demora em institucionalizar o arquivo (2019), devemos valorizar o fato de a cidade estar na pequena porcentagem de municípios brasileiros que possuem arquivos públicos municipais. Não obstante, para continuar esse virtuoso caminho e para se fortalecer cada dia mais como uma instituição forte, capaz de ser um agente de inovação e incentivar as cidades da região para a preservação e disseminação da informação, a FPMSC deve continuar rumo à construção diária das políticas públicas de informação municipais. No entanto, recorre-se ao seguinte questionamento: as políticas públicas de informação na cidade de São Carlos foram construídas de fato? Considerando a institucionalização tardia do arquivo público municipal e a ausência de uma política pública arquivística, pode-se concluir que estão em fase de construção, porém ainda não consolidadas, destacando-se os esforços e iniciativas guiadas pela FPMSC para a estruturação do arquivo municipal. Infelizmente, essas políticas ainda não conseguem reforçar o papel do arquivo enquanto um instrumento estratégico de gestão pública, inovação e cidadania, pois não há o devido reconhecimento por parte dos diversos atores, para a potencialidade dessa instituição. Há a necessidade de se criar mecanismos e utilizar os já existentes, visando a construção de políticas públicas e a aproximação do cidadão ao arquivo, incluindo-o na gestão pública e na salvaguarda da sua memória.

Considera-se imprescindível a transversalidade e diálogo entre as políticas públicas para o fortalecimento do arquivo, por isso nesta pesquisa elaborou-se um panorama de políticas públicas de informação, arquivísticas e culturais a fim de melhor compreender como podem se relacionar e potencializar o arquivo público municipal e auxiliar na efetiva construção de cada uma delas. Dessa forma, apresenta-se uma humilde sugestão de passos que podem ser dados para a plena construção dessas políticas na cidade de São Carlos, de acordo com o panorama apresentado, que inclusive pode ser complementado com estudos futuros e com a incorporação de outros mecanismos considerados pertinentes.

1º Passo: Continuar seguindo as orientações de instâncias nacionais, visando o fortalecimento de suas ações pertinentes ao acesso à informação, arquivos e patrimônio cultural, usando como base: a Constituição de 1988; a Lei de Arquivos; o CONARQ; o SINAR e a LAI. Estes são mecanismos existentes a nível nacional que ajudam a sustentar os mecanismos a nível local, especificamente no município de São Carlos.

2° Passo: Continuar com ações para a consolidação das políticas públicas de informação e arquivísticas na cidade de São Carlos, apoiando-se: na Lei de criação da FPMSC; no Decreto de institucionalização do arquivo público municipal e no Decreto de Regulamentação da LAI em São Carlos.

3° Passo: Manter os dados atualizados, auxiliando a exatidão dos cadastros nacionais de mapeamento de arquivos; manter o diálogo com outras cidades e regiões, a fim de contribuir para a expansão de arquivos municipais em outras cidades, usando os seguintes mecanismos: o Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação; o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras e a Seção Brasileira do COLUSO.

4° Passo: Atuar na conscientização e auxiliar outras cidades a criarem e institucionalizarem os arquivos públicos municipais, visando atender as metas de organismos macros, como: a “Campanha Nacional para Criação de Arquivos Públicos Municipais”; o Plano Nacional de Cultura; Plano Setorial de Arquivos; e Agenda 2030. Seria interessante que a cidade de São Carlos usasse sua influência enquanto polo educacional e tecnológico para auxiliar as demais cidades da região, visando com que se reverta o número baixo de arquivos públicos municipais no Brasil e ajudando a alcançar as metas da Agenda 2030, do PNC e especificamente a meta do PSA de que em 2027 o país possua 50% das cidades com arquivos.

5° Passo: Aumentar a participação social na discussão arquivística, utilizando os seguintes espaços: os conselhos e conferências; a maior representatividade da sociedade civil no CONARQ; a criação de um conselho arquivístico municipal em São Carlos; a intensificação do uso das redes sociais para fomentar esses espaços de discussão; e levar os debates para os bairros, principalmente os mais vulneráveis economicamente. Destaca-se que as conferências e conselhos podem atuar como espaços democráticos de debate e instrução dos diversos atores oficiais e não oficiais, contribuindo para a reorganização dos lugares institucionais de informação, memória e inovação, transpassando-os, no momento em que se admite que esses outros espaços, como conferências, conselhos e ambientes digitais de discussão são igualmente espaços legítimos de aproximação do cidadão a questão arquivística e civil.

6° Passo: Trabalhar a diversidade e as práticas de arquivamento comunitário, tanto no Arquivo Público Municipal quanto na FPMSC, usando como base as premissas dos: Arquivos

Comunitários. Sugere-se que essas duas unidades continuem com ações e acervos que englobam os diversos grupos sociais, sinalizando-se para a necessidade de aumentar a representação dos grupos socialmente subjugados, representando-os de modo veemente. Um primeiro passo para essa maior representação seria que o Acervo Fotográfico Digital incorporasse substancialmente, fotos e documentos desses grupos, expandindo-se e diversificando-se, além de adotar práticas de indexação social. Desse modo, aproveita-se o potencial instalado, revertendo-o a favor do arquivamento comunitário, dinamizando a memória, tornando o arquivo como um agente político *bottom-up* (de baixo para cima), e garantindo comunidades fortes, coesas e unidas.

Todos os passos acima colocados são de suma importância para a construção tanto das políticas públicas de informação em São Carlos, quanto para o fortalecimento do arquivo enquanto agente de transformação social. Além do impacto local, esse movimento também contribui para a construção de políticas públicas a nível nacional. Além disso, sugere-se que o arquivo da FPMSC, tenha um membro na Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH), a fim de contribuir para que a temática de arquivos e unidades culturais esteja substancialmente contemplada na discussão acerca de cidades inteligentes e nos indicadores do *Ranking Connected Smart Cities*.

Complementarmente a essas políticas públicas, destacou-se outras iniciativas que podem atuar na missão de reforçar o papel do arquivo nos municípios e em especial na cidade de São Carlos, são eles: a Agenda 2030, mais especificamente o ODS 16 "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", que auxilia na missão de consolidar as unidades culturais, incluindo o arquivo. Para tanto, medir, analisar e acompanhar são tarefas de substancial importância para a construção de políticas públicas, para o arquivo e para a cidade, por isso o *Ranking Connected Smart cities* configura-se como uma ferramenta de acompanhamento do desenvolvimento das cidades rumo a se tornarem cidades inteligentes e humanas, contanto que venha a incluir de modo expressivo a temática cultural e arquivística nos seus indicadores.

Outra iniciativa é a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, iniciada em 2004 visando a promoção da cooperação entre as cidades para o reconhecimento da criatividade como insumo estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. Atualmente há dez cidades brasileiras na rede: Curitiba (campo projetar); Belém (gastronomia); Florianópolis (gastronomia); Fortaleza (projetar); Brasília (projetar); João Pessoa (artesanato e arte popular); Rio Paraty (gastronomia); Salvador (música); Belo Horizonte (gastronomia) e Santos (filme). A Rede

possui compromisso de longa data e para ingressar é necessário um plano de ação composto de projetos, iniciativas e políticas a serem executadas em 4 anos. (UNESCO, [201-]). Composta de cinco campos: Artesanato e Artes Populares; Artes Digitais; Filme; Design; Gastronomia; Literatura; Música. (UNESCO, [201-]). Funciona como uma

[...] plataforma de reflexão sobre o papel da criatividade como alavanca para o desenvolvimento sustentável, mas também como um terreno fértil de ação e inovação, notadamente para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (UNESCO, [201-]).

Sugere-se que os esforços sejam realizados de modo mais ativo e contundente, a fim de transformar a realidade de periferização dos arquivos no Brasil, que acaba por afetar a cidade de São Carlos. Como dito anteriormente, ao apresentar a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, sugere-se que o arquivo público municipal de São Carlos, encabeça um projeto de inserir o município nessa rede, atrelando criatividade, cultura, informação e inovação. E ainda, em um movimento de unir ciência, educação, tecnologia e cultura, além de ser um polo de inovação e uma potencial *smart city*, São Carlos seja de fato uma cidade inteligente e humana, ou como nos aponta Moreno (2014), uma cidade viva. Acredita-se que a incorporação das ideias de arquivamento comunitário seja também uma forma de aumentar a participação social e fortalecer as diversas comunidades. Estas são apenas sugestões, que puderam ser elaboradas a partir do estudo bibliográfico e documental, mas que se mostram como mais uma força no sentido da construção das políticas públicas de informação e do lugar protagonista do arquivo público municipal tanto no polo de inovação São Carlos quanto na futura cidade inteligente e humana São Carlos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos parcialmente, uma sociedade da informação e do conhecimento, cujo principal insumo de desenvolvimento é a informação, que transformada em conhecimento gera inovação. O atual Meio Técnico-Científico-Informacional molda nosso modo de viver cotidiano e o processo de globalização aproxima e distancia as pessoas, por isso defende-se uma Globalização Solidária que respeite as particularidades e peculiaridades do local, ao mesmo tempo que visa o diálogo global. O fortalecimento do papel do cidadão ao invés de consumidor, incluindo principalmente aquele mais vulnerável socialmente, por meio do empoderamento e inserção nos diversos aspectos sociais, como cultura, tecnologia, educação, entre outros, é imprescindível para uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse sentido, reconhece-se a cidade como o primeiro espaço de cidadania e transformação social, observando que na atualidade há uma maior preocupação com os efeitos negativos (ambientais, políticos, econômicos e sociais) que o processo de urbanização trouxe. A fim de minimizar tais efeitos, iniciativas alternativas de tornar a cidade mais habitável e menos caótica surgem por meio de estudos em diversas áreas, como demonstrou-se aqui, com os conceitos de *smart cities*, cidades inteligentes e humanas, cidades vivas. Defende-se que a cidade obtenha um modelo urbano que seja do povo para o povo, que a governança seja de baixo para cima, respeitando as memórias e histórias das comunidades. Admitindo-se a cidade como primeira instância social e política do indivíduo e, portanto, de inovação, partiu-se de um cenário local a fim de entender o global, pois a transformação global perpassa pelo local, uma ação da cidade pode vir a impactar uma nação, sendo que o local e o global não devem ser vistos como instâncias separadas e sim, integradas.

Uma cidade inteligente e humana pode vir a transformar o mundo em mais inteligente e humano também. No Brasil ainda não se tem cidades inteligentes de acordo com o conceito previsto na literatura, mas todas as iniciativas são bem-vindas. Mesmo com a contribuição dos *rankings* com os indicadores e análise, e com o esforço de pesquisadores, prefeitos e empresas, as cidades brasileiras ainda precisam caminhar em direção de agrupar tecnologia, cultura e educação em prol da cidadã e cidadãos brasileiros. A ideia de ter o conceito “cidade inteligente e humana” cria um modelo de cidade ideal considerado um bom caminho para incentivar as cidades a se desenvolverem, criando iniciativas inteligentes com caráter interdisciplinar, multifacetado, aberto e englobando vários olhares que ao invés de se excluírem devem se complementar.

Não obstante, a fim de garantir uma cidade viva, suscita-se a imprescindibilidade de se ter unidades culturais eficazes e vivas, que atuem no fortalecimento da cidadania, como os arquivos públicos municipais institucionalizados, que possuem um expressivo potencial para atuar na transparência, cidadania, memória e inovação. Na atual conjuntura política brasileira, de frágil governança e desrespeito aos direitos humanos, evidenciado por exemplo pela corrupção e indestreza na gestão da pandemia causada pela Covid-19 e pela problemática das *fakenews*, que vem para desinformar e enfraquecer a capacidade de participação política efetiva, a informação de qualidade nunca foi tão necessária. Fato esse que suscita mais do que nunca a atuação efetiva de instituições de informação, como o arquivo, na democratização da informação, para o esclarecimento das ideias e para a geração de conhecimento. Além disso, visando uma maior aproximação com o povo, os arquivos municipais podem inspirar-se ou mesmo orientar as iniciativas de arquivamento comunitário em suas cidades, uma vez que a ideia que norteia esse conceito é justamente garantir que o povo seja central na tomada de decisão e na salvaguarda da memória. Apresenta-se como uma ferramenta representativa da amplitude e diversidade que é o povo, não só homens brancos, mas mulheres, negros, indígenas, a comunidade LGBTQIA+, entre outros, encontrando sustentação na Arquivística contemporânea.

Uma vez que o arquivo público municipal é a concretização da cidade, deve assumir lugar central para a política, juntamente com as pessoas, que são os agentes facilitadores e fiscalizadores. Porém, os arquivos e as pessoas não conseguem agir sozinhas, sendo potencializadas pela efetiva construção de políticas públicas e políticas públicas de informação. Em contrapartida, o enfraquecimento das políticas é visto nesta pesquisa, como mais uma forma de manutenção do poder, o que explicaria em parte a dificuldade em se construir de fato. Na presente pesquisa, selecionou-se algumas políticas públicas que ao dialogarem podem fortalecer o arquivo enquanto ferramenta de conhecimento e inovação, discutidas durante o texto e retomadas na seção de Resultados e Discussão. Essas políticas são atores em uma rede sociotécnica, composta de outros atores humanos e não humanos, conforme igualmente sinalizado na seção anterior. Essa relação foi demonstrada por meio da TAR, que vai de encontro ao argumento de Burke (2016) ao indicar a relevância, das ferramentas do conhecimento, como o papel, a caneta, o computador, as tecnologias de informação e comunicação, as pessoas, as unidades culturais, os arquivos, as políticas públicas, a informação, o Estado, as empresas, as universidades, as escolas, os conselhos, as e os arquivistas, entre outros, que configuram-se como redes e atores que têm o poder de consolidar uma política

pública de informação. Ressalta-se que esses atores são fundamentais, tanto para o fortalecimento do arquivo quanto da construção de políticas públicas, contribuindo para que essas saiam de um papel reativo para assumirem um papel proativo, uma vez que nessa cadeia sociotécnica a horizontalidade do processo decisório. Destaca-se o arquivo como um agente salutar nesse cenário, por transpassar as reivindicações de informação, memória e inovação, configurando-se como essencial para que as cidades sejam cada vez mais inteligentes e humanas.

A cidade de São Carlos, palco de atuação desses diversos atores é inconfundivelmente um polo de inovação, comportando renomadas instituições de ensino, ciência e tecnologia, parques tecnológicos, obtendo um projeto de *smart city* e, portanto, pode se beneficiar das ideias de inovação aberta, de *crowdsourcing*, de cidade inteligente e humana, visando que o desenvolvimento não seja apenas para uma parcela da sociedade, mas que englobe também os grupos mais vulneráveis socialmente. Através do Estudo de Caso, identificou-se que São Carlos não possui uma política pública de informação voltada para arquivos, fortalecida, mas que a FPMSC possui ações, iniciativas, metas e objetivos que sinalizam para um movimento de potencialização do arquivo municipal.

Há desafios pela frente, mas há simultaneamente fôlego para fazer com que essa instituição consiga cumprir seu papel de agente de memória e inovação, como explicitado com a institucionalização do arquivo em 2019. Essa institucionalização recente demonstra lamentavelmente uma cultura de não criação e institucionalização de arquivos no Brasil, contrariando a Lei de Arquivos (1991), porém valoriza-se o movimento da FPMSC e sugere-se que expanda a temática de suas coleções incorporando as premissas do arquivamento comunitário, aproximando mais diretamente o povo da sua memória e das decisões da gestão pública. Sugere-se ainda que se invista em uma maior participação da população na fiscalização, análise e cobrança da efetivação dessas políticas. Mas para isso, há que despertar ou redespertar na comunidade o sentimento de proatividade e de justiça, aumentando a sua representatividade em conselhos, como no CONARQ, e colocando e avaliando indicadores de desenvolvimento, inspirados, por exemplo, nos ODS e a Agenda 2030.

Finalizando, admite-se que as políticas públicas de informação voltadas para arquivos vão ao encontro do paradigma social da Ciência da Informação, interessando a informação a nível coletivo, quando se trata de estudar cidades inteligentes e humanas. Assim, devido a transversalidade da temática e admitindo a interdisciplinaridade positiva desta, a Ciência da Informação se mostra um campo propício para o diálogo entre esses conceitos. Essa abertura

proporciona o estudo da informação vinculado a outros conceitos de maneira articulada, acolhendo simultaneamente as contribuições da Arquivologia, Política, Sociologia, História, dentre outras disciplinas do saber, atribuindo a pesquisa caráter interdisciplinar.

Dessa forma, espera-se com o desenvolvimento desta pesquisa, inspirar e fornecer subsídios teóricos e práticos para a expansão e avanço dessa temática no escopo da Ciência da Informação. Os objetivos delineados foram alcançados no decorrer da jornada do mestrado, no entanto admite-se como potencialmente positivo que estudos futuros aprofundem e aperfeiçoem os argumentos e objetivos apresentados, uma vez que esta pesquisa apresenta lacunas. Acredita-se que a união e otimismo no âmbito científico é capaz de colocar a Ciência da Informação como um agente vital e ativo na defesa dos direitos humanos. Sugere-se que estudos futuros atuem na transversalidade entre informação, arquivo e inovação, investigando não apenas a cidade como expressão do local, mas também as comunidades, os bairros, e demais instâncias locais. Sugere-se ainda que outros estudos possam contemplar as demais políticas públicas e alternativas de participação social para a construção de cidades inteligentes e humanas. Destaca-se que em relação ao Arquivo Público Municipal de São Carlos, seria significativo que estudos futuros realizassem entrevistas com os funcionários da FPMSC, bem como com gestores municipais, visando observar seus pontos de vista. Espera-se que esta pesquisa contribua para a plena construção de políticas públicas de informação, inspirando os diversos atores e principalmente, fortalecendo o arquivo público municipal não só de São Carlos, mas de outras cidades brasileiras.

Vive-se, pois, em uma sociedade cada vez mais globalizada, interconectada e em rede, sendo a inovação vista como a alternativa para cidades mais inteligentes e humanas. Sem informação e memória não há inovação. Sem arquivos não há informação e memória. Sem políticas públicas de informação não há arquivos. Portanto, o lugar do arquivo público municipal em um polo de inovação é o de protagonista, aproximando informação, decisão e cidadão, articulando memória, cidadania e inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CIDADE ON. São Carlos é reconhecida pela ONU por ações de arborização urbana. **A Cidade On**, São Carlos, 7 fev. 2020. Disponível em:
<https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/NOT,0,0,1484761,sao+carlos+e+reconhecida+pela+onu+por+acoes+de+arborizacao+urbana.aspx>. Acesso em: abr. 2021
- A CIDADE ON SÃO CARLOS. São Carlos é reconhecida pela ONU por ações de arborização urbana pela 2ª vez. **A Cidade On**, 2021. Disponível em:
https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/NOT,0,0,1586925,sao-carlos-e-reconhecida-pela-onu-por-acoes-de-arborizacao-urbana-pela-2-vez.aspx?fbclid=IwAR3cf3349KrzfySGvetHYeNo_kuxtR9-kKfVS5RzvPBWJVeO40dV6xNkzZc. Acesso em: mar. 2021
- A FOLHA SÃO CARLOS. Agora é Lei: São Carlos é a Capital Nacional da Tecnologia. **CCS UFSCar**, São Carlos, 14 out. 2011. Disponível em:
http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=17663. Acesso em: abr. 2020.
- AGUIRRE, L. El concepto de Información en América Latina desde la Ciencia de la Información: revisión sistemática de literatura en Brasil, Colombia y México (2010-2015). **Informatio**, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/El-concepto-de-Informaci%C3%B3n-en-Am%C3%A9rica-Latina-desde-Aguirre/d2d55505ec925621beae16caefa2e1b474476116>. Acesso em: dez. 2019.
- ALVES, C. A. L.; CABRAL, M. C. B. R.; OLIVEIRA, L. S. Diálogos entre arquivologia, ciência da informação e história: uma conversa possível. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1504>. Acesso em: fev. 2021
- ALVES, M.; PAIXÃO, A. Gestão do conhecimento em redes colaborativas de inovação: cenários e perspectivas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, 2017, Santo Ângelo. **Anais** [...]. Santo Ângelo, 2017a. Disponível em:

<http://www.api.org.br/conferences/index.php/ENPI2017/ENPI2017/paper/viewFile/159/94>.

Acesso em: maio 2020.

ALVES, M.; PAIXÃO, A. Modelos de gestão do conhecimento em redes de inovação colaborativa. *In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON TECHNOLOGICAL*

INNOVATION, 8, 2017, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju, 2017b. Disponível em:

<http://www.api.org.br/conferences/index.php/ISTI2017/ISTI2017/paper/viewFile/233/184>.

Acesso em: maio 2020.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951>. Acesso em: dez. 2019.

ARAÚJO, R. F. Leituras de Bruno Latour na Ciência da Informação: analisando citações.

Ponto de Acesso, v. 3, n. 3, p. 299-316, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3583>. Acesso em: nov. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa paulista da gestão documental e acesso à informação**. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/municipios/mapa_paulista. Acesso em: jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. 2005.

Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf.

Acesso em: jun. 2020.

ARREGUY, C. A. C. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AM2PLJ/1/tesecintiachagasarreguy.pd>.

Acesso em: jul. 2020.

ATAÍDE, M. E. M. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 26, n. 3, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v26n3/v26n3-5.pdf>. Acesso em: jan. 2021

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200075&lng=en&nrm=iso. Acesso em: abr. 2020.

BARBOSA, A. C. O.; SILVA, H. R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1 jan-Jun, p. 45-66, 2012. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/337>. Acesso em: maio 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

BARROS, T. H. B. Arquivística espanhola, canadense e brasileira: elementos históricos e conceituais. In: BARROS, T. H. B (org.) **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 97-204. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/r6q5k/pdf/barros-9788579836619-05.pdf>. Acesso em: dez. 2020

BCO UFSCAR. **Acervos**. [201-]. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/acervos/fundo-florestan-fernandes>. Acesso em: abr. 2020.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV editora, 2004.

BEZERRA, E. P.; et al. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935>. Acesso em: jun. 2020.

BIBLIOTECA CENTRAL UFSC. **Boneca de madeira da Rússia - Matrioska**. 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159156>. Acesso em: jun. 2020.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%20de%20pol%C3%ADtica..pdf. Acesso em: jul. 2020.

BOM DIA CIDADE. São Carlos tem 1 doutor para cada 100 habitantes e registra a maior média nacional, diz, levantamento. **G1 São Carlos e Araraquara**, São Carlos, 22 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/05/22/sao-carlos-tem-1-doutor-para-cada-100-habitantes-e-registra-a-maior-media-nacional-diz-levantamento.ghtml>. Acesso em: abr. 2020.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BRASIL. **As metas do plano nacional de cultura**. 3 ed. Brasília: Fundação cultural, 2013. Disponível em: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/colégiadossetoriais/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>. Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abr. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 82.308, de 25 de setembro de 1978. Institui o Sistema Nacional de Arquivos. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82308.htm. Acesso em: dez. 2019.

BRASIL, 2002. Decreto n° 4.073, de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n° 8159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4073-3-janeiro-2002-430431-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. **Lei n° 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. **Lei n° 12.343 de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.html. Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. **Lei n° 12.504, de 11 de outubro de 2011**. Confere ao Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.504%2C%20DE%2011,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=Bras%C3%ADlia%2C%2011%20de%20outubro%20de,Independ%C3%Aancia%20e%20123%C2%BA%20da%20Rep%C3%ABlica. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. **Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n° 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. **Portaria n° 2.588 de 24 de novembro de 2011**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos. **Diário oficial da União**, n° 226, Seção 1, 2011. Brasília,

DF: Presidência da República. 2011. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=28&data=25/11/2011>. Acesso em: jan. 2020.

BURKE, P. **O que é a história do conhecimento?** Tradução: Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BUSH, A. A.; TIWANA, A. Designing sticky knowledge networks. **Communications of the ACM**, v.48, n.5, 2005. Disponível em: <https://cacm.acm.org/magazines/2005/5/6223-designing-sticky-knowledge-networks/fulltext>. Acesso em: maio 2020.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, vol.176, n.1, p.101-108, 1945. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: jun. 2020.

CALDAS, R. F. **Unidades Culturais em Cidades Inteligentes**: proposta de modelo de práticas organizacionais baseado em casos europeus. Tese (Doutorado na Área Tecnologia e Sistemas de Informação) - Universidade do Minho. 2009. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8858>. Acesso em: out. 2019.

CALDAS, R. F. Bibliotecas, arquivos e museus como centros de referência na dimensão cultural das comunidades. **Informação e Sociedade**, p. 57-69, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/72651>. Acesso em: out. 2019.

CALLON, M.; LAW, J.; RIP, A. Putting texts in their place. *In*: CALLON, M.; LAW, J.; RIP, A. (org.). **Mapping the dynamics of science and technology**. London: Palgrave Macmillan, 1986. p. 221-230.

CANELA, G.; NASCIMENTO, S. (org.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: Andi, 2009. Disponível em: <http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/acesso-a-informacao-e-controle-social-das-politicas-publicas>. Acesso em: jul. 2020.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148- 207, jan./abr., 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: nov. 2019.

CARPES, F. S.; CASTANHO, D. M. A política nacional de arquivos na perspectiva das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 192-211, 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1292>. Acesso em: jun. 2020.

CASA DO PINHAL. **O centro de estudos**. [201-]. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/centro_estudos. Acesso em: maio 2020.

CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (org.) **Dicionário de políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2012. Disponível em: <http://eduemg.uemg.br/component/k2/item/64-dicionario-de-politicas-publicas-vol-1>. Acesso em: jun. 2020.

CAVALHEIRO, M. U.; SANTOS, C. A. C. M. Ciência da informação e arquivologia: (re) aproximações conceituais. **Informação & Informação**, v. 26, n. 1, p. 136-160, 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40289/pdf>. Acesso em: abr. 2021.

CHOURABI, H.; et al. Understanding smart cities: an integrative framework. *In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEMS SCIENCES*, 45, 2012, Maui **Proceedings** [...]. Maui, 2012. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6149291>. Acesso em: abr. 2020.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. **From poverty to power**, 2008.

CINE SÃO CARLOS. **Cine São Carlos**. [201-]. Disponível em: <http://www.cinesaocarlos.com.br/>. Acesso em: maio 2020.

CONARQ. **A Declaração**. [201-]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/a-declaracao>. Acesso em: jan. 2020.

CONARQ. **Arquivos que compõem o SINAR**. [201-]. 1 ilustração, color. Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/o-sinar.html>. Acesso em: nov. 2019.

CONARQ. **Campanha de arquivos públicos municipais**. [201-]. Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/campanha.html>. Acesso em: jan. 2020.

CONARQ. **Cartilha criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, 153 p. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf. Acesso em: nov. 2019.

CONARQ. **COLUSO**. Disponível em: <http://arquivosmunicipais.conarq.gov.br/a-coluso.html>. Acesso em: jan. 2020.

CONARQ. **Competências do CONARQ**. [201-]. Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/competencias.html>. Acesso em: jan. 2020

CONARQ. **Composição do CONARQ**. [201-]). Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/composicao.html>. Acesso em: nov. 2019.

CONARQ. **Consulta ao cadastro de entidades custodiadoras**. [201-]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas>. Acesso em: jan. 2020.

CONARQ. **O conselho**. 2014. Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/o-conselho.html>. Acesso em: dez. 2019.

CONARQ. **O SINAR**. [201-]. Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/o-sinar.html>. Acesso em: nov. 2019.

CONNECTED SMART CITIES. **Ranking Connected Smart Cities**. 2010-2020. Disponível em: <https://www.connectedsmartcities.com.br/tag/ranking-cidades-inteligentes/>. Acesso em: ago. 2020.

CONNECTED SMART CITIES. **Ranking Connected Smart Cities 2020**. 2020. Disponível em: <https://ranking.connectedsmartcities.com.br/resultados.php>. Acesso em: ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL. **Plano Setorial de Arquivos**. 2016. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2017/07/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

CONTATO. Festival Contato. **Sobre**. [201-]. <https://www.festivalcontato.com.br/>. Acesso em: maio 2020.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, 1997. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175>. Acesso em: jun. 2020.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science: International Journal on Recorded Information**, v. 1, n. 1, p 3-24, 2001.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53709>. Acesso em: jun. 2020.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival science**, v. 13, n. 2, p. 95-120, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10502-012-9180-7>. Acesso em: dez. 2020

CRIPPA, G.; DAMIAN, I. P. M. Expansão do domínio do arquivo: memória cultural na contemporaneidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA*

INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104499>. Acesso em: jun. 2020.

DEMARCO, C. Community and Cultural Chronicles: Archives Reflected for the People by the People. **The Journal: Graduate Student Journal of the Faculty of Information**, v. 1, n. 1, 2016.

DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura, 2006. São.

DORIGON, C.; BONAMIGO, I. S. Social construtivismo e Teoria Ator-Rede: uma análise comparativa de dois métodos de pesquisa em sociologia da ciência e da inovação. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 6, n. 1, p. 136-153, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/4943>. Acesso em: maio 2020

DUARTE, F. Cidades inteligentes: inovação tecnológica no meio urbano. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 122-131, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100011. Acesso em: abr. 2020.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. Acesso em: jun. 2020.

EMBRAPA. **Quem somos**. [201-]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/quem-somos>. Acesso em: abr. 2020.

FAI UFSCAR. **Projeto Contribuinte da Cultura**. [201-]. Disponível em: <https://contribuintedacultura.com.br/quem-somos/>. Acesso em: maio 2020

FIRMINO, R. J. **Espaços inteligentes: o meio técnico-científico-informacional e a cidade de São Carlos (SP)**. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-26022002-093520/publico/tde.pdf>.

Acesso em: abr. 2020.

FIRMINO, R. J. **Logomarca da campanha “São Carlos: Capital da Tecnologia”**. [São Carlos]. 2000. 1 ilustração, color. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/696>.

Acesso em: jun. maio 2020.

FONSECA, M. O.; et al. **Arquivologia e Ciência da Informação:(re) definição de marcos interdisciplinares**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/696>. Acesso em: jun. maio 2020.

FPMSC. **A Estação**. [201-]. Disponível em:

https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=209&Itemid=192. Acesso em: jul. 2020.

FPMSC. [201-]. **A Fundação**. Disponível em:

https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=112 Acesso em: jul. 2020.

FPMSC. **Acervo Digital Fotográfico**. [201-]. Disponível em:

<https://acervodigitalfpmc.wixsite.com/fotoacervo/sobre-o-acervo-digital-fpmc>. Acesso em: jan. 2021

FPMSC. **Arquivo Público e Histórico**. [201-]. Disponível em:

https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=142. Acesso em: maio 2020.

FPMSC. **Estação Ferroviária**. [São Carlos]. 1930. 1 fotografia.

<https://acervodigitalfpmc.wixsite.com/fotoacervo/sobre-o-acervo-digital-fpmc>. Acesso em: jan. 2021

FPMSC. **Fundação Pró-Memória de São Carlos - 25 Anos**. Disponível em:

https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=211. Acesso em: jul. 2020

FPMSC. [201-]. **Home**. Disponível:

https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=8&Itemid=101&limitstart=20. Acesso em: jul. 2020.

FPMSC. O Prêmio Memorial Digital - Instituto Brasileira / PETROBRÁS 2013 e o Acervo Digital Fotográfico FPMSC. **Acervo Digital Fotográfico** [201-]. Disponível em:

<https://acervodigitalfpmc.wixsite.com/fotoacervo/sobre-o-acervo-digital-fpmc>. Acesso em: jan. 2021

FPMSC. **Página institucional**. 2021. Disponível em:

<https://www.facebook.com/promemoriasaocarlos>. Acesso em: jul. 2020

FPMSC. **25 Anos da Fundação Pró-Memória de São Carlos**. [São Carlos]. 2018. 1

ilustração, color. Disponível em:

https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=211. Acesso em: jul. 2020

FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da informação**, v. 35, n. 2, p. 58-67, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>. Acesso em: jan. 2021

FREITAS, M. C.; SILVA, C. G. O novo e o atual na Arquivística internacional: a desmaterialização, a interoperabilidade, a organização e o uso da informação em evidência (2011-2016). *In*: Encontro Nacional de Arquivos Municipais, 12, 2016, Castelo Branco.

Anais [...]. Castelo Branco. 2016. Disponível em:

https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36480/1/Art_01_BAD_2016.pdf. Acesso em: dez. 2020

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying actor

network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995, Edmonton. **Proceedings** [...] Edmonton, 1995. Disponível em: <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>. Acesso em: nov. 2020.

GIFFINGER, R.; et al. City-ranking of European medium-sized cities. **Cent. Reg. Sci.** Vienna UT, p. 1-12, 2007. mar. 2020.

GIFFINGER, R.; et al., 2017. **Características fundamentais da Cidade Inteligente**. [Vienna UT], 2010. 1 ilustração, color.

GIFFINGER, R.; GUDRUN, H. Smart cities ranking: an effective instrument for the positioning of the cities?. **ACE: architecture, city and environment**, v. 4, n. 12, p. 7-26, 2010. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/8550>. Acesso em: mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002. Disponível em:

http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: nov. 2020.

GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: What are we really talking about. *In*: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE, 2013, Prato, Itália. **Anais** [...]. Prato, Itália, 2013. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: dez. 2020.

GOMES, R.; et al. Organização, Processamento, Análise e Interpretação de dados: o desafio da triangulação. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (org.). **Avaliação por Triangulação de Métodos**: abordagem de programas sociais. 20 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1,

n. 1, p. 21-32, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgczMMnNkvDS/?lang=pt&format=html>. Acesso em: nov. 2020

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito.

Informação & Sociedade, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376/8576>. Acesso em: abr. 2020.

GONZALES, Z. K.; BAUM, C. Desdobrando a teoria ator-rede: reagregando o social no trabalho de Bruno Latour. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 1, p. 142, 2013. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/36550>. Acesso em: nov. 2020

HARRISON, C.; DONNELLY, I. A. A theory of smart cities. *In*: ANNUAL MEETING OF THE ISSS, 55, 2011, Hull, UK. **Proceedings** [...]. Hull, UK, 2011. Disponível em:

<https://journals.iss.org/index.php/proceedings55th/article/view/1703/572>. Acesso em: maio 2020.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Indicadores de inovação: patentes do pólo tecnológico de São Carlos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 3, 2005.

Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/31>. Acesso em: jun. 2020.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IBGE. **Censo demográfico: 1950**. 1950. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>. Acesso em: abr. 2020.

IBGE. **Censo demográfico: dados distritais**. 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=77>. Acesso em: abr. 2020.

IBGE. **Censo demográfico: São Carlos**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-carlos.html>. Acesso em: maio 2021.

IBGE. **São Carlos: panorama**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-carlos/historico>. Acesso em: abr. 2020.

IESE. **Cities in motion**. 2020. Disponível em: <https://citiesinmotion.iese.edu/indicecim/?lang=en>. Acesso em: jan. 2021

IGUATEMI SÃO CARLOS. **Cinema**. [201-]. Disponível em: <https://iguatemi.com.br/saocarlos/cinema>. Acesso em: maio 2020.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**. v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=3553>. Acesso em: jun. 2020.

INSTITUTO INOVA. **Comunidade empreendedora Instituto Inova**. [201-]. Disponível em: <http://institutoinova.org.br/comunidade/>. Acesso em: abri. 2021.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; SOBREIRA, R. V. Políticas e gestão da informação pública: o caso da Prefeitura de Salvador. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.17, n.2, p.109-118, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/632/1451>. Acesso em: jun. 2020.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>. Acesso em: jun. 2020.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. *In*: MATTAR, E. (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

JARDIM, J. M. Os arquivos nos projetos do Mercosul: estado da questão e perspectivas. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 46-53, jul./dez. 2005. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/04/pdf_6ab9e88ee3_0015951.pdf. Acesso em: jun. 2020.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios atores e processos. **Arq. & Adm.** Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul./dez. 2006. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2018/02/pdf_86c59729fd_0000029455.pdf. Acesso em: jan. 2020.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil (1994-2006). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008. https://brapci.inf.br/_repositorio/2018/02/pdf_86c59729fd_0000029455.pdf. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3077/2203>. Acesso em: jan. 2020.

JARDIM, J. M. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 1, p. 46-59, 2009. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/62226>. Acesso em: jun. 2020.

JARDIM, J. M. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1393/1571>. Acesso em: jul. 2020.

JARDIM, J. M.; SILVA, S.C.A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

KATZ, R. et al. Organizations. *In*: DORF, R. C. (org.). **The technology management handbook**. Boca Raton: CRC Press, 2000.

KIEN, G. Actor-network theory: translation as material culture. *In*: VANNINI, P. (org.).

Material culture and technology in everyday life: ethnographic approaches. Peter Lang Publishing, p. 27-44, 2009. Disponível em:

https://www.academia.edu/4052456/ANT_Translation_As_Material_Culture. Acesso em: jul. 2020.

KOMNINOS, N. **Intelligent cities**. Nova York: Spon Press. 2002

KOMNINOS, N. Intelligent cities: towards interactive and global innovation environments.

International Journal of Innovation and regional development, v. 1, n. 4, p. 337-355,

2009. Disponível em: <http://www.inderscience.com/offer.php?id=22726>. Acesso em: abr. 2020.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBAEDUSC, 2012.

LAW, J. **Notas sobre a teoria do ator-rede**: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. v.17 Tradução: Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006

LISSOVSKY, Maurício. Quatro + uma dimensões do arquivo. *In: MATTAR, E. (org.). Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LU, Y. C.; GRACIOSO, L. S.; AMARAL, R. M. Crowdsourcing como recurso de produção do conhecimento e da inovação: uma análise sobre seu uso potencial em bibliotecas universitárias. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19, 2018, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1102/1598. Acesso em: maio 2020.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: IBICT; UNESCO, 2007. 387 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/793/1/informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

MARI, A. Global Innovation Index 2019: Cities Can Change The Game In Brazil. **Forbes**, 24 jul. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/angelicamarideoliveira/2019/07/24/global-innovation-index-2019-cities-can-change-the-game-in-brazil/#7801c4c944ba>. Acesso em: abr. 2020.

MARIGHETTI, A. **Pólos tecnológicos e indústria de alta tecnologia: o caso de São Carlos-SP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190872>. Acesso em: abr. 2020.

MARINHO JÚNIOR, I. B.; SILVA, J. G. Arquivos e informação: uma parceria promissora. **Arquivo & Informação**, Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, jan./jun., p. 15-32, 1998.

MARIZ, A.C.A. **Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/681>. Acesso em: jun. 2020.

MARTINS, M. Q. Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações. **Acervo**, v. 26, n. 2, p. 231-242, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107941>. Acesso em: jul. 2020.

MARQUES, A. A. C. Pesquisas com temáticas arquivísticas na Ciência da Informação: mapeamento das principais tendências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n. Especial 1, p. 1-22, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p1>. Acesso em: nov. 2019.

MASSARÃO, L. Quem é o são-carlense?: dos caboclos aos imigrantes. [Entrevista cedida a] Rodrigo Peronti. **A Cidade On**, São Carlos, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1384680,quem+sao+os+sao+carlenses+conheca+um+pouco+da+historia.aspx#:~:text=Se%20no%20in%C3%ADcionista%20a%20regi%C3%A3o,%22bum%22%20populacional%20da%20cidade.> Acesso em: abr. 2020.

MEDELLÍN TORRES, P. **La política de las políticas públicas**: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad. Cepal, 2004. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6082/1/S047566_es.pdf. Acesso em: jun. 2020.

MEIJER, A. J.; GIL-GARCIA, J. R.; BOLÍVAR, M. P. R. Smart city research: contextual conditions, governance models, and public value assessment. **Social Science Computer Review**, v. 34, n. 6, p. 647-656, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0894439315618890>. Acesso em: abr. 2020.

MERLO, F.; KONRAD, G. V. R. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & informação**, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em: jun. 2020.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. [201-?]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/dicion%C3%A1rio/>. Acesso em: fev. 2021

MILTON Santos: Por uma outra globalização. Direção: CALIBAN. 2004. 1 vídeo (55 min 15s). Publicado pelo canal Caliban cinema e conteúdo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sdSwEezXrAk>. Acesso em: jan. 2021

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. v.21. Editora Vozes Limitada, 2002.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2009.

MOLINA, L. G.; ARAÚJO, G. C.; SANTOS, J. C. D. Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da justiça do trabalho de londrina. **Ágora**, v. 26, n. 53, p. 108-140, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47882>. Acesso em: nov. 2019

MORENO, C. Portrait. **Carlos Moreno: La passion de l'innovation**. [201-]. Disponível em: <https://www.moreno-web.net/portrait-2/>. Acesso em: mar. 2021

MORENO, C. Na cidade do futuro, teremos tudo o que precisamos em 15 minutos a pé, defende cientista. [Entrevista concedida a] Bráulio Moro. **RFI**, mar., 2021. <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20200305-na-cidade-do-futuro-poderemos-fazer-tudo-em-15-minutos-a-p%C3%A9-defende-cientista>. Acesso em: mar. 2021

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Paris: PUF, 2004.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

NAM, T.; PARDO, T. A. Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions. *In: ANNUAL INTERNATIONAL DIGITAL GOVERNMENT RESEARCH CONFERENCE: DIGITAL GOVERNMENT INNOVATION IN CHALLENGING TIMES*, 12, 2011, College Park. **Proceedings** [...]. College Park: University of Maryland College Park, 2011. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/proceedings/10.1145/2037556>. Acesso em: abr. 2020.

NAMBISAN, S.; NAMBISAN, P. **Engaging Citizens in Co-Creation in Public Services: lessons learned and best practices**. Wisconsin: IBM Center for The Business of Government, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/278391463_Engaging_Citizens_in_Co-Creation_in_Public_Services_Lessons_Learned_and_Best_Practices. Acesso em: abr. 2020.

NEIROTTI, P.; et al. Current trends in Smart City initiatives: some stylised facts. **Cities**, v. 38, p. 25-36, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275113001935>. Acesso em: abr. 2020.

NOGUEIRA, F. P. M. Interlocuções possíveis entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a memória como ponto de aproximação. *In: GRACIOSO, L. (org.). Ensaios interdisciplinares em comunicação, ciência da informação e inovação*. Araraquara: Junqueira e Marin, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/ENSAIOS_INTERDISCIPLINARES_EM_COMUNICA%C3%87.html?id=tne9DwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redirect_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: jun. 2020.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: maio 2020.

OLIVEIRA, T. A. **Arquivos públicos como centros informacionais no contexto de cidades inteligentes ibero-americanas**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -

Universidade Estadual Paulista. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182298>. Acesso em: nov. 2019.

OLIVEIRA, T. A.; CALDAS, R. F. Arquivos como centros informacionais em cidades inteligentes ibero-americanas. *In: REUNIÃO DA LINHA DE PESQUISA “GESTÃO, MEDIAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO”*, 10, 2017. **Anais [...]**. Unesp, 2017. Disponível em: <https://www.bjis.unesp.br/gicio/index.php/9Reuniao/10Reuniao/paper/view/95/72>. Acesso em: out. 2019

OLIVEIRA, T. A.; CALDAS, R. F. Arquivos públicos em cidades inteligentes ibero-americanas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19, 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/124841>. Acesso em: abr. 2020.

ONOVOLAB. **Por onde começar?**. [201-]. Disponível em: <https://onovolab.com/>. Acesso em: abr. 2020.

ONU. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Plataforma Agenda 2030**. [201-]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: jun. 2020

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **Datagramazero: revista de ciência da informação**, v. 5, n. 5, 2004.

PARQTEC. **Quem somos**. [201-]. Disponível em: <https://parqtec.com.br/>. Acesso em: jun. 2020.

PARTRIDGE, H. L. Developing a human perspective to the digital divide in the 'smart city'. 2004. *In: AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION BIENNIAL CONFERENCE*, 2004, Queensland Australia. **Proceedings [...]**. Queensland, Australia, 2004.

PEDRAZZI, F. K. O arquivo [histórico] municipal: o linguístico e o histórico-social na denominação de instituições de arquivo. **Biblos**, v. 28, n. 1, p. 113-122, 2014. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/24189>. Acesso em: jul. 2020.

PLATONOW, V. O Governo quer estimular a criação de arquivos públicos municipais.

Agência Brasil, Rio de Janeiro, 5 dez. 2014. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/governo-quer-estimular-criacao-de-arquivos-municipais-em-todo-o-pais>. Acesso em: dez. 2019.

PIMENTA, R. M. As rugosidades do ciberespaço: um contributo teórico aos estudos dos web espaços informacionais. **Informação e Sociedade**, 2016. Disponível em:

<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/924>. Acesso em: nov. 2020

PITHON, A.; BROCHADO, M. Redes colaborativas: a experiência no CEFET/RJ. *In*:

CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 35, 2007, Rio de

Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://silo.tips/download/redes-colaborativas-a-experiencia-no-cefet-rj>. Acesso em: maio 2020.

POOLE, A. H. The information work of community archives: a systematic literature review.

Journal of Documentation, 2020. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-07-2019-0140/full/html>. Acesso em: dez. 2020.

PPGCI UFSCAR. **Área de concentração do programa**. Disponível em:

<http://www.ppgci.ufscar.br/sobre/area-de-concentracao>. Acesso em: set. 2020.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. **Brazão da cidade de São Carlos**. [São Carlos]. 200-?. 1 ilustração, color.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. **Conheça São Carlos**. [201-] Disponível em:

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/>. Acesso em: abr. 2020.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. **Símbolos cívicos**. [201-]. Disponível em:

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/simbolos-civicos/115270-simbolos-civicos.html>. Acesso em:abr. 2020.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. **História de São Carlos**. [201-]. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-sao-carlos.html>. Acesso em: abr. 2020.

RAMPAZZO, R. F. P.; VASCONCELOS, F. N. Cidades inteligentes e (quase) humanas. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 8, n. 4, 2019. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/359>. Acesso em: maio 2020.

RANGANATHAN, S. R. **The five laws of library science**. India: Madras Library Association, 1931.

RBCIH. **Brasil 2030**: Cidades inteligentes e humanas. Brasília: FNP, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14312972-Brasil-2030-cidades-inteligentes-e-humanas.html>. Acesso em: ago. 2020

REIS, R. C.; PINHEIRO, M. M. K.; CARDOSO, A. M. P. Inovação na economia do conhecimento: uma perspectiva interdisciplinar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104566>. Acesso em jun. 2020.

ROZENFELD, H. Instituto Inova. **Portal de conhecimentos**, 2010. Disponível em: <http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/Conteudo/Instituto-Inova>. Acesso em: abr. 2020.

RPS. Nossa cidade: conheça as fazendas históricas de São Carlos. **RPS Engenharia**, São Carlos, 7 nov. 2020. Disponível em: <https://www.rpsengenharia.com.br/nossa-cidade-conheca-as-fazendas-historicas-de-sao-carlos/>. Acesso em: maio 2020.

SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M. Informação e memória na perspectiva da Teoria Ator-Rede. **Ponto de Acesso**, v. 13, n. 1, p. 47-64, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/26983/19543>. Acesso em: nov. 2020

SANCAHUB. **Report SancaHub**. 2020. Disponível em:
<https://www.reportsancahub.com.br/>. Acesso em: maio 2021.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 30 ed. São Paulo: Record Editora, 2000.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SÃO CARLOS (Cidade). **Bandeira da cidade de São Carlos**. [São Carlos]. 1961. 1 ilustração, color.

SÃO CARLOS (Cidade). Prefeitura de São Carlos. **Bibliotecas**. [201-]. Disponível em:
<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/cultura/115302-bibliotecas.html>. Acesso em: maio 2020.

SÃO CARLOS (Cidade). Prefeitura de São Carlos. **Cultura**. [201-]. Disponível em:
<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/cultura.html>. Acesso em: maio 2020.

SÃO CARLOS (Cidade). São Carlos assina memorando com a Áustria para desenvolver projeto de smart city na cidade. **Prefeitura Municipal de São Carlos**, São Carlos, 24 set. 2019. Disponível em:
<http://saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2019/173145-sao-carlos-assina-memorando-com-a-austria-para-desenvolver-projeto-de-smart-city-na-cidade.html>. Acesso em: ago. 2020.

SÃO CARLOS (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. **Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI**. [201-]. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conteudo-adicional.html>. Acesso em: nov. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Decreto-lei nº 540 de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre a instituição do arquivo público municipal de São Carlos e define as diretrizes da política municipal de gestão documental. **Diário Oficial de São Carlos**, 2019. Disponível em: http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/diario_oficial_2019/DO_30112019_1479.pdf. Acesso em: ago. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Decreto-lei nº 282 de 5 de outubro de 2016. Regulamenta a Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011, conforme determinação do Art.45. São Carlos, SP: Prefeitura de São Carlos, [2016]. Disponível em: http://antigo.scl.ifsp.edu.br/portal/arquivos/publicacoes/2016/2016.08.01_DO15072016_.pdf. Acesso em: ago. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2008. 20 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=137:2008. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2009. 25 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=138:2009. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2010. 22 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=139:2010. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2011. 20 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=140:2011. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2012. 22 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=141:2012. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2013. 18 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=142:2013. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2014. 18 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=143:2014. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2015. 18 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=144:2015. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2016. 22 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=145:2016. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2017. 09 p. Disponível em:

https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=146:2017. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2018. 15 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=202:2018. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Fundação Pró-Memória de São Carlos. **Relatório de Atividades**. São Carlos, SP: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2019. 17 p. Disponível em: https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=203:2019. Acesso em: jul. 2020.

SÃO CARLOS (SP). **Lei nº 10.655 de 12 de julho de 1993**. Institui nesse município a Fundação Pró-Memória de São Carlos. São Carlos, SP: Câmara municipal de São Carlos, [1993]. Disponível em: https://file.gtp.net.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_5218.pdf. Acesso em: ago. 2020.

SÃO CARLOS (SP). **Lei nº 13.857 de 18 de agosto de 2006**. Cria o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos e dá outras providências. São Carlos, SP: Prefeitura de São Carlos, [2006]. Disponível em: <https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/acervo-files/legislacao/leidecriacao-comdephaasc-13857-2006.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

SÃO CARLOS (SP). **Lei nº 4319 de 23 de outubro de 1961**. Autoriza o sr. chefe do executivo abrir concurso para confecção da bandeira do município. São Carlos, SP: Prefeitura de São Carlos, [1961]. Disponível em: https://file.gtp.net.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_854.pdf, Acesso em: mar. 2020.

SÃO CARLOS (SP). Quadro de remuneração dos cargos em comissão e empregos públicos exercício de 2021. **Diário Oficial de São Carlos**, 2021. Disponível em: http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/diario_oficial_2021/DO_26012021_1701.pdf. Acesso em: fev. 2021.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37415>. Acesso em: maio 2020.

SAUNDERS, T.; BAECK, P. Rethinking Smart Cities From the Ground Up. **NESTA**, Londres, 2015. Disponível em: https://www.nesta.org.uk/sites/default/files/rethinking_smart_cities_from_the_ground_up_2015.pdf. Acesso em: abr. 2020.

SCHAFFERS, H.; RATTI, C. KOMNINOS, N.; Special Issue on Smart Applications for Smart Cities – New Approaches to Innovation: Guest Editors' Introduction. **Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research**, v.7, n.3. Chile, 2012. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-18762012000300005. Acesso em: nov. 2019.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**. 5. ed. Tradução: Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

SESC SÃO CARLOS. **Portal Sesc**. [201-]. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/portal/cultura>. Acesso em: maio 2020.

SILVA, D. B. Onde está a sociedade civil na política nacional de arquivos?. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/86>. Acesso em: jul. 2020.

SILVA, L. **Políticas Públicas de Arquivo**: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-9C2NQR>. Acesso em: jul. 2020.

SILVA, P. Primeiras aproximações teóricas do Ator-Rede na Arquivologia. **Archeion**

Online, João Pessoa, v.5, n.1, p.07-21. 2017. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Silva-](https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Silva-50/publication/325029999_PRIMEIRAS_APROXIMACOES_TEORICAS_DO_ATOM-REDE_NA_ARQUIVOLOGIA/links/5ca37452458515f7851e9412/PRIMEIRAS-APROXIMACOES-TEORICAS-DO-ATOR-REDE-NA-ARQUIVOLOGIA.pdf)

[50/publication/325029999_PRIMEIRAS_APROXIMACOES_TEORICAS_DO_ATOM-REDE_NA_ARQUIVOLOGIA/links/5ca37452458515f7851e9412/PRIMEIRAS-](https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Silva-50/publication/325029999_PRIMEIRAS_APROXIMACOES_TEORICAS_DO_ATOM-REDE_NA_ARQUIVOLOGIA/links/5ca37452458515f7851e9412/PRIMEIRAS-APROXIMACOES-TEORICAS-DO-ATOR-REDE-NA-ARQUIVOLOGIA.pdf)

[APROXIMACOES-TEORICAS-DO-ATOR-REDE-NA-ARQUIVOLOGIA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Silva-50/publication/325029999_PRIMEIRAS_APROXIMACOES_TEORICAS_DO_ATOM-REDE_NA_ARQUIVOLOGIA/links/5ca37452458515f7851e9412/PRIMEIRAS-APROXIMACOES-TEORICAS-DO-ATOR-REDE-NA-ARQUIVOLOGIA.pdf). Acesso em: jul. 2020.

SILVA, S. C. A. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 4, 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2008 Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3062/2188>. Acesso em: jun. 2020.

SILVA, T. E. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil.

Informação e Sociedade: Estudos, v.1. n.1, p. 1-8, 1991. Disponível em:

<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/18/16>. Acesso em: ago. 2020.

SILVA, I. O. S.; FUJITA, M. S. L.; DAL'EVEDOVE, P. R. A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. **Ibersid: revista de sistemas de**

información y documentación, v. 3, p. 281-289, 2009. Disponível em:

<https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3751/3512>. Acesso em: jul. 2020.

SILVA, L. C.; VENÂNCIO, R. P. A identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de Vitória - ES. *In*:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018,

Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102223>. Acesso em: maio 2020.

SIQUEIRA JÚNIOR, P. H. Direitos humanos e políticas públicas. *In*: CONGRESSO

NACIONAL DA COMPEDI, 14, 2006, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: Conselho Nacional de

Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2006. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/031.pdf>.

Acesso em: jun. 2020.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012.

SOUSA, R. T. B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. *In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA*, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre; UnB, 2006. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf. Acesso em: jun. 2020.

SOUZA, L. M. K.; SILVA, E. C. L. Arquivo permanente: a gestão do patrimônio documental no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 24, n. 48, p. 260-283, 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/484>. Acesso em: jul. 2020.

STARTECA. **Sobre**. [201-]. Disponível em: <https://web-06.ufscar.br/saocarlos/extensao/starteca-folder/starteca>. Acesso em: abr. 2021.

STEFANOVITZ, J.; NAGANO, M. S. Gestão da inovação: proposta de síntese conceitual. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 33, 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT643.pdf>. Acesso em: maio 2020.

TANUS, G. F. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. **Biblos**, v. 28, n. 1, p. 85-100, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3784>. Acesso em: jun. 2020.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **AATR**, Salvador, v. 200, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: jun. 2020.

THIESEN, I. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento. *In*: MAST (org.). **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**, v. 11. 2009. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_11.pdf. Acesso em: jun. 2020.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Managing innovation: integrating technological, market and organizational change**. Chichester. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd. 3rd ed. 2005.

TREE CITIES OF THE WORLD. **About**. 2019. Disponível em: <https://treecitiesoftheworld.org/about.cfm>. Acesso em: abr. 2021

UFSCAR. **Campus São Carlos**, [201-]. Disponível em: <https://www2.ufscar.br/a-ufscar/campus-sao-carlos>. Acesso em: abr. 2020.

UHLIR, P. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/diretrizes-pol%C3%ADticas-para-o-desenvolvimento-e-promo%C3%A7%C3%A3o-da-informa%C3%A7%C3%A3o-governamental-de-dom%C3%ADnio>. Acesso em: maio 2020.

UMMA. **Sobre**. [201-]. Disponível em: <https://www.umma.ufscar.br/>. Acesso em: maio 2020.

UN DESA. Department of Economic and Social Affairs
Population Dynamics. **World Population Prospects 2019**. 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: abr. 2020

UN HABITAT. **World cities report 2016 Urbanization and Development: emerging futures**. 2016. Disponível em: <https://wcr.unhabitat.org/wp-content/uploads/sites/16/2016/05/WCR-%20Full-Report-2016.pdf>. Acesso em: abr. 2020

UN HABITAT. **Annual progress report 2019**. 2019. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/03/annual_report_2019_03022020_posted.pdf. Acesso em: abr. 2020.

UNESCO. **Rede de cidades criativas**. [201-]. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/cultureresponse>. Acesso em: abr. 2021.

USP. **Portal USP São Carlos**. [201-]. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/>. Acesso em: abr. 2020.

VÁZQUEZ, M. Hacia una política archivística. *In*: ANDRADE, A. C. N. (org.) **Archivos y documentos**: textos seminales. São Paulo: ARQ-SP, 2015. p. 94-113.

VECHIATO, F. L. Dos primórdios da Ciência da Informação à busca incessante pela Sociedade do Conhecimento. **Informação & Informação**, v. 16, n. 1. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/8893>. Acesso em: jul. 2020.

VIEGAS, L. Câmara de São Carlos aprova criação de um novo Conselho Municipal de Cultura. **A Cidade On**, São Carlos, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/politica/NOT,0,0,1626934,camara-de-sao-carlos-aprova-criacao-de-um-novo-conselho-municipal-de-cultura.aspx>. Acesso em: jul. 2021.

VITORIANO, M. C. C. P. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Políticas Arquivísticas: o papel dos arquivos municipais na Agenda 2030. **RICI**, v. 14, n. 1, p. 349 - 361, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153366>. Acesso em: mar. 2021.

VIVA A ARAUCÁRIA. **Araucária: símbolo de São Carlos**. [200-?]. Disponível em: <http://vivaaraucaria.com.br/?p=88>. Acesso em: abr. 2020. mar. 2020.

WEISS, M. C.; BERNARDES, R. C.; CONSONI, F. L. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanos: a experiência da cidade de Porto Alegre. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 310-324, 2015.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692015005001001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: maio 2020.

WINTERS, John V. Why are smart cities growing? Who moves and who stays. **Journal of regional science**, v. 51, n. 2, p. 253-270, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9787.2010.00693.x>. Acesso em: maio 2020.

WOHLLEBEN, P. **A vida secreta das árvores**. Tradução: Peté Rissatti. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2001. nov. 2019.